

EXTENSÃO: CONEXÃO E DIÁLOGO

**Beatriz Alves de Sousa
Vania Maria Medeiros
Crisvalter Rogério de Araújo Medeiros
(Organizadores)**

EXTENSÃO: CONEXÃO E DIÁLOGO

**JOÃO PESSOA, PB
IFPB
2016**

Copyright ©2016 por Beatriz Alves de Sousa, Vania Maria Medeiros e Crisvalter Rogério de Araújo Medeiros

Presidente da República

Michel Miguel Elias Temer Lulia

Ministro da educação

José Mendonça Bezerra Filho

Secretária de Educação Profissional Tecnológica

Eline Neves Braga Nascimento

Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB)

Cícero Nicácio do Nascimento Lopes

Pró-reitora de Extensão e Cultura do IFPB

Vania Maria Medeiros

Diretor de Gestão das Atividades de Extensão

Dimas Brasileiro Veras e Eudna Maria Barbosa de Araújo

Diretor de Extensão Tecnológica e Assuntos Comunitários

Maiara Gabrielle de Souza Melo

Capa e diagramação: Fernando A. A. de Macêdo Junior e Rayane Maria B. dos Passos

Revisão ortográfica e gramatical: Os autores

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

Biblioteca Nilo Peçanha IFPB *Campus* João Pessoa

E96 Extensão: conexão e diálogo / Beatriz Alves de Sousa,
Vania Maria Medeiros e Crisvalter Rogério de Araújo Medeiros
(orgs.). – João Pessoa, PB: IFPB, 2016.
217p. il.
ISBN: 978-85-63406-82-8
1. Extensão. 2. Meio ambiente. 3. Saúde. 4. Tecnologia.
5. Trabalho. 6. Educação. 7. Cultura. I. Beatriz Alves de Sousa.
II. Vania Maria Medeiros. III. Crisvalter Rogério de Araújo
Medeiros.

CDU 300

Editora do IFPB

Endereço: Av. João da Mata, 25 - Jaguaribe, PB

Impressão: CCS Gráfica e Editora

Qualquer parte dessa publicação pode ser reproduzida, desde que citada à fonte.

APRESENTAÇÃO

Essa obra é resultado de um trabalho coletivo que contou com a colaboração de diversos autores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), bem como, de outras instituições co-irmãs. Estruturalmente está constituída por 13 capítulos abordando experiências extensionistas nas seguintes áreas temáticas: Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia, Trabalho, Educação e Cultura relatando ações voltadas para o atendimento de necessidades sócio-educacionais.

No texto “Ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) no município de Serraria, PB”, o autor enfatiza as ações desenvolvidas junto aos agricultores do município de Serraria, PB entre os anos 2011 a 2015. O serviço de ATER abrange uma série de atividades que por sua singularidade muitas vezes não é notado de forma automática pelo conjunto da sociedade, mas os resultados são visualizados a médio e longo prazo no seio das Unidades Familiares de Produção (UFP's) que materializam o caminhar com foco no desenvolvimento rural sustentável.

No texto seguinte “Construção de um plano de ação para a associação Sítio Caboclo e Pedra Grande no Município de Guarabira, PB: através do Método Bambu” os autores relatam uma experiência vivenciada na referida comunidade, que teve como objetivo o desenvolvimento de um plano de ação, de forma coletiva e democrática visando potencializar os empreendimentos econômicos e gerar renda para que os moradores do referido Sítio se mantivessem no meio rural.

Continuando essa temática, temos o texto “Modelagem de negócios: aplicação da ferramenta CANVAS ao restaurante sabor camponês no Sítio Caboclo, em Guarabira, PB”, que apresenta um modelo de negócios para o referido restaurante nos moldes da economia solidária, considerando sempre as questões da agricultura familiar. O desenvolvimento do projeto foi proposto em três etapas: a curto, médio e longo prazos. A curto prazo, coloca-se o fortalecimento da organização do restaurante; a médio prazo, a criação da cooperativa de economia solidária para possibilitar a comercialização dos produtos da agricultura familiar e, a longo prazo, desenvolver o turismo rural.

Já o texto “Desenvolvimento de tecnologia assistiva a partir do lixo” é resultado de um projeto que teve os seguintes objetivos: a) desenvolver protótipos de Tecnologia Assistiva (TA) a partir de equipamentos eletrônicos quebrados, ou em desuso, encontrados no lixo eletrônico e se utilizando de software livre; b) promover o acesso de alunos da escola pública municipal de João Pessoa aos conhecimentos

dos tipos de resíduos, tratamentos e impactos causados por estes; e, por fim, c) socializar de forma lúdica com kit educativo, conhecimentos teórico-práticos de noções de TA para inclusão de pessoas com problemas especiais, aliados a temáticas como lixo eletrônico, cidadania e meio ambiente.

Entendendo a educação como processo de troca, de comunicação, de diálogo onde ocorre o aprendizado mútuo a autora do texto “Experiência de extensão: produções audiovisuais como estímulo ao aprendizado em sala de aula” focou no seu plano de aula a produção do audiovisual como incentivo ao aprendizado, bem como instrumento de um processo educativo eficaz de troca de saberes, prevalecendo a busca de uma transformação da sociedade a partir da formação profissional e humana desses estudantes.

Diante desse cenário, que prima pelo conhecimento na perspectiva do diálogo, os autores do texto “Interdisciplinaridade nas práticas pedagógicas: em busca da sustentabilidade escolar” mostram uma proposta de projeto interdisciplinar entre Gestão Ambiental e Pedagogia, de modo que a sustentabilidade seja o eixo norteador entre essas áreas do conhecimento. Colocando a interdisciplinaridade como fio condutor dessa abordagem cujo objetivo principal foi contribuir para a formação de cidadãos críticos, conscientes em relação à sustentabilidade escolar, aptos a agirem de modo comprometido e responsável com a realidade socioambiental.

As autoras do texto “Reflexões sobre a extensão tecnológica e a política de empreendimentos sociais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba”, além de explicarem o processo de inclusão das atividades de extensão na Instituição, reconhecem nas práticas extensionistas desenvolvidas nos Institutos Federais, mais do que uma ação acadêmica, configurando-se como uma necessidade para o reconhecimento e formação da identidade desta rede de educação profissional e tecnológica. Já as autoras do texto “Extensão no IFAL: avanços e desafios no Campus de Marechal Deodoro” analisando todas as mudanças ocorridas na extensão da referida Instituição ao longo dos anos, mostram que o tripé formativo, ensino-pesquisa-extensão, deva conduzir as mudanças substanciais no processo ensino-aprendizagem, colaborando efetivamente com a formação de estudantes, fortalecendo cada vez mais a missão dessa Instituição de ensino.

A partir das ações informacionais e educacionais envolvendo a parceria entre o IFPB, *Campus* Cabedelo, Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), *Campus* V, Prefeitura Municipal de Cabedelo por

meio da Secretaria de Pesca e Meio Ambiente, Associação Guajiru e Superintendência de Administração do Meio Ambiente do Estado (Sudema), temos o texto “Projeto conduta consciente como instrumento de gestão no Parque Estadual Marinho de Areia Vermelha (PEMAV), Cabedelo, PB”, cujo conteúdo descreve as ações desenvolvidas nesse projeto que tem como objetivo fortalecer e dar subsídios para uma prática de turismo mais sustentável no PEMA. O referido parque é a única unidade de conservação totalmente marinha no Estado e precisa de toda atenção por parte de pesquisadores e gestores para sua efetividade.

“Memória, sociedade e cidadania: o MUDDE como proposta de reflexão para além dos muros acadêmicos” traz como proposta incentivar jovens estudantes, prioritariamente, a pensar, participar e produzir conteúdos relacionados à memória, sociedade e cidadania a partir de estudos do desenvolvimento desses temas, especialmente, no Brasil. Bem como, incentivar a formação de novos agentes sociais através das diversas linguagens documentais, artísticas e interativas, alinhadas com a forma de se comunicar dos jovens 2.0. O referido projeto sugere uma sequência de ações que envolvem o pensamento, a percepção, a memória, o raciocínio e por fim a possibilidade de uma transformação social.

Continuando nesta temática, temos o texto “Núcleo de Comunicação, Cultura e Artes (NUCCA): tecendo redes de arte-educação e difundindo cultura no sertão”, que registra as ações desenvolvidas nesse núcleo desde sua criação. A proposta do mesmo é ampliar e ressignificar as ações de arte e cultura desenvolvidas para a comunidade interna e externa do IFPB, *Campus* Cajazeiras. Apresenta também a forma como esse Núcleo tem articulado a instituição com a sociedade e vice-versa, numa relação dialógica, de crescimento e agregação de valores mútuos.

Os dois últimos textos apresentados nessa publicação abordam temáticas no campo das vulnerabilidades sociais. Ações voltadas para o atendimento de pessoas idosas são relatadas no texto “Trajetória entre a implantação e a efetivação do núcleo de extensão Ainda é tempo de viver”. Enquanto que o texto “Formação intersetorial em drogas: a experiência do Centro Regional de Referência, em João Pessoa, PB”, apresenta a proposta do IFPB com relação às intervenções com usuários de drogas a partir da implantação do Centro Regional de Referência (CRR-IFPB) que possibilitou a formação de profissionais da Rede de Atenção aos Usuários de Drogas do Estado da Paraíba, além de atuar no âmbito das políticas de extensão aumentando a produção acadêmica nessa área específica do conhecimento.

Para concluir, agradecemos aos autores e autoras que participaram com suas produções no “Edital da PROEXC nº 21, de 02 de junho de 2016, retificado pelo edital nº 028, de 15 de julho de 2016, de seleção de propostas de textos com estrutura de capítulos para constituir uma publicação em formato de livro”, possibilitando a produção dessa obra. Agradecemos, também, ao Comitê Editorial da PROEXC e aos avaliadores pela colaboração na seleção dos textos. Por fim, entendemos que a divulgação dessas experiências servirá para fomentar as discussões sobre as atividades de extensão, que tem contribuído para uma relação transformadora entre os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) e a sociedade. Acreditamos também, que essa publicação enquanto produto de práticas extensionistas é um forte instrumento de difusão desse conhecimento e certamente vai influenciar na mudança de percepção das pessoas acerca dos avanços da extensão, de sua institucionalização e, em particular, do seu compromisso com as práticas sociais, culturais e produtivas junto à sociedade.

João Pessoa, 2016

Beatriz Alves de Sousa

Bibliotecária do IFPB
Doutora em Ciências Humanas pela UFSC
Mestra em Biblioteconomia pela UFPB

SUMÁRIO

1 - AÇÕES DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NO MUNICÍPIO DE SERRARIA, PB	11
2 - CONSTRUÇÃO DE UM PLANO DE AÇÃO PARA A ASSOCIAÇÃO SÍTIO CABOCLO E PEDRA GRANDE GUARABIRA-PB ATRAVÉS DO MÉTODO BAMBU	27
3 - DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIA ASSISTIVA A PARTIR DO LIXO	39
4 - EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO: PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS COMO ESTÍMULO AO APRENDIZADO EM SALA DE AULA	57
5 - EXTENSÃO NO IFAL AVANÇOS E DESAFIOS NO CAMPUS DE MARECHAL DEODORO	69
6 - FORMAÇÃO INTERSETORIAL EM DROGAS: A EXPERIÊNCIA DO CENTRO REGIONAL DE REFERÊNCIA DE JOÃO PESSOA/PB	85
7 - INTERDISCIPLINARIDADE NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: EM BUSCA DA SUSTENTABILIDADE ESCOLAR	103
8 - MEMÓRIA, SOCIEDADE E CIDADANIA: O MUDDE COMO PROPOSTA DE REFLEXÃO PARA ALÉM DOS MUROS ACADÊMICOS	117
9 - MODELAGEM DE NEGÓCIOS: APLICAÇÃO DA FERRAMENTA CANVAS AO RESTAURANTE “SABOR CAMPONÊS” NO SÍTIO CABOCLO, EM GUARABIRA, PB	133
10 - NÚCLEO DE COMUNICAÇÃO CULTURA E ARTES (NUCCA): TECENDO REDES DE ARTE-EDUCAÇÃO E DIFUNDINDO CULTURA NO SERTÃO	151
11 - PROJETO CONDUTA CONSCIENTE COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO NO PARQUE ESTADUAL MARINHO DE AREIA VERMELHA (PEMAV), CABEDELO, PARAÍBA	171
12 - REFLEXÕES SOBRE A EXTENSÃO TECNOLÓGICA E A POLÍTICA DE EMPREENDIMENTOS SOCIAIS DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA	185
13 - TRAJETÓRIA ENTRE A IMPLANTAÇÃO E A EFETIVAÇÃO DO NÚCLEO DE EXTENSÃO “AINDA É TEMPO DE VIVER”	199

1 - AÇÕES DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL NO MUNICÍPIO DE SERRARIA, PB

Gustavo José Barbosa¹

1 INTRODUÇÃO

O Serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) tal como conhecemos hoje em todo o território nacional nasceu na década de 1950 com a criação das Associações de Crédito e Assistência Rural (ANCAR) no bojo dos ventos da chamada Revolução Verde. No município de Serraria (PB) a ANCAR foi criada em 1956 transformando-se décadas depois na Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba (EMATER-PB) hoje vinculada a Secretaria Estadual do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca (SEDAP).

A extinção do Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRATER) sob a tutela do Presidente da República Fernando Collor de Melo, abriu uma crise sem precedentes nas EMATER's de todo o país, mesmo assim o Estado da Paraíba conservou a estrutura jurídica da Empresa.

Em 2004 um novo período é inaugurado no Serviço ATER com a formulação de forma participativa da Política Nacional de ATER (PNATER) no âmbito da então Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Seguindo os princípios e diretrizes propostas pela PNATER a Unidade Operativa da EMATER-PB no município de Serraria (PB) vem atuando junto aos agricultores familiares (tradicionais e assentados da reforma agrária) na oferta permanente de assistência técnica que inclui todas as fases do sistema produtivo, de forma participativa e vislumbrando o desenvolvimento rural sustentável.

O município de Serraria (PB) tem sua produção agropecuária estruturada no cultivo de feijão, milho, inhame, batata doce, macaxeira, mandioca, feijão-fava, citrus e banana; na produção animal a bovinocultura de corte e leite, avicultura caipira, suinocultura e ovinocultura. Parte considerável da produção agrícola é destinada ao autoconsumo das famílias, o excedente é comercializado em feiras no município e cidades vizinhas.

¹Mestrando em Ciências Agrárias (Agroecologia) e extensionista rural da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba (EMATER/PB). E-mail: gustavoufpb@outlook.com

2 MARCO TEÓRICO

Rodrigues (1997, p. 120) caracteriza que no “Brasil supõe três momentos distintos quanto à orientação filosófica e modelo operacional predominantes em cada um deles, que são consentâneos com as formas de intervenção do Estado e as macrodefinições políticas dos seus planos de desenvolvimento”. Estes momentos são o humanismo assistencialista, difusionismo produtivista e o humanismo crítico.

Mubai e Lima (2014, p. 337) defendem que “a extensão pode ajudar os produtores a aumentar a produtividade da sua agricultura e, sobretudo gerar e fortalecer sua autonomia e capacidade de iniciativa”. Uma constatação realizada por Abramovay (1998, p. 147) sobre o papel do técnico é importante e esclarecedora:

É claro que o extensionista não pode e não deve querer ele mesmo e isoladamente resolver todos os problemas. Mas ele tem um papel de destaque na articulação da agricultura com o conjunto das possibilidades de desenvolvimento local: ele não pode ser apenas uma expressão dos interesses da agricultura ou mesmo dos agricultores e sim aquele que terá a sensibilidade de buscar as oportunidades pelas quais o meio rural pode ser um fator dinâmico no desenvolvimento local.

Peixoto (2008, p. 15) defende que: “o termo extensão rural também pode ser entendido como uma política pública. Neste caso referimo-nos às políticas de extensão rural, traçadas pelos governos”. Para Deponti e Schneider (2013, p. 207) “A ação da extensão rural ainda está focada na intervenção, propiciando poucas relações de interface e de mediação social”.

As ações organizadas pela Assistência Técnica e Extensão Rural poderão desencadear processos que contribuam em melhorias de qualidade de vida dos camponeses possibilitando acesso a serviços de saúde, educação, habitação, entre outras (BARROS, 1994). Para Belik (2015) a atuação da extensão rural no país é fundamental para alavancar o aumento de produtividade agrícola, organizar a comercialização e garantir o acesso de todo um conjunto de agricultores a este Serviço, sempre visualizando o capital humano.

O Serviço de ATER deve atuar junto aos camponeses reconhecendo suas características históricas de resistência e a utilização dos recursos

naturais disponíveis nos seus agroecossistemas (GUZMÁN; MOLINA, 2013). Ainda devem-se buscar ações que enfatizem a construção do desenvolvimento rural sustentável que focalize a sustentabilidade ecológica e equidade social (CAPORAL; COSTABEBER, 2007).

Para Freire (2002) a ATER deve ao mesmo tempo provocar no campo o aumento da produção agrícola e gerar situações que o agricultor possa refletir sobre o seu papel, e construir junto com os extensionistas rurais encaminhamentos para melhoria da qualidade de vida no rural.

3 METODOLOGIA

O trabalho relata o serviço de ATER desenvolvidos pela Unidade Operativa EMATER-PB com os agricultores familiares do município de Serraria (PB) entre anos 2011 a 2015. Serraria (PB) está localizado no Território da Borborema. Território este que compreende um conjunto de 21 municípios: Algodão de Jandaíra, Arara, Areial, Campina Grande, Esperança, Pilões, Puxinanã, Queimadas, Remígio, Serra Redonda, Solânea, Alagoa Nova, Areia, Borborema, Casserengue, Lagoa Seca, Massaranduba, Matinhas, Montadas, São Sebastião de Lagoa de Roça e Serraria.

Tratando da história do Território da Borborema e seus conflitos Silveira, Freire e Diniz (2010, p. 15) resgatam que a região “é palco de lutas camponesas que remontam ao período colonial. Por essa razão não há como compreender os atuais processos de resistência sem que leve em conta esse histórico de lutas”. Destaca-se na região a produção de banana, bovinocultura de corte, piscicultura, avicultura, cana de açúcar, floricultura, urucum, castanha de caju e olericultura.

O serviço de ATER abrange uma série de atividades que por sua singularidade muitas vezes não é notada de forma automática pelo conjunto da sociedade, mas os resultados são visualizados a médio e longo prazo no seio das Unidades Familiares de Produção (UFP's) que materializam o caminhar com foco no desenvolvimento rural sustentável.

Neste contexto o trabalho da EMATER-PB que já passa de seis décadas no município de Serraria (PB) é realizado cotidianamente na assistência técnica aos agricultores familiares, assentados da reforma agrárias e produtores rurais no tocante ao sistema de produção das inúmeras atividades agropecuárias, no acesso ao crédito rural, o fomento a comercialização e animação das organizações sociais (Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e associações de produtores rurais).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Assistência técnica continuada

A EMATER-PB iniciou em 2011 a execução da Chamada Públicas nº 082/2010 no Território da Borborema, que inclui o município de Serraria (PB), trabalhando com o projeto de “Assistência Técnica Continuada” em 180 UFP’s nas comunidades rurais tradicionais: Pau D’Arco, Coitizeira, Belo Horizonte, Alagoinha, Tapuio, Matinha, Salamandra, Poço do Gado, Araçá, Cuité de Araçá, Pau Barriga, Lagoa do Mato, São Geraldo e Saboeiro.

Esta ação perdurou por três anos e foi trabalhada por dois técnicos em agropecuária da EMATER-PB, que atuavam cada um com 90 agricultores familiares em atividades de duas envergaduras: individuais e coletivas. Destaca-se que esta Chamada Pública lançada e financiada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) foi uma ação pioneira no desenvolvimento de uma nova modalidade de repasse financeiro às Entidades de ATER no país, não mais existindo os convênios.

A primeira atividade da Assistência Técnica Continuada consistiu na realização de um diagnóstico em todas as UFP’s que aceitaram participar desta ação, passando por caminhada transversal na propriedade rural, construção de mapas e aplicação de um questionário de levantamento de dados da Unidade: composição familiar, mão de obra contratada, mão de obra familiar, indicadores sociais, informações produtivas, matriz de plano de ações, descrição de alternativa de convivência com o semiárido, ocupação do solo e descrição da caminhada da propriedade (BARBOSA; ALMEIDA; ARAUJO FILHO 2014).

Todas as informações coletadas no diagnóstico foram inseridas numa ferramenta eletrônica desenvolvida pela EMATER-PB, o Sistema de Gerenciamento de Atividades EM ATER (SIGATER) que tornou-se um instrumento naquela conjuntura de sistematização de informações e modelo para entidades de ATER de todo o país (Figura 01). Costa et. al. (2014, p.118) tratando da importância desta ferramenta relata que:

Uma grande vantagem do sistema reside no fato de que estando hospedado na internet, os técnicos podem lançar as informações diretamente no sistema, em qualquer lugar que se tenha acesso a internet, permitindo a gestão e o monitoramento de resultados de forma imediata, avaliando através das várias opções de relatórios, emitidos em tempo real, sem a necessidade de trânsito de arquivos ou papéis.



Figura 1 – Página inicial do SIGATER. Fonte: EMATER PARAÍBA

Na segunda fase deste trabalho foram realizadas 190 visitas as UFP's tratando da temática da organização social e por conseguinte sobre a importância dos camponeses participarem regularmente de entidades de classe como o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, ou outros sindicatos com representação similar que surgiram ao longo do processo, das associações de produtores rurais existentes em todas as comunidades, cooperativas de produção, do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) e das plenárias do Território da Borborema.

Logo em seguida foram realizadas 5 atividades coletivas compreendendo as comunidades Alagoinha, Tapuio, Matinha, Lagoa do Mato e Saboeiro que trataram da mesma temática de organização social com a possibilidade de irrigar o debate coletivo com mais dinamicidade. Abramovay (2000, p. 3) destaca a importância desta organização social que se expande pelo Brasil:

A sociedade brasileira não tem dado a devida atenção a um processo molecular - incipiente, é verdade - de tomada de consciência e de organização que pode abrir o caminho para uma nova relação com o seu meio rural. A proliferação de Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural, a montagem de centenas de Secretarias Municipais de Agricultura, a pressão social sobre os recursos dos Fundos Constitucionais e sobre a própria política agrícola, a experiência de construção dos assentamentos e um esforço inédito de formação dos agricultores para o exercício da cidadania por parte das próprias organizações que os representam fazem parte de um movimento que o País mal conhece e, conseqüentemente, não valoriza.

A terceira etapa da Assistência Técnica Continuada tratou da comercialização da produção, onde os extensionistas rurais visitaram novamente as 190 propriedades rurais, tratando sobre as formas de escoamento da produção como o Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), as feiras da agricultura familiar, entre outros canais do mercado com ênfase na agricultura familiar camponesa. A tarefa seguinte foi a realização de reuniões por comunidade com o debate sobre comercialização de produtos oriundos do rural do município, pois como relata Abramovay (1999, p. 13) “o principal desafio para que as unidades familiares de produção agropecuária convertam-se na base do desenvolvimento rural está em que elas possam dotar-se dos meios que lhes permitam participar de mercados dinâmicos, competitivos e exigentes em inovações”.

A quarta e última ação com os agricultores familiares tratou da temática “Transição Agroecológica” com foco no processo de produção praticado em cada UFP na adoção de técnicas e manejo que promovam a sustentabilidade do agroecossistema, e as relações sociais entre os membros da família e da comunidade rural. Esta ação é respaldada pelos princípios da PNATER que preconiza a atuação dos extensionistas rurais para “adotar uma abordagem multidisciplinar e interdisciplinar, estimulando a adoção de novos enfoques metodológicos participativos e de um paradigma tecnológico baseado nos princípios da agroecologia”.

Para Caporal e Costabeber (2007, p. 13):

[...] quando se fala de Agroecologia, está se tratando de uma orientação cujas contribuições vão muito além de aspectos meramente tecnológicos ou agrônômicos da produção, incorporando dimensões mais amplas e complexas, que incluem tanto variáveis econômicas, sociais e ambientais, como variáveis culturais, políticas e éticas de sustentabilidade.

Brasil (2004, p. 7) preconiza que o Estado deve “garantir a oferta permanente e contínua de serviços de Ater, que sejam presentes e atuantes em todas as regiões rurais brasileiras, de modo a atender a demanda de todos os agricultores familiares do país”. Finalizando esta ação pioneira de uma nova etapa do Serviço de ATER no país a EMATER-PB realizou uma atividade coletiva de avaliação da atividade ouvindo representantes dos agricultores familiares de cada município envolvido no contrato, num evento na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em Areia (PB).

4.2 Plano Brasil sem miséria (PBSM)

O PBSM é um trabalho realizado pela EMATER-PB através da Chamada Pública nº 039/2012 do MDA em 16 municípios do Território da Borborema, entre os quais Serraria (PB). Neste contrato são atendidos 100 agricultores familiares em situação de pobreza extrema que estão participando das ações de ATER desde o segundo semestre de 2013 com previsão de término do serviço no primeiro semestre de 2017.

Estudo realizado por Barbosa (2014, p. 100) nota que “o PBSM está estruturado em três eixos: garantia de renda, inclusão produtiva e acesso a serviços públicos; a garantia de rede compreende o direito do participante do Plano a acessar o Programa Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada, aposentadoria rural e a Ação Brasil Carinhoso”. Porém, antes de iniciar as atividades em campo a EMATER-PB realizou uma reunião na sede do município com inúmeros parceiros que atuaram em conjunto na materialização das etapas do PBSM: Secretaria Municipal de Ação Social, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, CMDRS, Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais (STTR) e as Associações de Produtores Rurais do município.

A primeira etapa de execução do PBSM consistiu na mobilização das 100 famílias onde foi apresentada a estrutura do Plano e as condições para o agricultor familiar participar dele. Os agricultores familiares num primeiro momento foram selecionados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) através de cruzamento de dados do Número de Identificação Social (NIS) e da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar gerando uma primeira lista de prováveis beneficiários em condições de pobreza extrema.

Todavia, o extensionista foi em busca de ao menos 10% do quantitativo de vagas disponível no PBSM para inserir aqueles camponeses que até então não dispunham de NIS e/ou Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca (DAP), logo alijados de um conjunto de políticas públicas ofertadas a agricultura familiar. Este trabalho denominado de busca ativa foi possível devido a integração das lideranças comunitárias do município e dos agentes comunitários de saúde.

O diagnóstico das UFP's foi a terceira etapa do PBSM realizando uma série de levantamentos da propriedade rural e de seus membros de forma participativa, com o foco na construção de um projeto produtivo futuro baseado nas potencialidades da unidade. Em seguida foi construído em todas as 100 UFP's uma etapa do Plano que consistiu na definição dos projetos produtivos, pois cada agricultor familiar recebeu um fomento de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais) para investir em atividades produtivas.

Para Ploeg (2010, p. 34) “o acesso a crédito é frequentemente considerado como condição indispensável para a superação da pobreza, já que permite aos agricultores a possibilidade de adotarem novas tecnologias para incrementar seus níveis de produtividades e de renda”.

A definição das atividades produtivas foi realizada por cada núcleo familiar para criação de aves, suínos, ovinos, bovinos e na produção de urucum, banana e hortaliças. Todas as famílias receberam o fomento através do NIS em duas parcelas, sendo que a segunda parcela só foi liberada após uma visita de acompanhamento e orientação técnica.

A agricultura familiar é caracterizada por uma diversidade de produção, e estudo realizado por Perondi (2009), no Sudoeste do Paraná, indicou que este procedimento aglutinando renda agrícola e não-agrícola incrementa a renda das UFP's.

O PBSM apresenta-se como ação com múltiplas vertentes como as apresentadas por Paiva, Falcão e Bartholo (2013):

Atualmente a garantia de renda é apenas um dos pilares que sustentam o Plano. O BSM também reforça a oferta de educação em tempo integral, com prioridade às escolas onde a maioria dos alunos está no Programa. Com o Brasil Carinhoso, o Plano amplia o acesso à creche para as famílias do BF e provê suplementação de vitaminas e medicamentos gratuitos. Para melhorar as oportunidades de trabalho na cidade, o BSM oferece cursos profissionalizantes, ações de intermediação de mão de obra, microempreendedorismo e economia solidária. No campo, os destaques são os serviços de assistência técnica a agricultores familiares e a construção de cisternas no semiárido

Neste interim foram realizadas 4 atividades coletivas realizadas periodicamente em quatro núcleos (Tapuio, Matinha, Pau Barriga, Lagoa do Mato e Saboeiro) com uma assistência de no mínimo 16 e no máximo 24 agricultores familiares presentes.

A primeira atividade coletiva tratou da exposição das inúmeras políticas públicas que orbitavam no contexto do PBSM:

Fomento Rural – Plano Brasil Sem Miséria, Aposentadoria Rural, Benefício de Prestação Continuada (BPC), Crédito Rural do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), Programa Garantia Safra, Bolsa Família, Brasil Carinhoso, Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), Programa Nacional de Moradia Rural, Mutirão de Documentação das Trabalhadoras Rurais, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE), Programa Nacional de Territórios da Cidadania, Programa Água para Todos e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) (BARBOSA, 2014, p. 196).

A segunda atividade coletiva tratou da criação de aves alternativas enfatizando as diversas fases da atividade produtiva: instalações, manejo dos animais adquiridos, sanidade, nutrição e comercialização. Na etapa seguinte

os agricultores familiares realizaram uma avaliação intermediária levantando as ações do contrato que até o momento tinham contribuído no alcance das metas do PBSM e apontaram sugestões para dinamização das atividades.

Uma quarta atividade coletiva foi realizada sobre “Boas Práticas na Criação de Suínos” focando o manejo dos animais na agricultura familiar que dispõe de condições modestas para o desenvolvimento desta atividade pecuária. No intervalo das atividades coletivas são realizadas visitas de acompanhamento técnico e de atualização de diagnóstico em todas as propriedades rurais envolvidas nesta ação.

4.3 Comercialização

- **PNAE**

Desde 2011 os agricultores familiares de Serraria (PB) têm comercializado sua produção no PNAE nas Instituições de Ensino do município: Secretaria Municipal de Educação, Escola Estadual de Ensino Fundamental Francisco Duarte e Escola Estadual de Ensino Médio Antônio Bento. Os produtos comercializados são oriundos das UFP's acompanhadas pela EMATER-PB que também elabora os projetos de venda, com destaque a venda de banana, macaxeira, hortaliças diversas e inhame.

O funcionamento do PNAE na agricultura familiar obedece uma complexa legislação:

Enquanto o Artigo 14 da Lei Federal 11.947/2009 estabelece o mínimo de recursos a serem gastos na compra de produtos da agricultura familiar, o Artigo Terceiro da mesma lei determina que se priorizem as compras de produtos produzidos no âmbito municipal, o que contribuiria para o desenvolvimento local. Não sendo possível, deve-se estabelecer a seguinte ordem decrescente de prioridade: compra de agricultores da região, do território rural, do estado e, finalmente, de outros estados (CAMARGO; BACCARIN; SILVA, 2013, p. 7).

Em 2012 a EMATER-PB elaborou 668 projetos de venda do PNAE atendendo a 1.738 agricultores familiares com um montante de R\$ 7,2 milhões, e escoando a produção agrícola para 348 instituições de ensino no Estado da Paraíba (PARAÍBA, 2013).

- **Feira da Agricultura Familiar**

Na conjuntura atual de poder dos impérios agroalimentares Meirelles (2011, p. 11) faz a análise de que:

Para o agricultor familiar, muitas vezes sobram, a concorrência injusta e os baixos preços pagos pelos complexos agroindustriais ou pelas grandes redes varejistas. Os consumidores, por sua vez, ficam com produtos industrializados, distantes de suas características naturais, com pouco sabor e baixa qualidade biológica.

A organização da Feira da Agricultura Familiar de Serraria (PB) foi planejada e construída por três entidades que atuam no rural do município: Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, EMATER-PB e STTR. Num primeiro momento a feira foi idealizada como um evento de comemoração do Dia do Agricultor em 28 de julho de 2015, mas com aceitação da população da realização da atividade e a disposição dos agricultores familiares que participam desta forma de comercialização, tornou-se semanal.

Os 13 agricultores familiares que participam da feira recebem apoio técnico sistemático de técnicos da EMATER-PB, bem como a disponibilização de vestuário e das barracas para comercialização dos seus produtos.

A PNATER em suas diretrizes enaltece que é necessário “assegurar que as ações de Ater contemplem todas as fases das atividades econômicas, da produção à comercialização e abastecimento, observando as peculiaridades das diferentes cadeias produtivas” (BRASIL 2004, p. 7). Assim, “a EMATER atua junto aos agricultores e as feiras locais da agricultura familiar e agroecológicas buscando apoiá-los na organização da produção e nas produções de alimentos saudáveis para a população e também para os próprios agricultores e suas famílias” (PARAÍBA, 2012, p. 22).

- **Organização social**

O fortalecimento das entidades representativas dos agricultores familiares é uma etapa importante na caminhada do desenvolvimento rural sustentável, sem esta unidade os camponeses não alcançarão seus objetivos isolados. A extensão rural deve:

Privilegiar os Conselhos como fóruns ativos e co-responsáveis pela gestão da Política Nacional de Ater, no âmbito municipal, estadual e federal, de modo a fortalecer a participação dos beneficiários, e de outros representantes da sociedade civil, na qualificação das atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural (BRASIL, 2004, p. 7).

Além das associações de produtores rurais que realizam atividades junto com a EMATER-PB periodicamente, cabe destacar a reconstrução do CMDRS em 2011 com a realização de plenárias mensais. O CMDRS é composto por 11 Associações de Produtores Rurais (Pau D'Arco, Campo Verde II, Cajazeiras, Alagoinha, Tapuio, Matinha, Salamandra, Poço do Gado, Pau Barriga, Lagoa do Mato e Saboeiro), o STTR, a EMATER-PB, a Prefeitura Municipal e Câmara de Vereadores, sendo portanto, majoritariamente integrado por representantes dos camponês que têm a primazia de compor a diretoria do Conselho.

Penteado, Lima e Desenzi (2014, p. 85) enaltecem que a fundação de um Conselho está conjugada a questões políticas já que “uma vez que a demanda por mais participação social vem da sociedade civil organizada, não é impossível fazer uma conexão entre uma estratégia política do partido de uma forma geral e sua tentativa de responsivo à sua própria base política”. Se por um lado a participação de membros de entidades sociais nos conselhos tem favorecido a implementação de inúmeras políticas públicas no país, por outro aponta que os cidadãos que não estão organizados ainda sentem dificuldades em participar destes espaços deliberativos (GUSSO, 2013).

Almeida (2006) analisando a dinâmica do Conselho Municipal de Saúde de Juiz de Fora (MG) constatou que apesar da influência do Governo Municipal, as decisões nem sempre são oriundas desta força. Pesquisa sobre Conselho Municipal de Saúde de Cabo de Santo Agostinho (PE) aponta o empoderamento dos “usuários em cidadãos conscientes de que o acesso a serviços de saúde decentes não é um favor, ou um privilégio, mas um direito, e transformando uma cultura de clientelismo em uma cultura de transparência e prestação de contas” (CORNWALL; CORDEIRO; DELGADO, *2006, p. 139).

Dados do relatório da EMATER-PB de 2012 apontam que na Paraíba a Empresa acompanhava regularmente o funcionamento de 192 CMDRS e já em 2012 este quantitativo evoluiu para 208 Conselhos, pois neles são analisados “os Programas e Políticas Públicas voltadas para o meio rural” (PARAÍBA, 2013, 40 p.).

Nas reuniões do Conselho são debatidas as inúmeras políticas públicas para agricultura familiar: Programa Garantia Safra, crédito rural do PRONAF, Projeto COOPERAR, PNAE, PAA, Programa do Leite, Programa Estadual de Distribuição de Sementes, emissão de DAP, entre outros assuntos.

5 CONCLUSÃO

1 – Os agricultores familiares do município de Serraria têm recebido nos últimos anos assistência técnica continuada através de contratos com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, ampliando a produção agropecuária e acessando as políticas públicas destinadas a categoria;

2 – A participação dos agricultores familiares em espaço de comercialização como o Programa Nacional da Alimentação Escolar e a Feira do Agricultor Familiar configura-se um avanço na última etapa do sistema de produção, que é uma das grandes dificuldades do camponês e a oferta de alimentos saudáveis à população do município;

3 – O trabalho estabelecido pela EMATER-PB junto às diversas Entidades do município fortalece a agricultura familiar e possibilita o planejamento do cenário de desenvolvimento rural sustentável.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, DF v.15, n.1, p.137-157, jan./abr. 1998.

ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia aplicada**, Ribeira Preto, v. 4, n. 2, p. 1-20, abr./jun. 2000.

ABROMOVAY, R. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, v. 29, n.1, p. 1-20, jan./ago., 1999.

ALMEIDA, D. R. de. Gestão participativa: o potencial do Conselho Municipal de Saúde de Juiz de Fora. **Estudos de Sociologia**, Recife, PE, v.1, n. 12, p. 99-129, 2006.

BARBOSA, G. J.; ALMEIDA, F. J.; ARAUJO FILHO, C. J. de. Utilização do sistema de gerenciamento das atividades EM ATER (SIGATER) nas unidades familiares de produção em Serraria (PB). In: SEMINÁRIO NACIONAL DO NEMDR, 1., 2014, Bananeiras, PB. **Anais...** Bananeiras, PB: Núcleo de Extensão Multidisciplinar para o Desenvolvimento Rural, 2014.

BARBOSA, G. J. **Construindo a inclusão produtiva rural no Município de Serraria (PB)**. In: SEMINÁRIO REGIONAL DA ABET, 1., 2014. João Pessoa, PB. **Anais...** João Pessoa, PB: Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, 2014.

BARROS, E. de V. **Princípios de ciências sociais para a extensão rural**. Viçosa: UFV, 1994.

BELIK, W. A Heterogeneidade e suas implicações para as políticas públicas no rural brasileiro. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, DF, v. 53, n. 01, p. 9-30, 2015.

BRASIL. **Política nacional de ATER: assistência técnica e extensão rural**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2004.

CAMARGO, R. A. L. de.; BACCARIN, J. G.; SILVA, D. B. P. da. O papel do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no fortalecimento da agricultura familiar e promoção da segurança alimentar. **Revista Temas da Administração Pública**, Araraquara, v. 8, n. 2, p. 1-21, 2013.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Extensão rural e agroecologia**. Brasília, DF: MDA/SAF/DATER/IICA, 2007.

CORNWALL, A.; CORDEIRO, S.; DELGADO, N. G. Direitos à saúde e lutas em favor da transparência em um conselho municipal de saúde brasileiro. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v.1, n. 1, p. 114-142, 2006.

COSTA, Geovanni Medeiros et al. O SIGATER Paraíba e o método “roça” como instrumento de qualificação de processos e projetos. In: FURTADO, D. A. et al (orgs).. **Tecnologias adaptadas para o desenvolvimento sustentável do semiárido brasileiro**. Campina Grande: EPGRAF, 2014. 308 p. p. 116-128.

DEPONTI, C. M.; SCHNEIDER, S. A Extensão rural e a diversificação produtiva da agricultura familiar em áreas de cultivo de tabaco no Rio Grande do Sul: o caso de Dom Feliciano-RS. **Revista Ideias**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 176-213, dez., 2013.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

- GUSSO, R. J. Domínio da agenda e monopólio da representação durante a 4ª Conferência Nacional das Cidades. **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 13, n. 147, p. 51-64, 2013.
- GUZMÁN, E. S.; MOLINA, M. G. de. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- MEIRELLES, L. Sistemas agroalimentares: humanizar é possível. **Revista Agriculturas**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 9-11, set., 2011.
- MUBAI, B. A.; LIMA, M. das. G. de. A extensão agrícola pública e o apoio ao desenvolvimento da pequena agricultura familiar do Distrito de Boane-Moçambique. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v. 9, n. 19, p. 337-362, out., 2014.
- PAIVA, L. H.; FALCÃO, T.; BARTHOLO, L. Do bolsa família ao Brasil sem miséria: um resumo do percurso brasileiro recente na busca da superação da pobreza extrema. **One Pager**, Brasília, DF, n. 228, nov. 2013.
- PARAÍBA. **EMATER Paraíba**: relatório anual de atividades 2011. Cabedelo, PB: EMATER PARAÍBA, 2012.
- PARAÍBA. **EMATER Paraíba**: relatório anual de atividades 2012. Cabedelo, PB: EMATER Paraíba, 2013.
- PEIXOTO, M. **Extensão rural no Brasil**: uma abordagem histórica da legislação. Brasília, DF: Senado Federal, 2008. (Textos para discussão).
- PENTEADO, C. L. de C.; LIMA, L. de S.; DESENZI, T. H. Caminhos da participação cidadã em São Paulo: um estudo do conselho participativo municipal. **Revista Parlamento e Sociedade**, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 71-101, 2014.
- PERONDI, M. A. Repensando a especialização agrícola. **Revista Agriculturas**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, out., 2009.
- PLOEG, J. D. V. D. Entre a dependência e a autonomia: o papel do financiamento para a agricultura familiar. **Revista Agriculturas**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 34-37, jul., 2010.
- RODRIGUES, C. M. Conceito de seletividade de políticas públicas e sua aplicação no contexto da política de extensão rural no Brasil. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, DF, v.14, n.1, p.113-154, 1997.
- SILVEIRA, L. M. da. FREIRE, A. G.; DINIZ, P. C. O. Polo da Borborema: ator contemporâneo das lutas camponesas pelo território. **Revista Agriculturas**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 13-19, mar., 2010.

2 - CONSTRUÇÃO DE UM PLANO DE AÇÃO PARA A ASSOCIAÇÃO SÍTIO CABOCLO E PEDRA GRANDE GUARABIRA-PB ATRAVÉS DO MÉTODO BAMBU

**Tatiana Losano de Abreu¹
Patrício Lourenço da Silva²
Wiliane Viriato Rolim³**

1 INTRODUÇÃO

A globalização e a concorrência acirrada são fatores vivenciados em quase todos os setores produtivos do mundo, ocorrendo cada vez mais, em nível de cadeia e não mais em negócios isolados, o que é visto nas parcerias de grandes organizações comerciais. Se não bastasse, as pessoas perderam o senso de ajuda mútua, de colaboração, de solidariedade com o próximo, tornando-se, muitas vezes, incapazes de perceber a força que possuem quando podem contar uma com as outras.

No meio rural, essa realidade não é diferente, a exclusão social que tem se agravado nas últimas décadas com o processo de modernização, desencadeado pelo desenvolvimento tecnológico e científico da agricultura, tem deixado muitos agricultores sem as mínimas condições continuarem no campo exercendo suas atividades (BARBOSA, 2001).

Nesse sentido, a Economia Solidária busca construir novas relações baseadas no respeito ao ser humano na sua totalidade, visando à transformação para uma sociedade mais justa, onde a vida das pessoas e do planeta seja mais importante que o lucro e a ganância (CÁRITAS, 2015). Nessas novas relações almejadas, não se deve ignorar ou negligenciar as atividades econômicas, para que os homens e mulheres possam, de fato, se construir enquanto sujeitos que fazem história e constroem um mundo melhor através de suas ações. Na construção das atividades econômicas ainda é preciso levar em consideração os aspectos do território em que o grupo está inserido (YUASA et al, 2007).

Buscando encontrar formas de manter-se no meio rural e gerar renda para um grupo de moradores da comunidade rural do Sítio Caboclo e Pedra Grande, situada na saída da cidade de Guarabira – PB, um grupo

¹Professora de economia e mercado, IFPB Campus Guarabira. Mestrado em Economia. E-mail: tatiana.abreu@ifpb.edu.br.

²Curso Superior Tecnológico em Gestão Comercial, IFPB *Campus* Guarabira. E-mail: gestor.patricio@gmail.com.

³ Professora de filosofia, IFPB Campus Guarabira. Doutorado em Estudos Linguísticos. E-mail: wilianerolim@yahoo.com.br.

de moradores criou uma Associação que vincula vários meios produtivos, como a produção de galinha, restaurante agroecológico, produção agrícola e de doces. Esses produtores são adeptos à prática da economia solidária, mas ainda apresentam algumas dificuldades operacionais e organizativas que impedem que seus empreendimentos atinjam o potencial máximo.

Diante do exposto, este estudo busca responder ao seguinte questionamento: qual é o plano de ação para potencializar os empreendimentos econômicos dos moradores do Sítio Caboclo?

Desta forma, este estudo buscou analisar a realidade produtiva do sítio Caboclo, a partir da interlocução com os envolvidos, com vistas a criar um plano de ação para potencializar os resultados econômicos de seus empreendimentos. Para tanto, será aplicado o Método Bambu que, como será melhor explicado adiante, possibilita a construção de planos de ação de forma coletiva e democrática.

Vale ressaltar que esta foi uma demanda elencada pelos próprios moradores ao procurarem os pesquisadores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba Campus Guarabira para o desenvolvimento de projetos de ação. Dessa forma, justifica-se a escolha do tema seja pela importância e necessidade de serem trabalhados problemas práticos do dia-a-dia, e pela necessidade de ser colocada em prática a missão social dos Institutos Federais, que é colaborar com o desenvolvimento local das comunidade em que estão inseridos.

2 ALGUNS FUNDAMENTOS TEÓRICOS

O referencial teórico deste estudo está estruturado em três seções, inicialmente a contextualização sobre o objeto de estudo desta pesquisa, em seguida trata-se sobre as linhas gerais da economia solidária e, por fim, sobre território e territorialidades.

2.1 Caracterização da comunidade Sítio Caboclo

A comunidade do sítio Caboclo está localizada na zona rural da cidade de Guarabira, a uma distância de 8 km do centro da cidade. Ali situa-se a associação dos moradores que desenvolve um projeto de criação de galinhas de capoeira administrada por famílias moradoras da região. Essas famílias fazem parte da população residente às margens do rio Araçagi, afluente do rio Mamanguape, e representam aqueles que resistiram ao êxodo rural ocorrido até a década de 90⁴.

⁴ Segundo Abramovay e Camarano (1998) Entre 1960 e 1980, o êxodo rural brasileiro alcançou um total de 27 milhões de pessoas.

As dificuldades foram muitas, como explicou a moradora e Agente de Saúde Maria das Graças Silva, pois naquela época praticava-se a agricultura de subsistência, tipo de produção muito sensível aos efeitos das grandes secas, que eram muito comuns no agreste paraibano, microrregião onde a comunidade situa-se. Para fugir desta realidade, um grupo de moradores se uniu a grupos da igreja no intuito de articular e realizar campanhas de coleta e doação de alimentos.

Durante o processo, foi visto que a quantidade de pessoas que passavam por condições precárias de sobrevivência era maior do que o estimado, e assim o movimento teve que passar por uma maior organização. Como resultado desta organização, foi fundada, no dia 21 de agosto de 1994, a Associação dos Produtores Rurais Comunidades Caboclo e Pedra Grande, com a finalidade de buscar melhorias para as famílias desta localidade.

Atualmente a comunidade possui uma ampla diversidade de produtos que são produzidos nos estabelecimentos de agricultura familiar da região. Cada família produz os mais variados tipos de produtos agrícolas: mel, queijo, cocada, batata doce, inhame, macaxeira, hortaliças, feijão verde, milho, frutas. Os mais diversos produtos hortigranjeiros são comercializados nas cidades circunvizinhas nas madrugadas das sextas-feiras e na feira de produtos orgânicos de Guarabira, que ocorre semanalmente na cidade.

Além destes, merece destaque a criação de galinha de capoeira que, através da parceria do Projeto COOPERAR do Governo do Estado da Paraíba e o Banco Mundial, no ano de 2013, investiram um total de R\$ 325 mil na construção de dois galpões centrais e 21 pequenos galpões para que cada uma das famílias pudesse criar suas galinhas⁵.

A associação, através do projeto COOPERAR, passou a exercer a atividade avícola, com um plantel de duas mil galinhas, sob assessoria técnica da EMATER. Sob o influxo dos percalços políticos e administrativos da cidade, este grupo participa da merenda escolar, como forma eficiente de escoamento, porém, forma instável por depender da demanda das prefeituras. Porém, ainda, percebe-se uma necessidade da comunidade em executar iniciativas que visem à produção de produtos e serviços através da integração dos produtores rurais, o que pode alavancar ainda mais a renda atual dos mesmos, pois como visto, ambos possuem alguns meios de produção como a terra e

⁵ Informações retiradas da página institucional do COOPERAR: <http://www.cooperar.pb.gov.br>. Disponível em < <http://www.cooperar.pb.gov.br/?pg=destaques&informativo=188> > Acesso em: 22 jan. 2016.

a mão de obra da família, logo faz-se necessário estabelecer relações entre si e formular um plano de desenvolvimento local baseado na participação coletiva e na solidariedade.

Para isso, faz-se necessário entender os fatores que fundamentam o conceito de territorialidades, pois torna-se indispensável na análise do papel dos múltiplos agentes que atuam no território, das formas organizativas da sociedade e, da cultura predominante no contexto da comunidade (SCHNEIDER; TARTARUGA, 2004).

2.2 Economia solidária

As diversas atividades praticadas na comunidade Sítio Caboclo se caracterizam por representarem empreendimentos de economia solidária de base familiar, que se diferenciam em vários aspectos, como observa-se a partir da própria definição de economia solidária:

Economia solidária é um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver, sem explorar ninguém, sem levar vantagem, sem destruir o meio ambiente, organizado de forma associativa e cooperativa, voltada para produção, consumo e comercialização de bens e serviço através da autogestão (FAARIN; SOARES; HERDT, 2011, p. 7).

No caso do Brasil de acordo com Silva et al (2016, p. 3)

Em meados de 1980, foram criadas variedades de Projetos Alternativos Comunitários (PACs), cujo lema era: “a solidariedade liberta”. Ainda nesta mesma década, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST construiu cooperativas agropecuárias situadas em assentamentos de reforma agrária. Já por volta de 1990, surgem as Incubadoras Universitárias de Cooperativas Populares e a transformação de empresas falidas em cooperativas pelos seus próprios empregados. Não se pode esquecer do fomento da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão (ANTEAG), e da União de Solidariedade das Cooperativas – Unisol, formadas anos posteriores.

A economia solidária se torna hoje como uma alternativas geradora de trabalho e renda para trabalhadores desempregados, seja na cidade ou no campo, ainda mais pela economia capitalista passando por uma crise econômica, esse movimento tem resultado numa reestruturação produtiva, onde a sociedade passa a entender, que o projeto de economia solidária vai além dos interesses econômicos, procurando desenvolver o potencial humano, assim bem como a preservação do meio ambiente.

2.3 Território e territorialidades

Ultimamente o conceito territorialidades tem sido tema recorrente de pesquisas sobre espaços delimitados no mundo globalizado, na busca para tentar entender os fatores determinantes e diferenças ali presentes, bem como as relações entre os indivíduos e destes com as instituições presentes no lugar, reunidos “numa mesma lógica interna todos os seus elementos: homens, empresas, instituições sociais e jurídicas e formas geográficas” (SANTOS, 1999, p. 272).

Haesbaert (2009) aponta que existem várias abordagens ao se tratar sobre território, com diversos enfoques. Porém, independente da perspectiva, há um consenso que o conceito de território está relacionado a existência de poder em determinado espaço, que pode surgir de várias formas: poder jurídico-político, cultural (dimensão simbólica) e econômico. Nesse sentido, pode-se falar de poderes, os micro poderes, as diversas formas que os indivíduos se empoderam em suas relações pessoais e coletivas, que determinam as diversas formas de organizações.

Na maioria das vezes, territorialidade diz respeito aos limites geográficos. No entanto, como aponta Haesbaert (2009) o significado dessas fronteiras e os motivos que levaram à determinação desses limites denominados “fronteiras”, pelo Estado, são elementos que evidenciam e justificam a manutenção do poder.

O conceito de territorialidade pressupõe a consciência das interferências no espaço, assim como as metas, os objetivos e as estratégias para se alcança-las.

De acordo com Santos (2001, p. 19):

O sentido da palavra territorialidade como sinônimo de pertencer àquilo que nos pertence [...] esse sentimento de exclusividade e limite ultrapassa a raça humana e prescinde da existência de Estado. Assim, essa ideia de territorialidade se estende aos próprios animais, como sinônimo de área de vivência e de reprodução. Mas territorialidade humana pressupõe também a preocupação com o destino, a construção do futuro, o que, entre os seres vivos é privilégio do homem.

Com isso, a partir dessas afirmações, entende-se a superioridade do poder imaginário do ser humano sobre o espaço. Nesse sentido, a territorialidade nos mostra a importância de se considerar os vários fatores, tanto físicos e psicológicos envolvendo (o homem e espaço) que estão sujeitos a constantes mudanças no tempo e no espaço, significando os elementos culturais aí envolvidos, conforme nos mostra Santos (2001).

3 METODOLOGIA

Este trabalho se caracteriza como uma pesquisa exploratória qualitativa. Segundo Gil (2002), a pesquisa exploratória é a melhor opção quando o tema é pouco explorado, tendo em vista que se torna difícil formular hipóteses precisas. Pesquisas exploratórias são realizadas no intuito de proporcionar visão mais ampla sobre um determinado fato.

Para o desenvolvimento do plano de ação proposto por esta pesquisa, foi aplicado o Método Bambu. Este método consiste numa metodologia composta por várias ferramentas como instruções de como os facilitadores devem de comportar durante as oficinas, nas apresentações de saudação da comunidade, assim bem como os instrumentos que devem ser utilizados para se fazer o levantamento das potencialidades locais, no qual são utilizadas

- I - Histórico de conquistas da comunidade;
- II - Levantamento de sonhos e desejos da comunidade;
- III - Mapa de prioridades;
- IV - Distribuição de responsabilidades;
- V - Acompanhamento e controle.

As ferramentas descritas acima foram aplicadas com doze integrantes da associação durante um seminário que desenvolveu o tema “Fortalecer o arranjo produtivo da comunidade Caboclo” e foi realizado pelo Núcleo Catalisador de Empreendimentos Solidários (NUCAES) durante quatro dias (23/11 e 24/11, 31/11 e 01/12 do ano de 2015), com duração de duas horas cada noite das 19 às 21h, somando 8 horas de trabalho coletivo. Essas atividades foram documentadas a partir de gravações e fotos.

As gravações (áudios) foram transcritas, analisadas e feitas inferências sobre os conteúdos verbalizados nas oficinas, buscando uma síntese dos dados obtidos, apresentando-os em concordância e coerência com o suporte teórico que embasou o problema da pesquisa. A seguir são expostos os resultados da aplicação do Método Bambu.

3. 1 Construindo um plano de ação

Durante a realização do seminário, percebeu-se claramente que a comunidade vislumbra investir no turismo rural, o que significa uma oportunidade, já que suas atividades agrícolas estão alinhadas a esse tipo de negócio, como também pelo crescimento da gastronomia junto ao turismo rural. Daí pode-se começar analisando que dada as circunstâncias e o momento de realização das oficinas, se não definida, mas idealizada uma determinada atividade em comum (o turismo rural) é importante que se encare a atividade como um negócio com suas diversas áreas de atenção, (logística/transporte, produtos/serviços e outros) para que se formule adequações a esses assuntos em linguagem mais próxima à dos produtores.

No primeiro dia do evento, o início das atividades se deu através de uma breve apresentação dos facilitadores, iniciando em seguida a dinâmica “teia da cooperação”, uma atividade que procurou sensibilizá-los sobre a importância do trabalho em equipe. Nesta oportunidade, foi conciliado simultaneamente também a etapa “Identificando as potencialidades” assim cada participante, além de sua apresentação pessoal, relataram um pouco das atividades que desenvolvem, além de compartilhar suas vivências e expectativas sobre o encontro. Como esta dinâmica possui a finalidade de estabelecer um contato inicial com os participantes através do diálogo, é importante um registro (anotações e gravação) apenas para se identificar uma possível relação entre as explicações, uma visão geral da comunidade.

Seguindo algumas orientações propostas no Método Bambú, no segundo dia foi entregue a todos participantes lápis e papel para fazerem anotações na medida que fossem solicitadas as informações. A atividade seguinte faz referência a etapa “Desejando e Criando” que consiste em descrever a comunidade desejada, os sonhos e as ideias, que venham a beneficiar o coletivo. O Quadro abaixo expõe algumas respostas:

- Expansão física do restaurante e aquisição de veículo maior (kombi);
- Construção de açudes para sistema pesque-pague;
- Adquirir um veículo de uso coletivo para entrega dos produtos;
- Cursos de capacitação (turismo, eventos e finanças);
- Melhora na qualidade da saúde, geração de empregos através do turismo e do comércio;

- Criar outras opções de negócios;
- Construção de obras públicas (pavimentação e jardinagem);
- Transformar em um polo gastronômico e turístico;
- Divulgar e comercializar os produtos através do site;
- Diversificar a variedade dos produtos ofertados.

Como podemos ver no quadro acima, analisando as anotações dos produtores podemos extrair vários significados, como podemos perceber desde já, que alguns dos apontamentos são de interesse apenas individual de alguns, porém como esperado, grande parte dos desejos idealizados pelos participantes interessam o coletivo, beneficiando a todos. De modo geral, percebe-se um determinado vínculo entre as anotações que estão diretamente ligadas ao turismo rural.

Neste ponto, alguns empecilhos podem surgir dificultando o desenrolar da atividade, como a timidez de alguns em falar em público, o fato de alguns não souberem escrever, daí a importância dos facilitadores estiverem preparados a reconhecerem estas dificuldades e saberem extrair as informações seja por diálogo (com os que não sabem escrever) ou por anotações (com os mais tímidos).

O próximo passo “Mapa de prioridades” exigiu um conhecimento prévio e mais detalhado de como funciona esta metodologia. Inicialmente deve-se questionar os participantes sobre quais seriam os passos ou objetivos que devem ser realizados para se conseguir a comunidade almejada, como visto anteriormente. Para a construção do mapa deve-se considerar duas variáveis: 1 tempo (Cor de rosa: muito tempo para realizar, Verde: pouco tempo para realizar) e 2 interesse (Bola grande: interesse da maioria, média: interesse de alguns, pequena: interesse de poucos). Neste momento, é importante também procurar resumir as anotações em poucas palavras para transcrição nas bolas de acordo com a cor e o tamanho respectivo as orientações dos participantes.

Além disso, de acordo com Sá et al (2007) “Manual do Método Bambú” sugere ainda que hajam dois quadros: o do centro significa o que pode ser feito de mais simples a partir dos recursos disponíveis na comunidade; o quadro maior deve situar as atividades que podem ser feitas com a ajuda externa. Seguindo os preceitos do método e ouvindo as participantes, chegamos ao resultado a seguir:

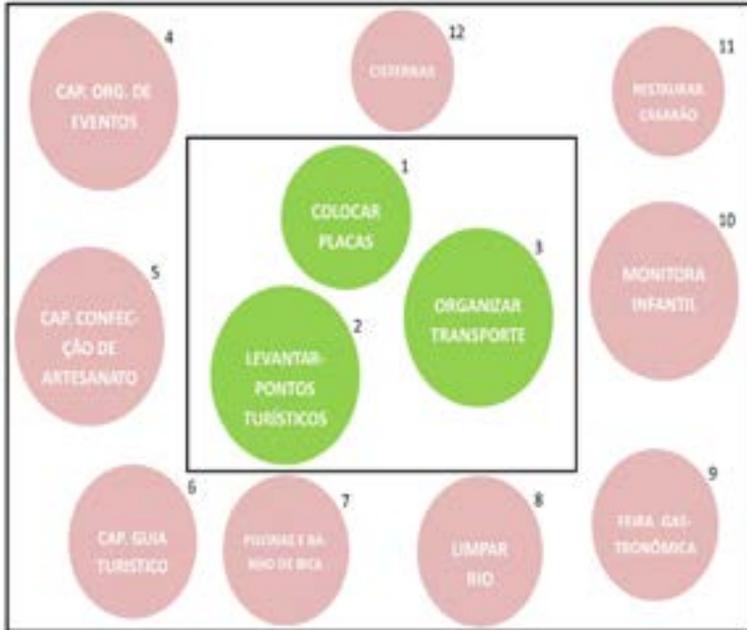


Figura 1 – Mapa de prioridades. Fonte: dados primários

Para analisarmos a figura anterior, iniciemos pelo quadro do centro, onde ficam as atividades que podem ser feitas apenas com recursos e esforços da comunidade, ao analisarmos as três bolhas nas cores verdes significando exigir pouco tempo para ser feito, quanto aos tamanhos são referentes respectivamente, dada a quantidade interessados.

Como já mencionamos anteriormente, no momento de realização do seminário, os participantes estavam muito entusiasmados com o turismo rural, por isso as informações coletadas estarem relacionadas com este tema. A partir de então, podemos entender como mostra a descrição nas bolhas (1) colocar placas - identificar o percurso para se chegar no Sítio Caboclo; (2) - Levantar os pontos turísticos; (3) organizar transporte – providenciar com a prefeitura ou alternativos, o transporte para os interessados em visitar a comunidade.

Partindo para o segundo quadro, que destacam as demais atividades que necessitam de agentes e instituições externas para serem realizadas, percebe-se que as bolas obedecem as mesmas premissas quanto as cores e o tamanho. Continuemos com a descrição quanto ao significado de cada uma: (4) capacitação sobre organização de eventos; (5) capacitação confecção de artesanato; (6) capacitação guia turístico; (7) piscinas e banhos de bicas – estas seriam alternativas de lazer para os turistas; (8) limpar o rio; (9) feira gastronômica – organizar um evento para comercialização de produtos agrícolas e comidas típicas; (10) monitora infantil – seu propósito seria de cuidar e promover atividades voltadas para crianças; (11) restaurar casarão – elaborar um projeto para reforma do casarão que existe na comunidade; (12) cisternas – procurar instituições governamentais para aquisição de cisternas.

A partir de então, alcançava-se neste momento o objetivo pelo qual o seminário se propunha que era de fortalecer o arranjo produtivo da comunidade Sítio Caboclo através de atividades práticas que atentassem tanto para o trabalho em equipe, dessa forma conscientizando para a importância da participação do coletivo.

Para tanto, algumas das ações elencadas naqueles dias de dezembro já foram realizadas neste princípio de abril, tais como as placas de sinalização e a realização das feiras de economia solidária, nas quais são comercializados os produtos dos moradores da região. O território do Sítio Caboclo e adjacências, chegando aos sítios circunvizinhos (Pedra Grande, Passagem e Maciel) recebem visitantes, moradores da região e das cidades próximas, Guarabira, Araçagi que vêm no primeiro domingo de cada mês comprar produtos hortigranjeiros sem agrotóxicos e se deliciarem com a famosa galinha capoeira.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o desenvolvimento desta pesquisa, foi possível observar a importância de se utilizar mecanismo e ferramentas como as que compõem o Método Bambú, para elaborar planos de ações participativos, para em conjunto procurarmos por alternativas e soluções inovadoras e viáveis.

Com base nas informações levantadas durante as reuniões do seminário, chegamos a um conjunto de dados que apontam para vários anseios que a comunidade almeja dado o momento e o estágio que está vivenciando. Assim, ficou evidente a importância da participação efetiva de todos participantes na construção deste levantamento, o que

vem tornar o estudo mais fidedigno e condizente com a realidade, já que leva em consideração alguns conceitos vistos anteriormente e obedece as especificidades da comunidade.

Vale ressaltar que o método bambu apresenta, ainda duas etapas, que dizem respeito a divisão de responsabilidades (o que cada um vai fazer) e o acompanhamento. Porém, o tempo de aplicação da pesquisa (quatro dias, oito horas) não possibilitou o cumprimento das duas últimas etapas. Acharmos necessário um maior amadurecimento do grupo para o aprofundamento das propostas de “estratégias de execução das ações prioritizadas”. Estes passos serão exercitados em um próximo seminário a ser realizado após a observação do maior amadurecimento do grupo.

Se, no início de nosso trabalho, o problema de nossa pesquisa colocava-se em como desenvolver um plano conjunto de ações para um grupo emergente de agricultores familiares que precisam encontrar fórmulas alternativas de comercialização de seus produtos, no momento de realização desta pesquisa, o vislumbre do turismo rural surge como mecanismo de promoção dos produtos a serem comercializados.

Dessa forma, para construção de planos locais de êxito, deve se basear principalmente na participação coletiva, pelo motivo de incentivar o desenvolvimento autonomia individual e o empoderamento, onde os mesmos elejam e priorizem ações que sejam de interesse de todos, para resolverem problemas sociais do seu dia-a-dia a partir de soluções criativas e inovadoras, considerando suas limitações e recursos disponíveis.

Com isso, O método apresentado na construção do plano de ação para a Associação Sítio caboclo e Pedra Grande (Guarabira-PB) através da ferramenta método bambu permitiu um planejamentos fidedigno a realidade que estão inserido os participantes, o que mostra que o método tem a capacidade para ser aplicado em vários contextos.

Sugerimos novas pesquisas sobre esta ferramenta, tendo em vista que durante esta pesquisa, foram encontrado poucos estudos, e principalmente pelo potencial que o método apresenta.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo, Ana Amélia; CAMARANO. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 15, n. 2, 1998.

BARBOSA, Ricardo Machado. **Monitoramento e avaliação de projetos sociais**, 2001. TCC (Especialização em Desenvolvimento Rural e Agroecologia.) – UFRGS, Porto Alegre, 2001. Disponível em: <http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/mono_ricardo_barbosa.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2016.

CÁRITAS. **Economia solidária**. 2013. Disponível em:<www.caritas.org.br/wp.../roteiro-para-elabo_racao>. Acesso em: 09 jan. 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

FAARIN, Roque Ademir; SOARES, Ediane Aparecida; HERDT Moacir (orgs.). **Outra economia em nossas mãos**: gestão e viabilidade econômica Florianópolis, SC: CÁRITAS, 2011. 64p.

SÁ, Franco de et al. **Manual do método Bambu**: construindo municípios saudáveis. Recife: Editora Universitária UFPE, 2007.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 3ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1999. 308 p.

_____. **Território e sociedade**. 2. ed. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2001. 127 p.

SCHNEIDER, S.; TARTARUGA, I.G.P. Território e abordagem territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais. **Revista Raízes**, Campina Grande, v.23, n. 1/2, p. 99-116, jan./dez., 2004.

SILVA, P. L. et al. Ferramentas de gestão para o fortalecimento de empreendimentos solidários de agricultura familiar: o caso do Sítio Caboclo. In: EGEPE, 2016. Passo Fundo, RS. **Anais**. . Passo Fundo, RS, 2016. Disponível em: < www.egepe.org.br/2016/artigos-egepe/196.pdf >. Acesso em: 14 jul. 2016.

YUASA, M; et al. Emergence model of social and human capital and its application to the healthy municipalities project in Northeast Brazil. **Health Promot Int**, v. 22, n. 4, p. 292- 298, 2007.

3 - DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIA ASSISTIVA A PARTIR DO LIXO

Luciana Pereira Oliveira¹
Glaydson Gonçalves da Silva²
Mateus Delfino Romão³
Gilvan Araújo de Oliveira⁴

1 INTRODUÇÃO

Junto com o crescimento econômico, a posse de eletrônicos tem aumentado rapidamente no mundo. Ao mesmo tempo a contínua inovação tecnológica tem resultado em uma obsolescência precoce de muitos produtos elétricos. As evoluções nas características dos produtos desenvolvidos e as mudanças na tecnologia e serviços sem fio, muitas vezes tornam difícil, se não impossível para os consumidores evitarem substituições frequentes de equipamentos eletrônicos. A expectativa de vida de um computador em 2005 era menos que a metade em 2000, e essa taxa está continuamente diminuindo (ZHANG, 2012). Conseqüentemente, os resíduos de equipamentos elétricos e eletrônicos estão sendo caracterizados como uma das categorias de lixo que crescem mais rapidamente no mundo em termos de volume de resíduo. Resíduo elétrico ou e-lixo em uma breve definição inclui as variadas formas de equipamentos elétricos e eletrônicos que não possuem mais valor para seus proprietários (WIDMER et al, 2005).

Além da grande demanda negativa para os recursos naturais que a rotatividade do produto gera esse tipo de resíduo eletrônico também precipita um volume crescente de tóxicos no ambiente em que é depositado, e se disposto em local sem devido tratamento pode gerar altos índices de elementos tóxicos no solo, água ou ar, representando um grande impacto ambiental e um risco para saúde pública. Dentre as soluções para as problemáticas geradas pelo e-lixo estão o reuso e reciclagem destes equipamentos. Mudanças nas práticas de empresas e políticas do governo direcionadas para o gerenciamento e controle do e-lixo podem além de diminuir o volume desses resíduos, representar potencialmente um negócio lucrativo com a reciclagem de metais

¹Doutorado em Ciência da Computação, professora no IFPB - Campus João Pessoa, luciana.ifpb@ifpb.edu.br,

²Bacharelado em Engenharia Elétrica, IFPB – Campus João Pessoa, glaydson.tec@gmail.com,

³Bacharelado em Engenharia Elétrica, IFPB – Campus João Pessoa, mateusdelfinoromao@hotmail.com.

⁴Cursando Técnico em Redes de Computadores, lionel.cold@gmail.com.

contidos nos equipamentos elétricos e na geração de emprego neste processo. Aplicações de experimentos para a reciclagem do e-lixo dão visibilidade e apresentam alternativas para práticas futuras no destino destes resíduos.

A iniciativa do projeto “Desenvolvimento de Tecnologia Assistiva a Partir do Lixo” tem como objetivo geral criar um tipo de tecnologia assistiva por meio da construção de hardware a partir de equipamentos eletrônicos quebrados ou em desuso, concomitantemente com a utilização de software gratuito. As tecnologias assistivas são equipamentos e processos voltados para a promoção da acessibilidade de modo geral, mas aplicadas principalmente a portadores de deficiência física ou motora.

Existe um número incontável de possibilidades, de recursos simples e de baixo custo, que podem ser disponibilizados nas salas de aula inclusivas, conforme as necessidades específicas de cada aluno com necessidades educacionais especiais presente nessas salas, tais como: suportes para visualização de textos ou livros, fixação do papel ou caderno na mesa com fitas adesivas; engrossadores de lápis ou caneta confeccionados com esponjas enroladas e amarradas, ou com punho de bicicleta ou tubos de PVC “recheados” com epóxi; substituição da mesa por pranchas de madeira ou acrílico fixadas na cadeira de rodas; órteses diversas, e inúmeras outras possibilidades (GALVÃO FILHO, 2009, p. 207).

Soluções que fazem uso de equipamentos elétricos para construção de tecnologia voltada para deficientes apresentam alto custo (BERSCH; TONOLLI, 2006), (RANIERI, 2010). Por exemplo, a aplicação de TA para deficientes auditivos requer a captura de imagens por câmeras, processamento de imagens, traduções, licenças para uso de softwares e outros (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2015).

Diante do exposto, o projeto “Desenvolvimento de Tecnologia Assistiva a Partir do Lixo” desenvolveu um material, presente neste capítulo, contendo conceitos, motivação e resultados do uso de lixo eletrônico no contexto de sustentabilidade e TA. A intenção de aplicação futura é o uso do material em escolas para auxiliar os estudantes a refletirem sobre o e-lixo que produzem, bem como, associarem a reciclagem como um meio de reduzir o impacto ambiental e, ao mesmo tempo, produzir novas tecnologias a partir dele, dentre estas a inclusão de portadores de deficiência com a criação de tecnologia assistiva.

De forma sistemática as seções seguintes apresentarão os conceitos dos tipos de lixos, problemas e projetos que abordam a criação de soluções computacionais a partir da transformação de componentes eletrônicos descartados. A Seção 5 apresentará a metodologia utilizada para construir o material educativo. Em seguida, a Seção 6 apresentará os detalhes dos resultados do projeto de extensão, especificamente, os protótipos de tecnologia assistiva no contexto de reciclagem. Por fim, a Seção 7 apresentará as conclusões e trabalhos futuros.

2 O DESAFIO DO E-LIXO NA SOCIEDADE

A combinação de um aumento de usuários nas tecnologias emergentes e a expectativa de vida curta dos aparelhos elétricos desenvolvidos atualmente tem levado a um rápido crescimento nas quantidades de eletrônicos não desejáveis e obsoletos. O gerenciamento e a reciclagem de e-lixo tem sido reconhecido como um grande desafio para a sociedade. Com foco não apenas no volume de e-lixo gerado, mas também na lista de e-lixo associados a toxinas. Segundo ZHANG (2012), atualmente 70% da geração mundial de e-lixo é processada na China todo ano, 28 milhões de toneladas por ano baseadas em uma quantidade estimada de 40 milhões de toneladas por ano produzidas globalmente.

Uma das principais problemáticas do lixo eletrônico é que ele não é rastreado, o que facilitaria as manutenções ou reuso dos equipamentos obsoletos. Uma quantidade substancial de equipamentos é exportada para disposição em outros países onde o meio ambiente e as proteções de saúde ocupacional são fracas e os aterros não são propriedades controladas (CAIRNS, 2015). A infraestrutura para reuso e reciclagem ainda é altamente fragmentada, inconsistente e geralmente adiciona taxas para os consumidores. Os programas de reciclagem raramente rastreiam o atual destino de produtos que retornaram para reciclagem ou rastreiam em uma maneira transparente, dados sólidos dos seus impactos. O papel dos atores relevantes, partilha dos custos e o tratamento adequado dos resíduos deve ser a premissa para a utilização eficaz dos recursos (YOSHIDA; YOSHIDA, 2010).

As seções a seguir trabalham conceitualmente as informações sobre os tipos de resíduos, o processo de coleta seletiva e pontos de coleta de e-lixo, bem como, o estudo de projetos que transformam lixo em soluções computacionais. Tais informações são a base para a construção de um material educativo por este projeto que tem o objetivo de transmitir a educação ambiental através da construção de tecnologia a partir do lixo.

3 GERENCIAMENTO DO E-LIXO NA CIDADE DE JOÃO PESSOA

No tratamento do lixo e ações governamentais no Brasil, foram estabelecidos leis e decretos para reduzir o impacto do lixo no meio ambiente. Uma destas é a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), instituída pela Lei n 12.305/2012 (BRASIL, 2012). Ela contém diretrizes relativas à gestão integrada, ao gerenciamento de resíduos sólidos e definição de responsabilidades. Na implementação dessas diretrizes em João Pessoa, os relatórios de plano municipal de resíduos sólidos de diagnósticos por Assis et al. (2014) e prognósticos de Cartaxo et al. (2014) descrevem como o governo está trabalhando para reduzir e tratar o lixo, o que inclui a implantação de coleta seletiva realizada por catadores em alguns bairros de Joao Pessoa, pontos de entrega voluntária (PEV) e coleta seletiva de resíduos recicláveis em um aterro metropolitano. Nesse aterro,

é prevista uma estrutura de galpão de triagem para separação de materiais recicláveis, oficina mecânica para manutenção das máquinas e área para disposição de entulhos e de podas, estação de tratamento de chorume [...] estação pluviométrica, área de viveiro de plantas, balança e edificação para administração do aterro” e uma unidade de queima de gás, pela qual recebe créditos de carbono (SILVA 2014, p. 78).

Cartaxo et al. (2014) também prever a existência de coleta seletiva de porta em porta, coleta de resíduos recicláveis por catadores em residência ou em estabelecimento comercial e ponto de apoio de coleta seletiva, e o recolhimento pelas associações de coleta de resíduos Acordo Verde, ASTRAMARE, Associação de catadores de resíduos (ASCARE) de João Pessoa e Capta Jampa.

No entanto, considerando o ano de 2013, o aterro não está funcionando, pois, a estrutura do ambiente estava destruída, levando os catadores ao manuseio direto com os resíduos para realizar a separação do que é passível de ser reciclado. Ou seja, constatou-se que a triagem não é realizada de maneira adequada. Também existem problemas em relação a coleta seletiva: menos 50% dos bairros são contemplados com o sistema de coleta seletiva e apenas 0,34% dos resíduos coletados seguem para reciclagem (SILVA, 2014).

No relatório de prognóstico de Cartaxo et al. (2014) só trata do e-lixo, caso seja solicitada a retirada de uma grande quantidade de entulhos pelo serviço CATATRECO oferecido pelo governo municipal, que

corresponde a retirada de resíduos volumosos. Estes são encaminhados para um processo de análise e separação dos resíduos reaproveitáveis que são encaminhados para o núcleo de coleta seletiva e o lixo eletrônico para o SECITEC. A secretária realiza principalmente o reaproveitamento de computadores, consertando e encaminhando para escolas públicas e para projetos de inclusão digital. De acordo com informações retiradas do site da SECITEC⁵, também são realizadas reciclagens do e-lixo com práticas de artesanato.

Quando o volume de e-lixo não é grande, prognóstico de Cartaxo et al. (2014) não descreve como o governo se responsabiliza. Cabe ao cidadão entregar cada equipamento eletrônico em Ponto de Entrega Voluntária (PEV's), apresentados nos quadros 1, 2 e 3.

Os PEV's são locais onde o cidadão faz o descarte do seu lixo eletrônico de forma voluntária. Os equipamentos ficam nos PEVs até que uma empresa responsável faça a coleta e destine o material para uma área de reciclagem. No município de João Pessoa a ECOBRÁS é a empresa responsável pelo tratamento destes resíduos. No processo de reciclagem realizado pela empresa o lixo é desmontado completamente e preparado para descaracterização. A descaracterização corresponde a execução da desintegração e quebra de tais equipamentos, evitando assim que haja a utilização inadequada de partes do produto para outros fins que não sejam a reciclagem. Logo após a descaracterização ocorre a segregação, desmontagem, limpeza de materiais com possível fonte de contaminação, e posteriormente encaminhado para reciclagem correspondente⁶

Considerando os três quadros 1, 2 e 3 que descrevem os PEV's, existem basicamente três tipos de projetos:

- O indivíduo descarta e não recebe um retorno financeiro, sendo possível realizar nos locais do Quadro 1.
- O indivíduo descarta e recebe um retorno financeiro como desconto na conta de energia. Este corresponde ao projeto Conta Cidadã que é realizado pela concessionária de energia, Energisa, em João Pessoa. Neste projeto, o cidadão recebe descontos na conta de energia em troca da doação do lixo reciclável (elixo) ou um dos outros tipos descritos na Seção 1. Este projeto contém PEV's em lojas, praças, escolas, estacionamentos de

⁵Site <<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/secitec/crcjp/index.php/sobre-o-crcjp>>. Acesso em 30 mar. 2016.

⁶Informações retiradas do site da ECOBRÁS. Disponível em: <<http://www.reciclageme-cobras.com.br>>. Acesso em: 30 mar. 2016.

supermercados e associações de moradores, sendo possível realizar nos locais do Quadro 2.

- O indivíduo descarta e ajuda a colaborar indiretamente na doação de 50 reais. A cada 1 tonelada identificada, o projeto doa R\$50 para a Casa da criança com câncer, sendo possível realizar nos locais do Quadro 3

PEV's GRANDE JOÃO PESSOA		
Local	Endereço	Telefone(83)
Softcom	Av. Rio Grande do Sul, 1520 – Bairro dos Estados	3133-3600
Eco Informática	Av. Monteiro da Franca, 744	3245-6396
Qualitech Epitácio	Av. Epitácio Pessoa, 531	3211-6000
Sede da Codata	Avenida Barão do Triunfo, 340 – Varadouro	3218-4930
CPD Codata	Av. João da Mata, s/n – Centro Administrativo Estadual – Jaguaribe	3218.4900
CNA	Av. Ruy Carneiro, 416 – Miramar	3044-8000
Projeto AID/Unipê	BR 230 Km 22, s/n – Bloco Eva – Água Fria	2106-9200
IFPB	Av. 1º de Maio, 720 – Jaguaribe	3208-3000
Emlur	R. Gouveia Nóbrega, em frente ao Parque Arruda Câmara (Bica)	0800-083-2425
RCTEC Resíduos Eletrônicos (Galpão)	Av. Liberdade, 1232/1268 – D. São Bento – Bayeux	3232-0136 / 0800 083 0136
Ecobrás	Alameda dos Beija Flores – 218 - Conde	3232-0136 / 9 8765-6669
Fundação Educar	Rua Projetada, 611 – Centro – Conde	3298-1207

Quadro 1 - Locais onde o indivíduo descarta e não recebe um retorno financeiro. Fonte: Cidade Viva. O que fazer com o lixo eletrônico? Confira os postos de coleta! 26 de Julho de 2012. Disponível em <<https://www.facebook.com/cidade.viva/posts/112027438943618>>. Acesso em 30 mar. 2016

PEV's CONTA CIDADÃ(ENERGISA)		
Endereço	Referência	Dia/horário
Av. Cruz das Armas	Estacionamento do Supermercado BeMais	Segunda à sexta/08:00 às 17:00 Sabádo / 07:00 às 11:00
Feira de Jaguaribe	Próximo ao IFPB	Quarta / 08:00 às 16:00 Sexta/ 08:00 às 16:30
R. Dr. Francisco de Assis Câmera Dantas - Bessa	Casa Shalon, em frente ao colégio Pio XI	Terça/ 08:00 às 16:00
R. da Pedra do Reino – Colinas do Sul (Gervásio Maia)	CREI Luyza da Taipa	Quinta/ 09:00 às 15:00
R. Manoel Bezerra Cavalcante - Manaíra	Praça Silvo Porto	Quarta/ 08:30 às 16:30 Quinta/ 08:30 às 16:00
R. Efigênio Barbosa Silva - Bancários	Estacionamento do Supermercado BeMais	Sexta/ 08:00 às 16:00
R. João de Brito Lima Moura - Mandacarú	Em frente ao CRC, antes da linha do trem	Segunda e terça/ 08:30 às 16:00
Av. Col. Joca Velho – Alto do Mateus	Praça das Mangueiras	Quinta / 09:00 às 16:30
R. Pedro Nolasco de Menezes Filho - Valentina	Sede da associação dos moradores da Comunidade Cidade Maravilhosa	Sexta/ 08:30 às 14:30
Av. Redenção – Ilha do Bispo	Associação Comunitária Índio Piragibe	Segunda/ 08:00 às 16:30
Av. Afonso Pena - Bessa	Posto Kennedy	Terça/ 09:00 às 15:00
R.Projetada – Comercial Norte - Bayeux	Em frente a associação comunitária	Segunda(quinzenal) / 08:00 às 15:00
R. Nivaldo Rodrigues – Mario Andreazza - Bayeux	Associação de moradores de Mario Andreazza	Segunda(quinzenal) / 08:00 às 15:00

Quadro 2 - Locais onde o indivíduo descarta e recebe um retorno financeiro. Fonte: Energisa. Disponível em <<http://www.energisa.com.br/Paginas/sustentabilidade/eficiencia-energetica/projeto-conta-cidada.aspx>>. Acesso em 30 mar. 2016.

PEV's PARA CONTRIBUIR COM A CASA DA CRIANÇA COM CÂNCER		
Endereço	Horário de funcionamento	Informações
Final da Av. Epitácio Pessoa – Tambaú/ Cabo Branco	Sextas-feiras das 9:00 às 16:00 Sábados das 9:00 às 13:00	(83) 98765-6669
Final da Av. Sen. Ruy Carneiro - Manaíra		
Final da Av. Flávio Ribeiro Coutinho – Manaíra (Retão de Manaíra)		

Quadro 3 - Locais para descarte e ajuda a colaborar indiretamente na doação de 50 reais. Fonte: ECOBRÁS. Disponível em <<http://www.reciclagemecobras.com.br>>. Acesso em: 30 mar. 2016.

Exemplos de reciclagens são descritos na próxima seção que descreve projetos os quais transformam resíduos eletrônicos em tecnologias e ampliam as capacidades de deficientes.

4 PROJETOS A PARTIR DO LIXO ELETRÔNICO

As pesquisas deste projeto mostram que o estudo de lixo eletrônico para gerar tecnologia assistiva é extremamente escasso. Em geral, pode-se encontrar uma maior quantidade de trabalhos que seguem a linha educacional de robótica ou de jogos. Por exemplo o projeto InfoAcesso (SANTOS et al, 2013) usa os recursos disponíveis através do lixo eletrônico, especificamente máquinas caça-níqueis, como solução de baixo custo para fins educacionais em parceria com o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Essa proposta é uma contribuição para o meio social e cultural, readequando as máquinas como ferramentas para educação de crianças e jovens, por meio de desenvolvimento de *softwares* educacionais na forma de jogos. A utilização desse e-lixo permitiu proporcionar novas soluções e gerou conceito aplicado na metareciclagem de lixo eletrônico, a inclusão social e a proteção ao meio ambiente. Entre os protótipos desenvolvidos estão 11 aplicações, implementadas com as linguagens JAVA e C#, e utilização dos botões

presentes nas máquinas caça-níqueis. Cada *software* desenvolvido proporciona um recurso específico, a exemplo, o programa Reciclar, com intuito de estimular a educação ambiental por meio da coleta de lixo, o GeoGame exercita o estudo das diferentes regiões do Brasil, e demais programas com exercícios das operações matemáticas, todos incorporados de recursos de áudio descrição, tradução de libras, contrastes de cores, ampliação de fonte e outros. As principais contribuições do Projeto, destaca-se o contexto ambiental por promover a inovação sustentável e o contexto acadêmico por incentivar o desenvolvimento de aplicações para despertar e promover novos processos de ensino e aprendizagem.

O projeto LABORASUCAMECATRON, coordenado pelo Professor Ivanês Oliveira, da Escola Estadual Tristão de Barros, em Currais Novos, ganhou vários prêmios neste contexto, como resultados de seus trabalhos em parceria e colaboração dos alunos do terceiro ano do ensino médio, foram desenvolvidas algumas soluções, entre elas (PROFESSOR..., 2015):

- Cadeira de rodas motorizada: recarregável à energia solar, e guiada por um velho controle de videogame;
- Mouse que amplia a imagem: com a utilização de lente de uma câmera de celular e acoplada a este mouse, ao aproximar do papel, reproduz na tela de um computador aumentando em até 20 vezes;
- Bengala para cegos: toda vez que é identificado algum tipo obstáculo, um sinal de vibração é emitido para uma pulseira do portador – desenvolvido durante as aulas de Física.

O projeto Zeca Poker Communicator (ZPC), desenvolvido por Lucas Damião da Cruz e por Euclides Marques – ambos estudantes da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), com finalidade inicial auxiliar o José Wilson da Silva, jovem com uma deficiência que o impede de falar e se locomover sozinho, o auxiliando e permitindo autonomia nos jogos de Pôquer através de controle de pé, com luzes facilitando as escolhas de Zeca no jogo. A plataforma criada no ZPC permite aos jogadores e ao croupier, responsável por entregar as cartas, tomar decisões utilizando botões e luzes, a disposição cinco botões, sendo um para desligar e os outros quatro para acionar os led's. Através de combinações desses led's, e suas funções, sendo elas: 'Fold', 'Call', 'Bet', "Raise" e 'All-in' (PORTAL NACIONAL DE TECNOLOGIA ASSISTIVA, 2015).

Poucos projetos listam soluções para portadores de deficiência física ou motora interagirem com o computador. A próxima seção descreve uma solução desenvolvida pelo projeto para inclusão de portadores de deficiência motora com a construção de tecnologia assistiva.

5 METODOLOGIA

Este projeto de extensão tem três objetivos específicos: a) desenvolver protótipos de TA a partir de lixo eletrônico ; b) promover o acesso de alunos da escola pública municipal de João Pessoa aos conhecimentos dos tipos de resíduos, tratamentos e impactos causados por estes; e, por fim, c) socializar de forma lúdica com kit educativo, conhecimentos teórico-práticos de noções de Tecnologia Assistiva para inclusão de deficientes, aliados a temáticas como lixo eletrônico, cidadania e meio ambiente,

Para atingir esses objetivos, foram realizadas atividades de pesquisa exploratória e descritiva, a fim de se criar o material educativo sobre tecnologia assistiva a partir do lixo. Na pesquisa exploratória, foram investigados os problemas e tratamento do lixo e trabalhos que já desenvolveram esse tipo de tecnologia a partir do lixo eletrônico. Na pesquisa descritiva, buscou-se oferecer uma nova visão para inclusão social. Adicionalmente, é importante destacar que esta fase inicial de pesquisa não envolveu seres humanos, pois não foram realizadas entrevistas e não foram realizados experimentos com pessoas. Tais atividades serão executadas após a aprovação dessas pelo Conselho de Ética.

Portanto, este projeto integra conhecimento de meio ambiente, abordando a questão do lixo eletrônico e TA, envolvendo conceitos de eletrônica e de programação. Também foram realizados estudos conceituais e o desenvolvimento do sistema computacional (*hardware/software*) a partir dos problemas descritos pelos relatórios do projeto de extensão: “Quebrando barreiras na troca de saberes, conhecimentos e experiências por meio de redes dinâmicas e convergentes” em 2014 e 2015 com o apoio da PROEXT/IFPB – PROBEXT PROJETO”. Em seguida foram realizados experimentos com peças de lixo doadas para o projeto para a criação do kit educativo.

O kit educativo tem como resultado exemplificar como um indivíduo sem membros superiores ou paraplégicos podem interagir com um computador para realizar exercícios escolares. A construção do kit

baseia-se parcialmente ou completamente em lixo eletrônico (retirados de um notebook quebrado que foi doado ao projeto) e *software* gratuito:

- Completamente baseado em lixo eletrônico: o reuso da câmera do notebook quebrado.
- Parcialmente reciclado: o reuso do *touchpad* integrado ao microcontrolador Arduino Nano que custa apenas R\$ 4,8.

O quadro 4 a seguir relaciona os itens que foram utilizados através da reciclagem para construção de dois protótipos de tecnologia assistiva do kit educativo. Esse quadro demonstra os itens que foram doados e os componentes que foram comprados para construir cada tecnologia: Movimentar Cursor Usando o Movimento da Cabeça (MCUMC) que permite um deficiente manipular o computador através de movimentos da cabeça e Movimentar Cursor Usando o Toque com os Pés ou Queixo (MCUTPQ) que permitem o movimento do cursor do mouse de um computador através do toque do touchpad com os pés ou queixo.

Tecnologia Assistiva	Componentes	Status	Software
Movimentar cursor usando o movimento da cabeça	MicroCâmera	Doação de Notebook HP Quebrado	HeadMouse ¹
	Cabo USB	Doação de Cabo de Carregador de Celular	
Movimentar cursor usando o toque com os pés ou queixo	TouchPad	Doação de Notebook HP Quebrado	ArduTouch (feito pelos autores)
	Cabo PS2	Doação de Mouse PS2 Quebrado	
	Arduino Nano	Comprado no eBay por R\$4,8	

Quadro 4 – Materiais utilizados para construção de kit educativo

Com o exposto, as informações presentes nas seções anteriores fazem parte do material educativo: conceito geral de lixo, problemas, reciclagem e conscientização sobre soluções alternativas para equipamentos eletrônicos. Conseqüentemente, a próxima seção apresenta os protótipos de tecnologia assistiva a partir do lixo os quais complementam o material educativo.

6 RESULTADOS E DISCUSSÕES: TECNOLOGIAS ASSISTIVAS USANDO E-LIXO PARA KIT EDUCATIVO

Os benefícios das inovações tecnológicas devem ser acessíveis de maneira a gerar menos resíduos e maximizar a expectativa de vida dos equipamentos elétricos, além da interoperabilidade em toda a família de produtos digitais e nos serviços que a maioria dos consumidores utiliza. Medidas como o uso de e-lixo transformado em tecnologia assistiva representam uma boa alternativa de aplicação prática e educativa para esses resíduos.

No âmbito municipal, as ações do governo de João Pessoa ainda são pontuais e precisam ser melhoradas quanto a expansão do processo de coleta seletiva. É necessário, principalmente, uma mudança de comportamento da população. O que se daria com a capacitação dos consumidores com informação, ferramentas e técnicas de suporte para encorajar e facilitar a renovação e reciclagem de produtos. É importante atingir todas as esferas, incluindo as escolas de educação básica, com a disseminação de um material educativo que propõe aulas com o uso de elemento lúdico para facilitar o entendimento das crianças e conscientizar sobre as alternativas de inclusão social, aqui citadas através de duas tecnologias.

A primeira tecnologia, MCUMC do quadro1, presente no kit, foi construída a partir da reutilização de uma *webcam*, referência SCB-0370N, para ser usada juntamente com um programa denominado de HeadMouse. Este é um programa gratuito, desenvolvido para substituir um mouse convencional. Ele permite deslocar o cursor a partir de pequenos movimentos da cabeça, bem como, realizar ações de apertar botões mediante gestos faciais, realizados diante de uma câmera.

Para fazer a reutilização deste componente eletrônico, foi necessário identificar os protocolos de comunicação utilizado por ele. Neste caso, o componente utiliza o protocolo USB (*Universal Serial Bus*) que é um protocolo de comunicação serial de dados. Ele suporta a troca de dados entre um computador host, local onde está o controlador USB, ou seja, faz

o gerenciamento de vários dispositivos, e uma vasta gama de periféricos simultaneamente acessíveis, tais como: HDs externos, *pendrives*, mouses, teclado e outros.

O USB tem um padrão de ligação, então, para ligar um computador Host a um periférico através de um cabo com 4 fios de até 5 metros. O primeiro é o Vbus ou VCC, responsável pela alimentação elétrica. O segundo e terceiro são, respectivamente, o D+ e D- que permitem a troca de dados, o quarto é o GND, atuando no controle elétrico ou servindo como “fio terra”. Porém, para conectar uma *webcam* a um computador, foi necessário soldar o cabo USB ao cabo flat desse componente eletrônico, mesmo com a distinção de cores entre os dois cabos. Para realizar corretamente a soldagem dos cabos, é importante conhecer o *datasheet* do componente, que corresponde a um documento com o esquemático do hardware. No entanto, o *datasheet* da câmera não foi encontrado. Por outro lado, o site *Instructables*⁷ contém exemplos de como reciclar essa *webcam*, demonstrando como interligar uma cabo USB e o cabo flat da *webcam*.

Concluída a ligação da câmera ao computador, foram realizados experimentos do componente com o *software* HeadMouse, o qual foi instalado em um sistema operacional Windows, finalizando a tecnologia assistiva, exemplificada na Figura 1.



Figural- Estudante do IFPB usando *webcam* reciclada com o *software* HeadMouse

A segunda tecnologia, MCUTPQ da Tabela 01, também presente no kit, foi construída a partir de um touchpad (também conhecido como trackpad). Diferentemente da outra tecnologia, não foi suficiente soldar um cabo a esse componente, conectar ao computador e utilizar um software existente, principalmente, porque não foi encontrada a documentação do hardware (*datasheet*), bem como não foram encontrados exemplos de reciclagem no site

⁷Site *Instructables*. Disponível em < <http://www.instructables.com>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

Instructables. Nesta solução, foi necessário soldar um cabo ao Arduino (versão Nano que é a de menor custo) e desenvolver um programa que converte as informações do touchpad em movimentos do cursor do mouse.

Em termos da conexão, do mesmo modo que foi necessário conhecer o padrão de comunicação da câmera, foi necessário descobrir o padrão de comunicação do trackpad. Após pesquisas, foi descoberto que ele utiliza o padrão denominado de PS/2, protocolo cuja comunicação acontece de forma serial. Depois disso, foram identificados 4 fios para realizar a conexão entre o componente e o computador: o primeiro fio, VCC para alimentação elétrica; o segundo corresponde ao Clock que determinar o tempo de envio de dados entre os dispositivos; o terceiro (Dados) é responsável pelo envio de sinais de controle e das coordenadas na qual o objeto se encontra no touchpad e; o quarto fio corresponde ao GND para controle elétrico, também denominado de “fio terra”.

Em termos de software, a biblioteca do ambiente de desenvolvimento do Arduino contém um exemplo de código que permite receber dados de uma conexão serial, sendo possível obter as posições x e y identificadas pelo trackpad. No entanto, não existia uma solução nesse ambiente de desenvolvimento para transformar as coordenadas em movimentos do cursor do mouse, sendo exemplificado o uso do elixo com este aplicativo, denominado de ArduTouch, na Figura 2. O ArduTouch foi desenvolvido em Python, sendo utilizadas três bibliotecas: pyserial, que captura dados transmitidos de maneira serial; pymouse, que oferece mecanismo para converter coordenadas de x e y em movimentos de cursor do mouse; e python-xlib que é uma biblioteca requerida pelo pymouse.



Figura 2 - Estudante do IFPB usando touchpad reciclado com o *software* ArduTouch

Portanto, essas duas soluções construídas a partir do lixo eletrônico compõem o kit educativo. Ele pode ser utilizado para demonstrar como construir tecnologia assistiva de baixo custo, para que deficientes possam movimentar o cursor do mouse de um computador através do movimento da cabeça ou do toque do *touchpad* com os pés ou queixo.

Além disso, este projeto demonstra que o e-lixo do IFPB pode ser reciclado pelos próprios professores e estudantes se eles incorporarem tal procedimento em atividades curriculares ou durante a execução de projetos de pesquisa.

7 CONCLUSÃO E TRABALHOS FUTUROS

Este capítulo apresentou os conceitos básicos sobre resíduos sólidos e lixo eletrônico a serem disseminados para os estudantes, coordenadores e diretores das escolas parceiras ao projeto “Desenvolvimento de Tecnologia Assistiva a Partir do Lixo”. Além disso, constatou-se problemas no gerenciamento do governo para pequenas quantidades de resíduos, como o descarte de um único dispositivo. É importante educar a população para utilização dos PEV’s, a fim de ampliar o volume de matérias reciclados e conseqüentemente diminuir os impactos que esses resíduos gerariam no município.

Os conceitos sobre tecnologia assistivas, os exemplos de projetos e o kit educativo desenvolvido através de peças de *touchpad*, câmera, *software* gratuito e aplicativo construído a partir da linguagem de programação em Python, apresentam uma solução viável e potencial para trabalhos futuros com a utilização de e-lixo. O kit educativo elaborado pelo projeto exemplifica como construir tecnologia a partir do lixo eletrônico de forma que deficientes com restrições dos membros superiores ou inferiores poderão interagir com o computador através de movimentos da cabeça ou toque através do queixo ou pés.

Em termos de trabalhos futuros, pretende-se permitir o movimento de uma mão robótica através do *touchpad*, juntamente com o *software* ArduTouch. Além disso, os próximos passos deste projeto são as atividades relacionadas a um curso de extensão para os estudantes de escolas parceiras em João Pessoa, a fim de disseminar a importância da coleta seletiva, conscientização sobre o descarte correto de equipamentos eletrônicos e apresentar a possibilidade de reciclagem por meio da construção de tecnologia assistiva.

Em outras palavras, ambos, o kit e o material descrito neste capítulo, serão utilizados pelo Núcleo de Extensão Estudantil “Quebrando Barreiras para a Inclusão de Pessoas com Deficiências”, aprovado com bolsa pelo edital Nº 015, DE 04 DE MAIO DE 2016, de forma a disseminar o conhecimento de lixo eletrônico, meio ambiente e tecnologia assistiva em um curso de extensão de seis horas a ser executado em duas escolas parceira do projeto.

Dessa forma este projeto de extensão, juntamente com o Núcleo de Extensão Estudantil, irá estimular as escolas parceiras a serem um PEV (Ponto de Entrega Voluntária) de lixo eletrônico, bem como, incentivar as disciplinas incorporarem a reciclagem de componentes eletrônicos de formar a permitir que a conscientização da educação ambiental e inclusão social.

REFERÊNCIAS

ASSIS, M. A. C. et al. **Plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos – CEAEPGIRS: diagnóstico**, 2014. Disponível em: <<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/secretarias/emlur/plano-municipal-de-residuos-solidos>>. Acesso em: 30 mar. 2016.

BERSCHE, Rita; TONOLLI, J. Carlos. **Introdução ao conceito de tecnologia assistiva**. 2006. Disponível em: <<http://www.bengalalegal.com/tecnologia-assistiva>>. Acesso em: 02 dez. 2015.

BRASIL. **Política nacional de resíduos sólidos**. 2. ed. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

CAIRNS, Carolyn Nunley. E-waste and the consumer: improving options to reduce, reuse and recycle. In: INTERNATIONAL SYMPOSIUM ON ELECTRONICS AND THE ENVIRONMENT, 2005. **Proceedings ... IEEE**, 2005. p. 237-242.

CARTAXO, R. M. M. et al. **Plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos – CEAEPGIRS: prognóstico e planejamento dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos**, 2014. Disponível em <<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/secretarias/emlur/plano-municipal-de-residuos-solidos>>. Acesso em: 30 mar. 2016.

GALVÃO FILHO, T. A. A Tecnologia assistiva: de que se trata? In: MACHADO, G. J. C.; SOBRAL, M. N. (Orgs.). **Conexões: educação, comunicação, inclusão e interculturalidade**. Porto Alegre, RS: Redes editoras, 2009. p. 207-235,

OLIVEIRA, G. A.; OLIVEIRA, L. Estudo de softwares em termos de disponibilidade e maturidade para ensinar LIBRAS. In: CONNEPI, 10., 2015, Rio Branco, AC. **Anais...** Rio Branco, AC: IFPB, 2015.

PORTAL NACIONAL DE TECNOLOGIA ASSISTIVA. **Protótipo feito de lixo eletrônico para ajudar pessoas com deficiência a jogar pôquer no Sertão**, 2015. disponível em: <https://assistivaitbrasil.wordpress.com/2015/02/26/prototipo-feito-de-lixo-eletronico-ajuda-pessoa-com-deficiencia-a-jogar-poquer-no-sertao/>. Acesso em: 04 jul. 2016.

PROFESSOR de escola pública do RN participará do transformar. **Jornal de fato**, 2015 Disponível em: <http://www.defato.com/noticias/50804/professor-de-escola-pa-blica-do-rn-participara-do-transformar/>. 2015. Acesso em: 04 jul 2016.

RANIERI, Claudete Costa Quaresma. **Escola inclusiva e tecnologias assistivas: a realidade de uma escola municipal de Tucuruí no atendimento de alunos surdos**, 2010. TCC (Especialização em Tecnologias em Educação) - PUC, Rio, 2010.

SANTOS, Cristina Paludo et al. Contribuições do processo de metareciclagem na mediação das relações entre educação e tecnologias. **Nuevas Ideas en Informática Educativa, TISE** 2013. Disponível em: <http://www.tise.cl/volumen9/TISE2013/673-676.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2016.

SILVA, A. C. **Análise da gestão de resíduos sólidos urbanos em capitais do nordeste brasileiro: o caso de Aracaju/SE e João Pessoa/PB**. 136 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana e Ambiental) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. 2014.

WIDMER, Rolf et al. Global perspectives on e-waste. **Environmental impact assessment review**, v. 25, n. 5, p. 436-458, 2005.

YOSHIDA, Fumikazu; YOSHIDA, Haruyo. An environmental and economic analysis of e-waste recycling based on the Japanese experience-Focusing on Flow Estimation. In: **Electronics Goes Green (EGG)**, IEEE, 2012. p. 1-4.

ZHANG, Kai; SCHNOOR, Jerald L.; ZENG, Eddy Y. E-waste recycling: where does it go from here? **Environmental science & technology**, v. 46, n. 20, p. 10861-10867, 2012.

YOSHIDA, Fumikazu; YOSHIDA, Haruyo. An environmental and economic analysis of e-waste recycling based on the Japanese experience-Focusing on Flow Estimation. In: **Electronics Goes Green (EGG)**, IEEE, 2012. p. 1-4.

ZHANG, Kai; SCHNOOR, Jerald L.; ZENG, Eddy Y. E-waste recycling: where does it go from here? **Environmental science & technology**, v. 46, n. 20, p. 10861-10867, 2012.

4 - EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO: PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS COMO ESTÍMULO AO APRENDIZADO EM SALA DE AULA

Erika Sabrina Lima de Castro

1 CONTEXTUALIZANDO VIVÊNCIAS

O nosso trabalho está inserido quanto às experiências e vivências na disciplina de Fundamentos da Produção Audiovisual, no curso de Assistente de Produção Cultural, do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego do Governo Federal Brasileiro, sendo um programa de extensão do Instituto Federal da Paraíba (IFPB). O curso que ao todo teve 200 horas aulas de duração em cerca de quatro meses e teve 20 alunos matriculados, certificou 12 estudantes como técnicos em assistência de Produção Cultural.

Formada por turma mista, a sala de aula é um encontro de gerações, diferentes classes sociais, formações escolares e interesses diversos quanto à procura, manutenção e expectativas no curso, e no que pode proporcionar a formação, ao futuro assistente. Dos 20 alunos matriculados 13 chegaram a assistir e finalizar a disciplina de Fundamentos da Produção Audiovisual, que foi lecionada ainda no primeiro mês de curso, sendo a segunda disciplina da grade curricular composta pelas disciplinas Leitura e Produção de Texto, Relações Interpessoais, Introdução a Eventos Culturais, Legislação Segurança e Logística, Fundamentos da Produção Audiovisual, Fundamentos da Produção Cênica, Fundamentos da Produção Musical e Bastidores de Eventos Culturais.

Em um primeiro contato com a turma, já se pôde perceber o nível de envolvimento e interesse em relação à formação e ao aprendizado. Composta desde jovens estudantes universitários, donas-de-casa, comerciários, prestadores de serviços, profissionais da saúde, empregadas domésticas, cuidadoras a artistas (cinema, teatro, produção cultural e artes plásticas) todos tinham um interesse em comum: estavam ali para aprender algo, conhecer o novo, em menor ou maior nível de interesse. A partir daí, pudemos preparar os Planos de Aulas que pudessem alcançar um ambiente de interesses e formações heterogêneas buscando atender as expectativas expostas pela turma a partir da estrutura que dispomos. E se propondo a um certo nivelamento de acesso ao conhecimento e aprendizado. Focando em compreender o outro como sujeito histórico e cultural, enfatizando seus valores e cultura.

Sem entender a extensão como uma atividade meramente assistencialista (JEZINE, 2004) ou beneficente, onde o alunado, exclusivamente carente, passa o tempo de hora/aula para receber como pagamento do Governo Federal, no caso em questão, nove reais pelas horas estudadas. Nem encarando a atividade como o senso comum universitário: em algo que não é nem ensino nem pesquisa (SILVIA; VASCONCELOS, 2006).

Freire (1983, p. 33) coloca que a extensão vai muito além, disso:

trata-se de uma estratégia de construção de conhecimento conjunto utilizando os saberes do agente responsável (professor, como mediador) junto com a comunidade externa (não necessariamente carente de recursos financeiros).

Sendo o extensionista um guia nesse processo de conhecimento entre sociedade e academia. O que para Freire (1983) é um conhecimento *coproduzido* a partir da *coparticipação* dos sujeitos.

O sujeito pensante não pode pensar sozinho; não pode pensar sem a *co-participação* de outros sujeitos no ato de pensar sobre o objeto. Não há um “penso”, mas um “pensamos”. É o “pensamos” que estabelece o “penso” e não o contrário. Esta *co-participação* dos sujeitos no ato de pensar se dá na comunicação. O objeto, por isto mesmo, não é a incidência terminativa do pensamento de um sujeito, mas o mediatizador da comunicação. Daí que, como conteúdo da comunicação, não possa ser comunicado de um sujeito a outro. Se o objeto do pensamento fosse um puro comunicado, não seria um significado significante mediador dos sujeitos. (FREIRE, 1983, p. 45)

A partir da interlocução de um diálogo entre educador e educando pela busca da “significação do significado”. Não se pondo o educador como conhecedor absoluto de seu objeto. Mas falar dele de forma discursiva com seus educandos para a resignificação daquele conhecimento.

A experiência relatada nesse texto é uma demonstração de como pode ocorrer transformação através de um trabalho coletivo, partindo de problemas práticos de um segmento da sociedade, para resolvê-lo através da conjunção de esforços e troca de saberes. Sem uma apropriação

do conhecimento final ou absoluto, mas uma correlação dos saberes existentes e a descobrir, sendo todos (professor e alunos) sujeitos atuantes agindo e pensando criticamente. Uma materialização do conhecimento na medida de sua apreensão e aplicação à realidade concreta.

2 EXTENSÃO E EDUCAÇÃO NA UNIVERSIDADE

As atividades de extensão universitárias são indispensáveis para a formação profissional do estudante, utilização prática dos conhecimentos técnicos e científicos pela sociedade e troca de saberes (científicos, empíricos, culturais, populares). Surge como uma alternativa de aproximação do ensino acadêmico e de pesquisa com a comunidade. Nessa apropriação emergem trocas de saberes, técnicas e conhecimentos, que nem sempre têm sua gênese prioritariamente acadêmica. Porém, nessa relação, todos aprendem, replicam e transitam em uma forma de saber própria, identitária e ao mesmo tempo comum.

Para Serrano ([2008], p.1) pelo viés histórico, a extensão universitária é marcada por quatro momentos quanto a sua conceituação e prática: “transmissão vertical do conhecimento; o voluntarismo, a ação sócio-comunitária; a ação sócio-comunitária institucional; o acadêmico institucional”. Ela afirma que esses momentos conceituais estão em constante transitoriedade nas universidades brasileiras, sendo relevante a relação com a própria história da instituição e seu projeto pedagógico. A origem da extensão nas universidades europeias medievais, foi marcada por uma prática pedagógica verticalizada e uma transmissão do conhecimento autoritário, acessível a poucos e com pouca transformação da realidade (ROCHA. 2001). Essa prática marcou uma concepção de universidade detentora do conhecimento absoluto, redentora e superestimadora diante do outro (inferiorizado).

Entusiasmado pelos movimentos mundiais universitários, bebedouros das fontes dos ideais iluministas, comunistas e nacionalista, os movimentos estudantis, no Brasil, foram alguns dos principais articuladores desse momento: o voluntarismo e ação sócio-comunitária que defendia uma universidade comprometida com o social, com a transformação da realidade a partir dos fazeres acadêmicos e da relação com a cultura local. No entanto, para Rocha (2001) o seu enraizamento com vínculos ideológicos e a militância política dos seus envolvidos reveste a extensão de uma natureza meramente político/ideológica. Mas um dos grandes pontos positivos que esse tipo de extensão que deixa de legado é “uma tomada de consciência da necessidade de mudanças na

forma de atuação nas Universidades, em sua relação com a sociedade” (SERRANO, [2008], p. 6).

Fortemente criticada como domesticadora, a ação sócio-comunitária institucional é fruto do Decreto 19.851 de 11 de Abril de 1931 e toma para si a característica de controle de uma educação hegemônica e manipuladora, com o disfarce de uma prática sócio-comunitária, como por exemplo o Projeto Rondon de 1968, que apesar de gerido pelas Universidade Públicas guardava a sua intenção manipuladora e mantenedora da “ordem nacional”, tornando-se um instrumento de controle dos militares, no período militar brasileiro. Porém, é nesse contexto que as universidades populares, surgidas em Manaus, em 1909, no Paraná e em São Paulo em 1911 e o movimento estudantil promovido pela União Nacional dos Estudantes, criada em 1937, são um contrapeso desse sistema possibilitando reações a esse tipo de extensão. Pois introduziram na extensão práticas educativas em busca da discussão e soluções dos problemas sociais.

São as ideias e práticas de Freire que começam a formatar o movimento de extensão acadêmico institucional, no Brasil, mais fortemente nos anos 80. Consolidado com a criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras em 1987, que passa a discutir conceitos e definir práticas da extensão brasileira.

A extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade da elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Este fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados/acadêmico e popular, terá como consequência a produção de conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social (PLANO..., 2000/2001, p. 5).

A Extensão começa a ser desmistificada como militância política e passa a ser encarada como produção do conhecimento a partir de uma relação transformadora entre sociedade e instituição.

A partir dessa concepção de extensão, optamos por um planejamento pedagógico instrumentalizado na teoria/prática e na troca de saberes (popular e acadêmico) que nos possibilitou uma inserção na realidade social do estudante, reconhecimento e aprendizado da sua cultura. E ainda mais importante, uma imersão em um processo educativo que foi sendo construído a partir das teorias curriculares apresentadas, socialização dos conhecimentos técnicos e histórias de vivências individuais dos sujeitos em sala de aula.

3 O PLANO DA DISCIPLINA: PROJETO AUDIOVISUAL COMO ESTÍMULO AO APRENDIZADO

Com uma carga horária de 33 horas aula o plano da disciplina incluía em sua ementa um trabalho curricular voltado para a abordagem das etapas do processo de produção de audiovisuais (pré-produção, produção e pós-produção), estudos sobre os profissionais do audiovisual, o reconhecimento da composição da imagem, conhecer equipamentos e acessórios utilizados em uma gravação, e as tecnologias de gravação e exibição.

A ementa do curso, encaminhada pela Coordenação Pedagógica do programa, especificava o foco em alcançar alguns fundamentos da produção audiovisual no sentido de contextualizar os estudantes de produção cultural sobre os meios audiovisuais, na criação de produtos culturais. E chamava atenção para a responsabilidade do docente de oferecer noções teóricas, técnicas e artísticas do universo audiovisual, além de estimular o saber das etapas de produção de produtos audiovisuais, e a reflexão sobre o uso do audiovisual em eventos culturais de pequenos a grandes portes.

Os conteúdos apresentados durante o módulo circundavam esses objetivos, no entanto as formas e os meios de apresentá-los foram sendo adequados aos níveis e nivelamento da turma e aos recursos acessíveis. Nesse contexto, apresentar à turma um planejamento de projeto audiovisual tornou-se uma estratégia necessária de estímulo ao aprendizado e a construção de saberes em um ambiente onde alguns ainda se quer haviam assistido umas das mais populares das produções audiovisuais: o Cinema. E outros, já possuíam um vasto conhecimento prático e teórico das artes (música, pintura, escultura, teatro e literatura). Onde poderia estar um desafio, reunir tantos interesses e conhecimentos juntos, tornou-se uma oportunidade de ser educador-educando e intermediador de um processo de conhecimento.

A partir da discussão e troca de saberes empíricos e técnicos sobre o audiovisual entre os alunos apresentamos o Plano de Disciplina do módulo e a sugestão do projeto audiovisual como finalização da disciplina. A proposta imediatamente surtiu o efeito esperado e várias ideias de enredos, histórias, gêneros e roteiros foram surgindo envolvendo toda a turma na busca do saber.

Introduzir os alunos no universo do audiovisual através da exibição de curta metragens paraibanos com estímulos à análise em aulas expositivas e dialogadas foi um dos procedimentos metodológicos utilizados como estratégia de explanação sobre os gêneros audiovisuais, aproximação e identificação com o que estava sendo exibido e enredos, além de estímulo as possibilidades de produção autoral desses estudantes a partir da sua realidade sociocultural e interesses.

Discutir a história do cinema mundial, seus movimentos históricos para fazer uma análise das principais produções audiovisuais do mundo foi permeado por histórias de vida e obra de importantes cineastas (Charlin Chaplin e Jorge Melievi) trazendo a realidade social de então para uma aproximação local e utilizando recursos didáticos acessíveis e metalinguísticos, como o próprio cinema. Pesquisas teóricas sobre os temas da disciplina em uma linguagem homogênea e inserida na realidade comum também foram ferramentas utilizadas nesse contexto. No entanto, sempre leituras em sala com incentivo a discussão, no sentido da construção do saber.



Imagem 1 – Visita ao Centro de Documentação Coronel João Pimentel e o Memorial do Cordel de Guarabira. Fonte: Rosicleide Nóbrega de Oliveira

Além das noções estritamente técnicas (composição de imagem, planos, ângulos de câmera) e tecnológica (equipamentos e acessórios para a captação de áudio e vídeo) era necessário a vivência dessa produção audiovisual e a estratégia autoral também surgiu como uma transferência de utilização, já que tecnologicamente tínhamos a dificuldade da prática, já que o curso não disponha desses equipamentos e as tentativas de buscá-los de empréstimo de parceiros institucionalizados, como a Prefeitura Municipal de Guarabira, não foram positivas.

Guarabira, cidade paraibana onde se encontra um *Campi* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) que oferece curso pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (*Pronatec*), é um celeiro de artistas e produções culturais na região do Brejo Paraibano. Problematicar essa efervescência cultural e suas nuances na história social e individual em busca de novos caminhos de compreensão e análise foi o sentido das visitas programadas a importantes “equipamentos culturais” da cidade: Galeria de Arte Antônio Sobreira, o Teatro Geraldo Alverga, o Museu de Arte Sacra de Guarabira, O Centro de Documentação Coronel João Pimentel e o Memorial do Cordel de Guarabira (imagem 1). Por uma problematização aberta a novas compreensões e a análise das situações concretas pelos diversos sujeitos envolvidos é que Freire (1983) vai dizer que,

Esta problematização, que se dá no campo da comunicação em torno das situações reais, concretas, existenciais, ou em torno dos conteúdos intelectuais, referidos também ao concreto, demanda a compreensão dos signos significantes dos significados, por parte dos sujeitos interlocutores problematizados (FREIRE, 1983, p. 56).

4 ELABORAÇÃO DE ROTEIRO: O RECONHECIMENTO DO OUTRO E A SUA CULTURA

Com base na exposição teórica de roteirização de Rodrigues (2007) foram apresentados em sala de aula questionamentos temáticos que deveriam ser respondidos no sentido de, a partir de discussão e troca de informações, os alunos indicassem temas para o projeto audiovisual que vislumbresse a realidade social e cultural dos mesmos.

De cada tema proposto, deveria ser respondido pelos alunos o objetivo do tema, qual a história, o porquê do tema e o público a ser atingido pelo audiovisual (Quadro 1). A partir de um diálogo sobre os pontos conceituais, problematizações temáticas e estratégias de pré-

produção, produção e pós-produção de cada tema, foi colocado em votação entre os estudantes qual tema seria trabalhado. Alguns pontos como importância histórico-cultural, identificação social, experiências, valorização cultural e estrutura técnica e tecnológica disponíveis foi decidido pelo tema “História de Elias” que logo teria o título “Entrelaçado da arte”. Personagem, com uma carreira artística consolidada que também fez parte do corpo discente da disciplina (Imagem 2).

TEMA	Frei Damião	Cantoria na Feira	Pavão Misterioso	História de Elias
QUAL O OBJETIVO?	Mostrar a devoção do romeiro que visita Guarabira à Frei Damião	Mostrar a cultura da poesia popular dos cantadores guarabirenses. Buscando a valorização da cultura	Mostrar o Cordel mais importante do Brasil	Mostrar a vida e arte de um artista a partir da sua trajetória: suas influências familiares, culturais e artísticas.
QUAL A HISTÓRIA	Mostrar a devoção do romeiro que visita Guarabira à Frei Damião a partir da visão e vivência de um romeiro	Mostrar os cantadores em ação a partir de um personagem	O romance do “Pavão Misterioso” escrito por um escritor guarabirense José Camêlo de Melo.	Revelar Elias a partir da sua produção artística.
QUEM? (Público)	População em geral, romeiros, fiéis, idosos, alunos Pronatec	Alunos Pronatec, artistas, população em geral	População em geral, estudantes, artistas, etc.	Alunos Pronatec, Sociedade guarabirense, internautas.

Quadro 1 – Temas propostos pelos alunos em sala. Fonte: foto de gravação de audiovisual “Entrelaçado da Arte”



Imagem 2 – Corpo discente da disciplina. Fonte: Rosicleide Nóbrega de Oliveira

5 METODOLOGIA

Contrariando a perspectiva funcionalista da comunicação na qual coloca emissor (sujeito) e receptor (objeto) em polos antagônicos no processo em uma prática pedagógica verticalizada, e o receptor como sujeito passivo do processo comunicacional. Fomos buscar contribuição metodológica de trabalho nos conceitos de extensão e comunicação em Paulo Freire a partir de sua obra “Extensão ou Comunicação?” que versa sobre a aproximação da comunicação e da extensão para uma educação mais próxima à realidade do educando, priorizando a troca de conhecimento. A partir daí, a explanação de conhecimentos teóricos, em pesquisa bibliográfica e sugestões de bibliografia, apresentação de trabalhos desenvolvidos pelos alunos e exercícios práticos e teóricos como elaboração de roteiro, prática da pré-produção, pesquisa e planejamento, produção e filmagem audiovisual serviram a esse método de ensino a partir da troca e resignificação dos saberes.

A elaboração do roteiro e gravação do audiovisual em sala de aula foi um método não justificável enquanto resultado, mas utilizável enquanto caminho a ser percorrido para uma busca do conhecimento em “duração”. Que para Freire seria a dialética entre permanência-mudança.

Esta é a razão pela qual somente no sentido de “duração” é possível dizer que a educação é permanente. Por isto mesmo, permanente, neste caso, não significa a permanência de valores, mas a permanência do processo educativo, que é o jogo entre a permanência e a mudança culturais (FREIRE, 1983, p. 58).

Sendo este processo educativo durável como algo que está sendo e não que é, justificando uma estrutura sempre em processo, reconstruída. “Um jogo entre a permanência e a mudança culturais”.

6 CONCLUSÃO

Utilizar o Projeto Audiovisual como estímulo ao aprendizado e instrumento de um processo educativo se mostrou uma estratégia coerente e eficaz para a disciplina, no sentido de entender a educação pela troca, comunicação, pelo diálogo, pelo aprendizado mútuo. A experiência de um conhecimento construído por várias mãos, a cada história de vida, limitação, interesses e estrutura social, projetos de vida, permeado por valores humanos e sociais de todos os sujeitos envolvidos no processo educativo, nos mostrou a importância de focar no processo educativo e nem tanto no resultado palpável, já que este está em um constante processo de construção e é consequência do caminho percorrido.

Situarmo-nos historicamente, buscando a identificação cultural e inserção nas realidades sociais, para o aprendizado. Referendou a minha formação técnica, tecnológica e científica em busca de uma contribuição social e da transformação da sociedade a partir da formação profissional e humana desses estudantes.

O curso de Assistente de Produção Cultural, no qual está inserida a disciplina em questão, como a grande maioria dos cursos ofertados pelo IFPB/Pronatec é na modalidade Formação Inicial e Continuada (FIC) sendo de curta duração, de cerca de três meses, e voltados para a capacitação profissional. O curso ofertado e a sua grade curricular (descrita neste capítulo) revela o comprometimento com as necessidades locais de emprego e formação profissional na área cultural. No entanto, a formação pesquisa-ensino-extensão precisa fundamentar com mais investimento humano e tecnológico a formação humana/profissional dos estudantes do programa, sendo um dos caminhos para o cumprimento da função social da universidade. É necessário maior envolvimento do corpo docente e discente do próprio IFPB como contribuição a essa formação profissional mais qualificada: seu elevado nível e a infraestrutura do campus são subutilizados no programa, podendo haver um mais eficiente intercâmbio. Os estudantes do nível superior teriam além do conhecimento científico, técnico e tecnológico a oportunidade de uma formação mais completa e sensível para o uso social de sua ciência.

Duas das principais dificuldades da disciplina em questão foi o acesso dos alunos aos instrumentos tecnológicos e oportunidade de mais prática, já que a grade previa esse conhecimento. Desenvolver estratégias de captação de recursos financeiros e parcerias sem, claro, esquecer do princípio de educação gratuita, também pode ser apontado como oportunidade de aprimoramento.

Incorporar a extensão ao dia-a-dia da universidade pública estimula a valorização do conhecimento, e o aumento do alcance social e educacional do projeto, indo além do que alguns, pouco conhecedores, definem como projetos essencialmente assistencialistas.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

JEZINE, Edineide. As Práticas curriculares e a extensão universitária. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2., 2004, Belo Horizonte. **Anais**. Belo Horizonte. Disponível em: < [http://www.ufmg.br/congrent /Gestao/Gestao12.pdf](http://www.ufmg.br/congrent/Gestao/Gestao12.pdf)> Acesso em: 17 ago. 2016.

PLANO Nacional de Extensão Universitária. Brasília, DF: Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e SESu / MEC, 2000 / 2001. Edição atualizada. Disponível em: <<https://coec.jatai.ufg.br/up/431/o/PNEX.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2016.

ROCHA, R. M. Gurgel. A construção do conceito de extensão universitária Na América Latina. In: FARIA, Doris Santos de (org.). **Construção conceitual da extensão na América Latina**. Brasília, DF: UNB. 2001.

RODRIGUES, Chris. **O cinema e a produção**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina editora, 2007.

SERRANO. Rossana Maria Souto Maior. **Conceitos de extensão universitária**: um diálogo com Paulo Freire, [2008]. Disponível em http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/atividades/discussao/artigos/conceitos_de_extensao_universitaria.pdf. Acesso em: 17 ago. 2016.

SILVIA, Maria do Socorro; VASCONCELOS, Simão Dias. Extensão universitária e formação profissional: avaliação da experiência das Ciências Biológicas na Universidade Federal de Pernambuco. **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 17, n. 33, p. 119-136, jan./abr., 2006.

5 - EXTENSÃO NO IFAL: AVANÇOS E DESAFIOS NO CAMPUS DE MARECHAL DEODORO

**Maria de Fátima Feitosa Amorim Gomes¹
Maria do Socorro Ferreira dos Santos²**

1 INTRODUÇÃO

Uma das metas da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional vigente é formar profissionais nas diferentes áreas do conhecimento, incentivando o trabalho de pesquisa e a investigação científica, promovendo a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem o patrimônio da humanidade. Essa divulgação ocorre por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, onde a indissociabilidade destes três elementos constitui o eixo da formação do profissional (BRASIL, 1996).

Segundo Serrano (2006, p.10), o conceito de Extensão Universitária passou por várias diretrizes conceituais, mas foi apenas em 1967 que surgiu uma primeira definição como sendo um “processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade”.

Importante dizer que, neste período, a extensão se dava no interior das Universidades, e o grande influenciador desses movimentos e ações que ultrapassavam os muros dessas instituições foi o grande Paulo Freire, pois ele acreditava que “o conhecimento não se estende do que se julga sabedor até aqueles que se julga não saberem; o conhecimento se constitui nas relações homem-mundo, relações de transformação, e se aperfeiçoa na problematização crítica destas relações.” (FREIRE, 2006, p. 36).

Sob essa influência acredita-se que a extensão é uma via de mão dupla, cuja efetivação aparece como trânsito assegurado a comunidade acadêmica e que encontrará na sociedade a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico, ou seja, a extensão é um fluxo, uma troca de saberes da academia com a participação efetiva da comunidade.

¹Professora do Instituto Federal de Alagoas (IFAL) / Campus Marechal Deodoro.

²Professora do Instituto Federal de Alagoas (IFAL)/Campus Marechal Deodoro. Doutora em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestra em Letras pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

No Instituto Federal de Alagoas (IFAL), assim como em todos os Institutos Federais as ações de extensão apenas começaram a se concretizar após as diversas mudanças na educação profissional, especialmente desde a reconfiguração dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) para Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) em 2008 quando a partir da Lei 11.892, publicada em 29/12/2008, passa a ter

no âmbito do Ministério da Educação um novo modelo de instituição de educação profissional e tecnológica. Estruturados a partir do potencial instalado nos CEFETs, escolas técnicas e agrotécnicas federais e escolas vinculadas às universidades federais, os novos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia geram e fortalecem condições estruturais necessárias ao desenvolvimento educacional e socioeconômico brasileiro. (SILVA, 2010, p. 8).

Com essa nova identidade, as Instituições que formam essa rede estarão aptas a atuar em todos os níveis e modalidades da educação profissional, isto envolve nível médio integrado, nível médio integrado a educação de jovens e adultos, formas subsequentes e concomitantes, nível superior através de cursos tecnológicos, graduação e licenciatura, pós-graduação *lato sensu e stricto sensu*.

Na lei, 11.892 em seu Art. 7, essas instituições também passam a ser organizadas considerando o tripé formativo, ensino, pesquisa e extensão, garantindo práticas científicas e tecnológicas, além de garantir a verticalidade na formação continuada. Com isso, espera-se que o aluno entre na educação básica e tenha possibilidade de chegar à conclusão de uma pós-graduação (BRASIL, 2008a).

Nesse sentido, essa “nova” identidade educacional, cujo eixo articulador é a formação profissional, além de ser pluricurriculares e ter uma multiplicidade de campi, traz inúmeros desafios também para os professores que atuam na extensão, pois a visão e a missão dessas escolas passaram a agregar as mudanças ocorridas no mundo do trabalho criando uma demanda por profissionais qualificados em diversas áreas exigindo o investimento em pesquisas em inovação tecnológica e qualificação profissional.

Assim, considerando a extensão como um dos eixos do processo formativo nesse novo cenário de formação, podemos considerá-la a partir de três funções importantes: a acadêmica que é fundamentada em bases teórico-metodológicas; a social quando promove a organização social e a construção da cidadania, bem como a articuladora, ao envolver o saber e o fazer da instituição com a sociedade

Importante dizer que toda experiência em extensão se deu inicialmente dentro das universidades como afirma Serrano (2006, p. 5):

a extensão universitária passa a apresentar uma interface entre o saber produzido no interior das universidades com a cultura local e desta com a cultura universitária. A extensão inicia uma trajetória para transformação da sociedade, transforma-se a si mesma e transforma sua relação com os outros “fazer” acadêmicos - ensino e pesquisa.

Essa influência ocorre também nos Institutos Federais, mesmo considerando uma identidade plural, transformando toda a dinâmica no interior das escolas técnicas centenárias, porém foi apenas em meados de 2011 que se buscou uma adaptar esses conceitos e peculiaridades a partir das necessidades de cada arranjo produtivo local (APL) onde os campus estão inseridos. Percebeu-se que educar para o mundo do trabalho e para a cidadania na atualidade, nesse nosso cenário dos Institutos Federais, exigiu ainda mais de todos que fazem parte dessas instituições que se modernizou ao longo dos anos.

Não se admite mais uma qualificação eminentemente técnica que leve o indivíduo a não pensar ou, apenas que o leve a reproduzir um conhecimento previamente determinado e repassado sem críticas por um docente, pois acredita-se que

Educar e educar-se, na prática da liberdade, não é estender algo desde a “sede do saber”, até a “sede da ignorância” para “salvar”, com este saber, os que habitam nesta. Ao contrário, educar e educar-se, na prática da liberdade é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem - por isto sabem que sabem algo e podem assim chegar a saber mais – em diálogo com aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem, para que estes, transformando seu pensar que nada sabem em saber que pouco sabem, possam igualmente saber mais (FREIRE, 2006, p. 25).

Vale salientar que ao longo do artigo iremos explicar as mudanças ocorridas na extensão, ao inserir ações diferenciadas daquelas praticadas apenas nas Universidades ao longo dos anos. No IFAL, essas ações começaram a se caracterizar, inicialmente, ao agregar as atividades de estágio seja ele obrigatório ou não, depois com a inserção de projetos, programas, cursos e eventos, num só departamento, numa só Pró-Reitoria.

Nesta perspectiva, acreditamos que o tripé formativo, ensino-pesquisa-extensão, deva conduzir as mudanças substanciais no processo ensino-aprendizagem, colaborando efetivamente com a formação de estudantes, fortalecendo cada vez mais a missão do IFAL que é a de “promover educação de qualidade social, pública e gratuita, fundamentada no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a fim de formar cidadãos críticos para o mundo do trabalho e contribuir para o desenvolvimento sustentável.” (PLANO..., 2014, p. 40).

Diante disso, o objetivo desse artigo é apresentar a evolução da extensão no Instituto Federal de Alagoas, especialmente no *Campus Marechal Deodoro*, analisando todas as mudanças ocorridas entre o período de 2009-2015 e a sua consolidação nestes últimos anos.

2 METODOLOGIA

Para desenvolver esse estudo optou-se pelo estudo bibliográfico e análise documental como procedimentos metodológicos.. Segundo Gil (2002, p. 44-45), “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.”

Corroborando com Gil (2002, p. 32) que explica que qualquer pesquisa científica tem em seu início esse levantamento e afirma que é a “pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto.” Com isso, o pesquisador terá subsídios para seu processo investigativo ao longo da pesquisa.

Paralelamente ao estudo bibliográfico, foram selecionados documentos na Pró-Reitoria de Extensão vinculados ao processo de implantação da Extensão e todos os relatórios referentes ao *campus Marechal Deodoro* de 2009 a 2015.

Os documentos, segundo Marconi e Lakatos (1991), caracterizam-se como uma importante fonte primária. O objetivo dessa análise documental é reconstituir o processo de evolução das ações da extensão no IFAL em todas as suas dimensões, ou seja, concepção, objetivos, financiamento, caracterização, editais, metas iniciais e alcançadas, distribuição de responsabilidades, em

suma, uma análise da evolução das políticas institucionais para a extensão no IFAL.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para o desenvolvimento do presente trabalho, importante destacar que tomamos como base uma concepção freiriana de extensão como uma práxis de um conhecimento acadêmico, alicerçado numa troca de saberes, popular e acadêmico. Além disso, acreditamos que essa troca busca produzir novos conhecimentos através do confronto do saber acadêmico e popular ao se apresentar como instrumentalizadora do processo dialético teoria e prática ao problematizar de forma interdisciplinar esses saberes (SERRANO, 2006, p. 11).

A princípio, as ações de extensão do IFAL no *Campus* Marechal Deodoro, limitava-se a oferta de estágios e a organização de alguns eventos conforme determina a Lei nº 11.788. Lei do Estágio de 25 de setembro o estágio é definido no seu artigo 1º como:

Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos (BRASIL, 2008b).

O estágio faz parte do projeto pedagógico do curso além de integrar o itinerário formativo do educando. O quadro 1 apresenta os dados relativos aos anos de 2009 e 2010, período em que, basicamente, as ações de extensão resumiam-se ao encaminhamento e acompanhamento de estágios.

AÇÃO	2009	2010
Número de alunos que realizaram estágio	67	49
Número de empresas conveniadas para oferta de estágio	05	06
Número de eventos realizados	01	02
Número de Participantes nos eventos	357	494

Quadro 1 – Dados das ações desenvolvidas pela extensão, no IFAL *Campus* Marechal Deodoro no período de 2009 a 2010. Fonte: Pró-Reitoria de Extensão/IFAL

Percebe-se que o número de empresas conveniadas era muito baixo, apenas 05 em 2009 e 06 em 2010, o que daria uma média de 13,4 estagiários por estabelecimento, os quais eram distribuídos entre os turnos diurnos e vespertinos. A realização de eventos também encontrava-se bastante insípiente, mas já demonstrava uma boa adesão de participantes.

Após esse período, o avanço da extensão se deu de forma gradativa no IFAL, onde anualmente foi sendo acrescentado uma nova modalidade de ação, conforme descrito abaixo:

- 2011 - iniciaram os projetos de extensão na modalidade servidor;
- 2012 – iniciou a realização de cursos e foi lançada a modalidade estudante para os projetos;
- 2013 – os eventos foram fortalecidos;
- 2014 – foram lançados os programas de extensão;
- 2015 – o empreendedorismo está em fase organizacional.

Em 30 de março de 2011 o IFAL publicou a Resolução nº 10 do Conselho Superior, onde consta, no seu artigo 1º, que a “Extensão é um processo educativo, cultural e científico que, articulado de forma indissociável ao ensino e à pesquisa, viabiliza a relação transformadora entre o IFAL e a sociedade”, ou seja, a extensão é formada pelo conjunto de atividades e ações que o IFAL realiza em sua relação com a comunidade externa (IFAL, 2011).

Nesta resolução foram determinadas as dimensões da extensão, que se caracterizam pelo conjunto de ações e atividades que compõe a sua área de atuação, conforme segue:

- I. **Programas de extensão:** conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão, preferencialmente multidisciplinar e associado a pesquisa e ao ensino. Sendo executado a médio e longo prazo;
- II. **Projetos de extensão:** conjunto de ações processuais e contínuas de caráter esportivo, social, artístico, cultural ou tecnológico com o objetivo específico e prazo determinado, podendo ser associado a um programa ou desenvolvido de forma isolada;

- III. **Cursos de extensão:** são ações pedagógicas de caráter teórico ou prático, presencial ou a distância, planejados de forma sistemática, com carga horária superior a 8 horas, critérios de avaliação definidos e de oferta não regular;
- IV. **Eventos de extensão:** ações que implicam na apresentação e/ou exibição pública, livre ou com clientela específica, do conhecimento ou produto cultural artístico, esportivo, científico ou tecnológico dos envolvidos, conservado ou reconhecido pelo IFAL;
- V. **Serviços tecnológicos:** realização de trabalho oferecido pela instituição ou contratados por terceiros (comunidade, empresa, órgãos públicos, etc.) e que envolve atividades de consultoria, assessoria, laudos técnicos etc., com agregados para o mundo produtivo e de caráter não rotineiro;
- VI. **Estágio e emprego:** compreende todas as atividades de prospecção e a oportunidade de estágio/emprego e a operacionalização administrativa do estágio;
- VII. **Visitas técnicas e gerenciais:** interação da instituição com o mundo do trabalho, com o objetivo de verificar “in loco” o ambiente do trabalho, o processo produtivo e de gestão das empresas e instituições, bem como a prospecção de oportunidades de estágio e emprego;
- VIII. **Egressos:** contempla o conjunto de procedimentos que visa apoiar os egressos, identificar cenários junto ao mundo produtivo e retroalimentar o processo de ensino, pesquisa e extensão;
- IX. **Empreendedorismo:** representado pelo apoio à formação empreendedora através de atividades de capacitação, orientação e acompanhamento, tais como cooperativas, empreendimentos solidários e empresas juniores, de modo a aproveitar novas oportunidades e recursos de maneira inovadora;
- X. **Fóruns e similares:** compreende a representação do IFAL em fóruns, câmaras, comitês e congêneres;
- XI. **Relações institucionais:** compreende o relacionamento e o intercâmbio entre o IFAL e os segmentos da sociedade organizada, visando o estabelecimento de acordos, parcerias e similares.

Após a publicação dessa resolução as ações de extensão cresceram significativamente, conforme mostra o quadro 2. Observa-se, porém, uma queda anual no número de alunos em estágio, tal fato certamente foi influenciado pela regulamentação das ações de extensão que oportunizaram ao aluno desenvolver sua carga horária de prática profissional, obrigatória para a conclusão do curso, em outras atividades que não fossem diretamente com empresas, em contra partida, a participação nos eventos cresceram, embora o número de eventos extensionistas permaneça baixo.

AÇÃO	2011	2012	2013	2014	2015
Alunos que realizaram estágio	81	31	34	17	06
Empresas conveniadas para oferta de estágio	25	26	31	34	34
Evento de extensão	04	01	01	02	02
Participantes nos eventos	2.106	420	472	700	1.900

Quadro 2 – Evolução anual das ações de extensão no IFAL, *Campus* Marechal Deodoro, no período de 2011 a 2015. Fonte: Pró-Reitoria de Extensão /IFAL

O público beneficiado nos últimos 5 anos por meio dos eventos correspondem a 5.598 pessoas, gerados por 10 ações realizadas, o que reforça o interesse do público pelas ações a eles direcionadas. Possivelmente um número maior de pessoas podem ter sido alcançadas pelo efeito multiplicador do conhecimento.

A adesão de empresas na oferta de estágio é bem representativa, sendo atualmente, um contingente muito maior que a procura dos estudantes por esta modalidade de prática profissional.

3.1 Projetos de extensão

Conforme foi dito anteriormente, os projetos de extensão no IFAL iniciaram em 2011, estes representam números expressivos em Marechal Deodoro. O Quadro 3, aponta essa evolução crescente a cada ano, porém, a partir de 2015 percebe-se uma queda no número de projetos, o que talvez tenha acontecido devido ao lançamento de editais do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação ao Desenvolvimento Tecnológico

e Inovação (PIBITI), que também tiveram uma boa aceitação por parte dos docentes. Já a partir de 2014, nota-se a participação de voluntários nos projetos, confirmando o interesse de um número cada vez maior de alunos em participar da extensão, mesmo não sendo contemplados com bolsas.

Durante os cinco anos os projetos contaram com a participação de 81 professores, que podem estar repetidos nos diferentes anos, 19 técnicos administrativos e 345 alunos, o que corresponde a 43,12% do corpo discente do IFAL *Campus* Marechal Deodoro, configurando-se como um número bastante expressivo de estudantes envolvidos em apenas uma modalidade de atividade extra sala de aula, conforme mostra o Quadro 3.

AÇÃO	2011	2012	2013	2014	2015
Projetos	07	25	23	28	16
Docentes envolvidos	07	15	19	22	18
Técnicos Administrativos envolvidos	01	03	08	03	04
Alunos envolvidos nos projetos	29	79	75	68	43
Alunos voluntários	-	-	-	30	21
Público envolvido nos projetos	-	4.608	5.006	3.310	1.329

Quadro 3 – Evolução anual dos projetos de extensão desenvolvidos no IFAL, servidores, alunos e público envolvidos, *Campus* Marechal Deodoro, no período de 2011 a 2015. Fonte: Pró-Reitoria de Extensão /IFAL

3.2 Cursos de extensão

O lançamento oficial da abertura dos cursos de extensão ocorreu em 2012. Até os dias atuais essa dimensão continua a apresentar números baixos, conforme o Quadro 4, provavelmente influenciado pela preferência de ações mais práticas que teóricas nesse tipo de atividade, utilizando uma abordagem mais inovadora, não se limitando a aplicação imediata, criando no aluno a capacidade de responder a desafios inesperados e de recriar suas próprias habilidades frequentemente (SILVA; VASCONCELOS, 2006).

AÇÃO	2011	2012	2013	2014	2015
Cursos de extensão realizados	-	02	-	01	01
Público atendido nos cursos	-	53	-	30	08

Quadro 4 – Cursos de Extensão realizados pelo IFAL, Campus Marechal Deodoro entre 2011 e 2015. Fonte: Pró-Reitoria de Extensão /IFAL

3.3 Programas institucionais de extensão

Em 2014 foram criados os Programas Institucionais de Extensão, por meio do Memorando nº 88.2013 emitido pela PROEX/IFAL, no dia 21 de outubro de 2013. A necessidade da criação de ações extensionistas de longo prazo, denominadas Programas Institucionais de Extensão, se deu pelo fato de que as ações isoladas denominadas, projetos, cursos e eventos, praticadas desde 2011, já haviam se consolidado (IFAL, 2013).

Neste documento foram criados e encaminhados ao reitor do IFAL quatro programas institucionais, a saber:

- I. **Programa minha comunidade:** objetiva desenvolver em determinada comunidade geograficamente instalada um conjunto de ações extensionista, sobretudo projetos, cursos e eventos, com forte características dos cursos oferecidos pelo IFAL, que aponte soluções para melhoria da qualidade de vida, inclusão social e produtiva e a geração de oportunidades;
- II. **Programa pró-IFAL:** objetiva implantar ações de preparação para o exame de seleção dos cursos do IFAL, atendendo estudantes de escolas públicas especialmente;
- III. **Programa ARTIFAL:** objetiva formar grupos culturais/artísticos para a preservação e disseminação da cultura e arte;
- IV. **Programa PROPEQ:** objetiva disseminar e implantar os resultados das pesquisas desenvolvidas no IFAL, de modo a colocar seus benefícios a serviço da sociedade.

A adesão aos programas por parte dos docentes e alunos crescem ano a ano, atingindo um grande número de pessoas assistidas/atendidas pelas ações, como demonstra o Quadro 5.

AÇÃO	2014	2015
Programas cadastrados	01	04
Público atendido pelos programas	13.100	10.366

Quadro 5 – Programas Institucionais de Extensão desenvolvidos pelo IFAL, campus Marechal Deodoro nos anos de 2014 e 2015. Fonte: Pró-reitoria de Extensão /IFAL

A grande resposta do público participante dos programas, consolida-se a partir do momento que a extensão se configura como uma via de mão dupla, onde a comunidade acadêmica encontrará na sociedade, a oportunidade da práxis do conhecimento acadêmico. Ao retornarem a instituição de ensino, docentes e discentes estarão com um aprendizado diferente, transformado. Nessa via dupla constata-se a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular o que culminará na produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação da comunidade efetivamente na atuação do mundo acadêmico e da ciência. A extensão possibilita o processo dialético entre teoria e prática além de ser um trabalho interdisciplinar (FÓRUM..., 1987).

3.4 Produção técnico científica

A produção gerada pelos docentes, técnicos administrativos e discentes é muito baixa. Por iniciativa da PROEX objetivando divulgar as ações extensionistas, foi publicada em 2013 a Revista de Extensão do Instituto Federal de Alagoas (EXTIFAL), que constou de 15 artigos, dos quais, dois foram de professores, técnicos e alunos do *campus* Marechal Deodoro, desde então, não foi mais publicado nenhuma edição desta revista.

O reduzido interesse pela publicação em revistas de extensão justifica-se pela falta de “Qualis” pois muitos docentes interessados em cursos de mestrado ou doutorado, precisam dessa qualificação, que priorizam artigos publicados em revistas indexadas ou internacionais de Qualis A.

Na busca da valorização acadêmica foi criada a Mostra de Extensão, que em 2015 estava na sua quarta versão, todos os projetos, cursos e programas em andamento ou realizados a cada ano são apresentados durante os três dias de evento. Pela grande participação de docentes, discentes

bolsitas e voluntários, a mostra de extensão vem se consolidando, o que leva a extensão a conquistar seu espaço dentro do IFAL.

Outro avanço observado nos últimos dois anos foi a apresentação de trabalhos e a garantia de aporte de recurso por parte da PROEX/IFAL, para viabilizar a participação dos extensionistas no Congresso Brasileiro de Extensão Universitária (CBEU). Embora o apoio ainda seja pequeno a Pró-Reitoria mostra-se atuante na valorização das suas ações.

3.5 Financiamentos e parcerias

Todas ações de extensão, independente da dimensão, desenvolvidas pelo *campus* Marechal Deodoro são gratuitas e custeadas por recursos próprios da instituição, oriundos da Pró-Reitoria de Extensão, que concede bolsas para os alunos e o material necessário a execução das atividades.

Constatou-se que, normalmente, os projetos não estabelecem parcerias financeiras, o que pode ser causado pela falta de experiência do professor, ou da cultura do próprio *campus* em não realizar captação de recursos (SILVA; VASCONCELOS, 2006).

A falta de aporte de recursos externos não implica em desvalorização da ação pela comunidade, pelo contrário, a participação é cada vez maior. Um dos projetos desenvolvidos por um grupo de professores que tinha como objetivo preparar alunos da escola pública para participarem das provas de seleção para o acesso ao IFAL *campus* Marechal Deodoro, chamado Pré-IFAL, tornou-se de tamanha necessidade para os interessados que foi transformado em Programa Pró-IFAL e hoje é ofertado em todos os *campi* que tiverem interesse.

3.6 Perspectivas

Para que a extensão faça parte do dia a dia do IFAL, ainda há um longo percurso. Mesmo com um quadro de docentes expressivo no tocante a titulação, discentes com formação de qualidade, infraestrutura e logística disponível ainda há uma subutilização de todo esse aparato nas ações de extensão.

De acordo com Silva e Vasconcelos (2006), o caminho se constitui em um desafio de grande alcance, por meio de projetos e programas de cunho educacional e não assistencialista, de diversificação do público participante dos cursos e dos eventos, de desenvolver estratégias de captação de recursos financeiros e parceria, desde que não fira o princípio da educação gratuita.

As Pró-Reitorias Acadêmicas e de Extensão, Diretorias de Extensão e Pesquisa e as Coordenações de Extensão precisam se esforçar para inserir na estrutura curricular, disciplinas ou tópicos de caráter extensionista durante a formação de nível médio, de graduação e pós graduação em tais iniciativas. Para tanto, é necessária uma flexibilização curricular que possa viabilizar a participação do aluno em atividades de extensão a serem creditadas como carga horária curricular (PIERSON; CORTEGOSO; ARAÚJO FILHO, 2003). Hoje no IFAL a participação em projetos de extensão, pode ser transformada em carga horária voltadas para a Prática Profissional, o que tem atraído bastante alunos, inclusive da Educação de Jovens e Adultos.

A atual formação dos estudantes não prioriza os problemas sociais nem o trabalho voluntário organizado, a tônica é o conhecimento técnico, que implica numa formação que prepara para o desafio tecnológico, mas talvez insensível ao uso social da Ciência gerada no meio acadêmico ou sem técnica adequada para aproveitar o conhecimento popular na retro-alimentação do conhecimento científico, nesta direção Pierson, Cortegoso e Araújo Filho (2003, p. 48) afirmam que:

A importância de flexibilização para uma nova estruturação curricular, menos rígida e mais adequada às necessidades de formação de profissionais cidadãos; uma estrutura que, abandonando as práticas vigentes de caráter instrucionista – o número excessivo de créditos e de disciplinas encadeadas – enfatize a (re)construção do conhecimento, tendo os alunos como pólo nucleador.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A extensão no IFAL, *campus* Marechal Deodoro delinea-se atualmente com grande importância para a consolidação da tríade acadêmica, social e articuladora do saber e do fazer acadêmico junto a sociedade. Este não é um desafio fácil, o caráter transformador, emancipatório, democrático e que precisa ser desenvolvido através da dialogicidade certamente contribuirá com um conhecimento que não seja puramente acadêmico, mas que se apresente revestido dos saberes populares, ainda que seja para desmistificá-lo, sendo assim, a formação do aluno vai além da aquisição de conhecimento técnico-científico, porque se o consideramos isoladamente, esse conhecimento se esvazia por não estar integrado à realidade.

Embora se tenha constatado uma limitação de participação por parte dos docentes, discentes e técnicos administrativos, a extensão está longe de ser negligenciada, ao contrário, através da extensão novos rumos podem ser delineados para a formação curricular o que certamente implicará numa educação de qualidade, centrada na realidade local, na busca de soluções para melhoria dos problemas enfrentados pela comunidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Lei n.º 11.788, de 25 de setembro de 2008b**. Estabelece as diretrizes para estágios. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11788.htm>. Acesso em: 20 jul. 2016.

_____. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, v.134, n. 248, 23 dez. 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>> Acesso em: 20 jul. 2016.

_____. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008a. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União, Brasília, DF**, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 34. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006

FÓRUM Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, 1987. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/documentos/Encontro-Nacional/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IFAL. **Memorando n.º 88/2013 PROEX**: criação dos programas institucionais de extensão: Pró-reitoria de Extensão/IFAL, 2013.

IFAL, **Resolução n.º 10/CS de 30 de março de 2011**. Regulamentação das atividades de Extensão no IFAL, 2011.

MARCONI M. A ; LAKATOS E. M., **Fundamentos de metodologia científica**. 3 ed. São Paulo (SP): Atlas, 1991.

PIERSON, Alice Helena Campos; CORTEGOSO, Ana Lucia; ARAÚJO FILHO, Targino de. Flexibilização curricular: experiências e perspectivas. In: THOLLENT, Michel et al (orgs.). **Extensão universitária: conceitos, métodos e práticas**. Rio de Janeiro: [s.n.], 2003. p. 41-55.

PLANO de Desenvolvimento Institucional (2014-2018). Maceió,AL: Instituto Federal de Alagoas, 2014.

SERRANO, Rossana Maria Souto Maior. **Conceitos de extensão universitária: um diálogo com Paulo Freire**, 2006. Disponível em: <http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/atividades/discussao/artigos/conceitos_de_extensao_universitaria.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2016.

SILVA, Vânia do Carmo Nobile **A implementação do PROEJA na rede federal de educação profissional e tecnológica: visão dos gestores**, 2010. Dissertação (Mestrado) – UNB, 2010.

SILVA, Maria do Socorro; VASCONCELOS, Simão Dias. Extensão universitária e formação profissional: avaliação da experiências das Ciências Biológicas na Universidade Federal de Pernambuco. **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 17, n. 33, jan./abr. 2006.

6 - FORMAÇÃO INTERSETORIAL EM DROGAS: A EXPERIÊNCIA DO CENTRO REGIONAL DE REFERÊNCIA DE JOÃO PESSOA/PB

Crisvalter Rogério de Araújo Medeiros¹

Vania Maria de Medeiros²

Maria do Socorro de Souza Vieira³

Ana Flora Medeiros Vilaça⁴

1 INTRODUÇÃO

O interesse pelo tratamento na área de álcool e outras drogas no Brasil é bastante recente. Segundo Oliveira e Santos (2010, p. 74), desde a década de 70 havia recomendações para o desenvolvimento de políticas nessa área. No entanto, durante muito tempo ainda as internações continuaram acontecendo em hospitais psiquiátricos, “que tinham mais de 50% de seus leitos ocupados por pacientes dependentes que apresentavam comorbidades psiquiátricas ou não”.

Conforme esses autores, só a partir de 1980, vão surgir alguns serviços mais estruturados voltados efetivamente ao atendimento, à pesquisa e informação na área de álcool e outras drogas, a exemplo do Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Drogas (CETAD), Extensão Permanente da Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia (FAMED/UFBA); Centro Mineiro de Toxicomania (CMT), Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (FHEMIG), Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (SSMG); Centro Eulâmpio Cordeiro de Recuperação Humana (CECRH), da Fundação de Saúde Amaury de Medeiros, da Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco; Núcleo de Estudos e Pesquisas em Atenção ao Uso de Drogas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (EPAD/UERJ); Programa de Orientação e Atendimento a Dependentes de Drogas do Departamento de Psiquiatria da Universidade Federal de São Paulo (PROAD/UNIFESP). E mais:

¹Jornalista do Instituto Federal da Paraíba (IFPB), com lotação na Pró-Reitoria de Extensão; tem especialização em Psicopedagogia e em Prevenção ao Uso Drogas. Mestre em Serviços Social, do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS), da UFPB, e-mail crisvalter1@gmail.com;

²Professora do IFPB. Doutora em Química Analítica pela Universidade Federal da Paraíba. Mestra em Química Inorgânica pela Universidade Federal da Paraíba. Coordenadora do Centro Regional de Referência (CRR), e-mail vaniaifpb@gmail.com;

³Professora doutora da UFPB. Coordenadora do Mestrando em Serviços Social, do PPGSS, CCHLA/UFPB;

⁴Psicóloga Especialista em Neuropsicologia, aluna do CRR

Unidade de Tratamento de Dependência Química do Hospital Mãe de Deus, Porto Alegre/RS; Departamento de Psicobiologia da Escola Paulista de Medicina, Centro Brasileiro de Informações Psicotrópicas/CEBRID e a Unidade de Dependência de Drogas da Universidade Federal de São Paulo (UDED/UNIFESP); Grupo Interdisciplinar de Estudos de Álcool e Drogas do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP). A partir da criação desses órgãos é que começam as intervenções, as informações e pesquisas sobre drogas e vão surgir as demandas pela capacitação nessa área.

O envolvimento de Universidades e instituições de saúde como referência na atenção à dependência química se deve ao aumento da epidemiologia do consumo das substâncias psicoativas e a maior procura por tratamento. Portanto, a realidade epidemiológica do uso de drogas nos últimos anos condicionou o aumento significativo do interesse por formação profissional adequada nessa área (CRUZ; GUARESCHI, 2013). Andrade (2011) menciona as dificuldades que alguns profissionais, a exemplo do corpo técnico da Estratégia Saúde da Família, teriam em lidar com questões relacionadas ao uso de drogas. Segundo o pesquisador (2011, p. 4668), o problema pode ser atribuído ao “[...] desconhecimento dos fatores biopsicossociais relacionados ao seu consumo, reproduzindo preconceitos do senso comum acerca dos seus usuários, seja pelo medo de exposição à violência do tráfico”.

Na tentativa de se ter ações mais efetivas na área de formação profissional o Governo Federal lançou o Decreto nº 7.179, de 20 de maio de 2010, que instituiu o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas. (BRASIL, 2010a). Uma das ações estruturantes, deste plano, é a regulamentação da formação continuada de profissionais da rede de atenção aos usuários de drogas. Segundo o decreto, as ações de formação devem ser executadas de forma descentralizadas e integradas, por meio da conjugação de esforços entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, a participação da sociedade civil e o controle social. Neste sentido, foi criada uma rede nacional de Centros Regionais de Referência (CRR), que tem o objetivo de capacitar esses profissionais através de Chamadas Públicas por edital dirigidas às Instituições de Ensino Superior. O trabalho aqui apresentado relata a experiência de formação ocorrida no CRR, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) e uma discussão metodológica em que se fortaleceram dinâmicas interprofissionais e intersetoriais entre sociedade, rede de saúde e de assistência social, e demais componentes da rede de atenção aos usuários de drogas.

2 EVOLUÇÃO DAS POLÍTICAS SOBRE DROGAS NO BRASIL E O AVANÇO DAS AÇÕES INTERSETORIAIS NA SAÚDE E NA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Até o final da década de 90, o Brasil seguia a política americana de guerra às drogas, fundamentada na visão repressiva do problema, cujo proibicionismo exacerbado concorria, também, para estigmatizar os usuários. Somente, no ano de 2003, o Ministério da Saúde anuncia a sua política de atenção integral em álcool e outras drogas, efetivando a inserção da temática nas políticas públicas na área da saúde. A iniciativa atendia uma recomendação enfática da III Conferência Nacional de Saúde Mental, que ocorreu em dezembro de 2001. No texto do documento, fica patente o “reconhecimento de que o tema tem sido tratado de modo pontual, contando com os esforços de setores e grupos preocupados com o aumento exponencial do problema do uso abusivo de álcool e outras drogas” (BRASIL, 2003, p. 09).

Alguns anos antes, mais precisamente entre 1998 e 2001, sob o estímulo do debate público e da crescente preocupação com o uso de substâncias psicoativas, foi criada a Secretaria Nacional Anti-drogas (SENAD), voltada para o consumo de drogas ilícitas. Segundo Trad (2010), esse órgão surge em um período de redemocratização pós-constituente para ocupar um vácuo em nível nacional, devendo assumir uma linha de atuação diferenciada dos Conselhos Federais, que tinham sido implantados no período de exceção política no Brasil.

A partir de 2004, o Governo Federal começou a promover o realinhamento da sua Política Nacional sobre Drogas (PNAD) de forma interinstitucionalizada. O processo de construção da PNAD foi conduzido pela Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (mudança de denominação da SENAD, realizada nesse período), que é o órgão responsável por coordenar e integrar as ações do governo relativas à redução da demanda de drogas. A política foi construída a partir de um amplo debate nacional considerando os contextos regional, nacional e internacional; bem como os avanços da ciência, as transformações sociais, políticas, econômicas e tecnológicas das últimas décadas (BRASIL, 2010b).

Segundo Duarte e Branco (2009), a partir de 2004, a SENAD tornou-se, portanto, o órgão responsável por coordenar e integrar as ações do governo relativas à redução da demanda de drogas. Como pressupostos relacionados ao tratamento, recuperação e reinserção social, a PNAD define que:

o Estado deve estimular, garantir e promover ações para que a sociedade (incluindo usuários de drogas, familiares e populações específicas) possa assumir, com ética, o tratamento, a recuperação e a reinserção social. Essas ações deverão ser apoiadas técnica e financeiramente de forma descentralizadas pelos órgãos governamentais nos níveis municipal, estadual e federal; por organizações não-governamentais e entidades privadas (BRASIL, 2010b, p. 17).

A PNAD defende, ainda, que

o acesso às diferentes modalidades de tratamento e recuperação, reinserção social e ocupacional devem ser identificadas, qualificadas e garantidas como um processo contínuo de esforço; além de serem disponibilizadas de forma permanente para usuários e seus familiares, com investimento técnico e financeiro de forma descentralizados (BRASIL, 2010b, p.17).

No campo da formação profissional, a SENAD foi o órgão que assumiu a responsabilidade com o processo de implantação dos CRRs e a consolidação dos mesmos como instrumentos de alinhamento das Políticas sobre drogas no âmbito municipal. O Decreto nº 7.179/2010 deu origem ao Programa Nacional Crack, é Possível Vencer. O programa foi instituído em 2011, a partir das ações de formação, executadas pelas instituições de ensino superior, no eixo da prevenção, sendo supervisionadas pela SENAD.

3 INTERSETORIALIDADE NO CAMPO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Com o objetivo de embasar a discussão no campo das políticas públicas recorreremos às elaborações conceituais de Tumelero (2012) quando afirma que a intersectorialidade aparece nas políticas públicas como possibilidade de superação de práticas fragmentárias ou sobrepostas na relação com os usuários de serviços estatais, ou mesmo de serviços ofertados por organizações privadas sob iniciativas da sociedade civil ou de fundações empresariais. A pesquisadora, acrescenta, ainda, que no

campo das produções intelectuais a intersetorialidade é identificada em sua problematização conceitual, sob análises de características gerenciais nas teorias da administração pública e em debates acerca das finalidades de seu uso sob o ponto de vista ético, político e de projetos societários (TUMELERO, 2012, p. 02).

A intersetorialidade pode ser discutida a partir do ângulo das disciplinas, da gestão pública, bem como das práticas profissionais. Do ponto de vista paradigmático, a intersetorialidade supera a visão cartesiana do conhecimento fragmentado em busca de outros pressupostos científicos, filosóficos e sociológicos que possam contribuir para que a população seja beneficiada de forma integrada nos serviços prestados pelo Estado, e em outros aspectos da vida cotidiana em sociedade.

No que se refere às questões de gestão governamental e profissionais faz-se necessário ressaltar que o espaço das instituições que compõe o aparato governamental é transpassado pelo jogo de interesses antagônicos, pela verticalização e hierarquização, pela burocratização e pelo corporativismo. É neste aspecto que Mito e Schutz (2011) mencionam as estruturas piramidais, hierarquizadas e departamentalizadas das organizações vigentes em nossa realidade social, que primam pela formação fundamentada em valores disciplinares e nas especializações. Esse tipo de formação, forjada historicamente, atende interesses de grupos hegemônicos, há muito estabelecidos, tendo como consequência a constituição do aparato governamental de forma hierárquica e verticalizada, fazendo com que as decisões tomadas nesse âmbito fiquem distantes dos interesses da população.

Conforme Tumelero (2012), as implementações democráticas da Constituição Federal de 1988, introduziu arcabouços jurídicos que asseguram ações governamentais integradas intersetorial e interinstitucionalmente, com diretrizes para políticas públicas destinadas a assegurar direitos sociais de forma universalizantes. No que concerne à definição de seguridade social, está explicitada no o art. 194, como um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade; já ao tratar do direito à saúde, o art. 196 deixa claro que esse direito será garantido mediante políticas sociais e econômicas, tendo sua execução feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado, conforme art. 197. “E somente no art. 198 é que se apresenta o direito à saúde como decorrente da atuação do Estado, na forma de serviços que integram uma rede regionalizada e hierarquizada constituindo um sistema único” (TUMELERO, 2012, P. 04).

Através desses exemplos das políticas públicas vigentes pode-se entender que a gestão intersetorial demanda integrações de políticas de diferentes naturezas envolvendo, principalmente, os aspectos econômicos e sociais. Para tanto, se faz necessário a articulação de diferentes atores que, inclusive, podem apresentar interesses divergentes dos sociais, em decorrência dos papéis que protagonizam frente às políticas específicas (se usuário, prestador de serviço privado, servidor público).

É preciso frisar, conforme experiências já registradas, que as políticas públicas podem demonstrar caráter conflitante na execução de direitos universais, quando está em jogo a lógica do Estado capitalista ao lado das possibilidades da exploração mercantilistas de serviços públicos. Como exemplo desses conflitos, podem ser citados os campos da saúde pública e o da educação que apesar de serem apresentados, constitucionalmente, como direitos universais, abrem espaços paralelos para a sua mercantilização (TUMELERO, 2012).

4 A INTERSETORIALIDADE NO CAMPO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Borysow e Furtado (2013) explicam que a intersetorialidade desafia as organizações a planejarem e executarem suas ações de uma maneira atualizada, observando-se a rede de relações possíveis a partir dos contatos que vão sendo realizados com os usuários. Para esses autores, os trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) atuam em contato direto com diversos serviços da rede de assistência. Desta forma, a Assistência Social, frequentemente, é vista como porta de entrada para os serviços públicos, principalmente, quando se trata das populações em situação de vulnerabilidades sociais.

Para Nascimento (2010), a política de assistência social no Brasil vai ser estruturada a partir de 2003 com a implantação do SUAS que se referêcia na Lei Orgânica da Assistência Social, nas Normas Operacionais Básicas (NOBS) e pela Constituição de 1988. Desta forma, a gestão proposta para a política de assistência social foi embasada no pacto federativo, e a forma de enfrentar a questão social foi a descentralização, levando em consideração as desigualdades territoriais e a participação social, configurando-se o embrião da intersetorialidade na área.

Pode se verificar, ainda, que a expressão intersetorialidade é marcadamente utilizada quando se refere a “Assistência Social, enquanto política pública que compõe o tripé da Seguridade Social,

e considerando as características da população atendida por ela, deve fundamentalmente inserir-se na articulação intersetorial com outras políticas sociais [...]” (BRASIL, 2005, p. 42).

Um conceito recorrente sobre intersetorialidade refere-se ao aspecto do que seja a complementaridade nas ações de prestação de serviços públicos à população que devem ser realizados de forma integrada com a participação de diversos setores, com o objetivo de prestar melhores serviços a essa população. A intersetorialidade deve adotar uma nova maneira de planejar, executar e controlar a prestação de serviços públicos. Isso significa alterar toda a forma de articulação dos diversos segmentos da organização governamental e dos seus interesses. “Diante disso, a implantação integrada das várias políticas sociais não depende apenas da vontade política de quem tem o poder ou os recursos disponíveis, pois cada política setorial tem seus interesses e práticas” (NASCIMENTO, 2010, p. 100).

Nascimento (2010) baseado em outros autores, afirma que a intersetorialidade pode ser definida como a articulação de saberes e experiências para o planejamento, a realização de avaliação de políticas, programas e projetos, cujo fim é alcançar resultados cooperativos em situações complexas. Desta forma, uma perspectiva de trabalho intersetorial implica mais do que justapor ou compor projetos que continuem sendo formulados e realizados setorialmente. Para o autor, a intersetorialidade, de fato, traz um conjunto de implicações para a ação do Estado, dando relevo aos desafios relacionados às políticas focalizadas territorialmente, em segmentos da população; bem como enfocando os desafios relacionados aos resultados e impactos da intervenção.

Portanto, fica patente que as ações intersetorializadas devem ser pensadas a partir das possibilidades de atender aspectos da realidade concreta das condições peculiares da vida da população, considerando-se os enfoques dialógicos na formulação dos projetos a serem executados na dimensão das políticas públicas.

De forma pragmática, as intervenções das políticas públicas na visão setorial determinam a atenção do Estado aos usuários de serviços públicos, ou beneficiários, pela prática dos serviços especializados e corporativos. No padrão da atenção intersetorial esse mesmo usuário é visto de uma forma complexa sendo passível de ações complementares na área da saúde, educação e assistência social de forma concomitante; o que caracteriza a atenção integral seja em quaisquer dos campos da seguridade social.

Mioto e Schutz (2011) observam que a aprovação da Política de Assistência Social (PNAS), vai definir um novo modelo de gestão

através da construção do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). A implantação desse sistema traz uma série de desafios relacionados diretamente à otimização da gestão de recursos materiais, humanos e financeiros da Assistência Social. É nesse contexto que será enfrentado o desafio de assegurar as políticas públicas, nessa área, como afiançadoras de direitos. “Concomitantemente, tal reordenamento deixa patente a centralidade da construção da intersetorialidade nas ações internas e externas a esta política, com destaque para o desenvolvimento de estratégias intersetoriais, territorialmente referenciadas” (MIOTO, SCHUTZ, 2011, p. 12).

Desta forma, a articulação intersetorial na política de Assistência Social concretizada a partir da Constituição de 1988, trazendo mudanças irreversíveis a esse campo social através da seguridade social, deve ser considerada como “marco histórico que institui o fim da caridade, bem-estar e ajuda para a noção de direito e cidadania da assistência social, apontando para seu caráter de política pública de proteção social articulada a outras políticas voltadas à garantia de direitos e de condições dignas de vida” (CRUZ; GUARESCHI, 2013, p. 27).

5 A INTERSETORIALIDADE NO CAMPO DO USO DE DROGAS

A importância das ações intersetorializadas, para possibilitar uma visão multidisciplinar das abordagens sobre drogas, já está reconhecida no Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD), nos termos da Lei nº. 11.343/2006 (BRASIL 2010). Embora se façam críticas ao atual modelo, o fato é que a política brasileira sobre drogas está alinhada com as mais modernas diretrizes internacionais e científicas (DUARTE; BRANCO, 2009).

No cotidiano dos serviços de Saúde Mental, que trabalham a questão do álcool e outras drogas, a estratégia da intersetorialidade tem se apresentado como necessária dada à impossibilidade dos serviços responderem de forma isolada às múltiplas demandas dos usuários, que vão desde o cuidado simultâneo ou complementar em outros serviços de saúde, às demandas sociais ou de proteção (SOUZA et al., 2013, p. 71).

O Ministério da Saúde (MS), a partir de 2003, apresentou diretrizes para a Política de Atenção Integral ao Uso de Álcool e outras Drogas. Reconhecendo, naquele momento, a necessidade de aprimorar as ações setoriais para esta área, por tratar-se de uma temática transversal a outras áreas do conhecimento com ênfase na saúde, justiça, educação,

social e de desenvolvimento. Desta forma, o documento do MS admite que a atenção integral careça de uma intensa capilaridade que viabilize a execução dessa política (BRASIL, 2003).

O documento emitido pelo MS reconhece, ainda, a necessidade de se promover articulações estratégicas com diversos setores sociais, a exemplo dos movimentos dos sindicatos, associações de organizações comunitárias e universidades, com o objetivo de prestar um serviço adequado às demandas da população; o que caracteriza as ações intersetoriais da política, envolvendo os entes federados.

Para que as ações intersetoriais e intrasetoriais sejam concretizadas, o MS sugere a participação da população através do ativismo social (ações de advocacy), além de outras articulações em defesa dos direitos sociais. Dentre as definições de papéis envolvendo os diversos níveis de governabilidade, o documento do MS reconhece a efetiva importância dos “processos de formação e capacitação de profissionais e de trabalhadores de saúde, com amplo investimento político e operacional para a mudança de conceitos” (BRASIL, 2003, p. 28).

Cardona (2013), por outro lado, assinala que os usuários de drogas e seus familiares precisam de ajuda, apoio e redes públicas que garantam a atenção integral desses sujeitos. Desta forma os serviços de atenção a esse segmento deveriam estar articulados, o que na prática ainda não acontece.

As instituições que fazem parte dessa rede trabalham de forma individual e fragmentada, realizando, às vezes um trabalho duplo ou esgotado tanto pelos profissionais que fazem parte de cada uma das instituições quanto pelos usuários que devem ir de um lugar para outro à procura de atendimento e encaminhamentos que possam suprir as suas necessidades (CARDONA, 2013, p. 39).

Tanaka e Ribeiro (2009, p. 484) analisando a questão da atenção integral à saúde no SUS, o que envolve a política de saúde mental, portanto, a política sobre drogas, criticam os procedimentos técnicos relacionados à “insuficiência na formação das equipes de saúde, bem como a carência de instrumentos e apoio organizacional para a resolução e/ou encaminhamentos dos problemas identificados e/ou demandados pelos usuários”.

6 METODOLOGIA

6.1 A experiência da formação intersetorial no Centro Regional de Referência para a Formação de Profissionais da Rede de Atenção aos Usuários de Drogas

O projeto de formação profissional foi coordenado pelo Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Dependência Química (NETDEQ) IFPB. A equipe docente foi constituída por professores do Instituto Federal da Paraíba IFPB; Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade Católica de Brasília (UCB), Universidade de Brasília (UnB), profissionais da Unidade de Pesquisa em Álcool e Drogas, da UNIFESP; e de Secretarias de Saúde (São Paulo e Paraíba) e Secretaria de Desenvolvimento Humano (SEDH) da Paraíba.

A proposta desenvolveu articulações com diversos atores da Rede de Atenção aos Usuários de Drogas, através de acordos interinstitucionais e interprofissionais, para a realização de 04 Cursos de Formação Continuada. Foram eles: Aperfeiçoamento em atenção integral ao uso de crack e outras drogas para médicos do Programa Saúde da Família (PSF) e Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF); Atualização em atenção integral ao uso de crack e outras drogas para profissionais de hospitais gerais e psiquiátricos; Atualização sobre intervenção breve e aconselhamento motivacional em crack e outras drogas para profissionais e agentes sociais dos consultórios de ruas, movimentos sociais, educadores (duas turmas); Atualização em gerenciamento de caso e reinserção social dos usuários de crack e outras drogas para profissionais das redes: Sistema Único da Saúde (SUS) e Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

6.2 A estratégia de articulação que viabilizou a proposta

Foi realizada uma divulgação intensa nas mídias locais (jornais impressos e TV), bem como nas mídias alternativas (redes sociais, principalmente o Blog do NETDEQ - www.aadvocacy.blogspot.com). Depois da repercussão na região iniciaram-se as articulações para formação das turmas.

A articulação das Secretarias Municipais e Estaduais envolvidas na proposta se deu através da inserção do plano de formação dos profissionais do CRR-IFPB como meta do Plano Estadual de Enfrentamento do Crack,

coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Humano do Estado, e com a participação de representações das demais Secretarias (inclusive a de Saúde). Membros da coordenação do CRR-IFPB integraram a equipe interinstitucional que elaborou o referido Plano e compôs com outros profissionais o Comitê Gestor do referido Plano. Esta iniciativa possibilitou a articulação política da proposta do CRR-IFPB e viabilizou a aproximação com a Rede SUS e SUAS do estado. Membros desse Comitê Gestor passaram a compor a equipe de docentes do CRR.

A Formação de Profissionais da Rede de Atenção aos usuários de Drogas transformou-se em meta do Plano Estadual de Enfrentamento do Crack. A inserção se deu através de várias reuniões entre a equipe de coordenação do CRR-IFPB e as Secretarias de Saúde e Desenvolvimento Humano do Estado e Municípios para traçar a estratégia a ser adotada. As inscrições dos profissionais nas turmas foram conduzidas pelas Secretarias e as vagas foram indicadas pelos gestores, sendo considerado o perfil do profissional a ser capacitado como uma liderança que estivesse em um ponto geográfico e/ou político estratégico de acordo com o Plano de Expansão da Rede de atenção aos Usuários de Drogas. O CRR-IFPB recebeu a composição das turmas e fez algumas inscrições complementares com vagas extras para a comunidade (lideranças comunitárias e religiosas, estudantes, dentre outros). Esta estratégia garantiu o atendimento à meta de formação de profissionais e incluiu agentes sociais e pessoas da comunidade como parte do fortalecimento da intersetorialidade. Convocou-se uma reunião inicial com estes alunos para discussão da metodologia do curso e cronograma de aulas.

A proposta desenvolvida além de formar profissionais e voluntários da rede de atenção aos usuários de crack e outras drogas também viabilizou a formação de grupos de trabalho que se constituíram em uma rede social de apoio para os sujeitos atendidos nos serviços. A metodologia adotada foi composta de aulas mensais durante um período de oito meses, com a condução de grupos de estudo no interstício, o que possibilitou que os discentes construíssem vínculos que viabilizaram a elaboração e realização de intervenções em rede. Foram desenvolvidos, como Trabalho final de Curso, um Plano de Gestão Integrada de Caso e Reinserção Social, que previa o planejamento estratégico de uma ação envolvendo diversos atores e instituições, para um caso específico real atendido pelos participantes da formação. Estes projetos integradores foram formulados por grupos de participantes oriundos das cinco turmas dos quatro cursos, integrando uma rede de profissionais que atuam nos distintos setores.

6.3 Princípios teóricos que fundamentaram a prática

O ser humano está imerso em contextos culturais e subculturais que constituem a sua rede de sociabilidade. Toda pessoa também está inserida em processos históricos, políticos, econômicos, religiosos, de meio ambiente, de existência ou carência de serviços públicos; de idiossincrasias de uma região, país ou hemisfério. Todos esses aspectos contingenciais fazem parte do universo relacional do indivíduo. Desta forma, a rede social de cada pessoa pode ser definida como somatório de todas as relações que um indivíduo percebe como significativas.

Analisando a questão das redes do ponto de vista social, Capra (2002) explica que:

A ideia central dessa concepção sistêmica e unificada da vida é a de que o seu padrão básico de organização é a rede. Em todos os níveis de vida – desde as redes metabólicas dentro das células até as teias alimentares dos ecossistemas e as redes de comunicações da sociedade humana –; os componentes dos sistemas vivos se interligam sob a forma de rede. Vimos, em particular, que na era da Informação – na qual vivemos – as funções e processos sociais organizam-se cada vez mais em torno de rede. Que se trate das grandes empresas, do mercado financeiro, dos meios de comunicação ou das novas ONGs globais, constatamos que a organização em rede tornou-se um fenômeno social importante e uma fonte crítica de poder (CAPRA, 2002, p. 267).

Desta forma, as redes construídas durante os cursos se constituíram em soluções para os problemas referentes à ineficácia das ações isoladas no atendimento à dependência química.

Do ponto de vista da Educação, Libâneo e Santos (2005) ensina que a ideia básica do conhecimento em rede é que os conhecimentos disciplinares, assentados na visão moderna da razão, devem ceder lugar aos conhecimentos tecidos em redes relacionados à ação cotidiana. Para esse pesquisador da educação, o conhecimento se constrói socialmente, não no sentido da assimilação da cultura anteriormente acumulada, mas no sentido de que ele emerge nas ações cotidianas, rompendo-se com a separação entre conhecimento científico e conhecimento cotidiano.

Conforme essa visão se pode afirmar que a produção de conhecimentos e de saberes estaria vinculada às ações práticas; e que o conhecimento não pode ser transmitido simplesmente. Entretanto, esse conhecimento pode ser construído em meio às práticas cotidianas das mais complexas e múltiplas relações em meio, às quais, os sujeitos em interação vão tecendo as suas redes de conhecimento.

6.4 Princípios metodológicos dos grupos de trabalho

A proposta metodológica de constituição dos grupos de trabalho (os discentes e docentes) considerou os princípios teóricos de rede sociais, descritos acima, e valorizou a troca de saberes. Uma vez que as turmas foram formadas em sua maioria por multiprofissionais (de diferentes instituições) e voluntários de iniciativas comunitárias (entre usuários em recuperação, familiares e outras lideranças) foi possível a troca de experiências a partir de vivências interpessoais que favoreceram a formação de vínculos que contribuiu para consolidar compromissos entre aqueles que compõem a rede de atenção aos usuários e seus familiares. O saber científico complementou as ideias que surgiram para a implementação e melhoria da eficiência da rede de atenção aos usuários de crack e outras drogas.

Esta proposta viabilizou o conhecimento pertinente dos discentes sobre as temáticas propostas, além de ter ampliado a visão da realidade de acordo com o que propõe Subrack, (2006), no sentido de que à medida de se articulam saberes diferentes, chega-se a um saber mais abrangente.

Na visão de Sudbrack (2006), a atuação no campo da prevenção ao uso de drogas exige conhecimentos especializados; mas, por outro lado, o trabalho comunitário de construção de redes sociais mostra que a prevenção é função de todos os cidadãos. Para a pesquisadora, cada pessoa tem um papel a desempenhar e uma competência a oferecer para o objetivo comum de articular e de sustentar a rede social, iniciando-se, desta forma, a construção de um novo saber. “O saber popular se junta ao saber acadêmico e ao saber político para construir um saber comum a todos” (SUDBRACK, 2006, p. 172)

Pode-se afirmar, ainda, que as redes sociais são fundamentais no trabalho com usuários de crack e outras drogas e seus familiares, uma vez que os vínculos afetivos e sociais representam suporte para a construção da identidade coletiva do sujeito. Desta forma, a construção de redes sociais, durante a realização do curso, possibilitou aos indivíduos a oportunidade de construir uma identidade que os valorizou por meio de redes de solidariedade.

O projeto pedagógico se desenvolveu de modo estratégico para a promoção da intersetorialidade e estruturação de redes sociais com as seguintes atividades: formação de turmas setoriais com aulas mensais; grupos intersetoriais de estudo (quinzenal); grupos intersetoriais de trabalho para elaboração do plano de gestão integrada de caso – trabalho final; realização de fóruns virtuais (nos interstícios); disponibilização de vídeo aulas de revisão para socialização dos conteúdos entre os profissionais dos serviços.

O processo de avaliação aconteceu através da construção de um Plano de Gestão Integrada de Caso e Reinserção Social a partir de 15 casos atendidos na Rede de Atenção aos Usuários de Drogas na Paraíba, que foram apresentados durante os cursos. Desta forma, foram constituídos 15 grupos de trabalho para pensar esta ação a partir de experiências de casos reais vivenciados pelos profissionais do seu cotidiano. O objetivo foi estimular a integração de ações já desenvolvidas pelos profissionais e instituições participantes dos diversos cursos ministrados no CRR-IFPB. Para viabilidade do processo, foram conduzidas reuniões de estudo e trabalho que resultou em algumas ações efetivas relacionadas aos casos escolhidos. A metodologia aplicada fundamentou-se nas experiências que foram expostas durante o curso de Gerenciamento de Caso e Reinserção Social, com a inserção de técnicas de mapeamento de redes sociais individuais trabalhadas nos cursos de atenção integral.

7 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os cursos ministrados no CRR-IFPB possibilitaram a formação de profissionais da referida rede, contribuindo com práticas de desenvolvimento que, além de reconhecer as fragilidades referentes ao atendimento aos usuários e familiares, também consideraram as potencialidades institucionais e pessoais dessa rede – a exemplo da escola, centros de atendimentos psicossociais em álcool e outras drogas, conselhos, grupos de mutua ajuda, sistema de saúde, sistema de assistência social, etc.

Os 04 cursos que compuseram a formação de cinco turmas totalizou a capacitação de 326 profissionais que atuam em 19 municípios do Estado da Paraíba: 78 profissionais do PSF; 59 de Hospitais Gerais; 83 da rede SUAS; 17 de outros setores do SUS; 09 dos consultórios de Rua; 22 educadores da rede pública de ensino; 21 profissionais do CAPS-AD; 04 gestores das Políticas sobre Drogas; 02 agentes do Ministério Público; e 31 pessoas ligadas às comunidades.

No tocante ao desenvolvimento institucional do IFPB, a proposta contribuiu para a implementação das atividades nesta área com a implantação do Centro Regional de Formação Permanente, que atuou no âmbito das políticas de extensão e possibilitou um aumento na produção acadêmica fortalecendo a política de pesquisa, em construção na Instituição. Por outro lado, os cursos atenderam a uma demanda de formação de pessoas que atuam na área e que não tiveram chances de formação em nível superior. Este é um aspecto importante da proposta desenvolvida; pois, observando a realidade das instituições governamentais e não-governamentais observa-se que nem sempre os profissionais e voluntários que estão sensíveis e desejosos de trabalhar com usuários de crack e outras drogas e seus familiares tem nível superior de escolaridade - são os agentes de saúde, os agentes judiciários, conselheiros, membros de ONG's, familiares e outros. A proposta do CRR-IFPB incluiu estes atores em um Plano de Formação com Qualidade.

O grupo que conduziu a proposta conseguiu estabelecer vínculos interinstitucionais com mais de 50 instituições das Redes de Saúde, Educação, Assistência Social, ONG's, Grupos de Mutua Ajuda (a exemplo de AA, Amor Exigente, Alanon), Pastorais, Movimentos Sociais, Ministério Público e outros. Desta forma, vem criando um banco de dados de mais de mil profissionais e voluntários de trabalhos de prevenção e intervenção. O CRR-IFPB atuou com a informação permanente de todas as ações para a sua rede interprofissional e interinstitucional através do uso de veículos alternativos de comunicação (blog – www.aadvocacy.blogspot.com) e site (www.crrifpb.com.br). Uma política de comunicação foi estabelecida e todas as ações foram registradas e repassadas. Além disso, também foram feitas coberturas jornalísticas de eventos de inauguração e de encerramento dos cursos. A divulgação das ações permitiu a visibilidade e transparência do CRR-IFPB, além de possibilitar a construção de novas parcerias.

Outro aspecto a ser destacado, na experiência de implantação do CRR-IFPB, foi a inserção desta atividade como meta do Plano Estadual de Enfrentamento do Crack na Paraíba. Esta iniciativa possibilitou a participação de gestores públicos e comunidade integrante do referido plano, além de instituir co-responsabilidades para cumprimento da meta.

Finalmente, observou-se que, da forma como foram articulados, os cursos geraram ações condizentes com o desafio de promover cada vez mais a integração das políticas públicas sob o prisma da transversalidade. A inserção da formação, como meta das políticas públicas locais no âmbito da expansão da rede de saúde, e da assistência social integrada às políticas sobre drogas, revela aspectos positivos da proposta.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relevância da intersectorialidade nas políticas públicas vem sendo enfatizada nos debates acadêmicos como a produção de informações e a execução de ações articuladas, nas políticas sociais. O programa de comunicação instituído entre os alunos (com realização de encontros e fóruns virtuais), nos seus serviços (disponibilização de informações técnico- científicas e políticas) e na sociedade (produção de notícias e integração de ativistas comunitários nas turmas) promoveu o espaço de integração.

Os Planos de Gestão de Casos que foram elaborados deram ênfase ao caráter intersectorial da proposta, uma vez que articulou saberes e experiências para o planejamento de ações integradas, para a avaliação de políticas, programas e projetos, que objetivam resultados cooperativos em situações complexas.

Considerando o que afirma Nascimento (2010) foi possibilitado uma perspectiva de trabalho intersectorial que implicou mais do que uma composição de um projeto, mas a articulação de uma rede social para o enfrentamento dos desafios relacionados às políticas focalizadas territorialmente, dirigidas pelas políticas públicas de âmbito nacional.

De forma conclusiva, ainda se pode ressaltar que a realização dos cursos significou a construção de uma prática intersectorial em que ocorreu uma extensão para além do campo de aprendizagem dos agentes institucionais, mas também como caminho ou processo estruturador da construção de novas respostas, novas demandas para cada uma das políticas públicas setoriais na saúde (SUS) e na assistência social (SUAS) (Nascimento, 2010).

REFERÊNCIAS:

ANDRADE, Tarcísio Matos de. Reflexões sobre políticas de drogas no Brasil. *Ciênc. saúde coletiva*, v. 16, n.12, p. 4665-4674, 2011.

ISSN 1413-8123. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232011001300015>>. Acesso em: 11 jul. 2016.

BRASIL. **Decreto nº 7.179, de 20 de maio de 2010.** Institui o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas, cria o seu Comitê Gestor, e dá outras providências. Brasília, DF, 2010a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7179.htm>. Acesso em: 11 jul. 2016.

BRASIL. Ministério do desenvolvimento social e combate à Fome.

Política nacional de assistência social PNAS/2004: norma operacional básica NOB/SUAS / 2004. Brasília, DF, 2005.

BRASIL. Legislação e políticas públicas sobre drogas no Brasil. Brasília, DF: Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. Brasília, DF, 2010b.

BRASIL. Ministério da Saúde, Secretaria Executiva, Coordenação Nacional de SDT E AIDS. **A Política do Ministério da Saúde para Atenção Integral a Usuários de Alcool e outras Drogas:** textos básicos de saúde. Brasília, DF, 2003.

BORYSOW, I. C.; FURTADO, J. P. Acesso e intersetorialidade: o acompanhamento de pessoas em situação de rua com transtorno mental grave. **Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n.1, p. 33-50. 2013.

CAPRA, F. **As conexões ocultas:** ciência para uma vida sustentável. São Paulo: Cultrix, 2002.

CARDONA, H. E. H. **Gerenciamento de caso em usuários de crack:** contribuição para o tratamento e qualificação da intervenção profissional de um CAPS-AD do DF, 2013. Dissertação (Mestrado Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde) – Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento, Universidade de Brasília, 2013.

CRUZ, L. R da; GUARECHI N (orgs.). **Políticas públicas e assistência social:** diálogo com as práticas psicológicas. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

DUARTE P. do C. A.; BRANCO, A. P. U. de A. O uso de substâncias psicoativas no Brasil.: epidemiologia, legislação, políticas públicas e fatores culturais. In: ANDRADE, T. M. (coord). **Curso supera:** módulo 01. 3. ed. Brasília, DF: Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, 2009.

LIBÂNIO, J. C; SANTOS, A. **Educação na era do conhecimento em rede e transdisciplinaridade.** Campinas-SP: Alínea, 2005.

MIOTO, R. C. T.; SCHUTZ, F. Intersetorialidade na política social: reflexões a partir do exercício profissional dos assistentes sociais. Pelotas, RS: Diprosul, 2011. Disponível em: <<http://www.ucpel.tche.br/mps/diprosul/docs/trabalhos/28.pdf>>. Acesso em: 11 jul. 2016.

NASCIMENTO, Sueli do. Reflexões sobre a intersetorialidade entre as políticas públicas. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 101, p. 95-120, jan./mar., 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n101/06.pdf>> Acessado em: 11 jul. 2016

OLIVEIRA, E. M. & SANTOS, N. T. V. A rede de assistência aos usuários de álcool e outras drogas: em busca da integralidade. In. SANTOS, L. M. de B. **Outras palavras sobre o cuidado de pessoas que usam drogas**. Porto Alegre, RS: Ideograf / Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul, 2010.

SOUZA, M. M. et al. Política nacional sobre drogas e saúde mental: percepções dos gestores e os desafios intersetoriais no arranjo político. **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental** Florianópolis, v.5, n.11, p.67-87. 2013. Disponível em: <<http://incubadora.periodicos.ufsc.br/index.php/cbsm/article/view/2404>>. Acesso em: 11 jul. 2016.

SUDBRACK, M. F. O. **O trabalho comunitário e a construção de redes sociais**: curso de prevenção ao uso de drogas para educadores de Escolas Públicas. Brasília: Editora UNB. 2006.

TANAKA, O. Y.; RIBEIRO, E. L. Ações de saúde mental na atenção básica: caminho para ampliação da integralidade da atenção. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.14, n.2, p. 477-486, 2009. Disponível em: <http://www.producao.usp.br/handle/BDPI/12905>, acessado em: 11 jul. 2016.

TRAD. S. do N. S. A Trajetória da prevenção às drogas no Brasil: do proibicionismo à redução de danos e seus reflexos nas políticas locais, 2010. Tese (Programa de doutorado de Antropologia de Medicina) – Departamento de Antropologia, Filosofia e Trabalho Social Universitat Rovira I Virgili, Tarragona, Espanha. 2010. Disponível em: <<http://www.tdx.cat/handle/10803/34577>>. Acesso em: 11 jul. 2016.

TUMELERO, S. M. Intersetorialidade na gestão social de políticas públicas. **ENAPEGS**, 6., 2012. **Anais**. Disponível em: <http://scholar.google.com.br/scholar?q=TUMELERO%2C+2012&btnG=&hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5> Acessado em: 11 jul. 2016.

7 - INTERDISCIPLINARIDADE NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: EM BUSCA DA SUSTENTABILIDADE ESCOLAR

Ana Maria Ferreira Cosme¹

Adailton Alves da Silva²

Isabelle Monteiro de Souza César³

Kelly Sheila Inocêncio Costa Aires⁴

Maria Betânia da Silva Dantas⁵

1 INTRODUÇÃO

O ambiente escolar vive sofrendo interferências econômicas, políticas e culturais que influenciam de forma (in)direta os indivíduos que possuem conexão com ele. Assim, a dimensão ambiental se configura por meio de questões que envolvem atores do universo escolar.

Nesse sentido, para que o estudante seja capaz de estruturar seu pensamento a partir da construção do seu conhecimento, é necessário que o educador busque, na sua prática em sala de aula, seguir um caminho que trate esse conhecimento como algo que não é fragmentado e que esteja interligado às situações reais vivenciadas pelos educandos em seus mais variados contextos. Logo, tratar a dimensão ambiental como elemento propulsor para a reflexão do papel que o indivíduo exerce na sociedade, torna-se conhecimento necessário para os nossos dias.

No século XXI, a sociedade se insere em um padrão indissociável entre causas e efeitos. Não é mais possível, separar de forma nítida, os fatos e as consequências de determinadas ações. Por essa razão, a produção de conhecimento deve, necessariamente, contemplar as inter-relações do meio natural com o social. Também, é preciso compreender a análise dos determinantes do procedimento e as formas de organização social que reforçam as ações alternativas de um novo desenvolvimento. Esse movimento deve priorizar um novo perfil com ênfase na sustentabilidade socioambiental.

¹Graduanda do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental, IFPB;

²Graduando do Curso de Administração, IFPB;

³Graduanda do curso superior de Tecnologia em Gestão Ambiental, IFPB;

⁴Professora do IFPB. Dra. em Literatura e Ensino;

⁵Professora do IFPB. Me. em Educação.

Nessa perspectiva, de acordo com Luck (2007, p. 67) o “conhecimento é, ao mesmo tempo, um fenômeno multidimensional e inacabado, sendo impossível sua completude e abrangência total, uma vez que a cada etapa da visão globalizadora, novas questões e novos desdobramentos surgem”.

Diante desse cenário, construímos um projeto de extensão que focou o conhecimento na perspectiva do diálogo, buscando a interdisciplinaridade como eixo metodológico. O presente artigo discorre sobre o projeto intitulado “Gestão Ambiental e Pedagogia: interdisciplinaridade nas práticas pedagógicas em busca da sustentabilidade escolar”, vinculado ao Programa “Jaguaribe em Foco”, cujo objetivo principal foi contribuir para a formação de cidadãos críticos, conscientes em relação à sustentabilidade escolar, aptos a agirem de modo comprometido e responsável com a realidade socioambiental e com o bem estar de cada um no contexto do bairro Jaguaribe, localizado no município de João Pessoa.

Para construir um projeto de extensão nessa perspectiva, a interdisciplinaridade foi o fio condutor de nossa abordagem, por compreendermos que essa prática se constitui como a idealizadora do diálogo entre as áreas do conhecimento. Por isso, buscando a unidade do saber contextualizada e integradora entre a Gestão ambiental e a Pedagogia.

No desenvolvimento deste projeto, contemplamos a escola da rede municipal de ensino, situada no bairro de Jaguaribe, João Pessoa – PB e o nosso foco foi o de apresentar uma proposta interdisciplinar entre Gestão Ambiental e Pedagogia, de modo que a sustentabilidade foi o nosso eixo norteador.

Portanto, a nossa premissa é a de que a forma de ensinar dos docentes deve ir muito além da decodificação, memorização e reprodução de conteúdos. Por esse motivo, queremos contribuir para que a formação dos docentes e discentes, atingidos por esse projeto, seja diferente dos métodos de ensino tradicionais, os quais abordam a temática do conhecimento ambiental de forma descontextualizada e pontual.

2 A PRÁTICA INTERDISCIPLINAR E A SUSTENTABILIDADE

A interdisciplinaridade pode se associar, em outros campos específicos, ao desígnio de estimular um conhecimento mútuo entre o professor, o aluno e o cotidiano, visto que, nos dias atuais, devemos avaliar as ciências naturais como umas das áreas mais diversificadas, em decorrência de apresentar um conhecimento holístico e coletivizado.

Nessa concepção, o ato interdisciplinar formará, relacionado às práticas ambientais e à expansão do trabalho didático-pedagógico, a comunicação e a restauração dos assuntos disciplinares, conhecendo a mudança do diferente em afinidade com o outro. A prática interdisciplinar vem constituindo, ao longo dos anos, uma conexão de conteúdos entre áreas do conhecimento escolar, pois torna as disciplinas mais acessíveis entre si, de modo a vê-las, em seu modo histórico e cultural, imprescindíveis quando se trata de práticas de ensino e de aprendizagem. Desse modo, ao visar o saber ambiental e ecológico dentro da escola e a troca de conceitos e métodos de uma informação para a outra, a mesma obtenha um conjunto de relações sociais e experiências práticas visando à sustentabilidade. Segundo Leff (2012, p. 32),

A interdisciplinaridade, como método para a reintegração do conhecimento no campo ambiental, funda-se na ecologia, como ciência por excelência das inter-relações, e inspira-se no pensamento da complexidade – de uma ecologia generalizada- dentro da visão objetivista da ciência. Dessa maneira, o projeto interdisciplinar conserva a vontade teórica de unificar as ciências pela via da articulação de diversos campos do conhecimento sem olhar para os obstáculos epistemológicos e para os interesses disciplinares que resistem e impedem tal vida de completude. O pensamento da complexidade sucumbe diante do propósito de criar uma ciência ambiental integradora e na pretensão de criar um método para aprender as inter-relações, as interações e as interferências entre sistemas heterogêneos: uma ciência transdisciplinar, além das disciplinas isoladas.

Partindo do ponto em que a escola é parte atuante na sociedade e seus integrantes são corresponsáveis pela sua mudança, faz-se necessário a realização de um projeto que promova ações pedagógicas, desenvolvendo estudos referentes à problemática ambiental que visem à sustentabilidade escolar. Nesse sentido, é importante lembrar que a sustentabilidade pode estimular a consciência do ser humano em relação às questões ambientais, pois, embora não seja inserida na grade curricular dos alunos, pode ser trabalhada numa perspectiva transversal e interdisciplinar. Dessa forma, busca-se a integração de conteúdos, nos âmbitos local e global, de forma contínua, que contemple não somente as aulas regulares, como também as extraclasse sem limites de disciplinas ou datas especiais.

Ademais, a sustentabilidade deve ser compreendida como uma prática que facilita métodos e abordagens diversas, o que permite superar o conhecimento fragmentado e arraigado de tempos passados. Assim, pensar na construção de saber dos professores em práticas sustentáveis faz retomar o conceito de sujeito ecológico, uma vez que ultrapassa as finalidades das metodologias de capacitação porque se trata da formação de uma identidade subjetiva e profissional. Segundo Carvalho (2013, p. 115),

O sujeito ecológico é incorporado pelos indivíduos ou pessoas que adotam uma orientação ecológica em suas vidas, bem como, pode ter efeito sobre instituições que se definam por esta orientação. [...], portanto, designa a internalização ou subjetivação de um ideário ecológico. Esse mesmo processo pode ser pensado nos termos de uma incorporação por indivíduos e grupos sociais de certo campo de crenças e valores compartilhados socialmente, que passa a ser vivida como convicção pessoal, definindo escolhas, estilos e sensibilidades éticas e estéticas.

O conceito da sustentabilidade, nesse sentido, mesmo não conseguindo estar presente nos espaços-chaves das coordenações de projetos pedagógicos e educativos, pode impulsionar a prática ecológica de diferentes modos dentro do âmbito escolar, sensibilizando, conscientizando e buscando o conhecimento de cada educando, para que, a partir daí, cada um consiga construir uma identidade ética, crítica e consciente colocar em prática aquilo que foi aprendido.

Dessa forma, o espaço escolar pode se transformar num ambiente propício para o desenvolvimento de identidades ecológicas, do mesmo modo que, também, pode ter constituição devastadora, visto que resulta dos valores em evidência no contexto escolar e da atuação dos agentes educadores.

O educador, quando se coloca dentro da escola como sujeito ecológico e toma para si a responsabilidade de que as práticas ambientais exercidas servirão de exemplo, consegue ter uma ação transformadora perante os seus educandos. Diante desse modelo, ao constituir-se como fomentador de práticas didático-pedagógicas, o professor insere a sustentabilidade no cotidiano escolar, promovendo o sujeito ecológico. Logo, os educadores ambientais se posicionam e tomam para si a responsabilidade dessa experiência, extremamente

heterogênea, para dividirem a identidade de sujeitos ecológicos, tendo como prioridade o ensino colaborativo na área ambiental.

3 AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E O APOIO ESCOLAR

As práticas pedagógicas dos educadores apresentam uma relação direta com as questões ambientais e com o ecologismo, de modo que remetem à corresponsabilidade de cada um de formar o indivíduo com uma postura de preservação do meio ambiente.

O processo educativo é constituído de ações que favorecem a liberdade para o educando seguir ou não as orientações apresentadas pelo educador em relação à construção do seu conhecimento, o que demanda uma mudança ou uma conservação de sua postura frente à sua realidade. Isso implica dizer que nem todos seguirão os caminhos para a composição do saber ecológico.

Diante disso, é importante que o educador construa uma prática de ensino eficaz, coerente com seu discurso, que entre em consonância com a realidade e que coopere com a conscientização do educando, contribuindo não só para a percepção, análise e reflexão, mas também para a sua ação efetiva para transformar o ambiente em que vive. Segundo Massine (2010, p. 2758),

[...] o docente, enquanto professor-educador, possui papel de altíssimo grau na questão do resgate de uma conscientização ecológica eficaz, por assim dizer cidadã, sendo verdadeiro sujeito ideológico na medida em que orienta o educando nas suas ideias, práticas, pensamentos, reflexões, entre outros.

Nessa concepção, entende-se que os atores da comunidade escolar alcançarão condições de exercer sua cidadania de forma ativa, quando possuírem consciência de seu papel para a melhoria da qualidade de vida e para a proteção do meio ambiente, por meio do fortalecimento de hábitos e da adoção de práticas sustentáveis na escola, na família e na comunidade.

Construir uma perspectiva de educação voltada para a sensibilização dos alunos em relação aos cuidados com a natureza, de ordem contemplativa ou de intervenção em problemas pontuais, deve ser sempre amparada pelos educadores, que são considerados o ponto fundamental para auxiliar no despertar do pensamento crítico de seus educandos.

Nesse aspecto, toda a escola pode tratar a temática ambiental de forma colaborativa, motivando seus atores (professor, alunos, pais, servidores, entre outros) e tornando o processo de ensino e aprendizado significativo. Assim, haverá sensibilização para ações futuras conscientes e responsáveis em relação ao meio ambiente em toda comunidade escolar. Também, será desenvolvida uma consciência ambiental em uma extensão que o meio ambiente é percebido como algo intrínseco ao nosso ser, como algo que começa dentro de nós. Assim, não podemos tratar essa temática como algo exterior à nossa realidade. Ela está presente no nosso dia-a-dia, de modo que nossas atitudes diante do meio ambiente nos atingirá de forma positiva ou negativa.

Portanto, a prática de uma educação voltada para a sustentabilidade orienta, cria e incentiva o desenvolvimento de informações, conhecimentos, valores, atitudes, comportamentos e habilidades que contribuam para a sobrevivência, para a construção de novas formas da sociedade se relacionar e de se integrar com o meio ambiente.

4 METODOLOGIA

Este trabalho é fruto do projeto “Gestão Ambiental e Pedagogia: interdisciplinaridade nas práticas pedagógicas em busca da sustentabilidade escolar”, fomentado pelo Instituto Federal da Paraíba, campus João Pessoa e se desenvolveu a partir das seguintes etapas:

- Momentos de estudo sobre a Legislação Ambiental, a sustentabilidade e práticas pedagógicas entre os participantes do projeto, alcançando um conhecimento adequado sobre como se trabalhar de forma interdisciplinar;
- Visitas à escola, onde realizamos um contato inicial com a equipe pedagógica, para diagnosticar as práticas lúdicas de sustentabilidade trabalhadas a partir das previsões contidas nos documentos construídos no interior da escola pelos agentes educadores, tais como, Projeto Político Pedagógico (PPP), Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), no Plano pedagógico, entre outros;
- Realização de oficinas que favoreceram o diagnóstico acerca dos conhecimentos prévios dos alunos sobre a importância de se preservar o Meio Ambiente.

A referida oficina foi realizada no dia 29 de Abril de 2016 com estudantes do 5º ano do Ensino Fundamental I, da Escola Municipal Rotary Francisco Edwar de Aguiar. A turma era composta por 16 estudantes, com idade entre oito e onze anos os quais, em sua grande maioria, residem no bairro de Jaguaribe e em áreas circunvizinhas e, por estudarem em período integral, são assistidos por duas professoras, uma em cada período.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A princípio, o projeto propunha a intervenção em duas escolas, uma que oferecia só o ensino fundamental I (escola municipal) e outra escola estadual que ofertava o ensino fundamental II até o ensino médio, pois o nosso objetivo inicial era observar como essas escolas abordavam a temática da educação ambiental em cada nível de ensino.

Nesses espaços escolares, deparamo-nos com duas realidades bastante distintas, pois, na primeira escola visitada, fomos acolhidos pela direção, pudemos apresentar nossa proposta e nos colocar à disposição, para que fosse escolhida uma data para nossa oficina direcionada para os alunos. Na outra escola, não obtivemos o mesmo êxito, visto que a direção não estava presente nos dias em que fomos fazer a visita e os outros agentes educativos não puderam nos dar uma resposta em relação à nossa intervenção na referida escola. Por essa razão decidimos desenvolver o projeto em uma escola, modificando um pouco os nossos objetivos propostos inicialmente.

Atuamos na Escola Municipal de Ensino Fundamental I Rotary Francisco Edwar Aguiar, localizada a Rua Generino Maciel, 516 no bairro do Jaguaribe. A referida escola dispõe de um quadro de 30 professores, distribuídos entre a Educação Infantil, Ensino Fundamental I e Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) e de 280 alunos nos turnos integral e noturno. Sua estrutura física comporta dez salas de aula, uma secretaria, uma sala de vídeo, uma biblioteca, uma sala de apoio, uma cozinha e dois banheiros. A escola, também, possui uma Diretora Geral e duas adjuntas, duas secretárias, dois coordenadores, um inspetor, uma psicóloga, três auxiliares de serviços gerais, dois vigilantes e duas merendeiras.

Foi importante desenvolver este projeto em uma escola que promove a Educação Integral, porque favoreceu a nossa intervenção. Tendo em vista que:

A educação em tempo integral representa a opção por um projeto educativo integrado, em sintonia com a vida, as necessidades, possibilidades e interesses dos estudantes. Um projeto em que crianças, adolescentes e jovens são vistos como cidadãos de direitos em todas as suas dimensões. Não se trata apenas de seu desenvolvimento intelectual, mas também do físico, do cuidado com sua saúde, além do oferecimento de oportunidades para que desfrute e produza arte, conheça e valorize sua história e seu patrimônio cultural, tenha uma atitude responsável diante da natureza, aprenda a respeitar os direitos humanos e os das crianças e adolescentes, seja um cidadão criativo, empreendedor e participante, consciente de suas responsabilidades e direitos, capaz de ajudar o país e a humanidade a se tornarem cada vez mais justos e solidários, a respeitar as diferenças e a promover a convivência pacífica e fraterna entre todos (EDUCAÇÃO..., 2016).

Logo, ao desenvolver um projeto interdisciplinar entre Gestão Ambiental e Pedagogia, corroboramos com a proposta da Educação Integral e contribuimos para o seu fortalecimento na escola selecionada.

Nosso primeiro contato com a escola se deu no dia 22 de Fevereiro de 2016, por meio da Diretora Geral, a fim de obter informações a respeito de projetos realizados dentro da escola, que contemplasse o tema Meio Ambiente e Sustentabilidade, solicitamos o (PPP) da escola.

Após o diagnóstico, houve uma reunião com os participantes do projeto (bolsista e professoras coordenadoras), para discutir ações voltadas para a escola, por exemplo: a escolha da turma, do tema a ser trabalhado, quais livros seriam discutidos para embasamento teórico do tema escolhido e quais ações realizadas para a execução das atividades propostas.

Em conjunto com as reuniões, solicitamos a autorização, dos responsáveis legais pelos estudantes, para fotografar ou filmar os mesmos nas oficinas realizadas dentro da escola, por intermédio do projeto de extensão do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia da Paraíba (IFPB) e todos os pais consentiram a filmagem e gravação de seus filhos perante a escola.

Para obter embasamento teórico mais consolidado, sentimos a necessidade, como equipe, de aprofundar os temas que seriam os eixos norteadores deste projeto como a educação ambiental, a sustentabilidade e a interdisciplinaridade.

Inicialmente, foi lido e discutido entre a orientadora e os orientados do projeto, o capítulo 01 do livro “Aventuras da epistemologia ambiental”, de Enrique Leff, que mostra uma rica discussão sobre a questão da sustentabilidade, abordando teorias relevantes para o conhecimento e explicação da atual crise do mundo, bem como direcionando para a construção de um novo saber ambiental. O livro traz consigo uma autorreflexão do autor sobre as diferentes fases de seu próprio itinerário teórico. Questiona as rupturas e a coerência de um pensamento que, partindo da crítica do projeto interdisciplinar, viaja para o horizonte de um futuro sustentável fundado em uma racionalidade ambiental e no diálogo de saberes.

No segundo encontro, discutimos com os membros do projeto o texto “Educação ambiental na visão de Paulo Freire”, que faz parte do livro “Os paradigmas metodológicos em educação ambiental”, de Alexandre Gusmão Pedrini e Carlos Hiroo Saito. Outro texto discutido foi “Interdisciplinaridade e transdisciplinaridade: visões culturais e epistemológicas”, de Ivani Fazenda.

Após o estudo das temáticas abordadas no projeto, retornamos à escola com a finalidade de agendar a realização de uma oficina com os alunos do 5º ano do ensino básico, de modo que não atrapalhássemos o trabalho da professora responsável pela turma.

A oficina teve de ser adiada por motivos de uma paralização da escola, que se prolongou por 45 dias. Após esse recesso, retornamos para a realização da oficina. Na escola, fomos recepcionados pela diretora Geral, que se mostrou bastante solícita e nos conduziu até a sala do 5º ano do ensino fundamental I, turma escolhida para executarmos a oficina. A preferência por alunos desta série se deu porque eles vivem todas as expectativas – positivas e negativas- quando estão próximos a seguir para uma nova etapa em sua vida acadêmica. Conforme está escrito no “Projeto: Bom Aluno, Bom em Tudo!!”, desenvolvido no Colégio Santa Catarina de Juiz de Fora, MG:

A mudança de segmento é uma nova realidade para os alunos, onde a participação, o senso de responsabilidade, disciplina de estudo precisam estar bem alicerçados neles. Claro que cada um vai ter um rendimento e um aproveitamento diferenciado, mas a conscientização é importante. E nosso objetivo principal é prepará-los para essa mudança (COLEGIO SANTA CATARINA, 2015)

A oficina foi intitulada “Interdisciplinaridade nas práticas pedagógicas em busca da sustentabilidade escolar”, mesmo nome dado do nosso projeto por se tratar da busca por meio de práticas lúdicas, conversas com os estudantes e atividades e identificação do grau de conhecimento prévio acerca do tema abordado que cumpre alguns de nossos objetivos traçados na pesquisa.

No primeiro momento, realizamos um levantamento das ideias que os educandos tinham sobre o meio ambiente e sobre práticas voltadas para a Sustentabilidade, por meio de uma conversa informal, de forma que os focos principais da discussão foram a reciclagem, os recursos naturais (uso racional da água) e a educação ambiental. O objetivo foi, também, conversarmos com os estudantes para tentar traçar o perfil da turma e direcionarmos o nosso trabalho para a realidade dos alunos.

De início, usamos material reciclado para trabalhar com os estudantes a separação correta dos resíduos sólidos, pois a Norma 10004/2004 da ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT) nos concede a seguinte definição:

Resíduos nos estados sólido e semi-sólido que resultam de atividades da comunidade, de origem industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviços e de varrição. Ficam incluídos nesta definição os lodos provenientes de sistemas de tratamento de água, aqueles gerados em equipamentos e instalações de controle de poluição, bem como determinados líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou corpos d'água, ou exijam para isto soluções técnicas e economicamente inviáveis em face à melhor tecnologia disponível (ABNT, p.1, 2004).

Seguindo este pensamento, o que jogamos na natureza, ou em qualquer ambiente, alteram as condições que determinam os meios e as relações de sobrevivência entre os indivíduos. Dessa forma, utilizamos caixas de sapatos para representar coletores seletivos, onde, cada caixa, estava devidamente identificada com o nome e cor correspondente a cada resíduo.

Além disso, aproveitamos o quadro da escola para realizar a dinâmica “Certo ou errado”, relacionando as práticas adotadas pelos estudantes em suas casas. Esta dinâmica foi para que cada aluno escolhesse algum tipo de “lixo” e o jogasse em sua devida “lixeira”.

O próximo passo foi mostrar imagens sobre ações cotidianas no meio ambiente, para que eles escolhessem e colassem em um quadro a imagem que acreditavam ser a certa ou a errada, justificando sua escolha para os demais colegas.

Após esse momento, demos início à separação das imagens que representavam a caixa correspondente ao resíduo. Cada estudante escolheu uma imagem e falou qual seria o coletor correto para colocá-la. A maioria acertou; outros receberam ajuda dos colegas para acertar o coletor correspondente; e outras imagens geraram dúvidas. Isso foi intencional para provocar uma resposta do que poderia ser feito com aquele resíduo.

Prosseguimos nossa oficina com a entrega de uma atividade de orientação sobre a questão dos resíduos sólidos (Figura 1), para saber se no ambiente escolar, os alunos têm a consciência e o hábito de separar os resíduos de acordo com suas características.



Figura 1: Atividade de orientação: Fonte: Cosme, 2016

Esta prática apresentou uma opção lúdica ao atual processo de ensino-aprendizagem, visto que, a forma tradicional de ensinar está muito aquém do que a escola pode oferecer. Trazer para a sala de aula uma discussão sobre o meio ambiente, os resíduos sólidos e o papel do aluno neste processo os motivaram e deram uma nova alternativa de prática educativa pelos professores. A parte mais positiva da oficina foi a participação significativa dos alunos na atividade, pois se propuseram, em sua maioria, a cooperar com a prática extra-aula, participando e incentivando seus colegas de classe. Segundo Dessen e Polonia (2007, p. 22),

a família e a escola emergem como duas instituições fundamentais para desencadear os processos evolutivos das pessoas, atuando como propulsoras ou inibidoras do seu crescimento físico, intelectual, emocional e social. Na escola, os conteúdos curriculares asseguram a instrução e apreensão de conhecimentos, havendo uma preocupação central com o processo ensino-aprendizagem. Já, na família, os objetivos, conteúdos e métodos se diferenciam, fomentando o processo de socialização, a proteção, as condições básicas de sobrevivência e o desenvolvimento de seus membros no plano social, cognitivo e afetivo.

Em suma, a família e a escola formam os dois principais ambientes de desenvolvimento humano na sociedade atual. Para isso, é necessário que sejam aplicadas políticas que reconheçam suas especificidades e similaridades entre esses dois contextos, sobretudo, nos processos de desenvolvimento, de aprendizagem e compreensão do ambiente onde os alunos estão inseridos.

Após a realização da atividade, distribuimos um brinde com algumas guloseimas (pipocas, pirulitos e bombons) a cada um dos estudantes. Essa foi uma ação que serviu para que observássemos o comportamento de cada um e se eles iriam colocar em prática aquilo que foi aprendido durante a oficina.

Observamos, ainda, que a maioria deles buscaram a lixeira para colocar os papeis das guloseimas, outros ainda jogaram no chão, mas foi chamada a atenção deles pelos demais colegas de sala.

Neste trabalho extraclasse, foi possível diagnosticar que grande parte dos estudantes possui algum conhecimento sobre resíduos sólidos (para eles, conhecido como lixo), uso e economia de recursos (água e luz), bem como a separação e reutilização dos materiais recicláveis.

Além disso, analisamos os níveis de diferenças entre os alunos sobre os conhecimentos a partir da temática abordada e a maneira como lidam com as questões ambientais no seu contexto familiar, pois parte deles possui o conhecimento e o executa, enquanto outros possuem o conhecimento, mas não o colocam em prática, dando a entender que este tipo de comportamento está relacionado a questões sociofamiliares (escola e família) dos estudantes e à maneira como lidam com as questões ambientais. Tanto a escola como a família são responsáveis pela construção do conhecimento, favorecendo as modificações no agir comportamental do sujeito, de acordo com as expectativas de cada ambiente.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação está vinculada às atitudes sociais, por isso é de suma importância ensinar às crianças desde cedo a serem sustentáveis. Essa atitude é fundamental para transformá-las em indivíduos conscientes e preocupados com as questões ambientais.

Assim, o educador, como sujeito ecológico, deve desenvolver a sustentabilidade na escola com os estudantes das séries iniciais. Tal ação compete, principalmente, aos pais e aos educadores, que, por meio de atitudes simples, promovem a formação de uma consciência sustentável, voltada para a construção de valores, atitudes e conhecimentos, e focada na sustentabilidade ambiental e na promoção de uma melhor qualidade de vida.

A aplicação de uma oficina de coleta seletiva dos resíduos sólidos em espaço escolar, é o primeiro passo para estimular, nos alunos, a visão holística da ligação entre a sociedade e a natureza na formação do meio ambiente. O manejo desses resíduos podem ser levados a discussão dentro da escola, para propor momentos extraclasse que comuniquem, a toda a comunidade escolar, sobre o papel da reciclagem, focando, principalmente, na sua importância que, atrelada a sua prática, podem levar a condutas ambientais corretas e, acima de tudo, auxiliar no tratamento dessa questão.

A oportunidade que a escola nos deu, de colocar em exercício uma parte de nosso projeto, foi incentivador no que tange as nossas práticas educativas ambientais, pois a partir de então, sentimos que houve a conscientização por parte dos alunos sobre a importância da coleta seletiva, acendendo assim uma reação local, em que a comunidade escolar e as famílias unidas e conscientes, despertarão, nestes alunos, um saber crítico a respeito das questões ambientais.

Por fim, diante da experiência realizada nesta pesquisa e do conceito de sustentabilidade no contexto educativo, entendemos que a função do professor é a de arriscar, ou seja, buscar meios de provocar a participação e promover a formação do aluno, construindo sujeitos críticos e conscientes. Dessa forma, eles se sentirão corresponsáveis pelo meio em que vivem e, conseqüentemente, pela sua transformação, compreendendo os seus direitos e deveres em relação ao Meio Ambiente.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR10004**: resíduos sólidos – Classificação. Rio de Janeiro, 2004.
- CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. O sujeito ecológico: a formação de novas identidades na escola. In: PERNAMBUCO, Marta Paiva, Irene. (Org.). **Práticas coletivas na escola**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2013, v. 1, p. 115-124. Disponível em < <http://www.isabelcarvalho.blog.br/wp-content/uploads/2009/05/O-sujeito-ecol%C3%B3gico-forma%C3%A7%C3%A3o-de-identidades-culturais-e-a-escola.pdf>> acesso em: 01 dez. 2015.
- COLÉGIO SANTA CATARINA. **Projeto**: Bom Aluno, Bom em Tudo!! Juiz de Fora, MG: Serviço de Orientação Educacional, 2015. Disponível em: <http://soe-cef27.blogspot.com.br/2015/03/servico-de-orientacao-educacional.html>> Acesso em: 19 ago. 2016
- DESSEN M. A.; POLONIA A. C. **A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano**. Brasília, DF: UnB, 2007. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/paideia/v17n36/v17n36a03.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2016.
- EDUCAÇÃO Integral [2016]. Disponível em: <http://educacaointegral.mec.gov.br/>. Acesso em: 19 ago. 2016.
- FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Interdisciplinaridade**: história, teoria e pesquisa. 4. ed. Campinas: Papirus, 1999.
- LEFF, Enrique. **Aventuras da epistemologia ambiental**: da articulação das ciências ao diálogo de saberes. São Paulo: Cortez, 2012.
- LUCK, Heloise. **Pedagogia interdisciplinar**: fundamentos teóricos metodológicos. 5. ed. São Paulo: Vozes, 2007.
- MASSINE, Maiara Cristina Lima. Sustentabilidade e educação ambiental – considerações acerca da Política Nacional de Educação Ambiental – a conscientização ecológica em foco. CONPEDI, 19., 2010, Fortaleza. **Anais**. Fortaleza, 2010. p. 2757-2770. Disponível em: <<http://educacaointegral.mec.gov.br/>>. Acesso em: 13 jul. 2016.
- PEDRINI, Alexandre de Gusmão; SAITO; Carlos Hiroo. **Paradigmas metodológicos em educação ambiental**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

8 - MEMÓRIA, SOCIEDADE E CIDADANIA: O MUDDE¹ COMO PROPOSTA DE REFLEXÃO PARA ALÉM DOS MUROS ACADÊMICOS

Henrique Elias Cabral França²

1 INTRODUÇÃO

É notório o estigma do Brasil como um “País sem memória”. Contudo, como nos alerta Martín-Barbero (2001), sem memória não há futuro. Assim, percebe-se a necessidade urgente de agir pela reversão desse olhar pejorativo das ‘desmemórias’ nacionais e voltar-se às possibilidades de estudos, práticas e perspectivas de valorização, fortalecimento e preservação dessa nossa condição futura.

Memória, do latim “*memoria*”, é a faculdade de reter ideias, impressões e conhecimentos adquiridos anteriormente (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2001), e que encontra na socialização um solo fértil. Trannin (2002) alerta que quanto mais particularizada e menos socializada for à memória, “mais distante e de difícil acesso será a sua atualização pela consciência. E o instrumento mais socializador da memória é a linguagem. Através da linguagem, nos identificamos dentro da sociedade em que vivemos”.

Fazendo um paralelo entre a ‘faculdade de reter ideias’ na mente com a retenção de informações/ideias em forma/linguagem documental em registros externos, temos um quadro de semelhanças entre a memória cognitiva e a memória coletiva – esta alimentada principalmente pelos chamados Meios de Comunicação de Massa (HALBWACHS, 1990).

São eles, os Meios de Comunicação de Massa, a mola-mestre da chamada Sociedade da Informação, termo advindo após a década de 1960, fortemente baseado na informação como produtora de capital, lucratividade, e não necessariamente na informação “formativa”. Diante desse termo-padrão, a UNESCO ampliou o entendimento social atual e cunhou o termo “sociedade do conhecimento”, onde os atores sociais podem e devem, para além de produzir informação para o mercado ou consumir tais informações, tornar-se agentes produtores de conhecimento e compartilhamento de novas informações geradas a partir daquilo que se recebe pelos meios de comunicação

¹O termo MUDDE adotado como sigla invertida para as palavras “Entendimento, Diálogo, Departamento, Unidade e Mudança”.

² Professor do Curso de Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) – Campus V, João Pessoa; Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Coordenador do Projeto de Extensão Memória, Sociedade e Cidadania [MUDDE]: reflexões para além dos muros acadêmicos. [franca.henrique@gmail.com]

diariamente. A proposta é lançar um olhar crítico sobre a postura da Sociedade da Informação e gerar, a partir dele, uma nova postura social.

Cidadania resvala em tudo o que foi dito anteriormente e, mais fortemente, em discussões intensas em qualquer sociedade dita democrática. Entendimento e participação no sistema eleitoral e no acompanhamento de direitos e deveres legais e morais são alguns pontos essenciais.

O Brasil assistiu nos últimos anos a momentos de ebulição quanto à mobilização popular por melhores condições de vida nas cidades brasileiras e muito fortemente de combate à corrupção instituída no País. Ir às ruas mostrou-se aparentemente necessário como um desabafo popular ou um “grito” engasgado do “basta” ou de afirmação política reclamado nas rodas de conversas nas mais diversas instâncias sociais, considerado um “exercício de cidadania”.

Porém, a efervescência das ruas é feita de picos de intensidade e a sensação de que algo mais pode e deve ser feito, continuamente, é visível. Do contrário, corremos sério risco de voltar ao status de “País sem memória”, com picos de mobilizações.

Capacitar toda uma geração a utilizar ferramentas de valorização da memória coletiva, de participar no processo social e compreender a complexidade (e necessidade) de uma postura cidadã é papel do bom educador, especialmente no âmbito da Universidade, espaço de reflexão e debate para formação de agentes sociais.

O Projeto de Extensão “Memória, Sociedade e Cidadania o MUDDE: reflexões para além dos muros acadêmicos”³, iniciado em 2013, na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)⁴ – Campus V, em João Pessoa, traz como proposta incentivar jovens estudantes, prioritariamente, a pensar, participar e produzir conteúdos relacionados à memória, sociedade e cidadania a partir de estudos do desenvolvimento desses temas, especialmente no Brasil, e incentivar a formação de novos agentes sociais através das diversas linguagens documentais, artísticas e interativas, alinhadas com a forma de se comunicar dos jovens 2.0.

O MUDDE conta com uma equipe composta por estudantes do Curso de Bacharelado Arquivologia da Instituição e discentes do Ensino Médio da Escola José Lins do Rego, já que o imóvel onde está instalada a Escola divide espaço com a Universidade. O público-alvo do Projeto se amplifica à medida que envolve toda a comunidade do Campus V (que contém ainda os cursos

³ Daqui em diante usaremos apenas a sigla MUDDE para fazer referência ao Projeto de Extensão apresentado nesse trabalho.

⁴Esse texto apresenta experiências vivenciadas no projeto de Extensão “Memória, Sociedade e Cidadania o MUDDE: reflexões para além dos muros acadêmicos” desenvolvido na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) – Campus V, em João Pessoa.

de Bacharelado em Biologia e Relações Internacionais, além de servidores técnicos administrativos), professores e estudantes da Escola Estadual José Lins do Rego. Algumas atividades também são abertas à comunidade do entorno da Instituição.

Um esclarecimento importante: formalmente denominado Memória, Sociedade e Cidadania: reflexão para além dos muros acadêmicos, o Projeto de Extensão passou por uma reformulação em seu nome, adotando o termo MUDDE, sigla invertida para as palavras ‘Entendimento, Diálogo, Despertamento, Unidade e Mudança’.

A adoção do novo nome sugere uma sequência de ações que envolvem o pensamento, a percepção, a memória, o raciocínio e a por fim a possibilidade de uma transformação. O nome trouxe mais identidade entre jovens e adolescentes, especialmente da Escola José Lins do Rego, foco de atuação do Projeto, além da comunidade do Campus V da UEPB.

2 ESTUDAR, CAPACITAR E COMUNICAR PARA A CIDADANIA

Le Goff (1996), alerta que os esquecimentos e os silêncios da história são mecanismos de manipulação da memória coletiva. E, se isso ocorre, temos a formação de um grupo social comprometido, débil da diversidade de olhares necessária à formação integral do cidadão.

Mas, se cidadania está ligado a um conjunto de atividades de compreensão de direitos e deveres de um indivíduo socialmente articulado – ou ainda simplesmente o termo seria, em essência, “o direito de viver decentemente” (DIMENSTEIN, 2012), como entender os níveis de decência sem essa compreensão de pertencimento social?

Mais elementar ainda, como debater e apontar para questões tão básicas e tão carentes, em nossa sociedade, como aponta o próprio autor de O Cidadão de Papel:

Cidadania é o direito de ter uma ideia e poder expressá-la. É poder votar em quem quiser sem constrangimento. É processar um médico que cometa um erro. É devolver um produto estragado e receber o dinheiro de volta. É o direito de ser negro sem ser discriminado, de praticar uma religião sem ser perseguido. Há detalhes que parecem insignificantes, mas revelam estágios de cidadania: respeitar o sinal vermelho no trânsito, não jogar papel na rua, não destruir equipamentos públicos. Por trás desse comportamento, está o respeito à coisa pública. O direito de ter direitos é uma conquista da humanidade. (DIMENSTEIN, 2012, p. 20)

São questões como essa que norteiam os objetivos do Projeto MUDDE, que vão “Incentivar a formação de jovens como agentes sociais para a construção da Sociedade do Conhecimento, através do tripé memória, sociedade e cidadania”, em âmbito geral, e no específico: a) Estudar o desenvolvimento da sociedade brasileira com foco no entendimento da situação atual no País; b) Capacitar cidadãos a acessar, entender e acompanhar dados públicos disponíveis na web - e publicizados de acordo com leis de acesso e transparência -, com foco na promoção de mudanças sociais; e c) Usar a linguagem da música como facilitador do entendimento dos jovens no processo de crítica, protesto, mudança social e perspectiva de uma geração.

Para o estudo dessas questões, primeiro objetivo específico do Projeto, foram adotados dois livros como direcionadores dos debates entre a equipe de colaboradores e norteadores das ações de debate abertas à comunidade estudantil. São eles: O cidadão de papel: a infância, a adolescência e os direitos humanos no Brasil, Dimenstein (2012), e Política para não ser idiota, de Cortella e Ribeiro (2011).

O primeiro traz um panorama geral da situação brasileira a partir da ótica do abandono às políticas públicas voltadas para a criança e o adolescente, “elo mais frágil da sociedade”, segundo o autor. O segundo livro acende luz sobre a importância do entendimento e participação nas decisões políticas que incidem diretamente sobre os cidadãos – sejam eles “de papel” ou aqueles que exercem conscientemente seu papel de agente social.

No aspecto da capacitação, segundo objetivo específico do MUDDE, foram realizadas ações extensionistas extraclasse voltadas para o debate aberto sobre temas como violência, urbanização e educação – retirados do livro O Cidadão de Papel -, além da chamada Semana Acesso, Transparência e Acompanhamento de Dados Públicos, onde os integrantes do Projeto tiveram a oportunidade de vivenciar a prática de navegação em portais de transparência pública e a compreensão do papel do cidadão como fiscalizador da gestão pública.

Quanto ao terceiro objetivo específico, que visa comunicar o que foi estudado e aprendido, estão duas ações integradas: um através da produção de textos dentro e fora do ambiente web e outra a partir do uso da música como ferramenta de transmissão da mensagem apreendida durante os momentos de estudo e capacitação. Cabe, a seguir, apresentar em detalhes a metodologia de ação do MUDDE e aprofundar o modo como os objetivos específicos acima descritos foram inseridos nesse cronograma.

3 METODOLOGIA E DISCUSSÃO DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS

Despertar uma geração no geral decepcionada com os rumos das políticas públicas brasileiras – e que consolida uma memória de País desesperançoso – é um desafio que precisa ser encarado. Para isso, porém, é necessário que temas tão densos ou evitados pela juventude sejam trazidos à tona em linguagens comuns à geração da web. Por isso, este Projeto de Extensão tem sua metodologia baseada em três vieses gerais:

1) **Rodas cidadãs** – esse é momento presencial, onde todos podem se perceber em suas diferenças e opiniões a fim de estabelecer um diálogo aberto sobre a história social brasileira e os rumos tomados por ela. O ponto de partida para as rodas cidadãs se dá nas reuniões de equipe do Projeto, com a leitura e debate sobre os livros citados anteriormente.

A partir de O Cidadão de Papel e Política par não ser idiota os colaboradores estabeleceram um cronograma de atividades abertas à comunidade acadêmica, com foco em temas como Violência, Saúde, Urbanização, Educação e Política. Cada tema recebe da equipe tratamento adequado sobre como se dará a ação: nos corredores da Escola? Auditório? Debate com especialistas? Uso de vídeos ou atrativos cênicos? Cordéis? Instalação nas dependências do imóvel?

O estudo dos livros recebe ainda a contribuição da própria equipe no sentido de trazer às reuniões internas notícias da imprensa, trechos de documentários, canções, imagens ou depoimentos que façam referência ao tema estudado no momento.

Toda essa prévia das ações externas configura-se, evidentemente, em aprendizado e aprofundamento dos temas propostos pelos colaboradores do MUDDE. Alguns desses momentos, inseridos no universo das Rodas Cidadãs, serão retomados em detalhes posteriormente.

2) **Documentos virtuais** – a partir das rodas cidadãs os participantes do Projeto – não apenas colaboradores, mas o público em geral - produzem relatos em suas mais variadas formas: depoimentos, textos-notícia, legendas de imagens relacionadas ao Projeto, entre outros.

Esse material é compartilhado via redes sociais (em especial no grupo específico do MUDDE no Facebook) e funciona como uma extensão do debate presencial para o universo dito virtual. Comentários a respeito dessas postagens dão, ainda, subsídios para novos debates e podem trazer maior aprofundamento do que foi apresentado e conversado em eventos presenciais.

A proposta de estender o debate para as redes sociais traz pelo menos duas ênfases de aprimoramento aos estudantes participantes do MUDDE: o aprofundamento do debate de temas relevantes a partir de um ambiente familiar a todos eles – a internet – e a prática da escrita, ao produzirem textos próprios e contribuírem com esse material com postagens mais curtas.

A baixa produtividade de textos, especialmente entre estudantes secundaristas, tem sido uma recorrente reclamação dos professores desse nível. Tem-se, assim, uma contribuição de produtividade textual.

3) **Música e cidadania** – esse é um diferencial deste Projeto, que conta com compartilhamento de canções via web, mas principalmente de audições em debates presenciais e apresentações ao vivo com artistas que possam trazer contribuições para o tema proposto. A participação de músicos, ao vivo, se dá pela necessidade de um debate após a apresentação das canções com artistas/autores dessas composições – suas motivações, indagações, contexto da composição etc.

No tocante ao uso da música em apresentações ao vivo, vale ressaltar que o Curso de Arquivologia já conta com um grupo musical que traz em sua proposta a execução de canções voltadas à reflexão cidadão, à denúncia social e à perspectiva de mudança. Há mais de um ano, a ArquiBanda desenvolve esse tipo de atividade e se soma, como parceira, neste Projeto de Extensão.

Assim, o projeto MUDDE segue com o intuito de criar mecanismos, espaços de reflexão e conscientização sobre a realidade sociocultural e político-econômica do Brasil - com o intuito de possibilitar a liberdade de pensamento dos jovens para que estes adquiram posturas críticas e ativas diante dos problemas vividos no meio social.

4 ETAPAS DO PROJETO:

Apesar de estar em atividade desde 2013, anualmente o Projeto MUDDE precisa ser submetido a editais internos da UEPB para manter-se aprovado. Por isso, importante apresentar regularmente uma estrutura de trabalho que norteie suas perspectivas de ação. Assim, o cronograma a seguir foi concebido para 12 meses, por etapas mensuradas:

	ATIVIDADE	OBSERVAÇÃO
Mês 1	Divulgação e inscrição para candidatos interessados	
Meses 1 - 8	Realização das “Rodas cidadãs”, encontros presenciais de apresentação da memória social brasileira e debates sobre o tema.	Algumas dessas “rodas” contarão com a presença de especialistas e pessoas públicas que possam atrair a atenção dos participantes e contribuir para o debate.
Meses 3 - 10	Produção de “Documentos Virtuais”, compartilhados e acrescidos de contribuições em rede social.	No mês 6, produção do relatório parcial das atividades do Projeto.
Meses 5 - 11	“Música e Cidadania”, com audições de canções sobre protesto, crítica social, cidadania e perspectivas de mudança; apresentações ao vivo seguidas de debates com músicos/compositores.	
Meses 9 – 11	Preparação para a realização da “Semana Acesso, Transparência e Acompanhamento de Dados Públicos”	
Mês 11	“Semana Acesso, Transparência e Acompanhamento de Dados Públicos” – evento aberto à toda a comunidade.	
Mês 12	Avaliação e perspectivas de mudanças a partir do projeto. Elaboração de uma publicação com a produção dos doze meses passados.	Entrega do relatório final do Projeto.

Quadro 1 – Cronograma do projeto. Fonte: Projeto MUDDE, 2016

5 AÇÕES CONSOLIDADAS E NOVAS INICIATIVAS DO MUDDE

Nessa trajetória extensionista o Projeto Memória, Sociedade e Cidadania consolidou um conjunto de ações importantes tanto para a formação de seus integrantes e público-alvo como para o calendário do próprio Campus da UEPB em João Pessoa.

Duas delas merecem destaque: a “Mostra DemoPráxis - Da corrida eleitoral imediatista à reflexão cidadã continuada” e a “Semana Acesso, Transparência e Acompanhamento de Dados Públicos” – ambas consolidadas e realizadas periodicamente pelas equipes do MUDDE em parceria com os estudantes do primeiro período do Curso de Arquivologia matriculados no componente curricular “Informação e Sociedade”.

Na primeira delas, como o nome aponta, uma Mostra é realizada nos corredores da Universidade/Escola com estandes divididos por temas como “movimento contra a corrupção”, “produção parlamentar”, “Lei de acesso a informação”, “gastos com campanhas e manutenção parlamentar” e “perspectivas de mudanças no sistema democrático brasileiro”.

O argumento é simples: a democracia brasileira tem sido relegada a palanques eleitorais e jogos de interesse há tempos. A corrupção, o descrédito político-partidário brasileiro e a alienação tem tornado o Brasil o paraíso dos gestores que usam cargos não para melhorias coletivas, mas, em muitos casos, para benefícios particulares ou de seus agregados.

Levantar essas questões, lembrar o sentido de “poder que emana do povo” trazido pela democracia e apresentar propostas e perspectivas de mudanças futuras são objetivos da “DemoPráxis...”, com foco na temática da democracia e seus modelos no Brasil e no mundo, além de movimentos, perspectivas, cenário atual e legislação.

Porém, mais do que uma demonstração ou de uma atividade extraclasse, o evento traz em sua proposta o fomento à reflexão cidadã entre seus participantes e visitantes, além da interação com o público sobre o nível de conhecimento e motivação para sugerir e/ou participar de mudanças sociais no âmbito da política como um conjunto de ações voltadas para o coletivo, para o bem comum. A DemoPráxis também funciona, claramente, como um momento de esclarecimentos e preparação para a participação dos jovens no processo eleitoral – especialmente os muito deles que estreiam no processo como eleitores.

A segunda ação consolidada do MUDDE é também a mais robusta. Durante cinco dias, com carga horária de 15 horas de atividades, realiza-se a Semana Acesso, Transparência e Acompanhamento de Dados Públicos – um evento realizado em parceria com órgãos de fiscalização e controle da gestão pública como Controladoria Geral da União (CGU) - através

do Núcleo de Ações de Prevenção à Corrupção (NAP) -, Secretaria de Transparência Pública de João Pessoa (Setransp), do Tribunal de Contas do Estado (TCE), além de movimentos da sociedade civil organizada.

A Semana Acesso, Transparência e Acompanhamento de Dados Públicos tem como objetivo capacitar cidadãos a acessar, entender e acompanhar dados públicos disponíveis na web e publicizados de acordo com a lei, com foco na promoção de mudanças sociais.

A justificativa para tamanho empenho está na multiplicação de agentes de acompanhamento da gestão pública. Afinal, saber utilizar a Lei do Acesso à Informação (Lei 12.527/2011), a Lei Municipal de Acesso à Informação de João Pessoa (Lei 12.645/2013) e os Portais de Transparência, além de outras ferramentas à disposição do cidadão brasileiro para consulta, ainda é para poucos – seja pela falta de interesse nesse acompanhamento, seja pelo uso de plataformas não amigáveis na disponibilização desses dados.

Contudo, capacitar pessoas a conhecer, navegar acessar e interpretar dados a partir desses canais, para além de promover o acompanhamento da gestão pública, significa trazer formação cidadã focada na ação para mudança.

Na programação, além de painéis, mesas redondas e palestras sobre “cidadania e transparência pública”, “combate à corrupção”, “acesso a informação e responsabilidade social” os inscritos na Semana – que em três edições realizadas somaram mais de 300 pessoas – participam de oficinas práticas sobre “como elaborar um pedido de informação pública” e “transparência ativa e passiva”, onde cada pessoa navega por portais de transparência pública e tem a oportunidade de fazer uma solicitação a qualquer instância administrativa via Lei de Acesso a Informação (LAI).

Ao final do evento trata-se sobre como ir além do universo web e participar da mudança na gestão pública. Uma experiência que se pretende levar para outras instituições de ensino.

Quanto às novas iniciativas do MUDDE, destaque para três ações: a roda de conversa denominada “violência contra a parede” (Imagem 1) – precedida de uma ação de divulgação com colagem de cartazes sobre o tema produzidos pelos próprios estudantes; a realização de um “curso de palhaço” com foco na linguagem da não-violência e na afirmação do indivíduo; e a dinâmica “MUDDE sua Escola e a Cidade”, tomando como base a premissa de que a escola é um espaço coletivo que precisa ser apropriado por cada um. Os eventos foram destaque na comunidade acadêmica:

O projeto [MUDDE] conta com uma bolsista no cursode Arquivologia e quatro colaboradores do ensino médio que se reúnem em rodas de diálogo, realizam atividades de leitura relacionados à temática do projeto e organizam campanhas de conscientização sobre temas do cotidiano desses jovens. Durante o mês de março, o Câmpus V da UEPB, onde o projeto é desenvolvido, ganhou cartazes que abordam a temática do bullying. Em abril o tema abordado será urbanismo, como a cidade vem sendo ocupada, como tornar o ambiente urbano mais democrático, a violência nas cidades.

Uma das ações promovidas pelo MUDDE, em março, que envolveu o projeto Audiovisualmentes: produzindo e mediando conteúdos educacionais como ferramenta de disseminação social e comunicação pedagógica, também coordenado pelo professor Henrique França, e o Projeto Universidade em Ação (PUA), vinculado ao Bacharelado em Relações Internacionais, foi uma tarde de atividades voltada aos estudantes do ensino médio da Escola Estadual José Lins do Rêgo.

Com cerca de 600 participantes das turmas do 1º, 2º e 3º anos, a ação contou com exibição de vídeos, momentos de diálogo, música e a apresentação dos palhaços Mancada e Fumaçinha, abordando as diversas faces da violência. De acordo com a diretora da Escola José Lins do Rêgo, Miriam Gonçalves Dias, a iniciativa favoreceu o diálogo com os estudantes e serviu de alerta para evitar situações de violência que são a realidade vivenciada por muitos jovens no ambiente escolar e em casa. A diretora acredita que a partir desse trabalho alguns alunos já irão se interessar em participar das campanhas e ações do projeto MUDDE atuando como agentes multiplicadores. (MARQUES, 2016)

Nessa perspectiva de ação pela não-violência o MUDDE firmou parceria com outro projeto de extensão PUA⁵ – este ligado ao Curso de Relações Internacionais – e realizou um “curso de palhaço” destinado a estudantes do Ensino Médio. Para além de focar na arte circense, a proposta desse encontro foi a de revelar formas de interação e afirmação

⁵O Projeto Universidade em Ação (PUA), ligado ao Curso de Relações Internacionais da UEPB, visa promover a segurança humana, emancipação e cultura da paz nas comunidades adjacentes ao Câmpus V da UEPB, em João Pessoa. [<https://pt-br.facebook.com/pua.uepb/>]

desses jovens cidadãos em seu núcleo social a partir da linguagem do riso, do humor e do respeito ao outro. Além disso, um direcionamento por ações de não-violência foi destaque durante toda a semana de duração do curso. Uma experiência inédita e que pede outras edições.



Imagem 1 - Apresentação da ação “A violência contra a parede”, com colaboração dos projetos PUA e AudiovisualMentes, do Campus V da UEPB. Fonte: Projeto MUDDE, 2016

A terceira ação da nova safra de ideias do Projeto se deu com a intervenção “MUDDE sua Escola e a Cidade” (Imagem 2), uma roda de diálogo ampliada que contou com dinâmicas ao ar livre em ambientes diferentes da Escola José Lins do Rego e a participação de convidados como músicos, educadores e integrantes de movimentos de ocupação no Estado da Paraíba.

A proposta foi a de aproveitar o cenário de ocupações de escolas Brasil a fora e lançar luz sobre a necessidade não de acampar na unidade educacional, necessariamente, mas de ocupar o espaço de ensino com ação cidadã, reivindicação, respeito, ética e carinho. Se a escola é nossa segunda casa que ela seja tratada como tal – em todos os aspectos. Durante toda a tarde dessa ação, em especial, foram realizadas intervenções sobre a importância do ouvir, as teias de opiniões divergentes necessárias e as possibilidades de atuação no espaço escolar.



Imagem 2 - Roda de diálogo com os secundaristas da Escola Estadual José Lins Do Rêgo durante ação. Fonte: “MUDDE sua escola e a cidade” Projeto MUDDE, 2016

6 RESULTADOS, CONTRIBUIÇÕES E PERSPECTIVAS

Mesmo sem mensurar com exatidão quantas pessoas foram partícipes no processo de formação, debates e comunicação do Projeto MUDDE, é certo que as ações do MUDDE têm trazido renovo às relações entre os colaboradores e seus colegas de sala, familiares e professores da Escola, que têm buscado parcerias com o Projeto para atividades curriculares.

Pelo menos três docentes da Escola José Lins do Rego têm procurado a equipe do Projeto para estabelecer propostas de ações conjuntas. Além disso, estão em andamento a montagem de uma oficina de grafiteagem e uma segunda edição do curso de palhaço (voltado à cultura da não violência) em parceria com outro projeto de extensão do Campus V, o PUA (Projeto Universidade em Ação).

Os resultados do MUDDE têm sido transformados, também, em produtos acadêmicos, com a participação de integrantes do Projeto em eventos científicos voltados a apresentação de ações de extensão, a exemplo da Semana de Extensão, realizada em 2015, e o I Seminário de Extensão (Semix) da Universidade Estadual da Paraíba, em 2016, com exposição de pôster dentro da programação do evento.

O Semiex é, atualmente, o principal evento de extensão da UEPB. Porém, mais do que divulgar o Projeto à toda comunidade acadêmica há nesse aspecto a importância de dar à equipe participante a oportunidade de vivenciar o ambiente acadêmico, diante de avaliadores e de seus pares.

A cada nova edição do Projeto Memória, Sociedade e Cidadania [MUDDE]: reflexões para além dos muros acadêmicos novas ações são propostas e algumas delas adotadas pela equipe. Isso porque, assim como seu objeto de estudo – a cidadania -, os passos metodológicos nesse processo precisam ser dinâmicos e abertos a ampliações ou mesmo mudanças.

Porém, percebe-se a importância do trabalho realizado de modo alinhado com as propostas de estudo, capacitação e comunicação a partir dos três vieses metodológicos – Rodas Cidadãs, Documentos Virtuais e Música e Cidadania.

Não há como mensurar, ainda, que impactos de memória coletiva as ações do MUDDE estão causando entre os jovens, foco desse trabalho. O certo é que percebe-se claramente a carência da comunidade escolar local sobre temas tão caros à formação de qualquer cidadão, especialmente na fase da adolescência.

Diante de um cenário delicado de extremismos políticos, com propostas graves sobre o sistema educacional brasileiro – a exemplo da iniciativa chamada Escola Sem Partido – e a manutenção de posturas tradicionalistas em contraposição à diversidade de olhares e o respeito que isso deveria suscitar propostas formativas ou minimamente esclarecedores como as apresentadas pelo Projeto MUDDE são de fundamental importância. Daí a persistência em seguir promovendo ações com forte potencial para mudanças.

Quanto a perspectivas de ação o Projeto Memória, Sociedade e Cidadania [MUDDE]: reflexões para além dos muros acadêmicos tem recebido propostas de ações conjuntas com novos e já conhecidos parceiros extramuros acadêmicos.

Entre os já conhecidos grupos está o movimento João Pessoa Que Queremos (JPqQ) que desde 2013 promove um diálogo amplo com a sociedade diante do poder público municipal, dosando sua atuação entre as redes sociais digitais e as ruas da Cidade. Focado na perspectiva de uma cidade para todos, o JPqQ seguirá em parceria com o MUDDE.

Entre os novos parceiros, em perspectiva, estão os movimentos Minha Jampa e Engaja Mundo – ambos espalhados em âmbito nacional e que aportaram na Paraíba recentemente, trazendo metodologias e expertise próprios no que se refere ao acompanhamento da administração

pública, a pressão popular, ao olhar cidadão e de pertencimento sobre a cidade e, especialmente, à formação de jovens para atuarem como agentes sociais de transformação do espaço em que vivem.

Outra perspectiva é a de estabelecer parceria com o Projeto de extensão “AudiovisualMentes: produzindo e mediando conteúdos educacionais como ferramenta de disseminação social e comunicação pedagógica”, para a construção de oficinas e rodas de conversa voltadas a um novo olhar sobre a mídia – em especial a televisão – e suas formas de apresentação de conteúdos.

Algo nesse aspecto já tem sido debatido entre os integrantes do MUDDE, quando do livro “Política para não ser idiota”, mas a efetiva parceria com o AudiovisualMentes ampliará o leque de possibilidade de debates nesse aspecto.

Enfim, o Brasil tem carecido de uma nova postura cidadã, especialmente entre jovens e adolescentes. E o terreno – seja pelos contrapontos ideológicos, seja pelos debates cada vez mais expostos na mídia – é fértil para mudanças.

Cabe à escola, em parte, atuar nesse sentido. Se boa informação não há formação. Sem boa formação não há uma memória coletiva coerente e respeitosa. Na ausência dessa coerência nasce um entrave à cidadania efetiva. E com isso toda a sociedade perde. Sim, sem memória não há futuro. Mas é possível reverter esse caminho, no presente.

REFERÊNCIAS

CORTELLA, Mario Sergio. RIBEIRO, Renato Janine. **Política para não ser idiota**. 7. ed. Campinas, SP: Editora Papyrus 7 mares, 2011.

DIMENSTEIN, Gilberto. **Cidadão de papel: a infância, a adolescência e os direitos humanos no Brasil**. Ática, São Paulo, 2012.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vertice, 1990.

JAPIASSÚ, Hilton e MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 4. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1996.

MARQUES, Juliana. **Projeto do CCBSA atua junto a jovens buscando o despertar crítico e cidadão sobre temas do cotidiano**, 2016. Disponível em: <<http://www.uepb.edu.br/projeto-do-ccbsa-atua-junto-jovens-buscando-o-despertar-critico-e-cidadao-sobre-temas-do-cotidiano/>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Medios: olvidos y desmemorias. **Revista Etcéter@** – para entender a los medios, abr. 2001. Disponível em: <<http://migre.me/176W>> . Acesso em: 20 jan. 2013.

TRANNIN, Maria Celília. **Mídia e memória**, 2002. Disponível em <<http://www.portaldomarketing.com.br/Artigos/Midia%20e%20memoria.htm>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

9 - MODELAGEM DE NEGÓCIOS: APLICAÇÃO DA FERRAMENTA CANVAS, AO RESTAURANTE “SABOR CAMPONÊS” NO SÍTIO CABOCLO, EM GUARABIRA, PB¹

Paulo Sérgio Gonçalves Sarmiento²

Wiliane Viriato Rolim³

Patrício Lourenço da Silva⁴

Marcondes Alexandre de Lima⁵

1 INTRODUÇÃO

A produção agrícola no Brasil gera um em cada três empregos, conforme Sampaio Filho (2004) “o agronegócio gera 18 milhões de empregos, o que corresponde a 30% da população economicamente ocupada do Brasil.” Sendo considerado o setor da cadeia produtiva brasileira que mais empregou nas últimas décadas. Quanto a Economia Solidária tem como premissa a autogestão, ou seja, não existe patrão ou patroa, empregado ou empregada, todos praticam a cooperação que é fundamental para uma atividade econômica solidária. Os meios produtivos (a terra, os equipamentos e instalações) pertencem a todas as pessoas trabalhadoras em empreendimentos solidários e ou cooperativa solidárias, onde todos são donos (BRASIL, 2007). A administração é gerida por todos de forma democrática, os resultados são compartilhados e as decisões tomadas por todos, assegurando dessa forma a participação de todos, em um processo em que cada um representa um voto (BRASIL, 2007).

A comunidade agrícola Caboclo localizada na zona rural da cidade de Guarabira, distante aproximadamente 10 km, a associação dos moradores desenvolve um projeto de criação de galinhas de capoeira, assim como apicultura, produção de queijo, doces, verduras, legumes, feijão verde, entre outros, em sistema de agricultura familiar e com propostas da economia solidária. Essa comunidade é formada por pessoas resistentes ao êxodo rural, prática muito comum no Nordeste e mesmo na

¹Texto elaborado a partir do Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Gestão Comercial) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, defendido por Paulo Sérgio Gonçalves Sarmiento em 2015, sob a orientação da Prof^a Dr^a Wiliane Viriato Rolim.

²Graduação em Gestão Comercial

³Prof^a Dr^a Wiliane Viriato Rolim.

⁴ Curso Superior Tecnológico em Gestão Comercial, IFPB Campus Guarabira. E-mail: gestor.patricio@gmail.com.

⁵Graduação em Gestão Comercial

Paraíba nas décadas passadas, os que permaneceram nas terras criaram gado e plantaram suas lavouras às margens do rio Araçagi. Mais tarde surgem em cena mulheres talentosas e destinadas a conseguir uma renda extra para complementar o orçamento doméstico, fortalecem o projeto de criação de galinhas caipira e, bem recentemente, a partir do curso do Pronatec, surge o restaurante “Sabor Camponês”.

Segundo a Demografia das Empresas, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) o Brasil contava com 4,5 milhões de empresas ativas em 2010, com idade média de 9,7 anos, a partir de dados do Cadastro Central de Empresas (Sempre). O número de empresas registradas em 2010 superou o de 2009, em 6,1%, o que indica a entrada 261,7 mil empresas. A maior parte das novatas era de pequeno porte, porém, foram as maiores que demonstraram capacidade de resistir por mais tempo no mercado, revela a pesquisa, segundo a qual, após três anos de existência, 48,2% das empresas não sobreviveu.

A economia solidária, constituída pela produção coletiva e autogestionária, comércio justo, consumo consciente, sustentabilidade e respeito humano é a proposta de inclusão produtiva para empreendimentos sólidos capazes de se manterem firmes na flutuação do mercado. A comunidade do Sítio Caboclo tem a determinação de se constituir cada vez mais firmemente no sentido da economia solidária já que tem sua identidade na agricultura familiar. Para isso, está em andamento o processo de criação de uma cooperativa solidária a partir da experiência da associação comunitária.

Mas, em meio a esse desejo de fundar uma cooperativa, surge o restaurante “Sabor Camponês” que é o cerne desse artigo, uma proposta criativa de agregar valor ao que é produzido pelos associados em um ambiente apazível tipicamente nordestino. Esse empreendimento foi inaugurado em 2014, tendo como coordenadora Maria das Graças da Silva, e a equipe de culinária com: Elaine Lira, Isabel Cristina, Rosimary Silva.

Este trabalho pretende propor um modelo de negócios construído com a aplicação da ferramenta CANVAS de Osterwalder e Pigneur (2011) para o Restaurante “Sabor Camponês” situado no Sítio Caboclo nos moldes da economia solidária, considerando sempre as questões da agricultura familiar. Para sua realização faz-se necessário o esclarecimento através da pesquisa teórica sobre os conceitos de economia solidária e agricultura familiar, assim como a compreensão do histórico da Associação do Sítio Caboclo antes de chegarmos à aplicação do método de modelagem de negócios, para que tivéssemos base de informações suficiente para nossos objetivos.

2 BASE TEÓRICA

2.1 Economia solidária

A economia solidária tem como participantes os empreendimentos urbanos e rurais, fundamentados na livre associação, na autogestão e trabalho cooperativo. São consumidores, organizações de produtores e de crédito que se distinguem por fomentar e praticar a solidariedade entre os componentes e autogestões (ZART et al., 2009). Em contraste ao individualismo capitalista, a economia solidária tem sua utilização em todo mundo, com um pouco de diferença em sua concepção, mas conservando sua essência de solidariedade. Vários autores consultados afirmam que a economia solidária mantém sua mesma essência no agir coletivo e na autogestão, designando novos participantes no mundo do trabalho e nos embates da cidadania em resposta ao anseio de conforto e vida significativa, (HESPANHA et al. 2009). Em texto distribuído durante o V Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, em 2005, denominado “A trajetória do movimento da economia solidária no Brasil: do Fórum Social Mundial (FSM) ao Fórum brasileiro da economia solidária”, recomenda os seguintes pontos de convergência para economia solidária:

- a valorização social do trabalho humano,
- a satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica,
- o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade,
- a busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza, e
- os valores da cooperação e da solidariedade (A TRAJETÓRIA, 2005, p. 3)

Verifica-se assim a ética que sustenta os propósitos da economia solidária e as questões abrangidas, como as questões ambientais, de gênero, sociais, econômicas e tecnológicas.

Segundo Singer (1999, 2002) não devemos nos confundir no conceito de economia solidária com caridade ou mesmo ações filantrópicas. A economia solidária brota dentro da supremacia capitalista com uma maneira própria, aparece da necessidade ou da inércia do capitalismo em atender a todos, buscando um equilíbrio social

e econômico. As instituições apoiadoras da economia solidária procuram modos de criar trabalho e renda de forma coletiva promovendo uma melhor qualidade de vida.

2.2 Agricultura Familiar

A agricultura familiar tem surgido como uma maneira de desenvolvimento sustentável, promovendo uma concepção própria de valorizar atividades agrícolas e não agrícolas, elevando o nível de consciência em relação ao uso de agrotóxicos e à necessidade da alimentação orgânica, dessa maneira contribuindo para que as famílias continuem fixadas ao meio rural diminuindo o êxodo ocorrido em décadas passadas (FAUTH, 2006). Quanto ao o agricultor familiar Tomei e Souza (2014, p. 109-110) define como alguém que:

Pratica atividades no meio rural em área inferior a quatro módulos fiscais, utilizando predominantemente mão-de-obra da própria família, vivendo com uma renda originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento que é dirigido por sua família [...].

Relacionando os dados estatísticos com a definição acima pode-se verificar a importância das pequenas propriedades rurais, trabalhadas e geridas pelas famílias que nelas moram, trabalham e produzem para a economia do país principalmente em relação à alimentação. Por isso, a agricultura familiar constitui uma base sustentável para a manutenção da saúde da população e do meio ambiente. Os produtos provenientes dessa forma de produzir não utilizam agrotóxicos, são orgânicos e saudáveis. As pequenas propriedades geridas por seus proprietários não necessitam grandes aparatos tecnológicos, utilizando tecnologia menos poluentes com práticas ambientais conservacionistas. Uma vez que a agricultura familiar é responsável por grande parcela da produção alimentícia no país, ela pode se colocar como uma frente de batalha importante na sustentabilidade ambiental e na promoção de hábitos de alimentação mais saudáveis.

De acordo com as autoras acima citadas, o agricultor familiar é apresentado como agente de mudanças socioeconômicas por fazer uso de tecnologias disponíveis em sua propriedade rural de forma a atender às necessidades e pressões ambientais promovendo a inovação como uma nova combinação dos recursos que encontra à mão.

2.3 História da associação do Sítio Caboclo

A comunidade agrícola Caboclo localizada na zona rural da cidade de Guarabira, distante aproximadamente 10 km, possui a associação dos moradores que desenvolve um projeto de criação de galinhas de capoeira. Essa associação embora possua o nome de Caboclo em referência ao lugar onde está inserida, também conta com os moradores das comunidades do Maciel, Passagem e Serrinha. Suas atividades começaram há 20 anos, tendo em sua composição 21 famílias, das quais 10 estão engajadas na produção de alimentos. Essas comunidades são formadas por pessoas resistentes ao êxodo rural, prática muito comum no Nordeste ou mesmo na Paraíba nas décadas passadas, os que permaneceram nas terras criaram gado e plantaram suas lavouras às margens do rio Araçagi. Mais tarde surgem em cena mulheres talentosas e destinadas a conseguir uma renda extra para complementar o orçamento doméstico.

Segundo a senhora Graça, presidente da associação, tudo começou com as mulheres unidas em um único objetivo que era o de mudar de vida: começaram a criar galinha caipira em seus terreiros, obtendo resultado favorável, o que despertou o interesse dos homens e assim surgiu a associação dos moradores do Sítio Caboclo. Mas isso era apenas o início de tudo, pois eles queriam aumentar sua criação e não sabiam como fazer, procuraram ajuda do Projeto Cooperar unidade Administrativa de natureza autônoma e provisória, vinculada à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG), e depois de muitas idas e vindas conseguiram um expressivo volume de pintos caipiras divididos em poedeiras e de corte, repartidas em igual número entre os membros da associação. Sem muita experiência no manejo, passaram por enormes dificuldades para tocar a criação, alguns ficaram pelo caminho e venderam seus frangos a um preço nada vantajoso. Enfim, ficaram na criação apenas 10 famílias. Hoje, os criadores que ultrapassaram essa fase, conseguiram um contrato com a prefeitura através da associação para fornecer parte de sua produção à merenda escolar por meio do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e o restante da produção destinada aos moradores do entorno, assim como das cidades próximas de Araçagi e Guarabira.

O restaurante “Sabor Camponês” foi criado por algumas senhoras da associação a partir de um curso do PRONATEC oferecido no Sítio Caboclo, com o intuito de oferecer culinária típica fornecida com produtos orgânicos das pequenas propriedades participantes da associação.

3 METODOLOGIA

Para a elaboração desse projeto foram realizados vários encontros, com aplicações de grupos focais no restaurante “Sabor Camponês” na comunidade, durante alguns sábados, nos quais foram levantadas as demandas e foi conhecida a história e realidade dos moradores e da associação. Nesses dias, as atividades foram filmadas, as discussões e os debates foram registrados, material esse que constitui o ponto de partida de nossas propostas.

Após essa fase preliminar de encontros resolvemos aplicar o modelo de negócio que é uma metodologia capaz de guiar a empresa no sentido de implementação da estratégia, através de estruturas, processos e sistemas organizacionais. Assim de forma clara, um modelo de negócio visa a descrição das relações que acontecerão entre o mercado e empresa.

De acordo com Orofino (2011), a palavra modelo de negócio surge com a internet na década de 90, após o surgimento das empresas pontocom. Na atualidade o termo tem ganhado notoriedade junto à literatura de gestão sob vários conceitos, mas os autores não chegaram a um consenso a respeito da definição do que é modelo de negócio, surgindo na literatura vários componentes e diferentes características (OROFINO, 2011; SEBRAE, 2013).

Merece destaque o modelo elaborado por Osterwalder e Pigneur (2011), por descrever com linguagem de fácil entendimento as atividades compositivas de produtos e serviços de uma organização, contendo a função de auxiliar na realização de negócios. O autor apresenta o modelo de negócio como sendo um jeito de aprimorar a maneira como as empresas realizam negócios sob condições de incertezas Para ele, um modelo de negócio “delineia a lógica de criação, entrega e captura de valor por parte de uma empresa” (OSTERWALDER; PIGNEUR, 2011, p. 14).

O modelo de negócio é um guia para a empresa, demonstrando esquematicamente através de definições, práticas e estratégias, tudo estruturado com processos e sistemas organizacionais. Tudo muito simples e descomplicado, o modelo de negócio consiste na descrição dos fatores essenciais para uma empresa ganhar valor e na definição dos relacionamentos que ocorrerão entre mercado e a empresa (OSTERWALDER; PIGNEUR, 2011).

Osterwalder e Pigneur (2011), através de seu estudo que avaliava e comparava os padrões de construção mais comuns na literatura e, a partir disso, identificou os elementos mencionados com maior frequência.

O resultado desta pesquisa consiste em uma síntese com nove blocos de construção, que abrangem todos os componentes dos modelos de negócios mencionados por pelo menos dois autores, recusando os elementos relacionados aos concorrentes. Os componentes para a construção do modelo de negócio indicado por Osterwalder e Pigneur (2011) são: o segmento de clientes, a proposta de valor, os canais (comunicação, distribuição e vendas), o relacionamento com os clientes, as fontes de receita, os recursos-chave, as atividades-chave, as parcerias principais e a estrutura de custos.

O foco do estudo deste artigo é o uso do modelo de negócios proposto por Osterwalder e Pigneur (2011) o qual divide a organização em nove componentes chave que demonstram como a organização gera ou pretende gerar valor. Esses componentes chave estão inseridos em quatro principais áreas da empresa: clientes, oferta, infraestrutura e viabilidade financeira. No caso do estudo do presente artigo o alvo de aplicação do modelo CANVAS de negócios é o restaurante “Sabor Camponês” localizado no Sítio Caboclo no município da cidade de Guarabira.

Explicitaremos a seguir o que se trata cada um dos nove blocos componentes do quadro:

3.1 Proposta de valor

A proposta de valor de uma empresa é toda a quantidade de serviços e produtos que indicam valor para um determinado grupo de segmento de clientes. É o que vai suprir as necessidades desse grupo e encorajar o cliente a escolher uma determinada empresa. Uma empresa pode possuir várias propostas de valor, sendo que cada uma vai atender as necessidades de um segmento de clientes característicos.

A proposta de valor da organização deverá responder a uma série de questões como: Que valor entregamos ao cliente? Quais problemas estamos ajudando a resolver? Que necessidades estamos satisfazendo? Que conjunto de produtos e serviços estamos oferecendo para cada segmento de clientes? Todas essas questões devem ser respondidas para se chegar a uma proposta de valor definida da empresa.

Segundo Osterwalder e Pigneur (2011), a união de elementos apontados para segmentos específicos de clientes é que vai criar valor e atender as necessidades de cada segmento, sendo esse valor quantitativo, como preço ou velocidade do serviço, ou qualitativo, como design ou experiência do cliente.

Algumas características principais podem nortear a proposta de valor, como exemplo citamos a inovação, podendo dar ao cliente uma satisfação em suas necessidades que os clientes sequer percebiam, devido à falta de propostas similares. Outra forma de oferecer valor ao cliente é a característica de desempenho.

3.2 Segmento de clientes

Não há empresa que sobreviva sem cliente. Por essa razão, as empresas vêm buscando agrupar sua clientela em segmentos diferentes de acordo com as necessidades comuns de determinados grupos. Um modelo de negócio pode conter mais de um segmento pelo qual satisfaça, entretanto, deverá saber quais os melhores para apresentar seus produtos e quais recusar.

São considerados segmentos diferentes se as necessidades dos clientes exigem ofertas distintas, alcançando essas ofertas por canais de distribuição diferentes, se elas exigem tipos diferentes de relacionamento com os clientes, possuindo lucratividade diferente e se os consumidores estão interessados em pagar por diferentes produtos ou serviços.

Neste bloco, responde-se às seguintes perguntas: Para quem estamos criando valor? E quem são nossos consumidores mais importantes?

3.3 Canais

Devemos responder algumas perguntas para verificar como a empresa se comunica e alcança os Segmentos de Clientes para entregar a sua Proposta de Valor, são elas: Através de quais canais o Segmento Cliente deve ser contatado? Como alcança-los? Como os canais se integram? Qual canal funciona melhor? Qual canal apresenta maior custo-benefício? Como estão integrados à rotina dos clientes?

Segundo Osterwalder e Pigneur (2011, p. 26), “Os Canais de comunicação, distribuição e venda compõem a interface da empresa com os clientes”. Os canais da empresa com o cliente exercem uma função importante principalmente aumentando o conhecimento dos clientes sobre a sua Proposta de Valor e permitindo-os que adquiram os bens e serviços da organização. É a principal maneira de conduzir uma Proposta de Valor ao Segmento de Clientes, e também é responsável por fornecer suporte ao cliente após a obtenção do produto ou serviço.

Os Canais podem ser particulares diretos ou indiretos, ou em parcerias, ou também podem ser misturados. Canais particulares diretos

podem ser uma equipe de vendas ou um site para venda do produto ou serviço. Canais particulares indiretos podem ser a revenda através de lojas possuídas ou operadas pela empresa. Os canais particulares podem custar mais do que os canais de parceria para preparação e operação. Já os canais de parceria podem ser distribuição em atacados e revenda em sites de parceiros.

3.4 Relacionamento com clientes

A maneira de conquista e fixação do cliente e o aumento de volume das vendas são guias para o relacionamento com o cliente e influenciam o mesmo. Para Osterwalder e Pigneur (2011), existem diversas categorias de Relacionamento com o Cliente, conforme descrevemos abaixo:

a) Self-service: a empresa fornece todos os meios necessários para que o cliente se sirva, não há relacionamento direto com o cliente.

b) Comunidades: as comunidades permitem para a empresa a melhor compreensão de seus clientes, facilitando as conexões com o cliente e auxiliando usuários a trocar conhecimento e resolver os problemas uns dos outros.

c) Cocriação: nesse tipo de relacionamento, a organização vai além da tradicional relação cliente-vendedor, e convida consumidores a criar valor e opinar sobre seus produtos e serviços, permitindo a colaboração nos novos projetos.

3.5 Recursos principais

No componente recursos principais, verificam-se quais os principais recursos necessário se exigidos queiram fazer o modelo de negócios andar. Os recursos principais podem ser físicos, como fábricas, edifícios, veículos, máquinas, sistemas, pontos de vendas, redes de distribuição e materiais; financeiros, como recursos e garantias financeiras ou capital de giro; intelectuais, como marcas, conhecimentos particulares, patentes, registros ou parcerias com banco de dados; ou humanos, que são as pessoas, crucialmente importantes para todo e qual quer modelo de negócios. Cada modelo de negócios ou organização vai necessitar de tipos e quantidades distintas de recursos.

São os Recursos Principais que vão permitir que a empresa crie e ofereça a sua Proposta de Valor a seus Segmentos de Clientes através de seus Canais, e gere suas Fontes de Receita. Cada componente do modelo de negócios vai requerer um tipo ou quantidade diferentes de recursos principais, e a organização deve se perguntar quais serão essenciais.

3.6 Atividades-chave

As Atividades chave são as ações necessárias e importantes para fazer o funcionamento do modelo de negócios. As atividades chave vão se diferenciar de acordo com o modelo de negócios, e são tão importantes quanto os Recursos Principais para a entrega de valor da organização para os seus clientes.

As atividades chave podem ser atividades de produção, relacionadas com o desenvolvimento, fabricação e entrega de produtos, atividades de resolução de problemas, como atividades de novas soluções para problemas de clientes específicos, como consultorias, hospitais e prestadores de serviços e atividades de plataforma ou rede, que são redes, plataformas, de combinação, software e marcas podem funcionar como plataforma.

3.7 Parceiros principais

Toda e qual quer organização não funciona sozinha, ela depende de seus fornecedores de matéria-prima, de seus colaboradores, de parceiros, enfim, de muitas pessoas e entidades para otimizar seus modelos, reduzir riscos e adquirir recursos. Esse componente refere-se à rede de fornecedores e os principais parceiros que compõem o modelo de negócios.

As parcerias podem ser: alianças estratégicas, entre empresas não concorrentes; parcerias entre concorrentes; joint ventures, para o desenvolvimento de novos negócios; e relação entre comprador e fornecedor, que garantem suprimentos confiáveis. Além de promover grandes otimizações e economias de escalas, reduzindo custos e podendo ter uma infraestrutura compartilhada, as parcerias podem reduzir riscos e incertezas do ambiente competitivo e auxiliam na aquisição de conhecimento, licença ou acesso a clientes.

3.8 Estruturas de custos

Esse componente descreve todos os custos que vão estar envolvidos para o modelo de negócios funcionar. Praticamente todos os outros componentes mencionados envolvem custos para funcionamento. É importante também projetar os custos de investimentos iniciais, tais como despesas pré-operacionais, máquinas e equipamentos, móveis

e utensílios, depreciação, capital de giro e fornecedores. As despesas operacionais são importantes também para analisar a possibilidade e tempo de retorno. Alguns modelos de negócios são totalmente baseados na estrutura de baixos custos, que são definidos mais facilmente depois de definidos os componentes: Recursos Principais, Atividades Chave e Parcerias Principais. A verificação dos custos mais importantes, dos recursos que são mais caros e as atividades chave de maior valor são importantes para estruturação desse componente.

Alguns modelos de negócios preocupam-se mais como direcionamento ao valor, não estando assim, preocupadas com os custos, pois se concentram em propostas de valor de níveis altos e personalização, o que pode acarretarem maiores custos.

3.9 Fontes de receita

As fontes de receita são os recebimentos da organização através de seus Segmentos de Clientes. Segundo Osterwalder e Pigneur (2011), um modelo de negócios pode ter sua Fonte de Receita através de transações de pagamento único ou renda recorrente, resultante de um pagamento constante advindo de um suporte pós-compra.

As maneiras de se gerar Fontes de Receita são variadas. A venda de recursos é a mais conhecida, e resulta da venda direta de um bem ou serviço. A taxa de uso é a fonte de receita gerada através do uso de um serviço, como por exemplo, o uso do telefone ou de um quarto de hotel. A taxa de assinatura é a receita gerada através do acesso contínuo de um serviço, como uma academia.

Outras formas de fonte de receita são os empréstimos, que dão direito exclusivo a um recurso por uma determinada taxa e o licenciamento, que dá a permissão para utilizar alguma propriedade intelectual em troca de taxa de licenciamento. A taxa de corretagem, como em operadoras de cartão de crédito que cobra um valor percentual a cada transação entre o mercador e o cliente e o anúncio, que resulta de taxas para anúncio de produtos ou serviços também são formas de Fontes de Receitas.

Existem dois mecanismos de precificação que podem ser utilizados dentro dessas formas de Fontes de Receitas, a precificação fixa, que possui os preços definidos através de variáveis estáticas e a precificação dinâmica, que conforme as condições do mercado, os preços mudam. É importante realizar as projeções de venda, após definidas como serão organizadas as Fontes de receitas.

4 RESULTADOS

Nessa secção apresentaremos os resultados colhidos a partir da aplicação do CANVAS no restaurante Sabor Camponês. Transcreveremos abaixo os post-its afixados pelos empreendedores no quadro que apresentamos em respostas às questões que colocamos.

4.1 Proposta de valor

Os produtos elaborados no restaurante obedecem a um rígido controle de qualidade que faz de seus produtos diferenciá-los dos demais, todo produto que chega a cozinha do restaurante e produzido ali mesmo na comunidade sem adição de agrotóxico, hormônio ou similares.

Como exemplo a galinha de Capoeira que criada em uma produção semiextensiva, pastando no capim e alimentando de matéria orgânica e frutas, dando a carne um sabor sem comparação com os frangos criados confinados.

Os sucos, os doces também é um diferencial, pois são produzidos por frutos do pomar da comunidade. Dando um sabor inigualável em comparação com os concorrentes.

4.2 Segmento de clientes

No que se refere ao segmento de cliente, o trio de mulheres que faz o restaurante Sabor Camponês, resolveu trabalhar com uma clientela mais seleta composta por comerciantes, políticos, autoridades dos mais diversos setores, estudantes das mais variadas idades, enfim, pessoas nesses moldes vindas das cidades mais próximas, como também pessoas vindas de outras localidades.

Elas resolveram trabalhar com esse público por que eles aprenderam a valorizar o que é servido no restaurante, pois tudo que é servido no local é produzido na comunidade, isento de produtos químicos ou mesmo hormônio a galinha caipira que é o prato principal é produzido na comunidade, o feijão verde, o arroz vermelho, idem o suco o doce é feito com frutas do pomar da comunidade. Todos interagindo dando um verdadeiro sentido ao termo agricultura familiar.

4.3 Canais

Os canais de vendas utilizados são a venda direta ao público com encomenda das galinhas caipiras e reservas para almoçar no restaurante com divulgação boca a boca, canais de rádio, TV, facebook.

4.4 Relacionamento com clientes

Foi dada bastante ênfase ao tratamento respeitoso que é dado aos clientes no restaurante Sabor Camponês, também foi citado o uso das mídias sociais a exemplo do facebook, possibilitando uma aproximação maior com os clientes, divulgando seus produtos.

Outra maneira de se relacionar com seus clientes é participando de feiras, simpósios e exposições, dando ao cliente maiores possibilidades de conhecer seus produtos e serviços.

4.5 Recursos principais

Os recursos principais utilizados pelo restaurante são os recursos oriundos do Projeto COOPERAR, do Projeto Empreender, do Banco do Nordeste, um percentual de 30% da Comunidade e 50% do Banco Mundial. 1 Na verdade, esses recursos destinaram-se aos projetos anteriores da associação. Os recursos específicos do restaurante são as cotas das proprietárias e o pagamento dos clientes.

4.6 Atividades-chave

A atividade chave utilizada para garantir o negócio em plena atividade é a produção de culinária típica, do ramo da gastronomia própria dos serviços de turismo. Para isso, no momento, faz-se necessário a organização de seus serviços como a utilização de um agendamento para melhor servir aos seus clientes, uma galinha de capoeira como prato principal acompanhada de um feijão verde fresquinho.

4.7 Parceiros principais

No que diz respeito aos parceiros o restaurante conta com parceiros no quilate do COOPERAR, EMPREENDER, EMATER, SEBRAE, SENAR, EMEPA, SECRETÁRIA DE AGRICULTURA E PESCA, CMDRS, PRONATEC, ACTV, UFPB (BANANEIRAS), DIOCESE(CARITAS) E CREDAMIGO.

Esses parceiros são parceiros da associação dos moradores e acompanham o projeto de criação de galinhas caipira há algum tempo. Daí surgiram os primeiros clientes do restaurante e, a partir da atuação desses parceiros, o restaurante ganhou destaque nas rádios locais, nos jornais impressos do estado, nas redes de TV.

4.8 Estruturas de custos

O restaurante precisa considerar em seus custos toda uma estrutura material necessária para o bom funcionamento como também custos de conta de água, luz, gás de cozinha, supermercado, ração para suas galinhas e pró-labore de sua equipe. O espaço utilizado para o seu funcionamento é cedido pela diocese de Guarabira através da organização Cáritas.

4.9 Fontes de receita

A maneira que o restaurante tem de adquirir seus rendimentos é na venda de seus pratos tendo como seu prato chefe a galinha caipira. O preço vinha sendo cobrado a 80 reais a refeição completa que servia um número de pessoas que fazia variar entre 10 a 12 reais por pessoa. Já se faz necessário ajustar esse preço para garantir a continuidade e a melhoria ou o aperfeiçoamento dos negócios.

5 CONCLUSÃO

Com base no que foi levantado nas reuniões e na aplicação do CANVAS, chegamos a um resultado preliminar de que é preciso fazer um controle mais eficaz nas suas receitas e despesas, chegar a um preço justo dos produtos oferecidos pelo restaurante, pois só dessa maneira o restaurante apresentará lucro e bons resultados. Para isso, sugerimos a prática da anotação diária de todos os gastos, desde o pagamento de contas até as mínimas compras até mesmo com uma caixa de fósforo ou um detergente adquirido separadamente de última hora. Por fim, orientamos para o cálculo do preço do trabalho da mão-de-obra que, apesar de ser prestado pelas proprietárias de forma colaborativa e solidária, deve ser incluído na elaboração dos custos para definir os preços das refeições servidas para viabilizar a continuidade dos negócios.

A grande dificuldade encontrada em nosso trabalho foi conseguir separar o empreendimento gastronômico “Sabor Camponês” dos projetos da associação dos moradores.

Ficou claro que o restaurante surgiu a partir desses projetos como uma vitrine da criação de galinhas capoeira e da produção dos demais hortifrutigranjeiros, da necessidade de escoamento e da demanda do tipo de serviços oferecidos: alimentação orgânica, natural, saudável, servida em ambiente acolhedor, agradável e que propicia lazer, divertimento, descanso, em ambiente rural.

Apesar da integração entre os diversos projetos caracterizados pela agricultura familiar, há uma nítida diferença entre o restaurante e os projetos de produção, uma vez que a equipe gestora do restaurante é constituída por uma parcela dos associados. Acreditamos que essa dificuldade de discernir os limites dos diversos negócios é própria dos negócios familiares porque em família ou entre vizinhos, as transações (empréstimos, cooperações em momentos de aperto, participação na tomada de decisões) são coletivas, sem muitas definições e/ou delimitações.

Durante o período em que estivemos frequentando o restaurante foi notável o desenvolvimento dos negócios, as melhorias na área física e o aumento de demandas e possibilidades. Mas sempre às voltas com os outros negócios, tais como a compra coletiva de milho para a criação das galinhas, a dificuldade de escoamento da produção das galinhas, a participação em feiras de produtos orgânicos, o que, de alguma maneira, interfere nos negócios do restaurante.

O mais importante em nossa pesquisa foi a satisfação de participar de um processo dinâmico em andamento: iniciado em 1994 com a criação da associação, foi promotor de grandes melhorias na qualidade de vida da população local (Graças a Deus, aqui agora, ninguém mais passa fome. Frase ouvida durante a aplicação do Canvas) e que em pleno acontecimento, que pudemos acompanhar durante algum tempo, apresenta demandas concretas e imediatas ao Curso de Gestão Comercial do IFPB de Guarabira tais como a incubação da cooperativa de cunho solidário e a educação em autogestão fundamental para a efetivação e desenvolvimento da capacidade de trabalho coletivo.

Os projetos são a curto, médio e longo prazo. A curto prazo, coloca-se o fortalecimento da organização do restaurante. A médio prazo, a criação da cooperativa de economia solidária para possibilitar a comercialização dos produtos da agricultura familiar. E, a longo prazo, em todos os encontros, filmagens, conversas aparece o desejo da comunidade de desenvolver o turismo rural, a integração dos diversos empreendimentos de lazer, outros restaurantes da vizinhança, criação de cavalos, cavalgadas, festas juninas e toda uma variedade de possibilidades que animam os moradores da comunidade Caboclo e adjacências a seguir em frente em seu processo de melhoria de qualidade de vida e de oferecer aos moradores dos centros urbanos tudo o que têm de bom em sua comunidade e que pode ajudar em muito a necessidade de superação do estresse tão comum em nossos dias.

REFERÊNCIA

BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). **Economia solidária, outra economia acontece**: cartilha da campanha nacional de mobilização social – Brasília, DF: MTE, SENAES, FBES, 2007.

FAUTH E. M. Agricultura familiar: força revigorada. **Revista Eletrônica Indicadores econômicos FEE**, Porto Alegre, RS, v. 34, n. 3, p. 25-34, dez. 2006.

HESPANHA, P. et al. **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina, 2009.

IBGE **Estatísticas do cadastro central de empresas 2010**.

Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/cadastroempresa/2010/default.shtm>>. Acesso em: 14 fev. 2014.

OROFINO, M. A. R. **Técnicas de criação do conhecimento no desenvolvimento de modelos de negócio**. 2011. Dissertação (Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento) – Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, 2011.

OSTERWALDER, Alexander; PIGNEUR, Yves. **Business model generation**: Inovação em modelos de negócios. Rio de Janeiro, RJ: Altas Books, 2011.

SAMPAIO FILHO, J. A. Campo, o grande empregador do Brasil. **Jornal O Estado de São Paulo**. 08 dez. 2004. Disponível em: em: <<http://cidadesdaobrasil.com.br/cgin/news.cgi?cl=099105100097100101098114&arecod=26&newcod=857>>. Acesso em: 18 fev. 2015.

SEBRAE. **Cartilha o quadro de modelo de negócios**. 2013. Disponível em: <https://www.sebraemg.com.br/atendimento/bibliotecadigital/documento/cartilha-manual-ou-livro/o-quadro-de-modelo-de-negocios>. Acesso em: 25 abr. 2015.

SINGER, P. Economia socialista. In: SINGER, P.; MACHADO, J (Orgs.). **Economia socialista**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

SINGER, P. I. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

TOMEI, Patricia Amelia; SOUZA, Daniela Arantes Alves Lima Alceu. Análise das barreiras que dificultam a transformação do agricultor familiar em empreendedor rural no contexto brasileiro. **Revista Ibero-Americana de Estratégia – RIAE**, v. 13, n. 3, p. 107-123, jul./set. 2014. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/3312/331232580009.pdf>> Acesso em: 12 maio 2015.

A TRAJETÓRIA do Movimento da Economia Solidária no Brasil: do Fórum Social Mundial (FSM) ao Fórum Brasileiro da Economia Solidária (FBES), 2005. Disponível em: www.fbes.org.br. Acesso em: 25 abr. 2015.

ZART, L. L. et al. (Org.). **Educação e socioeconomia solidária: processos organizacionais e socioeconômicos na economia solidária**. Cáceres: Unemat, 2009. 228 p. (Sociedade solidária; v. 3).

10 - NÚCLEO DE COMUNICAÇÃO, CULTURA E ARTES (NUCCA): TECENDO REDES DE ARTE-EDUCAÇÃO E DIFUNDINDO CULTURA NO SERTÃO

**George Glauber Félix Severo
Lidiane Maria da Silva
Wilma Fernandes Pinheiro**

1 INTRODUÇÃO

Um dos mais citados educadores brasileiros, Paulo Freire, disse certa vez que “educar e educar-se na prática da liberdade, é tarefa daqueles que sabem que pouco sabem” (FREIRE, 1983, p. 25), mas sabem que sabem algo e, compartilhando, trocando ideias, podem saber mais. O trabalho de que trata este capítulo é fruto da iniciativa de servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), Campus Cajazeiras que resolveram unir suas práxis em educação, comunicação, cultura e artes para partilhar, multiplicar, difundir e ressignificar esses saberes através da Rede Rizoma, por meio da criação do Núcleo de Comunicação Cultura e Artes (NUCCA), do IFPB, *Campus Cajazeiras*.

O presente texto é o registro de uma ação coletiva em construção. Desta forma, não se trata de algo acabado, fixo. É a descrição de algo em movimento e que tem gerado movimentação positiva, dentro e fora do campus. Tentou-se sintetizar um breve relato sobre a atuação do núcleo, desde sua criação até os dias atuais. Buscou-se apresentar os projetos de extensão vinculados a ele e a forma como tem articulado a instituição com a sociedade e vice-versa, numa relação dialógica, de crescimento e agregação de valores mútuos. Acredita-se e procura-se demonstrar aqui que o NUCCA, enquanto fruto da prática extensionista, é um forte instrumento de “difusão da cultura e de integração da universidade com o povo” (MELO NETO, 2001, p. 50). Assim, espera-se que a leitura sobre o que vem sendo, possa inspirar outros trabalhos na área.

2 O NUCCA

A parceria entre o IFPB Campus Cajazeiras e o Núcleo de Extensão Cultural da Universidade Federal de Campina Grande, *Campus Cajazeiras* (NEC/UFCEG), para intervenções na comunidade, nasceu antes da criação do NUCCA, durante a realização da VII Semana

de Ciência e Tecnologia - I Festival Artístico Cultural Estudantil, ocorrida em dezembro de 2014, quando houve um intercâmbio entre as instituições que resultou em apresentações musicais no IFPB Campus Cajazeiras e no NEC. Foi quando se vislumbrou a gama de possibilidades que poderiam resultar dessa junção de forças, no sentido de ampliar o acesso e a promoção da comunidade local aos diversos bens culturais.

A criação do NUCCA foi viabilizada pelo Edital nº 008 de fevereiro de 2015, da Pró-reitoria de Extensão do IFPB. A proposta objetivava ampliar e ressignificar as ações de arte e cultura desenvolvidas para a comunidade interna e externa pelo já existente, porém, naquele momento, pouco atuante, Núcleo de Artes do referido *Campus* do IFPB. Inclusive, umas das primeiras ações nessa reconfiguração foi a requalificação conceitual que deveria permear as ações do NUCCA. Assim, a ideia de (re)criar o núcleo de extensão que trabalhasse a educação a partir da cultura e das artes, baseou-se no fato de que a cidade de Cajazeiras é reconhecida, no senso comum da região, como a “terra da cultura”, contudo existem, no município, poucas ações governamentais no sentido de fomentar a cultura local e possibilitar o acesso da população à diversidade das expressões culturais brasileiras.

No que se refere ao momento de criação do NUCCA, pode-se listar três pontos desfavoráveis. São eles: falta de senso de pertencimento do antigo Núcleo de Artes pela comunidade acadêmica e pela comunidade externa; inexistência de grupos artísticos ativos no Campus, considerando que a instituição estava com 20 anos de existência; ausência de políticas culturais tanto no Campus quanto no IFPB em geral, existindo apenas ações artísticas e culturais pontuais e não continuadas. Consequência direta disso é a não contemplação, até então, do Núcleo de Artes nas políticas educacionais do IFPB Campus Cajazeiras; dificuldades estruturais e de equipamentos no Laboratório de Música e no Laboratório de Artes Visuais e Cênicas.

A apresentação do NUCCA para a comunidade ocorreu em um evento realizado no NEC, no dia 18 de junho de 2015. Na oportunidade foram realizados dois shows gratuitos, sendo um de *rock* (banda Backroad¹, de Cajazeiras) e outro de *Carimbó* (Caburé Carimbó Clube², de João Pessoa). O evento proporcionou à audiência uma vivência para além do entretenimento, mas, sobretudo, difundiu conhecimento sobre

¹Página oficial: [facebook.com/backroadoficial](https://www.facebook.com/backroadoficial).

²Atualmente denominada apenas como Caburé. Página oficial: [facebook.com/CabureCarimboClube](https://www.facebook.com/CabureCarimboClube).

duas manifestações artísticas de reconhecida riqueza cultural, além de música autoral. Desde então, os principais parceiros sociais do núcleo são o NEC, que se configura como um dos únicos locais de resistência à falta de políticas culturais na cidade de Cajazeiras/PB, recebendo e apoiando ações de outro importante parceiro do NUCCA, o Centro Cultural Banco do Nordeste / Sousa³ (CCBNB) e do Sindicato dos Integrantes do Grupo Ocupacional Servidores Fiscais Tributários do Estado da Paraíba (SINDIFISCP/PB), por meio dos projetos institucionais Arte Retirante e Sindicultura, respectivamente.

O primeiro evento temático, realizado por iniciativa do NUCCA foi a Semana da Consciência Negra do IFPB *Campus* Cajazeiras (SCN), realizada entre 18 e 20 de novembro de 2015. Com o tema: “Arte e cultura negra na formação acadêmica”, iniciativa, de caráter interdisciplinar, que teve como enfoque as referências afro-brasileiras sob a ótica da arte e da cultura, e buscou contribuir para uma formação inclusiva que valorize a origem africana do povo brasileiro, chamando a atenção dos diversos setores da comunidade acadêmica sobre a importância de dizer não ao racismo, à discriminação religiosa e cultural e ao preconceito social, bem como compreender a importância das ações afirmativas nas políticas públicas nacionais, que visam, sobretudo, promover a igualdade racial entre os povos. A programação contemplou palestras e diversas manifestações artísticas e culturais como, por exemplo: audiovisual, rodas de Capoeira e apresentação do grupo Manu Lima & Sensualidade Nagô⁴, através de parceria com o NEC e o CCBNB Sousa. Importante considerar que a SCN passou a fazer parte do calendário do IFPB *Campus* Cajazeiras.

No mês seguinte, como parte da comemoração do aniversário de 21 anos do *Campus*, foi realizado pelo NUCCA, através de parceria com os professores de língua portuguesa⁵, o *Festival ArtExplicitaMente*. Na ocasião, discentes de nove turmas dos Cursos Técnicos Integrados em Edificações, Eletromecânica e Informática, fizeram apresentações envolvendo música, teatro, dança e poesia. Devido ao envolvimento da comunidade acadêmica, a direção do IFPB *Campus* Cajazeiras mostrou interesse em que o festival torne-se um evento anual, presente no calendário acadêmico.

Dentre os desafios enfrentados desde a implementação e as

³Município localizado no sertão paraibano a 47 km de Cajazeiras.

⁴Artista e grupo de João Pessoa, capital da Paraíba. Página oficial: [facebook.com/mls-nago](https://www.facebook.com/mls-nago).

⁵Igor Arraes e Virginia Holanda.

batalhas diárias para a sua consolidação no âmbito do IFPB Campus Cajazeiras, já é possível apontar alguns pontos positivos desse processo, a saber: a constituição do NUCCA tem-se configurado como um espaço político e formativo das diferentes dinâmicas organizacionais da instituição (planejamento, execução, relação de trabalho, entre outros); melhoria estrutural no Laboratório de Estudos e Prática de Música Popular (LAMP), bem como aquisição de equipamentos sonoros e musicais⁶ com recursos do Campus Cajazeiras; aperfeiçoamento de mecanismos de gestão e de formação política com a participação do NUCCA em ações como, por exemplo, a) Comissão de Elaboração do Plano de Cultura do IFPB - Edital Mais Cultura nas Universidades; b) Comissão de Elaboração da Política de Produção e Promoção da Diversidade Artístico-Cultural no âmbito do IFPB (IFPB, 2015); c) Participação no processo da Estatuinte do IFPB, cuja participação no diálogo com os extensionistas da instituição culminou na inclusão da Cultura na Pró-Reitoria de Extensão (e Cultura); d) Participação como representação do IFPB (Pró-Reitoria de Extensão) no I Seminário de Formação Artística e Cultural, organizado pela Secretaria de Educação e Formação Artística e Cultural do Ministério da Cultura (SEFAC/MinC); e) Participação como representação do IFPB (Pró-Reitoria de Extensão e Cultura) na Reunião do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF), para tratar da organização de um evento nacional envolvendo a temática da cultura; f) Participação na Comissão de Elaboração de Proposta do Curso de Extensão em Gestão Cultural para a comunidade interna e externa.

Desde a sua criação, os brotos da rede rizomática do NUCCA tem se ramificado e hoje conta com mais de vinte membros, entre discentes e servidores do IFPB Campus Cajazeiras e parceiros espalhados por várias cidades da Paraíba como, por exemplo, Cajazeiras, Sousa, Campina Grande, João Pessoa, e de outros estados, como Crato e Juazeiro, no Estado do Ceará. Esses parceiros são artistas, produtores culturais e entusiastas da cultura, que de alguma forma têm contribuído na concretização das ações propostas pelo núcleo. Neste sentido, em pouco mais de um ano e meio de existência, o NUCCA tem promovido apresentações artísticas (musicais, teatrais, literárias, de dança, etc.), oficinas, debates, mapeamentos informais sobre arte e cultura, eventos culturais temáticos, apoiado a formação de grupos artísticos estudantis, entre outras ações desenvolvidas através dos projetos do Núcleo.

⁶O investimento do IFPB Campus Cajazeiras foi cerca de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais); Houve também investimento da Pró-reitoria de Extensão (e Cultura), via taxa de bancada, no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

2.1 Os projetos

Atualmente o NUCCA desenvolve ações⁷ que contemplam a difusão e fruição cultural, *performance* e formação artística, circulação e formação de novas plateias por meio da realização de quatro projetos oficialmente vinculados: Palco IFPB: artes diálogos e oficinas; Banda Bê: formação de novas plateias para a música paraibana; Mãos à arte e Grupo de teatro do oprimido.

2.1.1 Palco IFPB: artes diálogos e oficinas

O projeto “Palco IFPB: artes, diálogos e oficinas” surgiu em 2014, a partir de uma ação independente do professor George Glauber, com substancial colaboração do professor Henrique Alencar e da jornalista Lidiane Maria. Assim como a parceria do IFPB Campus Cajazeiras com o NEC/UFCG, o “Palco IFPB” é tido como uma das importantes ações que deu surgimento ao NUCCA, através do somatório de forças dos referidos servidores com a colaboração de discentes e dos parceiros sociais institucionais e da sociedade civil, cuja provocação concreta se deu através do Edital nº 008/2015, ao qual se propunha a subsidiar a criação e adesão de núcleos de extensão à política institucional “Rede Rizoma: tecnologia em extensão” (PROEXT)⁸.

O projeto, trata-se de uma atividade que contempla a formação em arte e cultura sob diferentes aspectos, ou seja, considera tanto a livre formação da audiência, perpassando pela formação de possíveis novos artistas, bem como colabora com a formação de setores da cadeia produtiva cultural local, através da realização de oficinas, palestras e *workshops*. A livre formação da audiência, ou seja, a formação de novas plateias artísticas oportuniza a audiência o acesso a diferentes bens culturais, ampliando significativamente seu repertório de conhecimento cultural na medida em que se conhecer novas formas de representação simbólica, novos grupos e artistas do seu território, bem como das diversas regiões do estado da Paraíba e dos estados circunvizinhos.

Diversidade cultural na formação de novas plateias

A formação de novas plateias artísticas é uma estratégia comum em projetos que visam articular ações culturais com a educação, tanto que o Estado Nacional visa à realização de uma política perene que considere

⁷Todos os projetos são financiados com recursos da PROEXC.

⁸Atual PROEXC.

a formação em cultura, contemplando a formação de audiências, artistas, gestores e toda a cadeia técnica que envolve o setor cultural (FIRMINO 2011; SOUSA, 2012; SEVERO, 2015).

O interesse em formar novos públicos possui considerável trajetória entre as ações do poder público, coletivos artísticos, escolas e instituições do terceiro setor. Na década de 1960 e 1970 começou a se pensar em estratégias metodológicas que pudessem formar plateias, onde vários grupos teatrais promoviam ações em espaços alternativos cujas intervenções artísticas eram seguidas de momentos formativos objetivando tornar a audiência apta a perceber e desenvolver uma visão crítica de tal apresentação, fazendo inclusive pontes com a sua realidade de vida social. Este tipo de ação é o que alguns autores têm chamado de “pedagogia do espectador” em sumo, seria “o desenvolvimento de ações para a formação de público”.

É sabido que os processos de difusão da arte independente e das culturais tradicionais são cercados de inúmeras problemáticas geradas, em grande medida, por fatores econômicos que controlam os meios de comunicação de massa, cujos grupos empresariais e midiáticos que detém esses meios, tendem a não considerar amplamente a cultura pelo seu viés antropológico, mas, quase sempre, pela via da arte como entretenimento, da arte estritamente como produto e não como processo. O resultado prático desse dilema é que grande parte das populações não têm acesso à diversidade das expressões culturais brasileiras, justamente porque as mídias populares e tradicionais não a contemplam em suas programações.

Este tipo de situação é mais evidente em cidades afastadas dos grandes centros urbanos, pois, nestes locais, até mesmo o poder público que detém de mais condições de democratizar o acesso a diferentes tipos de bens culturais, através das políticas de cultura de seus órgãos institucionais sejam eles Secretaria de Cultura ou Fundações Culturais, no uso dos recursos para a área, costumam reproduzir o que é ditado pelo *mainstream* da indústria cultural. De tal modo, para estas populações, a arte tende a existir apenas com o viés mercadológico e não como uma expressão humana que, para além do entretenimento, está compreendida de inúmeros simbolismos que estão intimamente conectados a nossa existência enquanto seres sociais. A partir da percepção dessa problemática no âmbito do IFPB Campus Cajazeiras, ou seja, na microrregião da cidade de Cajazeiras/PB, localizada no sertão da Paraíba, surgiu a necessidade de intervenção por meio de ações como a do Palco IFPB, que objetiva minimizar as imposições econômicas e das

incertas políticas culturais locais no sentido de ofertar outras concepções artísticas tão caras para possibilitar, entre outras coisas, olhares vívidos na compreensão do *status quo* da vida em sociedade ou mesmo condições de percepção a latente ancestralidade cultural.

Neste sentido percebe-se a importância da ação cultural no âmbito dos *campi* do IFPB que, para sua concretude e resultados mais expressivos e mensuráveis, deverá dotar os diversos *campi* com políticas culturais definidas pela comunidade acadêmica e circunvizinha em questão, baseando-se, sobretudo, nos marcos legais institucionais. Ora, ao contrário disso, como possibilitar aos discentes das diferentes modalidades de ensino o acesso à diversidade de bens culturais, em termos estéticos, regionais, nacionais, latino americano ou de qualquer parte do mundo? No contexto do IFPB *Campus* Cajazeiras, sabe-se que grande parte dos discentes é de diferentes cidades da mesorregião de Cajazeiras, onde muitos residem em áreas rurais. Outra importante consideração: como possibilitar o acesso a tais bens culturais aos diversos servidores da educação (professores e técnicos administrativos)? Não cabe aqui discutir sobre a importância da cultura no processo educativo, todavia, sabe-se que no processo de formação do estudante, diversos saberes essenciais no processo de construção do conhecimento não são ensinados em sala de aula, muito pelo contrário, as diversas disciplinas exigem conhecimento anterior ao processo, aquilo que Pierre Bourdieu chama de capital cultural (BOURDIEU, 1998).

Portanto, a quebra ou minimização desses monopólios que existem na relação arte e sociedade é de suma importância tanto para o processo da educação formal, considerando a formação geral dos discentes, quanto em âmbito informal, considerando a formação cultural contínua da audiência contemplada. Neste sentido, o Palco IFPB tem contribuído não somente para a formação dos discentes ou das populações no âmbito do Campus, mas também, está formando continuamente os servidores da educação, de modo que pensar o processo educativo sem considerar a cultura, sendo essa imbricada de diversos valores e simbolismos que precisam ser traduzidos para sua melhor fruição, é pensar em processos engessados e pouco eficientes, uma vez essa teia de significados simbólicos nos ensina para além das salas de aulas, pois considera as peculiaridades do que é viver em sociedade. Como proferiu Juca Ferreira, ex-ministro de Estado da Cultura do Governo Federal, em seu discurso intitulado: Por uma educação que vá além do mercado de trabalho, “ensinar arte é também apresentar uns aos outros” (FERREIRA, 2015).

Caminhos em busca da continuidade

O atual desafio do projeto Palco IFPB compreende na tentativa de articulá-lo aos Planos Pedagógicos dos Cursos Superiores e Técnicos, ofertados pelo Campus Cajazeiras. Iniciativa posta como pré-requisito aos projetos que financiados pelo Programa de Institucional de Apoio a Eventos de Extensão⁹ (PROEVEXC 2016) da PROEXC-IFPB. No primeiro momento tal estratégia contemplará as disciplinas de literatura e música, nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, e Projeto Arquitetônico, Desenho Arquitetônico II e Desenho Assistido por Computador (CAD II), ofertada no Curso Superior em Engenharia Civil. Após viabilizar a vinculação das ações do projeto com os Planos Pedagógicos, o próximo passo será o de creditar a participação dos discentes dos Cursos Superiores na referida ação extensionista, como determina a meta 12.7 do Plano Nacional de Educação que visa “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária [...]” (BRASIL, 2014).

O financiamento do projeto “Palco IFPB” sempre ocorreu por meio dos recursos próprios do Campus Cajazeiras, pelas parcerias sociais do NUCCA: NEC-UFCG; CCBNB-Sousa; Coordenação Municipal do Sindicato dos Trabalhadores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica da Paraíba – CM SINTEF-PB e por meio de parcerias firmadas com os artistas que se apresentaram. Como já mencionado, a falta de políticas culturais nos *campi* que garantam o financiamento de projetos culturais, tende a dificultar tanto a execução de projetos, bem como na diversidade das manifestações contempladas. Na realidade do Palco IFPB, em suma, dificulta a criação de uma grade de programação. Entretanto, o recente financiamento de R\$ 8.000,00, adquirido via PROEVEXC 2016, irá proporcionar outro tipo de organização ao projeto, uma vez que garantirá o financiamento de parte de suas ações, inclusive ampliando o impacto social do projeto, cujos eventos ultrapassarão os muros do Campus e chegarão, por meio do Palco IFPB - Extensão Escola, as Escolas Estaduais Dom Moises Coelho e Cristiano Cartaxo. Ação que legitimará, ainda mais, o IFPB perante as populações da mesorregião de Cajazeiras-PB.

Visando à sustentabilidade e consequente continuidade, buscou-se também dialogar com as políticas culturais nacionais - metas 14, 24 e 28 do Plano Nacional de Cultura (BRASIL, 2011) - e institucionais - Programa de Criação, Difusão e Circulação em Arte e Cultura que consta

⁹Edital nº 013/2016

na Política de Produção e Promoção da Diversidade Artístico-Cultural no âmbito do IFPB (IFPB, 2015). Também se baseia nos preceitos da Constituição Federal do Brasil (BRASIL, 1988), em seus artigos 215º, 216º e 216º-A, e na Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (UNESCO, 2005). Outros dois fatores importantes é que, em primeiro lugar, as diversas ações utilizam equipamento de sonorização do IFPB Campus Cajazeiras, diminuindo consideravelmente os custos dos eventos e, em segundo lugar, o projeto, em sua nova fase, também estará promovendo a circulação dos projetos de extensão vinculados ao NUCCA.

2.1.2 Banda Bê: formação de novas plateias para a música paraibana

Assim como o projeto Palco IFPB, a banda Bê visa trabalhar a formação de novas plateias, só que em um contexto diferente, o musical. O grupo surgiu, em 2015, através do desenvolvimento do projeto de extensão “Práticas musicais e formação de novas plateias no âmbito IFPB Campus Cajazeiras”, aprovado no edital PROBEXT PROJETO 2015 (PROEXT/IFPB)¹⁰, à época já configurando como uma das ações do NUCCA. A consolidação e surgimento do grupo, que desde a sua gênese sempre esteve composto por discentes dos cursos superiores e técnicos, servidores e pessoas da comunidade externa, deu-se como proposta dos participantes diretamente envolvidos, com o intento de dar prosseguimento ao desenvolvimento e fortalecimento das ações, por ora, conforme o projeto, prevista para se encerrar em dezembro de 2015. Este fato fez com que os trabalhos de produção musical continuassem a ser realizados no período de recesso e férias, retornando presencialmente após o período carnavalesco de 2016.

A busca constante por uma gestão horizontal tem continuamente possibilitado que os envolvidos sintam-se aptos a exercer seu protagonismo, bem como desenvolver a capacidade de liderança. Um dos exemplos dessa gestão compartilhada foi a escolha do nome da banda, a partir de um diálogo democrático entre os participantes. O nome visa retratar o conceito musical do grupo, pois, em sua maioria, interpreta músicas de compositores paraibanos pouco difundidos nos grandes meios de comunicação, assim, inevitavelmente, esses artistas são desconhecidos do grande público. Até mesmo os artistas paraibanos que possuem ou foram possuidores de espaço no *mainstream* da música brasileira têm obras que são desconhecidas de grande parcela do público jovem. Assim, o b (Bê) faz menção a esse lado “mais experimental”, “estranho”, “menos comercial”, ou seja, mais

¹⁰Atual PROEXC.

desconhecido, não é à toa que todo grande artista possui o seu lado b. Daí, nesta perspectiva, surgiu a banda Bê.

O repertório contempla artistas como Vital Farias, Geovan Morais, Adeildo Vieira, Titá Moura, Chico César, Manu Lima & Sensualidade Nagô, Naldinho Braga, Seu Pereira e Coletivo 401, Zé Ramalho, Totonho, Os Gonzagas, Pinto do Acordeon, Lucy Alves, Paulo Ró, Livardo Alves, Val Donato, Grupo Etnia, Xisto Medeiros, Escurinho, e Bruno Miranda. Um panorama da diversificada produção musical paraibana. Após a realização do show *MPB – Música Paraibana Bacana*¹¹, durante os anos letivos de 2015 e 2016, já se considera no grupo a ideia de ampliar a proposta musical em nível de abrangência do nordeste, contemplando do mesmo modo composições das novas e antigas gerações da música popular nordestina.

Conforme mencionado, a banda Bê surgiu a partir de identificação da necessidade na comunidade acadêmica e externa do IFPB *Campus Cajazeiras* possibilitar iniciativas musicais, uma vez que mesmo a instituição possuindo 21 anos de existência, no contexto de 2015, não havia até então grupos artísticos ativos. Naquela situação percebeu-se que incentivar a prática musical e a formação técnica em música¹² era uma necessidade emergente, principalmente entre os discentes dos cursos superiores que não são contemplados com o ensino de música na matriz curricular do curso, mas que veem na expressão artística um importante ambiente formativo. Não obstante, acredita-se que a curricularização da arte e da cultura deve ocorrer em todos os níveis e modalidades de ensino, a partir de atividades de extensão cultural, devido a sua importância para a formação geral de qualquer ser humano.

A música engloba capacidades cognitivas e sensoriais, do modo que tratar de uma prática musical significa reconhecer não apenas a importância da sua estrutura sonora em si, mas também suas diversificadas motivações sociais (MARRIAN, 1964; BLACKING, 2007). Em outras palavras, “O ‘fazer musical’ é um tipo especial de ação social que pode ter importantes consequências para outros tipos de ações sociais. A música não é só reflexiva, mas também gerativa, tanto como sistema cultural quanto como capacidade humana” (BLACKING, 2007, p. 1). Merriam (1964) categorizou algumas funções da música em uma sociedade industrial, portanto, pode-se aqui, para fins deste projeto, desacatar as seguintes funções: a música como veículo de

¹¹Termo aproveitado da aceção cunhada por Yuri de Carvalho Gomes, vocalista da banda AbradosZoio.

¹²Ainda não implementada. Pretende-se instituir, pelo menos inicialmente, por meio de Cursos de Formação Inicial Continuada (FIC).

expressão emocional; a música com seu importante aspecto estético; a música como entretenimento; a música como comunicação (ela é tanto gerativa, quanto reflexiva); a música como uma ferramenta que visa à continuidade cultural; a música como provocadora de uma integração social. Deste modo, pode-se afirmar que o discurso musical transmite e recebe mensagens, crenças, valores e significados de acordo com o meio cultural em que está inserido. E é justamente o caráter formativo que uma prática musical pode possibilitar que sua presença no processo educativo funcionará como uma ferramenta, não apenas artística e emancipadora, mas também, contributiva na transmissão de conhecimentos e na construção de um ser reflexivo e crítico.

Além do viés da promoção de práticas musicais, a banda Bê se propõe a estabelecer um diálogo entre educação e cultura, isto por meio de ações formativas para diferentes audiências, baseando-se na crença da música como importante ferramenta educativa e emancipadora, e por isto, devendo esta ser trabalhada no sentido de formação de novas plateias musicais. Porém, em termos práticos, o que este projeto poderia contemplar para alcançar seus objetivos? A verdade é que uma série de estratégias poderiam ser mencionadas para responder a tal questionamento, entretanto, expõem-se agora as escolhas que foram traçadas.

Em primeiro lugar acreditou-se que o conceito musical a ser abordado, ou para ser mais objetivo, o repertório do grupo deveria contemplar canções que não integram, em grande medida, a programação dos meios de comunicação de massa (rádio e televisão), mas que, ao mesmo tempo, pudessem contemplar os ensejos dos participantes diretos do projeto. Por exemplo, a inclusão da música Cargas¹³, de Val Donato¹⁴, foi para apresentar ao grupo e ao público uma boa expressão do *Rock <n' Roll* encontrado no estado da Paraíba, mas o gênero musical do *Rock <n' Roll* foi contemplado, também, para se aproximar das tendências musicais de alguns participantes que expressaram ser roqueiros na ficha de inscrição da banda ou durante a audição de seleção. Neste sentido, é importante observar que para além do gosto dos participantes, houve a preocupação em construir um repertório capaz de expressar a *cena musical*¹⁵ paraibana que, tal como a música brasileira em geral, é marcada por uma diversidade de expressões e estéticas.

Definida a questão acima, considerada primordial, em segundo

¹³Letra e música disponível em: <<https://www.letas.mus.br/val-donato/cargas/>>

¹⁴Página oficial: <facebook.com/producaovaldonato>.

¹⁵Termo utilizado em um sentido mais geral, sem a preocupação de querer se referir ao seu arcabouço teórico desenvolvido pelos estudiosos da música popular urbana.

lugar, pode-se listar uma série de estratégias importantes, onde algumas já foram colocadas em prática, ou mesmo estão em andamento, para se conseguir efetivar a promoção de práticas musicais e a formação de novas plateias para a música paraibana, no âmbito do IFPB Cajazeiras. São elas: a realização de apresentações didáticas em escolas da rede estadual e municipal de ensino, bem como em eventos culturais e acadêmicos; o incentivo ao desenvolvimento do conhecimento analítico e histórico, do ato de compor novos arranjos (criar), e ideias gerais sobre a *performance* instrumental; a facilitação de troca de saberes e vivências entre os participantes, considerando a pluralidade do público-alvo (discentes, servidores e a comunidade externa); a utilização da prática musical como uma ferramenta educacional e emancipatória como, por exemplo, ao se discutir conceitos, e na divisão de tarefas e responsabilidades na gestão do grupo; o subsídio a compreensão de noções básicas sobre música, não sendo primordial o ensino de teoria musical; a promoção da expressão artística por meio da voz, dos instrumentos e do corpo no palco; o desenvolvimento de interesse em instrumentos musicais, no sentido de tornar funcional a execução de repertório entre outras ações. Por fim, entende-se que o incentivo à prática musical por meio de uma ação que visa difundir e valorizar a produção musical do estado ajudará no desenvolvimento e no senso pertencimento das nossas riquezas artísticas e culturais, presentes em nossa região e em nosso meio social.

2.1.3 Mãos à arte

Este projeto vem sendo desenvolvido desde 2013 e, a partir de 2015, passou a ser vinculado ao NUCCA. Em sua atuação, foram ofertadas oficinas de origami no espaço físico da Pastoral do Menor, localizada na cidade de Cajazeiras. Em 2013 e 2014 explorou o origami simples (nas embalagens), o origami composto (em cartões e quadros) e o origami modular (na elaboração de peças de decoração). Em algumas oficinas reutilizou-se papeis e caixas *tetra pak*, onde se procurou evidenciar o reuso e a conscientização com o meio ambiente.

Já em 2015, foram realizadas oficinas visando à educação matemática, explorando os conceitos geométricos na elaboração dos sólidos platônicos. Durante esses anos, o projeto buscou estabelecer uma relação entre o IFPB Campus Cajazeiras e a comunidade externa atendida: adolescentes assistidos pela Pastoral do Menor.

Neste ano o projeto continua sendo realizado em parceria da Pastoral do Menor e da Cáritas (entidade de promoção e atuação social

que trabalha na defesa dos direitos humanos, da segurança alimentar e do desenvolvimento sustentável solidário). Porém, esse ano, atuará também no espaço físico da Escola Estadual de Ensino Fundamental Dom Moisés Coêlho e nos laboratórios do IFPB, Campus Cajazeiras. A ideia é ofertar oficinas de origami à escola dos participantes da Pastoral do Menor e oferecer também um curso explorando os conceitos da geometria no *software SketchUp*¹⁶.

A equipe de extensionistas, hoje formada por oito discentes, prepara oficinas e o curso juntamente com os adolescentes da Pastoral do Menor que estão sendo preparados para atuarem como monitores na escola onde desenvolvem suas atividades estudantis no 9º ano do ensino fundamental. A proposta é confeccionar os poliedros de Platão com a turma de 37 discentes levantando questões pertinentes à geometria plana e espacial, tais como, conceitos sobre reta, ponto, ortogonalidade, ângulos, mediatriz, número de faces, arestas e vértices.

A preparação para as oficinas a serem realizadas na escola Dom Moisés acontecem no espaço físico da Pastoral do Menor e no Laboratório do IFPB. Esses encontros são nas quintas-feiras das 9:00h às 11:00h. As ações, na escola, ocorrerão no período da tarde. A referida escola situa-se próxima a Pastoral do Menor, no Centro de Cajazeiras.

Para a realização das oficinas de origami e do curso no *SketchUp*, estão sendo realizadas pesquisadas em livros (RÊGO; RÊGO; GAUDENCIO JUNIOR 2003), dissertações (CARVALHO, 2013) e artigos (LIMA JUNIOR, 2003) que tratam da aplicação do origami e dos softwares no ensino de matemática. As pesquisas revelam que a utilização da dobradura de papel e as modelagens virtuais no ensino é positiva, à medida que estimula a participação e desenvolve nos discentes habilidades como: raciocínio espacial; compreensão das formas e dos termos geométricos.

Nas oficinas que serão oferecidas na escola, a turma do 9º ano do ensino fundamental será dividida em equipes. Cada equipe terá um extensionista e um membro da Pastoral do Menor para fazer a demonstração do passo a passo de cada dobradura. Assim, serão distribuídos papéis e cada participante realizará a prática da modelagem juntamente com os instrutores que também farão orientação individual e abordagem dos conceitos da geometria. Para complementar a aprendizagem da geometria os discentes da referida escola serão levados a um laboratório do IFPB Campus Cajazeiras para elaborarem a modelagem virtual dos poliedros no programa SketchUp.

¹⁶Programa computacional utilizado, pela professora coordenadora do projeto, nas disciplinas do curso técnico em edificações.

O ensino de geometria é, portanto, o foco das primeiras ações desse projeto para esse ano de 2016. Entende-se que a geometria ajuda a desenvolver a percepção de volume em três dimensões e observou-se que tanto o origami como os softwares que trabalham com representação gráfica, como o SketchUp, são importantes ferramentas no aprendizado da geometria e no estímulo da criatividade.

O projeto pretende também realizar, em 2016, na Pastoral do Menor, oficinas reutilizando embalagens cartonadas para bebidas (caixas tetra pak). Nessas oficinas, procuraremos também incentivar os adolescentes em uma futura geração de renda e no conhecimento de técnicas sustentáveis para elaboração de peças decorativas. O projeto de extensão, com isso, pretende oferecer, juntamente com os adolescentes, uma oficina, no IFPB Campus Cajazeiras, para os catadores de materiais recicláveis da região.

Durante a execução do projeto, a equipe de extensionistas se reúne, no IFPB, para avaliação do projeto e para definir aspectos que abrangem as técnicas, testando os materiais para as atividades. Além disso, são realizadas discussões e elaboração de artigos e minicursos para os eventos como o III Encontro Cajazeirense de Matemática e a Semana de Ciência e Tecnologia 2016. Nestes eventos, as oficinas serão voltadas aos estudantes do curso de matemática do campus e aos professores de matemática do ensino fundamental que atuam em Cajazeiras.

O projeto consiste, portanto, em desenvolver a criatividade, explorar o ensino de geometria, estimular o senso estético, incentivar a capacidade de observação, despertar para a preocupação ambiental, exercitar a paciência e possibilitar uma futura geração de renda através da possibilidade de criações artísticas utilizando a modelagem de objetos tridimensionais.

Paralelamente as ações previstas, pretende-se promover a integração da Pastoral do Menor e da Escola Dom Moisés Coêlho com o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba. Essa integração será possível também através dos eventos promovidos pelo NUCCA a serem realizados no Campus Cajazeiras e na referida escola. Na ocasião, a equipe do projeto formada pelos extensionistas e os participantes da Pastoral do Menor apresentarão os modelos elaborados nas oficinas e no curso. Será uma oportunidade de socializar a experiência com as outras disciplinas da escola e com a comunidade do IFPB.

Pode-se afirmar que o projeto “Mãos à Arte” tem promovido à aproximação do IFPB junto à comunidade, pois o contato com os adolescentes deste projeto tem desenvolvido vínculos afetivos e criado oportunidades de inserí-los em outras ações do instituto. Observa-se também que as modelagens física e virtual, desenvolvidas com o público atendido

pela Pastoral do Menor, funcionam como ferramenta potencial no ensino da geometria, e por isso acredita-se que a aplicação das oficinas na escola será positiva, despertando também o interesse dos discentes da escola estadual Dom Moisés Coêlho e auxiliando no ensino desta área da matemática.

2.1.4 Grupo de teatro do oprimido do Campus Cajazeiras

Mais recente entre os projetos vinculados ao NUCCA, o Grupo de Teatro do Oprimido (TO), assim como a Banda Bê, surgiu como demanda sugerida ao Núcleo pelos próprios estudantes. Em diversos momentos comemorativos, onde acontecem apresentações culturais das turmas, o teatro está sempre presente. No entanto, esse desejo foi mais evidenciado no início de 2015, por ocasião da programação festiva para receber os egressos, quando o grupo de TO do Campus Cabedelo fez duas apresentações e ministrou uma oficina.

Dezenas de discentes participaram da oficina e muitos externaram o seu desejo de que um projeto semelhante fosse desenvolvido no Campus Cajazeiras. Paralelamente, acontecia a criação do NUCCA, o qual realizou como uma de suas primeiras atividades, o levantamento das potencialidades e iniciativas culturais do Campus. Foi onde se constatou o desejo em relação à criação do Grupo de Teatro do Oprimido.

Em 2016, com a consolidação do NUCCA e a possibilidade de formalizar a criação e formação do Grupo de T.O de Cajazeiras através da Extensão do IFPB, um universo de possibilidades se abriu para fazer com que o desejo se tornasse real. E aconteceu. O projeto encontra-se em plena execução, na fase de preparação dos discentes, através de oficinas e grupos de discussão e iniciando a montagem das esquetes. Mas o que é o Teatro do Oprimido e qual a importância deste grupo para o campus e a comunidade?

O Teatro do Oprimido é um método teatral que reúne exercícios, jogos e técnicas teatrais elaboradas pelo teatrólogo brasileiro Augusto Boal. Os seus principais objetivos são a democratização dos meios de produção teatral, o acesso das camadas sociais menos favorecidas e a transformação da realidade através do diálogo e do teatro.

Desde que foi criado, o TO vem sendo usado em diversos países do mundo com o objetivo de “Humanizar a humanidade”. De acordo com a Associação Internacional de Teatro do Oprimido (2008), o TO se configura em um instrumento poderoso para, entre outras coisas, respeitar as diferenças entre indivíduos e grupos e a inclusão de todos os seres humanos no diálogo necessário a uma sociedade harmoniosa.

No TO, os cidadãos agem na ficção do teatro ao mesmo tempo em que se tornam protagonistas de suas próprias vidas.

O TO se assenta em três grandes princípios: a re-apropriação dos meios de produção teatral pelos oprimidos, a quebra da quarta parede que separa o público dos atores e a insuficiência do teatro para a transformação social, isto é, a necessidade de ele se integrar num trabalho social e político mais amplo (CRUZ, 2013).

Essa quebra da quarta parede consiste em implementar o diálogo, a comunicação direta e ativa entre palco e plateia e entre os próprios atores. Sobre isto, vejamos o que diz o próprio Augusto Boal:

Primeiro se destrói a barreira entre atores e expectadores: todos devem representar, todos devem protagonizar as transformações da sociedade [...]. Depois, destrói-se a barreira entre os protagonistas e o coro: todos devem ser ao mesmo tempo coro e protagonistas – o Sistema Coringa, assim tem que ser a “Poética do Oprimido”: a conquista dos meios de produção teatral” (BOAL, 1991, p. 14).

Essa descrição refere-se ao chamado Teatro Fórum, onde se produz uma encenação baseada em fatos reais, na qual personagens oprimidos e opressores entram em conflito, de forma clara e objetiva, na defesa de seus desejos e interesses. “No confronto, o oprimido fracassa e o público é estimulado, pelo Curinga (o facilitador do Teatro do Oprimido), a entrar em cena, substituir o protagonista (o oprimido) e buscar alternativas para o problema encenado” (SANTOS, [2005]).

A Poética do Oprimido é, segundo o seu criador, “essencialmente uma poética da Liberação: O expectador já não delega poderes aos personagens, nem para que pensem, nem para que atuem no seu lugar. O Expectador se libera: pensa e age por si mesmo” (BOAL, 1991, p.181).

Sabendo da capacidade de ação e transformação proporcionada pelo TO é que se pensou em desenvolver uma metodologia junto aos discentes do IFPB/Campus Cajazeiras. O objetivo é a formação de um grupo teatral cujas criações e apresentações, baseadas na crítica e reflexão social, sejam partilhadas com a comunidade.

O processo de execução do projeto se baseia em três etapas: planejamento; oficinas/ encontros de formação e discussão; criação, montagem e apresentação de peças teatrais. Estamos caminhando para

o fim da segunda etapa. Foram ofertadas inicialmente 30 vagas, das quais 25 foram preenchidas. Há participantes dos mais variados cursos e horários, o que tem dificultado em encontrar um dia comum para que todos participem das oficinas. Mas o envolvimento dos discentes tem sido muito significativo.

As oficinas tem trabalhado o conceito, desenvolvimento histórico, princípios, técnicas e métodos para TO; formação de atores; iniciação em roteiros e produção de peças teatrais. O objetivo é instrumentalizar minimamente o grupo com teorias e técnicas do mundo do teatro.

Os encontros de discussão, que ocorrem de forma intercalada às oficinas, abordam a reflexão crítica sobre temas sociais nas áreas de gênero e sexualidade; política; violência e preconceito. Os temas são direcionados de acordo com o interesse dos participantes em conhecer ou aprofundar as expressões da questão social que se afinam. A finalidade é estimular o pensamento crítico e embasar temas para a(s) esquete(s)/peça(s).

A terceira etapa, iniciada no mês de agosto de 2016, trata da criação, montagem e apresentação do material teatral produzido pelo grupo participante do projeto. Nesse momento o grupo está na fase de criar sua identidade, bem como propor a construção de esquete(s)/peça(s) desenvolvida(s) pelos próprios discentes: criação de roteiro, distribuição de personagens, produção e ensaios.

Ao final desse processo, serão realizadas apresentações em escolas municipais/estaduais e no próprio IFPB campus Cajazeiras, levando à comunidade a arte do teatro, não só como forma de entretenimento, mas como instrumento de informação, participação e criticidade à realidade social. A primeira intervenção do grupo ocorrerá durante a Semana de Ciência e Tecnologia do campus, no mês de outubro.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como demonstrado no texto, são muitos os desafios de propor uma nova realidade cultural no âmbito do IFPB Campus Cajazeiras, mas também, pôde-se observar que o NUCCA mesmo em sua curta trajetória já nos aponta resultados significantes, entre eles a tem promovido à maior aproximação do IFPB junto à comunidade, por meio dos projetos a ele vinculados. Destaca-se ainda a necessidade de adoção de políticas culturais baseadas na Resolução 140/2015, ou seja, é preciso planejamento para que sejam garantidas reservas orçamentárias para a execução de ações artísticas e culturais no IFPB Campus Cajazeiras.

Vale ressaltar também que o que torna atualmente a situação do investimento em arte e cultura menos dramática, é a sensibilidade da equipe gestora do Campus, bem como o trabalho agregador e proativo da PROEXC. Ademais, espera-se a consolidação dos grupos artísticos (banda Bê e Teatro do Oprimido), bem como a expansão em novos membros e ações de extensão cultural.

REFERÊNCIAS:

ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DO TEATRO DO OPRIMIDO (AITO). **Declaração de princípios**, 2008. Disponível em: <<http://www.theatreoftheoppressed.org/en/index.php?useFlash=1>> Acesso em: 08 mar. 2016.

BLACKING, John. Música, cultura e experiência. Tradução: André-Kees de Moraes Schouten. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 16, p. 201-218, 2007.

BOAL, Augusto. **Teatro do oprimido e outras poéticas**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da república federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. Lei, nº 13.005, 25 Jul 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências**. Brasília: Presidência da República, 2014.

BRASIL. Ministério da Cultura (MinC). **Metas do Plano Nacional de Cultura (PNC)**. 2011. Disponível em: <http://www2.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/> . Acesso em: 08 mar. 2016.

BOURDIEU, Pierre. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (orgs.). **Escritos de educação**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CARVALHO, Daniel Santos de. **Uma aplicação no ensino dos poliedros e corpos redondos para turmas do 3º ano do ensino médio usando dobraduras e softwares livres**. 2013. 141f. Dissertação (Mestrado em Matemática) - Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional – PROFMAT, Palmas, 2013.

CRUZ, Joana. **O que é o teatro do oprimido?** 2013. Disponível em: <<https://oprima.wordpress.com/o-que-e-o-oprima/about/>> Acesso em: 08 mar. 2016..

CUNHA, Maria Amália de Almeida. O conceito “capital cultural” em Pierre Bourdieu e a herança etnográfica. **Perspectiva**, Florianópolis, SC, v. 25, n. 2, 503-524, jul./dez., 2007.

FERREIRA, Juca. **Por uma educação que vá além do mercado de trabalho**. 2015. Disponível em: < http://www.cultura.gov.br/discursos/-/asset_publisher/DmSRak0YtQfY/content/por-uma-educacao-que-va-alem-do-mercado-de-trabalho/10883>. Acesso em: 3 jun. 2016.

FIRMINO, Gleide dos Santos. **A corrida em busca de expectadores: um programa educativo chamado concreto nas escolas**. 2011. TCC (Graduação em Artes Cênicas) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

IFPB. Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (CONSUPER). **Resolução, n.140, 2 out 2015**. Dispõe sobre a política de produção e promoção da diversidade artístico-cultural no âmbito do IFPB. 2015.

LIMA JUNIOR, Josué Alves de. Explorando as formas geométricas presentes na construção do origami tridimensional para o Ensino. In: CONGRESSO NACIONAL DE AMBIENTES HIPERMÍDIA PARA APRENDIZAGEM (CONAHPA), 16., 2003. **Anais**. 2003. CD ROM.

MELO NETO, José Francisco de. **Extensão universitária: uma análise crítica**. João Pessoa, Editora Universitária/UFPB, 2001.

MERRIAM, Alan P. **The anthropology of music**. Evanston: Northwestern University Press, 1964.

RÊGO, Rogéria Gaudencio do; RÊGO, Rômulo Marinho do; GAUDÊNCIO JUNIOR, Severino. **A geometria do origami: atividades de ensino através de dobraduras**. João Pessoa: Editora Universitária, 2003.

SANTOS, Bárbara. **Teatro fórum**. Centro Teatro do Oprimido Rio de Janeiro (CTO-RIO) [2005]. Disponível em: <<http://ctorio.org.br/novosite/arvore-do-to/teatro-forum/>>. Acesso em: 08 mar. 2016.

SEVERO, George Glauber Félix. Anotações do I Seminário Nacional de Formação Artística e Cultural. SEMINÁRIO NACIONAL DE FORMAÇÃO ARTÍSTICA E CULTURAL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO ARTÍSTICA E CULTURAL (SEFAC), 1., 2015, Brasília, DF. **Anais...** Brasília, DF: Ministério da Cultura. Brasília, 2015. Disponível em: < <http://www.academia.edu/21077754/>>. Acesso em: 01 jun. 2016.

SOUSA, Valdemar Rodrigues de. **Música na escola**: educação musical para a formação de uma plateia consciente. 2012. TCC (Graduação em Licenciatura em Educação Musical) - Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

UNESCO. **Convenção para proteção e promoção da diversidade das expressões culturais**. Paris: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. 3 a 21 out. 2005.

11 - PROJETO CONDUTA CONSCIENTE COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO NO PARQUE ESTADUAL MARINHO DE AREIA VERMELHA (PEMAV), CABEDELO, PARAÍBA

**Christinne Costa Eloy¹
Karina Massei²
Jefferson de Barros Batista³
Maurício Camargo Zorro⁴
Valéria Camboim Góes⁵**

1 INTRODUÇÃO

No ano de 1962, a bióloga Rachel L. Carson publicava o livro “Primavera silenciosa”⁶, que se tornou o maior grito de alerta acerca dos impactos humanos causados ao meio ambiente e da necessidade de mudanças para a conservação da biodiversidade.

Nos anos que se seguiram, pesquisadores do mundo inteiro reuniram-se em uma série de conferências, seminários e congressos para discutir questões ambientais e sua implicação na salvaguarda da natureza e, conseqüentemente, da própria espécie humana. O resultado de tantos debates e pressão por parte de conservacionistas e ecologistas foi a criação de diversos mecanismos de proteção da fauna e flora, em todo o planeta.

No Brasil, o primeiro passo foi dado pela Constituição Federal (BRASIL, 1988) cujo art. 225 impôs ao Poder Público e à coletividade o dever de defender e preservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado para presentes e futuras gerações. E para assegurar a efetividade deste direito, o inciso 1º foi taxativo, incumbindo ao Poder Público a definição de espaços territoriais a serem especialmente protegidos e que somente poderiam sofrer alterações ou supressões por meio de lei.

A passos lentos, a lei que versa sobre as Unidades de Conservação (UCs) somente foi sancionada em 2000, com a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) (BRASIL, 2000). A pressão legal fez surgir uma verdadeira enxurrada de UCs no país.

¹Professora do IFPB, *Campus Cabedelo*;

²Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – ProdeMA/UFPB

³Professor do IFPB, *Campus Cabedelo*

⁴Professor do IFPB, *Campus Cabedelo*

⁵Professora do IFPB, *Campus Cabedelo*

⁶Carson, R. L. 1969. *Primavera silenciosa*. Edições Melhoramentos. 2º edição. São Paulo.

No Estado da Paraíba não foi diferente. A criação de UCs no estado também foi impulsionada pela legislação nacional, como é o caso do Parque Estadual Marinho de Areia Vermelha (PEMAV), no município de Cabedelo, região metropolitana de João Pessoa/PB. A área, já bastante conhecida tanto pela população local quanto por visitantes externos, tornou-se área protegida através do Decreto Estadual de nº 21.263 de agosto de 2000 (PARAÍBA, 2000). Configurando como a única unidade de conservação estritamente marinha do estado, a importância do PEMA é inegável no tangente à conservação da biodiversidade marinha.

A conservação de ecossistema marinhos e costeiros no mundo e também no Brasil tem sido comprometida por vários fatores e pesquisadores têm alertado para a necessidade de intervenções urgentes para freiar a perda da biodiversidade, uma vez que 30% desses ecossistemas já se encontram gravemente atingidos por sobre-pesca, poluição marinha e ocupação desordenada das regiões costeiras (WILKINSON, 2002, HOEGH-GULDBERG et al., 2007).

Sabe-se que os recifes de coral representam apenas 0,3% da área total ocupada pelos oceanos, mas a representatividade desse ecossistema quando trata-se de número de espécies marinhas passamos para um percentual de 25%, ou seja, uma em cada quatro espécie marinha relaciona-se com esse ambiente, incluindo 65% do total de peixes (WORLDWATCH INSTITUTE, 2000).

Os ecossistemas recifais estendem-se por 3mil km pela costa brasileira, concentrando-se no litoral nordestino (MAIDA; FERREIRA, 1997). São ambientes que fornecem inúmeros serviços ecossistêmicos e de acordo com o Atlas de recifes de corais do Ministério do Meio Ambiente (MMA), 18 milhões de pessoas no Brasil dependem direta ou indiretamente desses serviços (BRASIL, 2003).

Mas, apenas transformar legalmente uma área em UC não garante o uso adequado e, conseqüentemente, a efetividade de seu objetivo primordial que seria a conservação. O PEMA, popularmente conhecido como Areia Vermelha, apesar de ter-se tornado UC no ano de 2000, até o presente momento não apresenta Plano de Manejo, mesmo a legislação ambiental estipulando um prazo máximo de cinco anos para a construção do Plano após a data de criação da UC (BRASIL, 2000). A relevância deste documento para uma UC reside no fato de se tratar de plano baseado em estudo detalhado com diagnóstico do meio físico, biológico e social da área, além de estabelecer normas que restringem o uso do local, objetivando minimizar impactos negativos e garantir sua conservação.

O elevado fluxo de visitantes no Parque aliado à falta do plano de manejo exigiu a execução de um Plano de Ação Emergencial, uma vez que vários impactos negativos eram facilmente observáveis no local. Outro aspecto relevante é a pequena quantidade de estudos de caracterização e status da biodiversidade local, com destaque para os trabalhos de Lourenço et al. (2009), Gondim et al. (2011) e Lourenço; Eloy e Crispim (2015), que apontam para espécies ameaçadas e sugerem a visitação como um grande fator de impacto negativo que precisa ser regulado e fiscalizado. Gondim et al. (2011) destacaram em sua pesquisa sobre a macrofauna bêntica da região a presença de espécies ameaçadas de extinção e em risco de sobreexploração, além de espécies endêmicas do litoral brasileiro que merecem atenção do poder público no sentido de valorizar e subsidiar ações de conservação para o PEMAV.

Neste sentido, com o intuito de fortalecer o Parque e dar subsídios para uma prática de visitação mais sustentável, desenvolveu-se o projeto de extensão Conduta Consciente, tendo este sido possível devido à parceria estabelecida entre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), *Campus Cabedelo*, Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), *Campus V*, Prefeitura Municipal de Cabedelo por meio da Secretaria de Pesca e Meio Ambiente, Associação Guajiru: Ciência-Educação-Meio Ambiente e Superintendência de Administração do Meio Ambiente do Estado (Sudema), órgão gestor do PEMAV.

2 METODOLOGIA

2.1 Área de atuação do Projeto “Parque Estadual Marinho de Areia Vermelha (PEMAV)”

De acordo com a classificação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) (BRASIL, 2000), o Parque Estadual Marinho de Areia Vermelha (PEMAV) enquadra-se na categoria de unidades de proteção integral e possui como objetivo primordial a preservação de ecossistemas naturais com grande relevância ecológica e beleza cênica, sendo permitido o desenvolvimento de atividades de educação, interpretação ambiental e recreativas, além de realização de pesquisas científicas.

O PEMAV encontra-se a 32,8 milhas náuticas da costa do município de Cabedelo/PB, na praia de Camboinha, e possui uma área de 231 hectares e perímetro de 8.382,72 m (Figura 1).

Atualmente, é um dos pontos turísticos mais visitados na Paraíba, conforme dados do Instituto Fecomércio de Pesquisas Econômicas e Sociais da Paraíba (IFEP-PB) recebe uma média de 34% (trinta e quatro por cento) das pessoas que visitam a região metropolitana de João Pessoa (IFEP/PB, 2011). O acesso ao banco de areia que fica emerso durante as marés baixas ocorre por meio de embarcações diversas como catamarãs, lanchas, motos aquáticas, caiaques, etc.

Junto com as visitas existe o comércio de alimentos e bebidas que é praticado tanto nas embarcações quanto por ambulantes na ilha. Essa é uma das atividades que mais exige controle, já que pode provocar a deposição de resíduos sólidos no banco de areia e, conseqüentemente, no mar, pois a pequena ilha fica exposta apenas na maré baixa e tudo o que é deixado no local é coberto pelo mar no final do dia.

Diante do crescente aumento no fluxo de turistas e embarcações no local, as atividades comerciais existentes quando aliadas a falta de consciência ecológica dos seus usuários, bem como, a ausência de um sistema de gestão eficiente e eficaz, desde sua criação, têm gerado um processo de degradação e conseqüente contribuição para a redução significativa da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos.



Figura 1 – Imagem com destaque da área do Parque Estadual Marinho Areia Vermelha (PEMAV). Fonte: SETGEO, SUDEMA. Imagem Google Earth, 2012

Areia Vermelha é uma área rica em ecossistemas recifais que, por sua vez, estão ameaçados em todo o mundo devido a fatores citados anteriormente como pesca predatória e excessiva, poluição, ocupação crescente da costa.

No intuito de conservar o PEMAV, a Sudema, órgão gestor do parque, tem investido em ações que minimizam impactos nas áreas protegidas, enquanto paralelamente, iniciou o processo para instituir uma equipe qualificada para a gestão, o Conselho Gestor Consultivo (CGC), e a elaboração do Plano de Manejo.

Como a elaboração do Plano de Manejo trata-se de um processo demorado e que requer uma série de estudos detalhados, a Sudema optou por adotar a elaboração do Plano de Ação Emergencial para o PEMAV, de forma a evitar a ampliação da degradação ambiental, contemplando medidas que deveriam ser contemporâneas à criação da unidade, alicerçadas pelo Princípio da Precaução.

2.1.1 Zoneamento

O zoneamento de UCs é uma exigência do plano de manejo previsto pela Lei do SNUC (BRASIL, 2000) em seu Art. 2^o, que estabelece o zoneamento como:

XVI - definição de setores ou zonas em uma unidade de conservação com objetivos de manejo e normas específicas, com o propósito de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz.

Sem estudos suficientes para amparar tal etapa, o órgão gestor, juntamente com as instituições parceiras, elencaram as principais atividades que ocorrem em Areia Vermelha, definindo áreas estratégicas para sensibilizar/informar o visitante acerca das normas de conduta no parque.

Além dos principais pontos de embarque, foram identificados os locais usados pelas embarcações para ancoragem. Estes locais foram separados por tipo de embarcação para facilitar a circulação e promover a salvaguarda de todos. Em consequência dessa delimitação, foram selecionadas áreas mais seguras para banho, mergulho, além dos pontos onde a visitação não seria permitida, configurando uma zona de exclusão.

O resultado deste estudo preliminar originou um mapa de visitação que foi amplamente divulgado e distribuído entre os visitantes no período do projeto. Antes de desembarcar no banco de areia, os visitantes eram orientados e recebiam o mapa com as normas de conduta (Figura 2). O mapa bilíngue trouxe informações sobre as áreas de ancoragem de embarcações, áreas protegidas cujo acesso estava restrito apenas a pessoal autorizado, preferencialmente para pesquisa e acompanhamento da recolonização da biota; pontos de embarque, onde as normas de visitação estariam disponíveis para o público em geral; áreas destinadas ao banho e mergulho (livres da circulação de embarcações para garantir a segurança dos visitantes); identificação da presença de agentes ambientais (estes representados pelos estudantes envolvidos no projeto de extensão) e da polícia ambiental (Figura 2).



Figura 2 – Imagem do Mapa de Visitação e destaque para a ação dos extensionistas na distribuição dos mapas e orientação sobre normas de conduta aos visitantes do PEMAV. Fonte: ASCOM, SUDEMA (2012). Fonte: acervo pessoal.

Vale ressaltar que são inúmeras as ameaças presentes no PEMAV que comprometem a efetividade da UC. Entre elas podemos destacar a carência relacionada às ações de fiscalização ambiental. A disponibilidade de pessoal para assegurar as normas de conduta estabelecidas era uma das maiores fragilidades na execução do Plano Emergencial.

Para suprir essa lacuna, foi realizada uma oficina de capacitação com estudantes voluntários das instituições participantes que compuseram uma equipe de extensionistas para atuar na disseminação das informações sobre as normas estabelecidas no Plano Emergencial, garantindo a segurança das atividades desenvolvidas no PEMAV, promovendo a conservação desse ecossistema.

2.2 As ações do projeto de Extensão

As ações do projeto foram desenvolvidas nos anos de 2012 e 2013, em duas etapas:

- Etapa 1 - Oficina de Capacitação e
- Etapa 2 - Plano de Ação direta com os visitantes no PEMAV.

Etapa 1 - Oficina de Capacitação (OC)

Contou com a participação de docentes das instituições parceiras e funcionários da Sudema, a fim de realizar uma formação com discentes destas instituições para atuarem no Plano de Ação proposto para o Parque.

Realizada em três dimensões inter-relacionadas, a OC contou com:

1. Formação teórica que objetivou transmitir conteúdos relacionados aos aspectos de legislação e normas de conduta em UCs, ambiente físico abiótico, diversidade de organismos associados aos ecossistemas recifais presentes em Areia Vermelha, além de impactos de atividades humanas nestes ambientes.
2. Oficina prática sobre natação e remo, com o objetivo de identificar os discentes mais aptos a fazer parte de uma equipe de apoio que fez uso de caiaques para auxiliar no deslocamento e acesso aos visitantes no parque.
3. Oficina prática no PEMAV para que os extensionistas compreendessem as dimensões de sua área de atuação e a abrangência das atividades que ocorreriam *in loco*.

A formação teórica dos voluntários foi desenvolvida em 4 (quatro) dias de acordo com um cronograma que contemplou as diversas matérias necessárias à compreensão da importância do ecossistema para a saúde não apenas do parque como também da sustentabilidade da própria atividade turística desenvolvida na UC (Figura 3).

TEMA	CONTEÚDO
Legislação em UCs Karina Massei (CEDA-Sudema)	SNUC, Categorias de UCs, decretos, Lei de crimes ambientais, normas de uso do PEMAV.
Introdução a geomorfologia do litoral paraibano Profa. Magareth Rolin Rocha (CRPNM)	Características das praias; formações geomorfológicas; Amazônia azul; correntes marinhas; riquezas do mar.
Ecosistemas recifais Profa. Ma. Christinne Costa Eloy (IFPB)	Tipos de recifes, diversidade de organismos bentônicos, organismos construtores de recifes, importância ecológica e econômica; impactos antropogênicos; simbiose em corais (zooxantelas) e branqueamento; cuidados necessários em visitas a ecossistemas recifais.
Comunidades bentônicas e efeitos do pisoteio Prof. Me. Jefferson Batista (IFPB)	Principais grupos de organismos bentônicos associados a ambientes recifais; identificação e classificação dos habitats; observação da fauna macrobentônica vágil e sésil na área de estudo; distúrbios causados pelo pisoteio sobre os recifes.
Peixes de Recifes de Corais Prof. Dr. Maurício Camargo Zorro (IFPB)	Diversidade taxonômica de peixes recifais do litoral paraibano; história natural dos principais grupos; uso de habitats e suas implicações para o funcionamento e design de áreas marinhas protegidas; efeitos da pesca; perspectivas para o manejo da pesca em áreas de recifes de corais protegidas.
Ecoturismo e Empreendedorismo Profa. Dra. Ruth Amanda Estupinan Profa. Dra. Valéria Camboim Góes	Definição de ecoturismo; tendências (ecoturismo suave, duro ou profundo); critérios e dimensões do ecoturismo; impacto do ecoturismo em nível regional e local; empreendedorismo.

Quadro 1 – Descrição das atividades desenvolvidas durante a Oficina de Capacitação

A oficina de capacitação contou ainda com aulas práticas de canoagem para uso de caiaques e visitação ao Parque para que os participantes pudessem compreender tudo o que foi aprendido nas aulas teóricas.

O curso de técnicas de canoagem foi ministrado pelo professor da UEPB, Jailson Farias, que foi peça chave para o desenvolvimento de todo o projeto de extensão. O uso de caiaques possibilitou o deslocamento dos voluntários pelo parque na abordagem de visitantes minimizando o pisoteio. Todos os estudantes que participaram da oficina participaram da implantação do Plano Emergencial.

O curso, com duração de 40h, teve suas aulas ministradas por professores do IFPB/*Campus* Cabedelo, Centro de Referência em Pesca e Navegação Marítima - CRPNM e servidores da Coordenadoria de Educação Ambiental (CEDA) da Sudema.

Os extensionistas também tiveram aulas de campo e conheceram de perto as principais espécies de corais e organismos bentônicos que habitam o PEMAV e ainda tiveram orientações sobre como abordar os visitantes.

Etapa 2 - Plano de Ação direta com os visitantes no PEMAV

Com a equipe preparada para atuar no parque, os integrantes foram divididos em dois grupos:

Equipe 1. Ficava nas embarcações oferecendo orientação e distribuindo os mapas de visitação para serem apreciados pelos visitantes. Durante o trajeto de barco até o banco de areia, coube aos voluntários orientar, por meio do mapa de visitação, sobre as normas de conduta no Parque. Acima de tudo, percebeu-se a enorme importância de esclarecer que Areia Vermelha trata-se de uma Unidade de Conservação – informação ignorada pela maioria dos visitantes.

Equipe 2. Ficava no banco de areia verificando se os visitantes seguiam as normas. Este grupo auxiliou a Polícia Ambiental em suas atividades, orientando e fiscalizando se os visitantes ou usuários deixavam resíduos no local, se ancoravam embarcações em áreas impróprias e se mergulhavam na área de preservação ambiental.

As normas de conduta do parque que foram repassadas para os visitantes compreendem a proibição das seguintes ações:

Ações que venham a causar danos, poluição e degradação do ecossistema.

Esse tópico refere-se, por exemplo, a atracação de qualquer tipo de embarcação no banco de areia, deixar resíduos jogados na ilha, ou praticar qualquer atividade que direta ou indiretamente prejudique as espécies daquele ambiente.

Lançamento de resíduos e detritos de qualquer natureza passíveis de provocar danos à área:

Comerciantes, proprietários de bares, ambulantes e quaisquer pessoas que explorem comercialmente aquele local são responsáveis pelo recolhimento do lixo produzido e pela colocação deste no barco coletor na ilha.

Exercício de atividades de captura pesca extrativismo e degradação dos recifes;

É estritamente proibido pescar, ou pisotear os corais em qualquer parte do parque, ressaltando que este não compreende só o banco de areia ali presente, mas compõe ao todo mais de 230 hectares.

Retirada de qualquer espécime da ilha;

Nenhum exemplar da fauna ou flora do parque pode ser retirado para qualquer finalidade, exceto pesquisa, quando autorizada pelo órgão gestor.

Andar sobre os recifes:

Caminhar sobre os recifes implica no pisoteio de corais e outros organismos, além de danificar a estrutura física que serve de abrigo para as espécies que habitam o recife. Essa prática é proibida e configura uma das normas mais importantes.

Há uma área no parque, rica em ecossistemas recifais, que exhibe diversas piscinas durante a maré baixa. Esta área ficou delimitada como área intangível, ou seja, os visitantes não têm acesso a este local. A justificativa para essa norma é que a área é rica em espécies importantes da fauna local e seu uso pode comprometer a conservação da biodiversidade, foco principal da criação do Parque.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

As ações realizadas no PEMAV neste período foram extremamente positivas. A aceitação dos visitantes foi excelente e sempre que eram abordados pelo extensionistas atendiam às solicitações e o respeito às normas de conduta no parque ocorreu naturalmente.

Durante todo o período de ação, foi registrada uma única ocorrência em que não houve respeito às normas por parte de um visitante. O visitante em questão era da própria cidade e se recusou a sair da área intangível. Nestes casos, os estudantes haviam sido orientados a informar a situação aos agentes da Polícia Ambiental, que retiraram o jovem.

Mas este foi um caso isolado. Os turistas que chegavam ao parque durante a realização desta ação já recebiam as orientações nas embarcações. E o reflexo dessas ações na ilha era facilmente percebido, já que os visitantes desembarcavam e se dirigiam para as áreas destinadas para o banho e mergulho, evitando as áreas intangíveis, o que facilitou o trabalho da Polícia Ambiental.

Percebeu-se, ao longo da atividade de extensão, que os visitantes chegam ao Parque sem saber que o local é uma Unidade de Conservação. Essa informação precisa ser passada para os visitantes no momento em que estão comprando o acesso ao local. Apesar de terem sido realizadas inúmeras reuniões com os empresários que atuam no setor, o presente projeto detectou a necessidade de uma ação direta com as empresas de turismo. Pois as mesmas, na época em que a ação foi executada, não estavam repassando as devidas informações para seus clientes.

A ação necessita da união de todos os envolvidos para que seus resultados sejam efetivos e duradouros.

Houve também um grande apoio da prefeitura de Cabedelo que designou uma embarcação para a coleta de resíduos do banco de areia. Neste período os resíduos foram todos levados à praia, trazendo maior segurança e conforto para os visitantes, além de ser uma ação imprescindível para a conservação local.

O projeto de extensão teve um resultado bastante positivo, excelente aceitação dos envolvidos e, principalmente, uma maior visibilidade foi dada a esse cartão postal de nosso estado. Acreditamos que ações como estas precisam ser intensificadas e aprimoradas para que todos saiam ganhando.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente a Sudema está desenvolvendo o Plano de Manejo. O PEMAV tem passado por vários problemas, principalmente pela grande rotatividade de atores que atuam no órgão gestor e que precisam estar em constante atualização para compreender a dinâmica do parque e suas principais demandas.

O Parque Estadual Marinho de Areia Vermelha é um ícone para nosso estado por ser a primeira e, ainda, única Unidade de Conservação totalmente marinha e precisa de toda atenção por parte de pesquisadores e gestores para uma sua efetividade.

Temos acompanhado vários equívocos em sua gestão nos últimos meses. O Parque conta hoje com dezesseis anos de criação e seu Plano de Manejo que está em andamento desde 2015 encontra-se paralisado. Situações como esta apenas contribuem de forma negativa para o avanço dos impactos ao ecossistema recifal, enfraquecendo a economia do estado e

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal 1988

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Atlas dos recifes de coral nas unidades de conservação brasileiras**. Brasília, DF, 2003.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, DF, 2000. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=322>>. Acesso em: 10 jun. 2016

GONDIM, A. I. et al. Macrofauna bêntica do Parque Estadual Marinho de Areia Vermelha, Cabedelo, Paraíba, Brasil. **Biota Neotropica**, v.11, n.2, p. 1-12. 2011.

HOEGH-GULDBERG, O et al. Coral reefs under rapid climate change and ocean acidification. **Science**, v 318, n. 5855, p. 1737-1742. 2007.

INSTITUTO FECOMÉRCIO DE PESQUISAS ECONÔMICAS E SOCIAIS DA PARAÍBA **Pesquisa do turismo na Paraíba**, 2011. Disponível em: <<http://www.fecomercio-pb.com.br/index.>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

LOURENÇO, L.J.S., ELOY, C.C., CRISPIM, M.C., Caracterização do Parque Estadual Marinho de Areia Vermelha, Cabedelo-PB, baseado na diversidade e abundância dos cnidários da classe Anthozoa, como subsídio para o zoneamento ecológico econômico. **Rev. Gaia Scientia**, v. 9, n.1. 2015.

LOURENÇO, L.J.S. et al. Corais e zoantídeos do ambiente recifal do Parque Estadual Marinho de Areia Vermelha Cabedelo Paraíba. In: CONGRESSO DE ECOLOGIA DO BRASIL, 9., 2009, São Lourenço, MG. **Anais**. São Lourenço, MG. 2009.

MAIDA, M.; FERREIRA, B. P. Coral Reefs of Brazil: Overview and field guide. **Proc. 8th Int Coral Reef Sym**, v. 1, p. 263-274, 1997

PARAÍBA (Estado). Palácio do Governo do Estado da Paraíba. Decreto do governo estadual n.º 21.263 de 28 de agosto de 2000 cria o Parque Estadual Marinho de “Areia Vermelha” e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado da Paraíba**, João Pessoa, PB, 2000.

WILKINSON, C. R. **Status dos recifes de coral do mundo**. Townsville, Australia: Australian Institute of Marine Science, 2002.

WORLDWATCH INSTITUTE. Mar./Apr. 2000. Disponível em: <<http://www.worldwatch.org/system/files/EP132A.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

12 - REFLEXÕES SOBRE A EXTENSÃO TECNOLÓGICA E A POLÍTICA DE EMPREENDIMENTOS SOCIAIS DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA

Juliana de Sá Araújo¹

Maiara Gabrielle de Souza Melo²

1 INTRODUÇÃO

Refletir sobre a prática extensionista no contexto dos Institutos Federais de educação, ciência e tecnologia, mais do que uma ação acadêmica, configura-se como uma necessidade para reconhecimento e formação da identidade desta rede de educação profissional e tecnológica. Entre semelhanças e discrepâncias a extensão universitária, praticada corriqueiramente nas universidades, e a extensão tecnológica que se espera dos Institutos Federais, ora se confundem ora se distanciam.

Para Pacheco, Pereira e Domingos Sobrinho (2010) um dos grandes desafios da nova perspectiva para a educação profissional e tecnológica (EPT), advinda da criação dos Institutos Federais em 2009, é construir uma visão da formação profissional e do trabalho que ultrapasse o sentido da subordinação às restritas necessidades do mercado, contribua para o fortalecimento da cidadania dos trabalhadores e democratização do conhecimento em todos os campos e formas. Por essa razão, considera-se fundamental a articulação das políticas de EPT com os programas de trabalho, emprego, renda, inclusão e desenvolvimento social, devendo as primeiras agir como indutoras de emancipação, enquanto as últimas devem ter caráter provisório.

Segundo Moita e Andrade (2009, p. 269)

¹Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba. Arquiteta; Mestra em Arquitetura. E-mail: Juliana.araujo@ifpb.edu.br

²Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, campus Cabedelo. Gestora ambiental. Mestra em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Doutora em Engenharia Civil, na área de tecnologia ambiental e recursos hídricos. E-mail: maiara.melo@ifpb.edu.br

Ora, a universidade tem sido palco de análises e debates que têm dado destaque seja ao ensino, seja à pesquisa, seja ainda à extensão. Assim, se considerados apenas em relações duais, a articulação entre o ensino e a extensão aponta para uma formação que se preocupa com os problemas da sociedade contemporânea, mas carece da pesquisa, responsável pela produção do conhecimento científico. Por sua vez, se associados o ensino e a pesquisa, ganha-se terreno em frentes como a tecnologia, por exemplo, mas se incorre no risco de perder a compreensão ético-político-social conferida quando se pensa no destinatário final desse saber científico (a sociedade). Enfim, quando a (com frequência esquecida) articulação entre extensão e pesquisa exclui o ensino, perde-se a dimensão formativa que dá sentido à universidade.

Assim, enquadradas pelo princípio da indissociabilidade, a extensão e a pesquisa tornam-se consequências naturais da docência, referências para que o ensino não se torne abstrato nem desligado das realidades locais. (MOITA; ANDRADE, 2009)

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu como um dos 17 objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), “Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos”, e tem como uma de suas metas: até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo (ONU, 2015). Entende-se que para que o Brasil avance nessa direção, as Instituições de Educação Profissional devem ter papel determinante.

Nesse contexto, o objetivo deste texto é discutir os conceitos de extensão tecnológica no âmbito dos Institutos Federais e apresentar o caso de formação da Política de Empreendimentos Sociais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba.

2 CONCEPÇÕES DE EXTENSÃO TECNOLÓGICA

Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimento técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei (BRASIL, 2008).

Para efeitos de regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior ofertados, os Institutos são equiparados às universidades federais. Assim, o seu gestor máximo será um reitor, e cada uma das antigas unidades dos Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica (CEFETs) passaram a receber a denominação de *campus*, tal como ocorre com a instituição que lhe serve de parâmetro (PACHECO; PEREIRA; DOMINGOS SOBRINHO, 2010).

Na formação técnica e tecnológica, ensino, pesquisa e extensão apresentam-se não apenas como um tripé na ação educativa, mas representam um compromisso social unindo instituição a comunidade. Nesse contexto, deve-se tirar a extensão como última etapa de um processo educativo, torná-la parte de uma metodologia educativa sem haver ruptura entre o trabalho intelectual e o trabalho prático.

“Diante dessa tensão entre o modelo tradicional de ciência e a valorização crescente dos saberes práticos produzidos pelas diferentes populações, intensifica-se a preocupação com o papel social das universidades” (MOITA; ANDRADE, 2009, p. 271).

Como afirma Castro (2004, p. 12),

A extensão [...] se coloca como um espaço estratégico para promover práticas integradas entre as várias áreas do conhecimento, para isso é necessário criar mecanismos que favoreçam a aproximação de diferentes sujeitos, favorecendo a multidisciplinaridade; potencializa, através do contato de vários indivíduos, o desenvolvimento de uma consciência cidadã e humana, e assim a formação de sujeitos de mudança, capazes de se colocar no mundo com uma postura mais ativa e crítica. A extensão trabalha no sentido de transformação social.

3 REFLEXÕES SOBRE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO SOCIAL

Inovação social pode ser entendida como uma solução mais efetiva, eficiente, sustentável ou justa que as soluções existentes para solucionar um problema social, onde a solução cria valor para uma sociedade de forma geral, mais do que para indivíduos ou grupos privados (PHILLS JR; DEIGLMEIER; MILLER, 2008)

No contexto da extensão, pensar em inovação social é ter como perspectiva alcançar mudanças sociais, independente de se mostrar como uma metodologia ou como um produto, mas que atendam às necessidades sociais de todos os tipos. Estritamente relacionado ao entendimento de inovação social, encontra-se o empreendedorismo social funcionando na resolução de problemas negligenciados e urgentes pela sociedade de forma mais efetiva, mas não necessariamente criando algo novo, mas aplicando ou reinventando uma metodologia existente, mas com um novo formato (GROSSO, 2012).

No âmbito das instituições de ensino, tem se observado o crescimento de organizações bem planejadas, em diferentes áreas, com o objetivo de praticar os conhecimentos teóricos de sala de aula de maneira aplicada, a exemplo das Empresas Juniores e dos Escritórios Modelos. Essas organizações sem fins lucrativos vêm se formando e atuando de forma bastante positiva, permitindo que os estudantes sejam protagonistas e atuem em temas de interesse local.

Nessa perspectiva, a política de empreendimentos sociais do Instituto Federal de Educação Ciência e tecnologia da Paraíba (IFPB) foi sendo construída para que inovações sociais pudessem ser incorporadas as práticas estudantis, tentando incorporar as atividades que os grupos de extensionistas já realizavam. As experiências deste tipo que já existiam no instituto eram as empresas juniores, os escritórios modelos e as incubadoras, que serão descritos com mais detalhes a seguir. Em menores proporções foram identificados outros tipos de empreendimentos sociais que paulatinamente poderão ser incorporados a política institucional em criação.

4 A EXPERIÊNCIA DA EXTENSÃO TECNOLÓGICA E DOS EMPREENDIMENTOS SOCIAIS NO IFPB

A extensão tecnológica nos Institutos Federais confunde-se com o setor destinado as relações empresariais comuns nas Escolas técnicas, que a partir de 1999 foram denominadas de CEFETs. Essa relação ficou clara no âmbito do IFPB, conforme dados expressos nos relatórios (2000, 2001 e 2002) da referida Instituição apresentados por Silva e Oliveira (2010, p. 7-8):

No Relatório do ano de 2000, sob uma clara influência da orientação imprimida pelo Governo Federal à política nacional de formação profissional, surge um diagnóstico de que é necessário ampliar os serviços da instituição na área de consultoria empresarial, sob a justificativa de que havia uma demanda nesse sentido. No referido Relatório, o CEFET-PB avalia que tais serviços são de grande importância para a realimentação curricular, oportunizando as possibilidades de flexibilização e adequação dos currículos às necessidades do mercado do trabalho. Entre 1999 e 2001 ampliam-se e diversificam-se significativamente as parcerias do CEFET-PB, seja na forma de consultorias para o setor privado, seja para o setor público. As áreas abrangidas foram: médica, água e esgoto, educação, estradas de rodagem, gestão municipal, telefonia, TV a cabo, justiça, mecânica, entre outros.

Os mesmos autores enfatizam que a partir de 2003 o termo parceria amplamente utilizado nas relações empresariais, é substituído, não em sua totalidade, pelo de extensão. E que em 2005 na como está expresso no Relatório do então CEFET/PB, a instituição ligava-se às empresas, seja através de parcerias, seja por meio da prestação de serviços, consultorias, projetos, assistência técnica ao setor produtivo, no âmbito da extensão. Os autores destacam ainda que em 2006, a novidade é o aparecimento do termo empreendedorismo e a inclusão de uma modalidade de formação do Técnico Empreendedor. Ações institucionais nessa perspectiva, no entanto, foram observadas apenas pontualmente em alguns cursos ou disciplinas.

A Diretoria de Extensão Tecnológica existe no IFPB desde 2012, contudo, até 2014 não existia uma diretriz institucional e uma política de extensão tecnológica claramente definidas, estando entre as atribuições desta pasta as ações relacionadas a projetos externos e a incubadora de empreendimentos solidários do Instituto.

Em 2015 a reformulação do Estatuto do IFPB e a transformação da Pró reitoria de Extensão em Pró Reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC) contribuiu para o ajuste das políticas internas, de forma a estimular áreas temáticas já avançadas e incentivar aquelas cuja equipe, no momento, identificou lacunas.

Nesse contexto, a Pró-reitoria de Extensão e Cultura tem fomentado ações de extensão que segundo o Fórum de Pró-reitores de Extensão das instituições públicas de educação superior brasileiras (FORPROEXT) são: Programas; Projetos; Cursos; Eventos; e Prestação de Serviços. O mesmo fórum define cada uma destas ações como apresentado a seguir:

- Programa de Extensão é o conjunto articulado de projetos e outras ações de extensão, preferencialmente de caráter multidisciplinar, contínuo e integrado a atividades de pesquisa e de ensino.

- Projeto de Extensão é o conjunto de atividades processuais contínuas (mínimo de três meses), de caráter educativo, cultural, político, social ou tecnológico com objetivos específicos, prazo determinado, integrado a atividades de pesquisa e de ensino;

- Curso de extensão é a ação pedagógica de caráter teórico e prático, presencial ou à distância, planejado para atender às necessidades da sociedade, visando o desenvolvimento, a atualização e aperfeiçoamento de conhecimentos, com critérios de avaliação definidos. Podendo ser desenvolvido como: Curso Livre de Extensão – Cursos com carga horária mínima de 8 horas e inferior a 40 horas; e Curso FIC – Cursos com carga horária igual ou superior a 160 horas para o caso de formação inicial e de no mínimo 40 horas para formação continuada.

- Evento de extensão é a ação que implica na apresentação e/ou exibição pública, livre ou com clientela específica e predominantemente externa, do conhecimento ou produto cultural, artístico, esportivo, científico e tecnológico desenvolvido, conservado ou reconhecido pela instituição.

- Prestação de Serviços é o conjunto de ações vinculadas às áreas de atuação da instituição (Empresas Júniores, Incubadoras, Escritórios Modelo, entre outros) que dão respostas às necessidades específicas da sociedade, priorizando iniciativas de diminuição das desigualdades sociais.

No IFPB a realização do terceiro Encontro de Extensão do IFPB (III ENEX), evento bienal realizado em setembro de 2015 foi outro fator que contribuiu para a redefinição das políticas da extensão tecnológica. O evento que superou a expectativa em público (mais de 500 pessoas inscritas) e trabalhos (mais de 200 trabalhos) apresentados nas diferentes áreas temáticas de extensão permitiu a instituição conhecer, compartilhar e conectar as suas atividades extensionistas.

Os debates sobre a inclusão social adequada as demandas da sociedade, por meio de produtos, processo e serviço fizeram parte do contexto do III ENEX tanto nos círculos de extensão, oficinas e palestras reforçando, nesses poucos dias, a importância da extensão tecnológica

no desenvolvimento educacional técnico e tecnológico. A partir de então, a extensão tecnológica percebida, inicialmente, na ação específica da incubadora do IFPB, com ações baseadas na economia solidária, observa um novo caminho, visualizado mais nitidamente pós III ENEX, que a comunidade necessita de uma política institucional direcionada a Inovação Social e Empreendimentos Sociais.

Além disso, até 2015 a prestação de serviço no âmbito da extensão era pouco fomentada. A partir da demanda levantada pelos grupos sociais presentes no III ENEX e da identificação da necessidade de trabalhar o empreendedorismo com os discentes do Instituto a fim de que estes possuam alternativas quando terminarem seus cursos a PROEXC iniciou mapeamento dos empreendimentos sociais existentes no IFPB, que será descrito a seguir.

4.1 Empresas juniores

A ideia de criação das empresas juniores se formou na França na necessidade de colocar em prática os conhecimentos adquiridos em sala de aula. Conforme Pinheiro e Cruz (2015) as empresas Juniores surgiram com a *Junior ESSEC Conseil*, fundada por alunos e posteriormente essa modalidade de educação se expandiu entre as escolas de engenharia, administração, comunicação e agronomia. No Brasil, as empresas juniores chegaram no final da década de 80 com a Empresa Junior Fundação Getúlio Vargas, pioneira no Brasil. Desse momento em diante o movimento cresceu para todo país, surgindo em 2003 a Confederação Brasileira de Empresas Juniores na perspectiva de propor diretrizes nacionais para regulamentar as atividades das empresas juniores. A Confederação Brasileira das Empresas Juniores conceitua Empresa Júnior como:

uma empresa de consultoria gerenciada por estudantes universitários que realizam projetos e prestam serviços em suas áreas de graduação, principalmente para as micro e pequenas empresas. Pela finalidade da empresa júnior ser educacional e por ser uma associação civil sem fins econômicos e ainda, pela estrutura de baixos custos fixos, os preços praticamente são consideravelmente abaixo do mercado. No entanto, a serviços que seguem orientação obrigatória de professores ou profissionais na área, com o objetivo de sempre garantir um padrão de qualidade elevado (CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS JUNIORES, 2006).

A Lei Federal nº13.267 de 06 de abril de 2016 disciplina a criação e a organização das empresas juniores. A partir desta legislação, pode-se entender melhor a formação e funcionamento de tais associações tendo como conhecimento fundamental para sua instituição ser formada por alunos de curso superior e que exerçam trabalho voluntário (BRASIL, 2016).

Foi a partir desse momento, com o surgimento desta legislação federal, que se começou a formar um movimento, dentro da Diretoria de Extensão Tecnológica, em compreender e iniciar a formação de uma política para institucionalizar as empresas juniores como atividade extensionista, uma vez que a referida legislação enquadra as empresas juniores como atividade preferencialmente vinculada a extensão.

No intuito de saber como está direcionada a dinâmica de formação de empresas juniores no IFPB, compreendeu-se que este processo de formação já existe e com empresas muito bem organizadas em termos de estrutura e documentação. Contudo, como até recentemente não havia acompanhamento e sistematização de informações por parte do instituto, as empresas juniores se formam independentemente sem nenhum controle institucional de trabalhos anuais e de suas ações.

Constatou-se que no IFPB há duas empresas juniores documentada e federadas junto a Federação Paraibana de Empresas Juniores. Uma delas é a Unisigma, empresa de administração, geoprocessamento e sistemas de internet desenvolvendo suas atividades junto ao campus de João Pessoa; a outra é a Autec Jr vinculada ao campus Cajazeiras e atuando no mercado de automação residencial. Observou-se ainda que existem empresas juniores em formação nos campus: (i) João Pessoa com foco na Engenharia Elétrica; (ii) Cajazeiras na área de informática; (iii) em Campina Grande vinculada a informática e automação e em Monteiro voltada para a construção civil. Além do interesse dos *Campus* Cabedelo em atuar na área de design gráfico e Princesa Isabel na área de gestão ambiental.

Uma questão que merece destaque é que em alguns campi havia interesse em criar empresas juniores para atuação dos estudantes de cursos técnicos, o que é impossibilitado pela legislação. Nesse contexto, a alternativa sugerida pela equipe da PROEXC é que fosse criada outra categoria de empreendimento social que permitisse a atuação destes estudantes que são maioria no IFPB. Este processo será descrito a seguir.

4.2 Escritórios modelos

Atividade de extensão também inserida no entendimento de empreendimentos sociais, os escritórios modelos foram criados pela Federação Nacional de Estudantes de Arquitetura de Urbanismo (FeNAU) na tentativa de ajudar na formação dos estudantes desta área. No entanto, não existe nenhuma lei federal que regulamente a formação dos escritórios modelos, controle as atividades desenvolvidas por eles ou ainda cite que deve ser formado exclusivamente por alunos de curso superior. O documento de referência para esta categoria de empreendimento é a Carta de Definições para Escritórios Modelos de Arquitetura e Urbanismo (EMAU) e o Programa de Orientação a Escritórios Modelos em Arquitetura e Urbanismo (POEMA), ambos produzidos pela FeNAU³.

Devido a esse contexto, os escritórios modelos são conhecidos como EMAUs e apresentam como conceito a postura de trabalhar com áreas não atrativas de mercado como as comunidades em vulnerabilidade social, diferenciando-se do conceito de Empresa Junior. Os EMAU's tem como princípio: o trabalho coletivo, onde todos participam igualmente viabilizando a troca de conhecimentos entre instituição e sociedade, permitindo que os estudantes atuem como agentes de mobilização social.

Contudo, existem várias semelhanças na forma de organização tanto das empresas juniores como do escritório modelo como, por exemplo, ambos são formados por alunos e os professores estão presentes apenas como figura de orientadores, os alunos são voluntários e desenvolvem atividades sem fins lucrativos além de incentivar a interdisciplinaridade.

Estes empreendimentos não devem cobrar pelos seus serviços tendo em vista que o público alvo são comunidades carentes sem condições de pagar, porém permitem o pagamento de bolsas pela instituição onde os alunos estão vinculados ou buscar fomento e parcerias externas. É importante destacar que ambas as modalidades de empreendimentos sociais, apresentadas até aqui, funcionam sem fins lucrativos, mas isso não impossibilita que as Empresas juniores cobrem pela prestação de seus serviços, porém o seu lucro deve ser revertido, exclusivamente, para incremento das atividades-fim da empresa.

No âmbito do IFPB, observou-se, junto as atividades de extensão, a ação de escritórios modelos na área da construção civil nos campi Picuí e Cajazeiras, porém com algumas dificuldades, justamente, não existir uma legislação que sirva de guia para a atuação de tais empreendimentos. Nessa perspectiva, a orientação da Pró reitoria de Extensão e Cultura tem sido de

³Informações retiradas do site da Federação Nacional de Estudantes de Arquitetura d Urbanismo: <http://www.fenea.org/>

categorizar os modelos de prestação de serviço vinculados a discentes de cursos técnicos nesta categoria, entendendo que estes estudantes necessitam de atuação prática e que esta modalidade atende aos anseios dos estudantes e instituições. Entende-se, contudo, que esta ação tem caráter inovador por ainda não ser realizada em outros institutos.

4.3 Incubadoras

Também relacionada ao entendimento de empreendedorismo, o conceito formal de incubação começou nos Estados Unidos e teve início no Brasil a partir da década de 80 com a Fundação Parque de Alta Tecnologia de São Carlos (ParqTec), que tinha como principal objetivo fornecer uma formação complementar e acompanhar novas microempresas que desenvolvem para o mercado produtos ou processos com características inovadoras (DORNELAS, 2002).

As incubadoras podem desenvolver seus trabalhos com ou sem fins lucrativos e geralmente fornecem uma estrutura compartilhada para os “incubados” para se ter um ambiente comum de treinamento na perspectiva dos problemas iniciais sejam resolvidos em conjunto, pois tratam de problemas comuns.

Em relação ao IFPB, a Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários do IFPB (INCUTES) desenvolve seus trabalhos no princípio da economia solidária e foi fundada em 2007. Com o objetivo de

Atuar junto aos grupos produtivos, primeiramente, envolvidos em projetos de extensão do IFPB, capacitando-os conforme suas necessidades, para o desenvolvimento de suas potencialidades, dentro dos princípios da economia solidária, contribuindo com o fortalecimento do trabalho coletivo e a organização social, favorecendo a elevação da autoestima das pessoas envolvidas nas ações da incubadora, através da elevação da renda e da qualidade de vida (IFPB, 2010).

Desde então tem acompanhado grupos, sobretudo de mulheres, a fim de que estes se capacitem e possuam protagonismo. Várias experiências de sucesso já ocorreram nas áreas de João Pessoa, Santa Rita, Pedras de Fogo, Cabedelo e Guarabira, contudo, por estar localizada em João Pessoa, esta incubadora possui limitações na realização de experiências em campi mais afastados.

Além disso, existem outras categorias de empreendimentos que necessitam de assessoria, mas que conforme os princípios da INCUTES, vinculada a economia solidária, não se enquadram nos critérios desta para incubação. Assim, a partir do segundo semestre de 2016, surge como política institucional o incentivo a criação de outras incubadoras que possam assessorar estudantes com perfil empreendedor

Esclarece-se que estas modalidades de empreendimentos sociais escolhidas até o momento para iniciar o trabalho da Política Institucional do IFPB não esgotam outras possibilidades, mas apenas apresentam esforço para direcionar ações neste momento inicial. Oportunamente, e a partir das demandas observadas, outras categorias de empreendimentos podem ser incorporadas a estas ações.

5 RECOMENDAÇÕES PARA O FORTALECIMENTO DA POLÍTICA DE EMPREENDIMENTOS SOCIAIS DO IFPB

A partir do potencial que a extensão tecnológica e os empreendimentos sociais possuem para auxiliar no exercício pleno da educação profissional e tecnológica no âmbito dos Institutos Federais, e das lacunas observadas recomendam-se algumas ações a fim de impulsionar as ações nesta área:

- Estímulo, integrado aos processos de ensino, pesquisa e extensão, aos estudantes de cursos técnicos e tecnológicos à atuação empreendedora.
- Incentivo a criação de incubadoras para apoiar projetos empreendedores estudantis;
- Assessoria e apoio a criação de Escritórios Modelos
- Parceria com a Federação Paraibana de empresas Juniores para assessoramento das empresas juniores que forem criadas no IFPB.
- Contabilização da carga horária de trabalho do docente que atuar orientando os trabalhos destes empreendimentos sociais, afim de incentivar a participação de professores nestes empreendimentos.
- Estruturação de setor vinculado a Pró-reitoria de extensão para acompanhamento e assessoramento de empreendimentos sociais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente texto objetivou discutir os conceitos de extensão tecnológica no âmbito dos Institutos Federais e apresentar o caso, em curso, da formação da Política de Empreendimentos Sociais do IFPB.

Estimula-se a articulação e protagonismo estudantil, pois acredita-se que só assim os estudantes poderão exercitar a prática profissional, relacionando os conteúdos do processo de ensino a sua atividade cotidiana. Além disso, é por meio dos empreendimentos sociais como prática extensionista que o estudante pode realizar intercâmbio entre a comunidade da qual faz parte e o instituto.

Não se espera com esta iniciativa esgotar as possibilidades de atuação dos extensionistas vinculadas a empreendimentos sociais, ao contrário, deseja-se o fomento de outras iniciativas que apontem para diversas realidades que ajudem a estreitar as relações dos Institutos Federais com as comunidades nas quais estão inseridos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.267, de 6 de abril de 2016. Disciplina a criação e a organização das associações denominadas empresas juniores, com funcionamento perante instituições de ensino superior. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13267.htm>. Acesso em: 10 jul. 2016.

_____. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2008, Seção 1, p. 1.

CASTRO, L. M. C. A universidade, a extensão universitária e a produção de conhecimentos emancipadores. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 27. Caxambu, 2004. **Anais...** Caxambu: ANPEd, 2004. p. 1-14. Disponível em: <<http://27reuniao.anped.org.br/gt11/t1111.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2004.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS JUNIORES. **Conceito nacional de empresa júnior**: Brasil júnior, 2006. Disponível em: <[https://incubadora.ufg.br/up/752/o/7._Conceito_Nacional_de_Empresas_Juniores_\(CNEJ\).pdf/](https://incubadora.ufg.br/up/752/o/7._Conceito_Nacional_de_Empresas_Juniores_(CNEJ).pdf/)>. Acesso em: 10 jul. 2016.

DORNELAS, J. C. A. **Planejando incubadoras de empresas**: como desenvolver um plano de negócios para incubadoras. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

GROSSO, L.C.C. **Empreendedorismo e inovação social**: conceito e prática, 2012. Disponível em: <<http://www.cisaas.uevora.pt/download/Encontroso%20News2.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

IFPB. **Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários do IFPB (INCUTES)**, 2010. Disponível em: <<https://editor.ifpb.edu.br/proext/Nucleosprogramas/incutes>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

MOITA, F. M. G. da S. C. ; ANDRADE, F. C. B. de. Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação. **Revista Brasileira de Educação** v. 14, n. 41, p. 269-280, maio/ago. 2009.

PACHECO, E. M.; PEREIRA L. A. C.; DOMINGOS SOBRINHO, M. Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: limites e possibilidades. **Linhas Críticas**, Brasília, DF, v. 16, n. 30, p. 71-88, jan./jun. 2010.

PINHEIRO, D.H.M.; CRUZ, K.R.L. Empreendedorismo universitário: a importância das empresas juniores na formação acadêmica. **Revista Humanas Et Al**. Paço do Lumiar, MA, v. 2, n. 3, p. 111-118, jul. 2015. Disponível em: < <http://www.iesfma.com.br/index.php/revista>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

PHILLS JR, J.A.; DEIGLMEIER, K.; MILLER, D.T. **Rediscovering Social Innovation**. 2008. Disponível em: <http://ssir.org/articles/entry/rediscovering_social_innovation>. Acesso em: 10 jun. 2016.

SILVA, D. F. da; OLIVEIRA, R. V. de. **O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba sob o impacto das recentes políticas federais de formação profissional**. 2010. Disponível em: <<http://www.cchla.ufpb.br/cnpp/pgs/anais/arquivosprofissional.pdf>>. Acesso em: 18 ago. 2016.

ONU. Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acesso em: 18 ago. 2016

13 - TRAJETÓRIA ENTRE A IMPLANTAÇÃO E EFETIVAÇÃO DO NÚCLEO DE EXTENSÃO “AINDA É TEMPO DE VIVER”

Beatriz Alves de Sousa¹

1 PERCURSO DE CONSTRUÇÃO E FORMAÇÃO DO NÚCLEO

Para elaboração do projeto e consequente implantação do Núcleo “Ainda é tempo de viver”, o primeiro passo foi a escolha do tema e do contexto a ser trabalhado. Embora o envelhecimento da população já seja foco das políticas públicas, é evidente a carência de projetos que tratem das questões relacionadas com essa temática, ou seja, com os problemas ocasionados em virtude da mudança demográfica da população. Diante dessa realidade e pela importância humano-social do tema, optamos por desenvolver um projeto que, de alguma maneira, pudesse apoiar as pessoas nessa faixa etária ajudando-as a compreender e a lidar com o processo de envelhecimento, a lutar por seus direitos que não são suficientemente garantidos, bem como, desenvolver ações que propicie o bem-estar dessas pessoas.

Além da experiência acadêmica e profissional dos atores desse projeto, o mesmo foi embasado por uma pesquisa bibliográfica/documental em livros, artigos, estatutos, leis aliada a um estudo de campo na comunidade Mangabeira IV, na qual o núcleo está inserido. Nesse estudo, foi constatado que havia um grande número de pessoas idosas residentes na localidade e que não havia nenhuma ação de apoio voltada para esse público, deixando-os, portanto, em situação de risco social.

O Núcleo de Extensão “Ainda é tempo de viver” é constituído por técnico-administrativos, professores e estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e tecnologia da Paraíba (IFPB) e por membros beneficiários da comunidade da Igreja Sagrada Família Mangabeira IV. Foi criado oficialmente em outubro de 2014, através do Edital de Extensão nº 058/2014, de 13 de outubro de 2014, retificado pelo Edital de Extensão nº 059, de 24 de outubro de 2014: da Pró-reitoria de Extensão

¹Bibliotecária do IFPB. Doutora em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestra em Biblioteconomia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

(PROEXT)² do IFPB e tem o objetivo de desenvolver e apoiar ações que visem melhorar a qualidade de vida das pessoas idosas da referida comunidade por meio da valorização de saberes, da educação para a saúde e bem-estar e da conscientização para o exercício da cidadania visando, sobretudo, ajudar a vencer as barreiras do preconceito que a sociedade ainda tem em relação às pessoas com mais idade.

Oficializado como núcleo de extensão do IFPB, fomos para a comunidade implementar o referido projeto. Convocamos os/as idosos/as para uma reunião. Na primeira, registramos a presença de apenas cinco pessoas; na segunda, sete, mas, com a persistência e a vontade de continuar, o grupo foi se fortalecendo e criando uma concepção sólida de grupo e, atualmente, é constituído de 20 participantes assíduos, afora a equipe extensionista que sempre vai se renovando. De início, pensamos como estabelecer uma formação planejada, organizada e sistematizada para dar sentido aos nossos encontros, que pudesse garantir a continuidade dos trabalhos e consolidar a integração do grupo. Algumas proposições foram sugeridas pelos participantes, entre elas as oficinas e as visitas dirigidas, que adotamos como ações permanentes do núcleo.

Atualmente, o Núcleo conta com a participação de 20 idosos/os e com a parceria da Igreja Sagrada Família, que cedeu o espaço físico para a realização dos encontros e desenvolvimento das oficinas, bem como da Fundação Centro Integrado de Apoio ao Portador de Deficiência (FUNAD) que vem prestando assistência à saúde com consultas e exames específicos do aparelho auditivo das/os beneficiárias/os. Trata-se de um projeto aberto para agregar outras pessoas e/ou instituições que tenham interesse nesta proposta e também para idosos/os da comunidade que queiram participar das ações desenvolvidas.

2 ENVELHECIMENTO HUMANO

O envelhecimento humano é uma questão inerente a todos os povos em todo o tempo e espaço. No entanto, o crescente aumento populacional de pessoas com 60 anos ou mais têm intensificado a discussão sobre a temática no momento atual, principalmente no Brasil costumeiramente chamado do país do futuro por ter até bem pouco tempo uma população considerada jovem. Esse envelhecimento vertiginoso da população tem causado um grande impacto para a humanidade e tem se constituído em um grande desafio a ser enfrentado no século XXI por várias razões, mas, principalmente, por aspectos socioculturais, vivemos em uma sociedade que cultua a juventude.

²Atualmente Pró-reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC)

Jardim e Brito (2006, p. 27) enfatizam em seus estudos que no “imaginário social, o envelhecer está associado a sofrimento, solidão, doença e morte”. Assim, entendemos que vivenciar o envelhecimento em uma sociedade que possui representações tão negativas dessa fase da vida, associado a inúmeros outros problemas, como a falta de alimentação, de saúde, de educação, de moradia, de segurança, de transporte e trabalho que são recursos básicos para a sobrevivência humana é algo bastante complexo, que merece uma atenção permanente, principalmente, por parte do poder público que pode tomar decisões e empreender medidas para amenizar o problema.

Um fator pré-determinante da velhice humana é a idade cronológica. Porém, existem outros aspectos multidimensionais ou peculiares do próprio indivíduo, do seu ambiente social e físico que interferem no processo do seu envelhecimento. A Organização Mundial da Saúde (OMS) define que nos países desenvolvidos as pessoas são reconhecidas como idosos/idasas a partir de 65 anos e nos países em desenvolvimento aos 60 anos (OMS, 2008). Assim sendo, no Brasil, as pessoas com idade igual ou superior a 60 anos são reconhecidas idosas. Entretanto, alguns direitos, como a gratuidade no transporte coletivo público urbano e semiurbano, só são concedidos aos maiores de 65 anos (BRASIL, 2003).

Para Schneider e Irigaray (2008), o processo de envelhecimento possui outras dimensões e significados que extrapolam as dimensões da idade cronológica. Esses autores entendem que envelhecimento é resultado de uma construção que o indivíduo fez durante toda sua vida, melhor dizendo, a idade do indivíduo está associada a aspectos, biológicos, psicológicos e sociais. Os aspectos biológicos são definidos “pelas modificações corporais e mentais que ocorrem ao longo do seu desenvolvimento [...] e pode ser compreendidos como um processo que se inicia antes do nascimento e se estende por toda a existência humana” (SCHNEIDER; IRIGARAY, 2008, p. 586).

Já a idade psicológica é definida pelos autores como sendo a capacidade de percepção, aprendizagem, memória e controle emocional e depende, também, dos “padrões de comportamento adquiridos e mantidos ao longo da vida”. Fatores que têm influência direta com a forma de cada pessoa avaliar o seu processo de envelhecimento (SCHNEIDER; IRIGARAY, 2008, p. 588).

Quanto à idade social, essa está relacionada ao acesso à saúde, à educação, a participação social, ao mercado de trabalho, a aposentadoria, a valorização, a deveres e direitos individuais e coletivos, a acessibilidade,

a alimentação, entre outros direitos inerentes ao ser humano. Schneider e Irigaray (2008, p. 590) incluem questões culturais e modos como o indivíduo se comporta dentro de determinados padrões esperados para pessoas de sua idade, como: tipo de vestimenta, hábitos, linguagem, bem como, o status e respeito social por parte de outras pessoas.

Diante do exposto, é possível se afirmar que são inúmeros pontos que interferem no processo de envelhecimento do ser humano; alguns de natureza fisiológica que afetam a funcionalidade física e mental, como as complicações por doenças, outros de cunho social que comprometem o psicológico. No entanto, os considerados mais complexos e mais difíceis de serem enfrentados são os de cunho cultural. Existem atitudes preconceituosas em relação às pessoas idosas, desvalorização e desprestígio, começando pela exclusão do mercado de trabalho. Por não possuírem mais a força produtiva, os/as idosos/as vão sendo substituídos/as por jovens, e a aposentadoria, muitas vezes, é considerada sinônimo de incapacidade e inutilidade (TONON; OLIVEIRA; BUSSULA, 2007).

Essa conduta estereotipada que privilegia a juventude, a produtividade e o consumo são estigmas que marginalizam a população idosa e são difíceis de serem quebrados, pois no sistema capitalista quem não participa ativamente da economia do país deixa de exercer seu papel social, mesmo quando suas famílias sobrevivem de seus salários, como ocorre em muitos lares no Brasil, nos quais filhos, netos, agregados são sustentados por idosos/as aposentados/as. Esses fatores causam insegurança, desconforto, tristeza, baixa autoestima, depressão e, muitas vezes, levam essas pessoas a se convencerem de “que são incapazes de realizar uma série de tarefas para as quais, na verdade, têm muita competência” (FERRIGNO, 1998, p. 15).

Somando-se a esses problemas, no caso do Brasil, contamos, ainda, com o descaso em relação às leis e disposições legais criadas para garantir os direitos à população de ter uma velhice saudável. Já são muitas as leis criadas em prol das pessoas idosas, porém, elas não foram efetivadas. Como mostra Moser (2010, p. 137), além da Constituição e do Estatuto do Idoso, temos:

Um Plano de Ação Governamental para o desenvolvimento da Política Nacional do Idoso, que prevê atendimento asilar; centros de convivência; casas-lares; oficinas abrigadas de trabalho; universidade aberta para a terceira idade; grupos de convivência; centros de cuidados diurnos; atendimento domiciliar; cuidadores de idosos [...].

Infelizmente, essas leis não são cumpridas. Falta uma orientação política firme, voltada para a efetividade das mesmas. O descumprimento dessas leis deixa as pessoas dessa faixa etária em condição de vulnerabilidade social, desassistidas de seus direitos mais básicos; basta lembrar a precariedade dos serviços de saúde (postos de saúde, clínicas e hospitais). Tal conjuntura confirma a grande desatenção para com essa população que vem crescendo a cada dia no nosso país.

Neste ponto, reconhecendo a necessidade de ampliar o campo de ação para atender às demandas desse público, o Núcleo “Ainda é tempo de viver” tem buscado, por meio de suas atividades, promover a conscientização e a interação construtiva das pessoas idosas da comunidade assistida para que elas possam aprender a lutar para garantir seus direitos.

3 DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS NO/PELO NÚCLEO

3.1 Oficinas

As oficinas são desenvolvidas em duas modalidades: as de trabalhos manuais e as oficinas experimentais de teatro.

3.1.1 Oficinas de trabalhos manuais

Essas oficinas são denominadas: “Quem sabe ensina, quem ensina aprende mais” tem como objetivo conhecer as habilidades existentes no grupo, registrar esses conhecimentos e promover a socialização dos mesmos a partir da troca de saberes sistematizados seja acadêmicos, científicos e/ou populares. Além de possibilitar uma interação e inclusão desses idosos na sociedade, essas oficinas não buscam como ponto principal a produção e o retorno financeiro, mas funcionam como terapia ocupacional aprimorando a capacidade psicomotora, biopsicossocial e aumentando a autoestima das pessoas envolvidas.

Finger (1986, p. 1) descreve a terapia ocupacional da seguinte forma:

Terapia ocupacional é a arte e a ciência de orientar a participação de indivíduos em atividades selecionadas para restaurar, fortalecer e desenvolver a capacidade; facilitar a aprendizagem para a adaptação à produtividade; diminuir ou corrigir patologias e promover e manter a saúde.

Observando o potencial das pessoas idosas e o que elas têm para oferecer com as suas experiências de vida temos dirigido as oficinas com propósito de contribuir para o bem-estar e convívio social dessas pessoas bem como, para estimular a criatividade individual e coletiva. Por isso, não foi determinado à produção de um produto específico o que dá luz a imaginação de cada participante; no entanto, criou-se o conceito de usar como matéria-prima do nosso trabalho o material reciclado: papelão, vidros, garrafa PET, retalhos, etc., cujo destino seria o lixo, entendendo que a possibilidade de transformar esses materiais em objetos utilitários é também uma forma de conscientização sobre a importância da sustentabilidade do planeta.

3.1.2 Oficinas experimentais de teatro

Muito se sabe a respeito da importância do teatro em todos os campos de atuação da humanidade. Sabe-se também que se trata de uma atividade que pode ser desenvolvida em qualquer faixa etária sendo, portanto, considerada a maior forma de expressão humana. Segundo Boal (1998), o teatro é algo inerente ao ser humano; por isso, todas as pessoas são capazes de atuar, agir, interpretar em qualquer lugar, nas mais diversas situações. Courtney (2001) defende que a imaginação dramática está no centro da criatividade humana e explica que uma criança ao final do seu primeiro ano de vida é capaz de personificar o outro, em suas brincadeiras finge ser outra pessoa e desenvolve o humor.

Na concepção de Oliveira (2014), o teatro é uma atividade indicada para ser exercida por pessoas idosas, à medida que contribui para um desenvolvimento criativo, combate o estresse e proporciona oportunidade de autoconhecimento. O teatro ajuda a vencer os preconceitos sociais, a solidão, a depressão e eleva a autoestima de quem o pratica.

Para Philippini (1997), a ideia de trabalhar as técnicas desenvolvidas no teatro com pessoas idosas vem se disseminando a cada dia em virtude de seus benefícios, pois tem servido como exercício terapêutico. As pessoas idosas podem expressar suas ideias e superar suas limitações de forma espontânea, contribuindo para que elas se sintam criativas e produtivas, permitindo, assim, a sua reintegração social e auxiliando a preservação da saúde. Ainda de acordo com Oliveira (2014, p. 20),

Inserção do teatro no grupo da terceira idade vem para garantir uma linguagem artística e demonstrar a importância da comunicação e expressão dos mesmos, proporcionando momentos de liberdade, nos quais os idosos podem trocar experiências e conhecimentos dialogando uns com os outros. É também neste momento que acontece a produção coletiva através da colaboração e criatividade de cada um.

Portanto, trabalhar essa técnica com idosos/as é poder contribuir com essas pessoas para solucionar seus problemas a partir da compreensão e do conhecimento de suas potencialidades. Essas oficinas ajudam as pessoas idosas a expressarem suas opiniões, aspirações e sentimentos através de técnicas e exercícios teatrais visando à melhoria de sua qualidade de vida. O teatro oportuniza a vivência integrada da imaginação, percepção, emoção, intuição e ativa a memória e o raciocínio. Desta forma, espera-se através dessas oficinas desenvolver a receptividade sensorial, promover o equilíbrio harmonioso do corpo de maneira responsável, levando em consideração as limitações de cada participante.

3.2 Visita dirigida

O sentido das visitas dirigidas, a centros culturais é trazer novas compreensões da cultura e suas nuances na história social e individual através do olhar dos sujeitos envolvidos. Além, de ser considerada uma forma de lazer que promove a inclusão social, aumenta a autoestima e melhora a saúde e bem está das pessoas que participam do núcleo. Segundo Freire (2006) visita a monumentos culturais podem instigar os participantes à curiosidade, ao conhecimento do novo, estimulando sua capacidade de aprendizagem; a medida que exercita a curiosidade, a compreensão das coisas o que pode levá-lo para construção ou reconstrução do saber.

Comungando com esse pensamento e numa perspectiva de sensibilização para o reconhecimento da autoidentidade do grupo, realizamos visitas em ambientes que possibilitam a ampliação de conhecimentos e convivência social. Servem também, para promover o bem-estar físico, mental e social dos beneficiários, de modo que se conjugam em uma ação educativa transformadora para essas pessoas, que querem aprender, bem como, repassar o que aprenderam ao

longo da vida. São momentos de construção e partilha de saberes. Os autores Vasconcelos e Brito (2012, p. 59) também reconhecem que o “conhecimento se faz construindo através da relação do homem com sua realidade”. Assim, buscamos nessas visitas construir a interação das pessoas idosas com a cultura local, regional e até mesmo mundial, mas que de alguma maneira faz parte de sua história.

Como complementação dessa ação são feitos questionamentos e discussões com base no que foi evidenciado por ocasião da visita, no sentido de trocar informações sobre a importância histórico-cultural, valorização cultural, identificação social e experiências, notificando se houve realmente algum tipo de aprendizado; qual o saldo positivo do evento. Essas ações visam à identificação do sujeito com o mundo ao seu redor, suas necessidades, seus problemas que passam a ser conhecidos e pensados de forma conjunta. No dizer de Freire (2002, p. 68), o homem como sujeito pensante “não pode pensar sozinho; não pode pensar sem a co-participação de outros sujeitos no ato de pensar sobre o objeto [...]”.

À medida que essas ações proporcionam momentos de interação de relacionamentos humanitários de conhecimento e reconhecimento das pessoas beneficiárias, atendem aos princípios da Extensão que “na sua interface com o Ensino, deve contribuir para o desenvolvimento de um processo pedagógico participativo, possibilitando um envolvimento social com a prática do conhecimento” (POLÍTICA..., 2010, p. 5). Elas reforçam também o compromisso social do IFPB em promover o acesso da sociedade à cidadania. Este compromisso é respaldado pela Lei n. 8.842 / 1994, quando diz que: “a família, a sociedade e o Estado têm o dever de assegurar ao idoso todos os direitos de cidadania, garantindo sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e o direito à vida” (BRASIL, 1994).

4 METODOLOGIA

No processo de execução do projeto, utilizamos um espaço cedido pela Igreja Sagrada Família Mangabeira IV, para a realização dos encontros que acontecem, semanalmente, nas quartas-feiras das 14 horas às 17 horas. As atividades são planejadas de forma social e participativa. Todo final de mês, uma avaliação e um planejamento para o mês seguinte são realizados de forma que atendam às características específicas do grupo. Levam-se propostas e se discute a viabilidade de realização das mesmas, considerando os seguintes aspectos:

- As experiências acumuladas das/dos idosas/os;
- a estrutura física do espaço;
- os equipamentos e materiais disponíveis, e;
- a capacidade física, motora e cognitiva das pessoas para desenvolverem as atividades propostas. Este fato, em algum momento, cria a necessidade de redimensionar as atividades sugeridas, em virtude de algumas pessoas do grupo não terem condições de realizar a tarefa.

As oficinas de trabalhos manuais são idealizadas como forma de valorização dos saberes e do aumento da autoestima que influenciam diretamente na melhoria da qualidade de vida dos participantes. Elas são, por conseguinte, uma maneira de levar as/os idosas/os a novos interesses e perspectivas de vida, que envolvem pensamentos, fatos e o desenvolvimento de percepções do indivíduo, além de estimularem a coordenação motora e melhorarem aspectos cognitivos, memória e ansiedade. O material usado como base para a confecção dos produtos nas oficinas são materiais reciclados (papelão, garrafa PET, retalhos, potes de vidro, entre outros). Todos os participantes se encarregam de levá-los e compartilhá-los.

Nas oficinas experimentais de teatro que acontecem, especificamente na última quarta-feira de cada mês, usamos uma metodologia baseada no modelo de Boal (1998), a qual busca, através do teatro, a superação de conflitos sociais. É uma metodologia inspirada nas ideias progressistas de Freire (1983, 2008), que promove a relação horizontal onde não há imposição de ideias, todos discutem a melhor resolução para a situação proposta. No nosso caso, mediador e participantes buscam analisar criticamente a problemática que atinge as pessoas idosas, até mesmo casos particulares, como falta de respeito e descumprimento de leis, que são levados para discussão em conjunto. Nesse sentido, os procedimentos metodológicos através de técnicas teatrais e do diálogo visam proporcionar o conhecimento e a transformação individual e social dos participantes, ensejando a incorporação dos mesmos no polo sociocultural.

Essas oficinas estão vinculadas ao conceito de aprendizagem experiencial, ou seja, que parte da experiência para constituir-se em conhecimento, levando em consideração os aspectos afetivos, cognitivos, emocionais de cada participante, bem como o contexto das relações familiares e interpessoais observadas. As técnicas trabalhadas são: desinibição, estímulos cognitivos por meio da leitura, reflexão e interpretação de textos. Os textos poderão ser produzidos a partir das

vivências do grupo ou podem ser explorados temas que dizem respeito a essa faixa etária.

No caso das visitas, elas são agendadas conforme sugestão da comunidade, verificando a data em que todos podem participar. Faz-se a logística com roteiro e ação que serão realizados no decorrer da viagem, elaborando os objetivos e as expectativas do grupo com relação a essa ação. Essas visitas ocorrem nos espaços de museus e centros de cultura que podem ajudar no desenvolvimento cognitivo das/dos idosas/os, na memorização, e no relacionamento social de grupo. Após cada visita, é realizada uma atividade onde cada participante manifesta, de maneira espontânea, o que vivenciou na viagem, o que ficou de positivo e, dessa feita, em um momento de desconcentração, faz-se um registro dos resultados dessa ação.

5 RESULTADOS

Os resultados que podem ser quantificados encontram-se registrados no *blog* <<http://aindaetempodeviver.blogspot.com.br/>>. Apostamos em um modelo de desenvolvimento comunitário, que evidencia a importância do coletivo e da convivência social.

Foram realizadas até o mês de junho de 2016: 55 oficinas e cinco visitas dirigidas. Dentre os produtos confeccionados, temos: porta-retratos, rosas, guirlandas, arranjos de velas, anjos, presépios, jarros, baús, porta-joias entre outros.



Foto 1 – Produtos das oficinas. Fonte: arquivo do Núcleo “Ainda é tempo de viver



Foto 2 – Momentos das oficinas. Fonte: arquivo do Núcleo “Ainda é tempo de viver”



Foto 3 – Momentos das oficinas. Fonte: arquivo do Núcleo “Ainda é tempo de viver”



Foto 4 – Detalhe de uma visita dirigida. Fonte: arquivo do Núcleo “Ainda é tempo de viver”

LOCAL	COMENTÁRIOS
Museu da Usina Cultural Energisa	Poucos sabiam da história da “Antiga Estação da Cruz do Rio do Peixe”, mas todos se encantaram com o ambiente e interagiram com o espaço, tendo em vista, as lembranças da época em que não havia luz elétrica.
Museu São Francisco	Foi uma contemplação à arte, mas devido à religiosidade das/os idosas/os, o que mais chamou atenção foi a história sacra das igrejas, dos santos e da arquidiocese. Depoimento: Essa visita foi muito importante principalmente quando o rapaz explicou sobre a história da Igreja São Francisco, dos seus monumentos artísticos. É de verdade uma representação cultural de uma época quando os Holandeses estiveram aqui na Paraíba. Muitas representações de nossa história estão em exposição naquele museu, história dos escravos e do poder das Igrejas no tempo passado. A história dos bispos que passaram por nossa diocese, muitos trabalhos dos artistas da terra e de estados vizinhos. Enfim tudo que vi foi fantástico pra mim, eu aprendi muito (M..G. C) ³ .

Quadro 1 - Comentários das visitas dirigidas em 20115. Fonte: Arquivo do Núcleo

³Optamos por não mencionar o nome das/dos idosas/os para evitar exposições. Porém, temos os depoimentos arquivados na documentação do Núcleo. As letras entre parênteses significam as iniciais dos nomes dos depoentes. Foram escolhidos os depoimentos mais expressivos.

LOCAL	COMENTÁRIOS
Sítio São João	<p>Como a maioria das/os idosas/os do grupo são oriundas/os de cidades interioranas de sítios e conviveram com todas as questões apresentadas no espaço, eles/elas viveram momentos de recordações.</p> <p>Depoimentos: O cenário do sítio lembrou toda minha vida parecia até que tinha voltado ao tempo e estava na casa onde nasci e vivi boa parte de minha vida, vários objetos exposto, nos usávamos na nossa casa, como: o candeeiro, o fogão de lenha, o ferro de brasa, o pote de barro. Na época não existia energia elétrica, nem água encanada as coisas eram muito difíceis (M. V. S.). Eu me vi representada na casa de farinha, minha família trabalhava em casa de farinha e era trabalho duro, os patrões exploravam muito, não tinha direitos trabalhistas os patrões mandavam e pronto, eu lembro minha mãe muitas vezes trabalhava doente (R.M). Às figuras dos santos expostos na parede, à capelinha de Santo Antônio, a fogueira tudo lembrou minha infância, na minha casa era assim. Foi muita recordação boa (M.G. C).</p>

Quadro 2 - Comentário das visitas dirigidas em 2015. Fonte: Arquivo do Núcleo

LOCAL	COMENTÁRIOS
Instituto Ricardo Brennand	<p>De modo geral todos avaliaram a visita como muito rica em conhecimentos, já que os monitores contextualizaram o conteúdo fazendo uma conexão entre História, Ciência e Artes através de todo o acervo disponibilizado na instituição.</p> <p>Depoimentos: A visita para mim foi gratificante, pois adquiri conhecimentos da história e da arte a da formação do nosso povo desde a época do Brasil colônia. Através dos quadros, das esculturas expostas eu aprendi muito sobre a cultura dos povos medievais dos povos indígenas (D. A. A). Tudo que vi me deixou maravilhada; aquelas estátuas, os quadros era a cultura dos povos representada naqueles objetos. Foi mesmo muito importante, eu me lembrei de quando eu era criança, que os mais velhos falavam vocês vão vê coisas que a gente nunca viu (R. M.). Aprendi muito com a visita: conhecimentos por ter visto tantas coisas em exposição e a amizade das pessoas do grupo e também, saúde, pois estava com muita dor de cabeça e com o entretenimento da viagem melhorei (M. G. C.).</p>

Quadro 3 – Comentários das visitas dirigidas em 2015. Fonte: Arquivo do Núcleo

LOCAL	COMENTÁRIOS
Praia do Jacaré	<p>A praia do jacaré se apresenta como um santuário de beleza inigualável, através do qual o sol vai se escondendo no horizonte. Precisamente, no dia de nosso passeio, o céu coberto por nuvens não deixou que nós vissemos o brilho de despedida do sol, mas, mesmo assim, o passeio foi muito emocionante. Primeiramente, fizemos uma visita à feira de artesanato que fica no local e por volta das 17h, comemoramos a despedida do dia ao som do “Bolero de Ravel”, tocado pelo saxofonista Jurandir do Sax. Foi um espetáculo mágico para todos nós.</p> <p>Depoimentos: Foi muito emocionante para mim, pois moro aqui em João Pessoa há muitos anos e não conhecia esse local tão lindo. Só ouvia falar. Nesse grupo eu tenho tido grandes oportunidades de conhecer lugares isso é lazer tira o stress, eu me sinto muito bem (M. L. A).</p>

Quadro 4 – Comentários de uma visita dirigida em 2016. Fonte: Arquivo do Núcleo.

A convivência com o grupo, a partir da execução desse projeto e a certeza do retorno dessas ações nos evidencia o bem-estar dos participantes de forma qualificada, à medida que promovem um protagonismo social. Juntos, todos aprendem a reconhecer seus direitos e a lutar por eles.

6 CONCLUSÃO

Entendemos que o Núcleo tem tido resultados positivos junto à comunidade assistida. Observamos o aumento da autoestima através da valorização de saberes e fazeres das pessoas idosas, bem como da conscientização dessas pessoas através de leituras reflexivas e sobre temáticas importantes para o bem-estar social e, principalmente, sobre seus direitos. É possível identificar a integração social das pessoas do grupo a partir de vivências em espaços de artes, cultura e ciências, quando realizamos as visitas dirigidas. Podemos destacar:

- O aumento da participação das/os idosas/os nas atividades. No início, contávamos com cinco participantes, atualmente, temos um grupo de 20 pessoas; na sua maioria, mulheres. Essa procura tende a aumentar a cada semana.

- Interesse pelos trabalhos dos colegas, pois, quando um colega traz uma ideia, logo é acatada pelos outros. Isso proporciona alteridade ao sujeito, pois esse se sente estimulado e valorizado, procurando participar cada vez mais.

- Com relação às visitas dirigidas, observamos que tirar essas pessoas da rotina promove um impacto muito positivo. Elas ficam bastante alegres, mudam o humor para melhor e entendemos essa resposta como melhoria na qualidade de vida. Por ocasião das visitas, todas/os se encantam com o ambiente e interagem com o espaço, tendo em vista que os mesmos fazem lembrar tempos passados ou trazem novos conhecimentos.

Os textos lidos e discutidos com o grupo, além de outras técnicas que são utilizadas nas oficinas, têm como objetivo informar e conscientizar sobre os seus direitos, refletir sobre si mesmo e os demais a fim de estabelecer uma boa convivência no grupo, a inserção social, bem como lutar por uma melhor qualidade de vida dessas pessoas.

Além do exposto, outras ações foram desenvolvidas pelo Núcleo, a exemplo da participação na feira de economia solidária no III ENEX/2015³ e na feira de economia criativa no SIMPIF/2015⁴, apresentação de duas atividades autogestionadas em forma de *workshop*, sendo uma no III ENEX/2015 (confeção de rosas de papel) e outra no SIMPIF/2015 (confeção de Papai Noel com rolo de papel higiênico); participação na feira da Campanha da Fraternidade 2016, organizada pela Paróquia de Cristo Rei, realizada no Mercado Público de Mangabeira, João Pessoa, PB; que teve exposição de produtos confeccionados nas oficinas e a apresentação de uma peça teatral sobre a problemática do lixo nas cidades.

Registramos ainda, as produções acadêmicas, tais como: um resumo nos Anais do III ENEX/2015 e apresentação oral do mesmo, com a participação das/os idosas/os. Diante das discussões realizadas nesse encontro, ficou evidente o potencial que o Núcleo tem com relação ao acolhimento das pessoas idosas, manifestado pelos participantes. Também, temos duas publicações em forma de artigo na Revista Práxis: saberes da extensão⁵. Constatamos com isso que a junção teoria e prática resultaram em novos conhecimentos e em uma experiência exitosa tanto para nós extensionistas que adquirimos novos conhecimentos quanto para o público beneficiado.

³III Encontro de Extensão (IIIENEX) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), realizado na cidade Areia - PB, entre 23 e 26 de setembro de 2015.

⁴I Simpósio de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação do IFPB (SIMPIF).

⁵Revista de extensão da Pró-reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC/ IFPB. Disponível <<http://periodicos.ifpb.edu.br/index.php/praxis/article/view/731>>.

REFERÊNCIAS

BOAL, Augusto. **Jogos para atores e não-atores**. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1998.

BRASIL lei no 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm>. Acesso em: 21 out. 2015.

_____. Lei n. 8.842 de 15 de setembro de 1994. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>> Acesso em: 15 out. 2015.

COURTNEY, Richard. **Jogo, teatro e pensamento**: as bases intelectuais do teatro na educação. São Paulo: Perspectiva, 2001.

FERRIGNO, Jose Carlos. Trabalho artístico na terceira idade: o canto, a dança, as artes plásticas e o teatro. **A terceira Idade**, ano 10, n.15, p. 5-17, dez., 1998.

FINGER, J.A.O. **Terapia ocupacional**. São Paulo: Savier, 1986.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. 31. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

_____. **Extensão ou comunicação?** 12. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 26. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

JARDIM, Viviane Cristina Fonseca da Silva; BRITO, Ana Maria Figueiroa de Medeiros Bartolomeu de. Um olhar sobre o processo do envelhecimento: a percepção de idosos sobre a velhice. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 9, n.2, p. 25-34, maio/ago., 2006.

MOSER, Antônio. O envelhecimento da população brasileira e seus desafios. **Revista Eclesiástica Brasileira**, v. 70, n. 277, p. 132-152, jan., 2010. Disponível em: http://www.antoniomoser.com/site/index.php?option=com_content&>. Acesso em: 20 jul. 2016.

OLIVEIRA, Maria do Livramento Paula. **O teatro e dança de salão na terceira idade**: comunidade Vila IrisGurupi-TO. 2014. 44f. TCC (Licenciatura em Artes Cênicas)–Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – *Campus* Gurupi, TO, 2014.

ORGANIZAÇÃO MUNDO DE SAÚDE. **Saúde e envelhecimento**: um documento para discussão. Madrid: Instituto de Migração e Serviços Sociais, 2008.

PHILIPPINI, Ângela. **Caderno de arte-terapia terceira idade**. Rio de Janeiro: Clínica Pomar, 1997.v. 4.

POLÍTICAS de extensão e assuntos comunitários da Pró-reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PROEX) da UNIVILLE. 2010. Disponível em: <http://vdisk.univille.edu.br/pro_reitoria_extensao/get/Políticas_Extensao.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2015.

SCHNEIDER, Rodolfo Herberto; IRIGARAY, Tatiana Quarti. O envelhecimento na atualidade: aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais. **Estudos de Psicologia**, Campinas, SP, v. 25, n. 4, p. 585-593, out./dez., 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103166X2008000400013> acesso em: 05 jun. 2016.

TONON, Alicia Santolini; OLIVEIRA, Dayane Aparecida Lacerda; BUSSULA, Danila Aparecida. A política de assistência ao idoso. In: ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (ETIC) 3., 2007, Presidente Prudente, SP. **Anais...** Presidente Prudente, SP: Faculdades Integradas Antônio Eufrásio de Toledo, 2007. Disponível em: <<http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/view/1352/129>>. Acesso em: 03 mar. 2016.

VASCONCELOS, Maria Lúcia Marcondes Carvalho; BRITO, Regina Helena Pires **Conceitos de educação em Paulo Freire**. 2012. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?isbn=8532644317>>. Acesso em: 21 mar. 2015.

Editora do IFPB

Endereço: Av. João da Mata, 25 - Jaguaribe, PB

Impressão: CCS Gráfica e Editora

2016